

Estudo matemático do Capital

Amaral

5 de março de 2021

Notas prévias

Um estudo nunca está terminado e como tal este também não¹, os primeiros capítulos penso que são aqueles que estão mais completos, tanto por manifestar o meu interesse e serem muito relevantes na nossa era histórica, como também por ser aqueles que por onde comecei. Os últimos capítulos nota-se que estão bastante encurtados por terem carácter histórico (aqui tentei não me focar tanto nessa parte) como também de carácter histórico-específico (debates e factos históricos relativos ao tempo de Marx).

¹Irei com o tempo reler o Capital e este estudo o aperfeiçoando cada vez mais

Prefácio

À data que este prefácio foi escrito o estudo do capital ainda não estava terminado, muito longe disso, porém tornou-se evidente que seria necessário estender a introdução a este, no seu livro *Fenomenologia do Espírito* de Hegel, vemos no primeiro parágrafo do prefácio:

Numa obra filosófica, em razão de sua natureza, parece não só supérfluo, mas até inadequado e contraproducente, um prefácio - esse esclarecimento preliminar do autor sobre o fim que se propõe, as circunstâncias de sua obra, as relações que julga encontrar com as anteriores e actuais sobre o mesmo tema. Com efeito, não se pode considerar válido, em relação ao modo como deve ser exposta a verdade filosófica, o que num prefácio seria conveniente dizer sobre a filosofia; por exemplo, fazer um esboço histórico da tendência e do ponto de vista, do conteúdo geral e resultado da obra, um agregado de afirmações e asserções sobre o que é o verdadeiro.

Este prefácio espero que tenha esse objetivo. Como é óbvio a existe uma explicação dos termos gerais usados por Marx para facilitar a leitura, como também uma explicação do seu método, porém falando do meu trabalho, qual era o meu objetivo? Meu objetivo não era só entender as proposições de Marx, as suas teses, mas sim entende a lógica dentro deste livro, como ele funcionava. Zizek no seu livro "o Sublime Objeto da Ideologia", ele leva-nos ao conceito de 'acreditar sem sequer saber'², nele ele usa o filme *Another Country*, em português traduzido para *História de uma Traição*, para criar esta conceptualização:

² 'believing without knowing it', The Sublime Object of Ideology pag. 70

' Tu não és comunista porque tu entendes Marx, tu entendes Marx porque tu és comunista!' - Isto quer dizer, Judd entende Marx porque ele pressupõe antecipadamente que Marx é o portador do conhecimento que o irá permitir aceder à verdade da história, como um cristão que não acredita em Deus porque ele foi convencido por argumentos teológicos mas, pelo contrário, ele é suscetível a argumentos teológicos porque ele já foi iluminado pela graça da crença³

O meu ponto foi exactamente ver o que transcende às minha pressupões e estudar de maneira mais "neutra"o que se situa neste livro, como é óbvio, tal é impossível, como Zizek desenha no seu livro, porém mesmo assim esforços são esforços.

O estudo que realizei chama-se "Estudo matemático do Capital", matemática no entanto tem uma grande atrito com a maioria das pessoas, a matemática que usei porém é meramente representativa dos argumentos de Marx, normalmente Marx não estuda as formulas rígidas dum sistema, mas sim como ele varia se as suas magnitudes variam, as expressões, por sua vez, devem ser olhadas nessa maneira, como é óbvio todos que quiserem usar as expressões para algo, assim o podem fazer, mas a atenção que certas incógnitas que não foram estudadas terão que ser introduzidas, com isto, como todo o método de Marx funciona, espero que a simplicidade da apresentação do Capital como mera proporções e expressões matemática possibilite a origem de novos objetos, concretizações e fenómenos observáveis, progredindo assim a nossa consciência e a matéria de estudo.

Vou agora contextualizar um pouco mais a obra, não historicamente por-

³Tradução realizada por mim, texto original: *'You are not a Communist because you understand Marx, you understand Marx because you are a Communist!' - that is to say, Judd understands Marx because he presupposes in advance that Marx is the bearer of knowledge enabling access to the truth of history, like the Christian believer who does not believe in Christ because he has been convinced by theological arguments but, on the contrary, is susceptible to theological arguments because he is already illuminated by the grace of belief.*, The Sublime Object of Ideology pag. 71/72

que não tenho nenhum certificado em História, mas sim em termos filosóficos e científicos, dentro do capital e neste próprio estudo existe referências a Spinoza, a sua obra fora grande influência para grandes filósofos, como por exemplo Hegel, e com isso Marx também se mostra influenciado⁴. Um dos conceitos em Spinoza que é peculiar é o conceito de substância, primeiro ele define substância da seguinte maneira:

*3. Por substância compreendo aquilo que existe em si mesmo e que por si mesmo é concebido, isto é, aquilo cujo conceito não exige o conceito de outra coisa do qual deva ser formado.*⁵

Porém uma das conclusões que ele retira, é que a substância é algo infinita, indivisível e única⁶:

Proposição 8. Toda substância é necessariamente infinita.

Proposição 13. Uma substância absolutamente infinita é indivisível.

Proposição 14. Além de Deus, não pode existir nem ser concebida nenhuma substância.

Para Spinoza, Deus seria a substância única e infinita e tudo o resto, como ele indica:

Proposição 26. Uma coisa que é determinada a operar de alguma maneira foi necessariamente assim determinada por Deus; e a que não foi determinada por Deus não pode determinar a si própria a operar.

Não é estranho, por exemplo, vermos no mesmo tratado as seguintes de-

⁴Este facto causa muita discussão, para interessados mando AS ASTÚCIAS DA CUMPLICIDADE: SOBRE A SUPOSTA INFLUÊNCIA DE SPINOZA SOBRE MARX

⁵Ética, pag 7, Primeira Parte: Definição 3.

⁶Proposições retiradas na primeira parte do

finições presentes no capítulo *A natureza e a origem da mente*:

1. *Por corpo compreendo um modo que exprime, de uma maneira definida e determinada, a essência de Deus, enquanto considerada como coisa extensa. Veja-se o corol. da prop. 25 da P. 1.*⁷

2. *Digo pertencer à essência de uma certa coisa aquilo que, se dado, a coisa é necessariamente posta e que, se retirado, a coisa é necessariamente retirada; em outras palavras, aquilo sem o qual a coisa não pode existir nem ser concebida e vice-versa, isto é, aquilo que sem a coisa não pode existir nem ser concebido.*

3. *Por ideia compreendo um conceito da mente, que a mente forma porque é uma coisa pensante. Explicação: Digo conceito e não percepção, porque a palavra percepção parece indicar que a mente é passiva relativamente ao objeto, enquanto conceito parece exprimir uma ação da mente.*

4. *Por ideia adequada compreendo uma ideia que, enquanto considerada em si mesma, sem relação com o objeto, tem todas as propriedades ou denominações intrínsecas de uma ideia verdadeira. Explicação. Digo intrínsecas para excluir a propriedade extrínseca, a saber, a que se refere à concordância da ideia com o seu ideado.*

5. *A duração é a continuação indefinida do existir. Explicação: Digo indefinida porque a duração não pode ser, de maneira alguma, determinada pela própria natureza da coisa existente, nem tampouco pela causa eficiente, a qual, com efeito, necessariamente põe a existência da coisa, mas não a retira.*

6. *Por realidade e por perfeição compreendo a mesma coisa.*

7. *Por coisas singulares compreendo aquelas coisas que são finitas e que têm uma existência determinada. E se vários indivíduos contribuem para uma única ação, de maneira tal que sejam todos, em conjunto, a causa de um único efeito, considero-os todos, sob este aspecto, como uma única coisa*

⁷ *Corolário. As coisas particulares nada mais são que afecções dos atributos de Deus, ou seja, modos pelos quais os atributos de Deus exprimem-se de uma maneira definida e determinada.*

singular.

Juntando Spinoza a Mário Branco, examinaremos o seguinte excerto da música *Mudar de vida*:

Em tudo o que foi vivido
 procuramos um sentido:
 o que essa vida nos diz
 uma matriz
 um pendor
 um sonho, um amor, um desamor, uma paixão
 uma razão
 – ou uma grande razão

Por baixo de cada vida
 há essa roda que gira
 com os ratinhos lá dentro
 a fazer a roda andar
 As coisas materiais
 as coisas essenciais
 o pão, a casa, os sinais
 que são a vida directa
 a existência concreta
 As coisas que estão à mão
 que nos parecem normais
 - a paz, o pão, a saúde, a habitação -
 Então: Mudar de vida?

Podemos ver a relação entre a substância única, Deus de Spinoza, com a *roda que gira por baixo de cada vida*, uma realidade que se esconde por de trás de todas as acções e vivências pessoais. O exercício de Marx pode ser entendido em tentar chegar a esta realidade, à substância única social, quem em Spinoza é Deus, em Marx é o social. Assim torna-se claro como de uma mercadoria, Marx, "salta" para uma realidade abstrata de "trabalho em abstrato"; esta, nada mais é, que a substância social que se exprime em

vários tipos de trabalho. Também em conjunto com esta conceptualização da substância social existe uma crítica iminente à atitude individualista e/ou racionalista, vemos por exemplo em Descartes, nas suas meditações, mesmo após meditar tanto, citando-lo:

A meditação que fiz ontem encheu-me o espírito de tantas dúvidas que doravante não está mais em meu alcance esquecê-las. E, no entanto, não vejo de que maneira poderia resolvê-las; e, como se de súbito tivesse caído em águas muito profundas, estou de tal modo surpreso que não posso nem firmar meus pés no fundo, nem nadar para me manter à tona. Esforçar-me-ei, não obstante, e seguirei novamente a mesma via que trilhei ontem, agastando-me de tudo em que poderia imaginar a menor dúvida, da mesma maneira como se eu soubesse que isto fosse absolutamente falso; e continuarei sempre nesse caminho até que tenha encontrado algo de certo, ou pelo menos, se outra coisa não me for possível, até que tenha aprendido certamente que não há nada no mundo de certo⁸

Mesmo duvidando tanto, com uma atitude esperançosa de procurar do escuro uma verdade, não conseguiu duvidar de uma coisa, de si mesmo, passando a citar:

Mas que sei eu, se não há nenhuma outra coisa diferente das que acabo de julgar incertas, da qual não se possa ter a menor dúvida? Não haverá algum Deus, ou alguma outra potência, que me ponha no espírito tais pensamentos? Isso não é necessário; pois talvez seja eu capaz de produzi-los por mim mesmo. Eu estou, pelo menos, não serei alguma coisa? Mas já neguei que tivesse qualquer sentido ou qualquer corpo. Hesito no entanto, pois que se segue daí? Serei de tal modo dependente do corpo e dos sentidos que não possa existir sem eles? Mas eu me persuadi de que nada existia no mundo, que não havia nenhum céu, nenhuma terra, espíritos alguns, nem corpos alguns; não me persuadi também, por tanto, de que eu não existia? Certamente não, eu existia sem dúvida, se é que eu me persuadi, ou, apenas, pensei alguma coisa. Mas há algum, não sei qual, enganador muito poderoso e muito ardiloso que emprega toda a sua indústria em enganar-se sempre.

⁸ *Meditações*, Meditação segunda, §1

Não há, pois, dúvida alguma de que sou, se ele me engana; e, por mais que me engane, não poderá jamais fazer com que eu nada seja, enquanto eu pensar ser alguma coisa. De sorte que, após ter pensado bastante nisto e de ter examinado cuidadosamente todas as coisas, cumpre enfim concluir e ter por constante que esta proposição, eu sou, eu existo, é necessariamente verdadeira todas as vezes que a enuncio ou que a concebo em meu espírito⁹

A crítica que se apresenta implícita é que, se para Descartes "Penso logo existo", Marx responde, não, a maioria da existência individual do "eu", existe no ato de não pensar, de reproduzir as relações social sem atitude crítica, sem pensar, "*Eles não sabem disso, mas o fazem*"¹⁰, ou como exemplo completo, vemos no Capítulo 2 d'"O Capital"o estudo do processo de troca, onde vemos:

Em sua perplexidade, nossos possuidores de mercadorias pensam como Fausto. Era no início a ação. Por isso, eles já agiram antes mesmo de terem pensado. As leis da natureza das mercadorias atuam no instinto natural de seus possuidores, os quais só podem relacionar suas mercadorias umas com as outras como valores e, desse modo, como mercadorias na medida em que as relacionam antagonicamente com outra mercadoria qualquer como equivalente universal. Esse é o resultado da análise da mercadoria. Mas somente a ação social pode fazer de uma mercadoria determinada um equivalente universal. A ação social de todas as outras mercadorias exclui uma mercadoria determinada, na qual todas elas expressam universalmente seu valor. Assim, a forma natural dessa mercadoria se converte em forma de equivalente socialmente válida. Ser equivalente universal torna-se, por meio do processo social, a função especificamente social da mercadoria excluída. E assim ela se torna – dinheiro.

Aqui esta crítica ao racionalismo e ao individualismo é algo que se escondeu dentro de Marx e mesmo um dos maiores críticos de Marx esqueceu-se de a defender, preferiu assim, Mises, ao invés de tentar responder às críticas ao racionalismo, preferiu apelar ao senso comum, à sensação de "Calem-se

⁹ *Meditações*, Meditação segunda, §4

¹⁰ O Capital, A mercadoria: O carácter fetichista da mercadoria

e olhem para a União Soviética!”, os velhos homens que defendem o racionalismo puro, caem então por terra. Por isso, quando Mises diz o seguinte:

*O objetivo final da ação humana é sempre satisfazer o desejo do homem que agiu. Não existe nenhum padrão de maior ou menos satisfação diferente do que os julgamentos individuais de valor, diferentes por várias pessoas e pelas mesmas pessoas em diferentes alturas. O que faz um homem sentir-se inquieto ou menos inquieto é estabelecido por ele e pelo padrão da sua própria vontade e julgamento, daqui a sua pessoa e subjectiva avaliação. Ninguém está numa posição de decidir o que deve fazer um homem comum simples*¹¹

Descartes conseguiu arranjar maneira de duvidar nos seus próprios julgamento, Mises não, Mises defende-os com um solipsismo e nem sequer dos ”bons”, sendo que continua preso às categorias económicas, enquanto que outros solipistas nem nas categorias económicas acreditam, porém se Mises diz que o homem usa julgamento e a sua vontade para avaliar essas coisas, estas duas vêm de padrões social e institucionais que se encontra presentes, voltando aos princípios de substância social.

Mas afinal de contas o que é o capitalismo? Primeiro a palavra é enganadora, n”O Capital”esta palavra aparece muito tardia e aparece poucas vezes, porém aparece da seguinte maneira definido:

*[...] o periodo de capitalismo, quando a riqueza social torna-se em um grande crescimento do grau de pobreza daqueles que estão em oposição à apropriação continua e eterna do trabalho não pago dos outros*¹²

¹¹Tradução da minha autoria, texto original presente em *Human Action*, pg 51: *The ultimate goal of human action is always the satisfaction of the acting man's desire. There is no standard of greater or lesser satisfaction other than individual judgments of value, different for various people and for the same people at various times. What makes a man feel uneasy and less uneasy is established by him from the standard of his own will and judgment, from his personal and subjective valuation. Nobody is in a position to decree what should make a fellow man happier.*

¹²Tradução da minha autoria, texto original em ”O Capital”, capítulo ”Conversão

A conceptualização de capitalismo neste preciso momento é diferente desde que quando Marx tratou dela, hoje é definida como um sistema específico de leis específicas, quase consegues ter Capitalismo e Socialismo na mesma mão. Muitos são os que criticam os Comunistas de achar que só existe o Capitalismo como ele existe agora e o Comunismo, porém a resposta é um simples sim, dentro d"O Capital" iremos encontrar uma crítica generalizada às teorias da Economia Política e um estudo geral da Mercadoria, Trocas, Dinheiro... Não iremos encontrar qual é o "dever" do Estado ou da ética, isso vem depois, para nós, Comunista, a crítica é feita à realidade como se apresenta... Mas tentando responder à questão, o que é o capitalismo? (ou o que é isto?) Bem existe duas características deste sistema:

1. Constante e irracional movimento
2. Igualdade entre todas as coisas

Como tínhamos estudado anteriormente, existe por de trás do capitalismo esta ânsia irracional, este querer acumular por acumular, querer trocar por trocar. Usaremos um exemplo concreto, porque trocamos as coisas por dinheiro? Porque com o dinheiro podemos trocar por outras coisas... Mas porque podemos trocar o dinheiro por outras coisas? Porque toda a gente troca as suas coisas por dinheiro... Vemos aqui a lógica em ciclo, algo que só entra em funcionamento com a irracionalidade do sistema, no tempo de Marx este aspeto era menos evidente, o ouro dava uma figura concreta ao dinheiro capaz de esconder e justifica-lo mais facilmente, porém agora, o dinheiro está envolto de misticismo que ninguém consegue compreender.

Porém aqui surge uma pequena surpresa, como assim capitalismo trás igualdade? Então claro que trás igualdade, então reparemos, existe a questão

da mais valia em Capital, secção "Produção Capitalista e a Progressão de escala crescente. Transição das Leis de Propriedade que caracteriza a Produção de Mercadorias em Leis de Apropriação Capitalista: *the period of capitalism, when social wealth becomes to an ever-increasing degree the property of those who are in a position to appropriate continually and ever afresh the unpaid labour of others.*

filosófica quando é que vale uma vida humana, bem o capitalismo já respondeu isso por nós, a tua vida está igualada num ficheiro de *Excel* com tantas outras coisas! O teu sustento equalizado com outros gastos como propaganda política, *lobbys* e festas para os donos. Não só iguala o homem a coisas, mas também todos os antigos princípios e conceitos que este desenvolveu, a vontade popular, a democracia, têm um preço, a liberdade é bonita, uma missão em si, porém está numa loja mesmo à tua frente, tens a liberdade de trabalhar para os outros para a teres, mas nunca a alcanças, sempre algo a fazer... Porém existe impedimentos dentro desta igualdade, tudo é igualado pelo dinheiro, pela mercadoria, todas as relações humanas, todos os afetos, todos os desejos, mas menos uma, uma específica, a relação dentro das empresas produtivas; não é estranho por isto vermos empresas como a Walmart e a Amazon com economias planificadas dentro do seu interior¹³. O capitalismo é *a roda andar* e nós *os ratinhos lá dentro / a fazer a roda andar*, sem reparar que estamos também dentro dela, esquecendo a nossa vida e a vida dos outros, alienados da nossa existência, esta agarrada numa roda fora da nossa consciencia, por isso, acontece como Mário Branco canta:

Vida verdadeiramente
 é sempre a vida da gente
 que penosamente
 insistentemente
 inexplicavelmente
 vai fazendo andar a roda
 que fabrica a vida toda

Muitos de nós nem dão conta...
 Achamos isso normal...

Mas afinal:

E a hora de trabalho que há em cada coisinha?
 E o cansaço da mãe co'as panelas na cozinha?
 Como se chama a Judite que me fez esta camisa?
 Onde está o Eduardo que fez este projector?
 E onde pára o Vladimir que ergueu aquela parede?

¹³Ver *The People's Republic of Walmart: How the World's Biggest Corporations are Laying the Foundation for Socialism*, para quem estiver interessado

Estão não sei onde
 Do outro lado daquilo a que nós chamamos vida
 A vida deles
 para nós não é bem vida
 é – digamos assim – mercadoria produzida
 São umas “coisas”...
 Umas coisas que vivem... sei lá onde, sei lá como...
 Viverão?
 Essa gente
 - tirando alguma exceção -
 não está confortavelmente
 aqui sentada à minha frente
 ouvindo a minha canção
 Vai vendo telenovelas
 Olhos perdidos no espaço
 A digerir o cansaço
 A descansar do vazio
 São corpos esgotados
 destinados
 a serem recarregados
 que amanhã é outro dia
 em que vão trocar por pão, ou tudo, ou nada
 mais e mais mercadoria
 fabricada, montada, embalada e transportada
 que p'ra eles não vale nada

Agora a típica forma de resposta da consciência liberal. é responder 'sim é verdade, mas...', como Zizek conceitualiza, '*Eu sei muito bem que é verdade, mas mesmo assim...*', onde nos mostra por exemplo:

A melhor maneira de detetar a eficiência deste postulado é de pensar na maneira que nós nos comportamos com a materialidade do dinheiro: nós sabemos muito bem que o dinheiro, como todas as outras coisas materiais, sofrem com dos efeitos do seu uso, que o seu corpo material muda ao longo do tempo, mas na nossa efetividade social no mercadoria nós tratamos as

*moedas como se elas consistirem de 'uma substancia imutável, a substância sobre o tempo não tem poder, e com isso aparece o antitético contraste de qualquer outro material encontrado na natureza'. Como tentativa de chamar de novo a formula de recusa fetichista: 'Eu sei muito bem, mas mesmo assim...'. Para a nossa presente exemplificação desta mesma formula ('Eu sei muito bem que a Mãe não tem um pénis(Referência à teoria de Freud¹⁴), mas mesmo assim.. [Eu acredito que ela tenha uma]'; 'Eu sei que os Judeus são pessoas como nós, mas mesmo assim... [Existe algo neles]') nós podemos sem duvidar adicionar esta variante do dinheiro: 'Eu sei que o dinheiro é um objeto material como todos os outros, mas mesmo assim... [é como este tivesse uma substância especial que o tempo não tem qualquer poder]'*¹⁵

Quase que me atrevo a dizer que toda a gente odeia o capitalismo, porém a maioria pensa desta maneira, até diria as pessoas que mais beneficiam deste sistema. As ginásticas mentais que levam alguém a defender um sistema que apresentou grande miséria e alienação a grande parte da população vem com relativismos históricos 'Sim, o capitalismo é mau, mas historicamente foi o que desenvolveu mais a tecnologia', com éticas e morais superficiais 'Sim, o capitalismo é mau, mas é o único sistema que o mérito é reconhecido', com medo 'Sim , o capitalismo é mau, mas a sua alternativa é pior' , com simples e mero niilismo 'Sim, o capitalismo é mau, mas o que vamos fazer?', ou até com revisionismo 'Isto não é verdadeiro capitalismo, verdadeiro capitalismo na verdade é quando estás numa sociedade sem Estado e sem Classe, o comunismo é qua é uma sociedade com Estado e com Classes!'

¹⁴Nota, adicionada por mim

¹⁵Texto original em, O objeto sublime da Ideologia, pag. 43: "The easiest way to detect the effectivity of this postulate is to think of the way we behave towards the materiality of money: we know very well that money, like all other material objects, suffers the effects of use, that its material body changes through time, but in the social effectivity of the market we none the less treat coins as if they consist 'of an immutable substance, a substance over which time has no power, and which stands in antithetic contrast to any matter found in nature'. How tempting to recall here the formula of fetishistic disavowal: 'I know very well, but still ... '. To the current exemplifications of this formula ('I know that Mother has not got a phallus, but still . . . [I believe she has got one], ; 'I know that Jews are people like us, but still ... [there is something in them],) we must undoubtedly add also the variant of money: 'I know that money is a material object like others, but still ... [it is as if it were made of a special substance over which time has no power]'

Como é claro, são questões difíceis, construir uma alternativa àquilo que temos agora, como podemos negar tudo o que conhecemos? No próximo excerto, Mario Branco faz a mesma questão, na sua canção *FMI*:

Eu quero desnascer, ir-me embora, sem ter que me ir embora. Mãe, por favor, tudo menos a casa em vez de mim, outro maldito que não sou senão este tempo que decorre entre fugir de me encontrar e de me encontrar fugindo, de quê mãe? Diz, são coisas que se me perguntem? Não pode haver razão para tanto sofrimento. E se inventássemos o mar de volta, e se inventássemos partir, para regressar. Partir e aí nessa viagem ressuscitar da morte às arreguas que me deste. Partida para ganhar, partida de acordar, abrir os olhos, numa ânsia colectiva de tudo fecundar, terra, mar, mãe... lembrar como o mar nos ensinava a sonhar alto, lembrar nota a nota o canto das sereias, lembrar o depois do adeus, e o frágil e ingénuo cravo da Rua do Arsenal, lembrar cada lágrima, cada abraço, cada morte, cada traição, partir aqui com a ciência toda do passado, partir, aqui, para ficar...

Podemos sonhar? Qual é o custo de sonhar?, Marx até nos leva a este exercício dentro d"O Capital", no tratamento do fetiche da mercadoria:

Por fim, imaginemos uma associação de homens livres, que trabalham com meios de produção coletivos e que conscientemente despendem suas forças de trabalho individuais como uma única força social de trabalho. Todas as determinações do trabalho de Robinson reaparecem aqui, mas agora social, e não individualmente. Todos os produtos de Robinson eram seus produtos pessoais exclusivos e, por isso, imediatamente objetos de uso para ele. O produto total da associação é um produto social, e parte desse produto serve, por sua vez, como meio de produção. Ela permanece social, mas outra parte é consumida como meios de subsistência pelos membros da associação, o que faz com que tenha de ser distribuída entre eles. O modo dessa distribuição será diferente de acordo com o tipo peculiar do próprio organismo social de produção e o correspondente grau histórico de desenvolvimento dos produtores. Apenas para traçar um paralelo com a produção de mercadoria, suponha que a cota de cada produtor nos meios de subsistência seja determinada por seu tempo de trabalho, o qual desempenharia, por-

tanto, um duplo papel. Sua distribuição socialmente planejada regula a correta proporção das diversas funções de trabalho de acordo com as diferentes necessidades. Por outro lado, o tempo de trabalho serve simultaneamente de medida da cota individual dos produtores no trabalho comum e, desse modo, também na parte a ser individualmente consumida do produto coletivo. As relações sociais dos homens com seus trabalhos e seus produtos de trabalho permanecem aqui transparentemente simples, tanto na produção quanto na distribuição.

Ou como John Lennon, nos canta, *Imaginem um mundo sem Céu, sem países e sem posses, um a vida para hoje, em paz e em partilha*

São questões difíceis, algo que no futuro penso que escreverei sobre como poderia se organizar um mundo fora do capitalismo. O comunismo, como movimento social e sistema, pretende cumprir as seguintes promessas, a promessa de democracia, tudo o que afeta o meu ser deve então ter consentimento meu, a promessa de livre associação, permitir que todos possam se unir para a produção sem impedimentos, sendo que os meios de produção estejam a acesso de toda a gente, a promessa de liberdade, expulsar a coerção económica e a construção de um sistema além deste.

Introdução - O objecto de estudo e objectivo do Estudo

As intenções que tinha para este estudo eram maiores do que aquelas que consegui expressar neste texto teórico. Nos meus apontamento iniciais tentei perceber as categorias económicas que Marx usava e como elas funcionavam, mas rapidamente percebi que não só as categorias económicas que contam, mas também as categorias gerais e o método que Marx esconde por de trás do seu estudo. Dediquei, então, grande parte deste estudo para decifrar a maneira que Marx expõe e estuda o Capital. No entanto, com esse estudo geral, o Capital como obra perdeu um bocado o seu lado mistificador, sendo que, algumas das minha intenções de tratar alguns argumentos que Marx fez em texto, foram facilitados por expressões matemáticas.

Com isso a estrutura que se desenvolveu foi dividida em dois, passando do Estudo Geral do método de Marx para um estudo matemática directo (excluindo assim a minha intenção de explicar verbalmente alguns argumentos de Marx). Na segunda parte, decidi espelhar a estrutura da obra analisada, Pretendo desta forma que o estudo matemático d"O Capital" possa ser usado como acompanhamento ao mesmo, apresentando uma alternativa na forma de exposição dos mesmos argumentos .

No entanto, quem conta um conto acrescenta um ponto e como tal este texto não irá substituir o Capital como obra teórica, sendo que alguns conteúdos podem ter sido ou esquecidos ou mal representados, não por minha intenção, mas por lapso da minha interpretação, por isso desafio o leitor a duvidar sempre dos argumentos aqui apresentadas, Citando o próprio Marx: *Eu vou supor que, como é óbvio, o leitor que está com esperanças de aprender algo novo e por isso pena por ele mesmo / I presuppose, of course,*

a reader who is willing to learn something new and therefore to think for himself (tradução feita por mim, quote original retirada da versão Inglesa d"O Capital") .

A edições d"O Capital"que será usada, nas citações ao longo deste texto a edição que está disponível no MIA (Marxist Internet Archive), como também a versão publicada por Boitempo . A minha leitura. no entanto. foi realizada numa versão inglesa, que se encontram que se encontra igualmente na MIA e por vezes irei citá-la quando achar que esta encobre melhor o significado das proposições e conceitos.

Índice

1	Lógica geral por detrás do Capital	22
1.1	Como Marx pensava	22
1.2	Categorias/Lógica gerais	27
1.3	Método de estudo	40
2	Mercadoria	49
2.1	Os Dois Factores da Mercadoria: Valor-de-Uso e Valor-de-Troca ou Valor Propriamente Dito (Substância do valor, Grandeza do Valor)	49
2.2	Duplo Carácter do Trabalho Representado na Mercadoria	56
2.3	A Forma do Valor [ou o valor-de-troca]	60
2.4	O Fetichismo da Mercadoria e o Seu Segredo	74
3	Dinheiro	75
3.1	Trocas	75
3.2	A medida de valores	85
3.3	A metamorfose das mercadorias	98
3.4	M-D, a primeira metamorfose (venda)	102
3.5	D-M, a segunda e ultima metamorfose (compra)	105
3.6	O curso do dinheiro	109
3.7	A moeda. O signo do valor	116
3.8	Dinheiro, como entesouramento	118
3.9	Dinheiro, como meio de pagamento	124
3.10	O dinheiro mundial	131
4	A transformação do dinheiro em capital	133
4.1	A Formula Geral do Capital	133
4.2	As Contradições da fórmula geral	140

4.3	A compra e a venda de força de trabalho	143
5	O processo-trabalho e o processo de produção de mais valia	155
5.1	O processo de trabalho	155
5.2	O processo de valorização	169
6	Capital constante e capital variável	180
7	A taxa do mais-valor	190
7.1	O grau de exploração da força de trabalho	190
7.2	O mais-produto	194
8	A jornada de trabalho	195
8.1	Os limites da jornada de trabalho	195
8.2	A avidez por mais-trabalho. O fabricante e o boiardo	197
8.3	A luta pela jornada normal de trabalho.	198
9	Taxa e massa do mais-valor	203
10	O conceito de mais-valor relativo	210
11	Cooperação	218
12	Divisão do trabalho e manufatura	223
12.1	A dupla origem da manufatura	223
12.2	O trabalhador parcial e sua ferramenta	226
12.3	As duas formas fundamentais da manufatura – manufatura heterogênea e manufatura orgânica	228
12.4	Divisão do trabalho na manufatura e divisão do trabalho na sociedade	234
12.5	O caráter capitalista da manufatura	239
13	Maquinaria e grande indústria	246
13.1	Desenvolvimento da maquinaria	246
14	Maquinaria e grande indústria	250
14.1	Transferência de valor da maquinaria ao produto	250
14.2	Efeitos imediatos da produção mecanizada sobre o trabalhador	257
14.3	A fábrica	265

	21
14.4 A luta entre trabalhador e máquina	268
14.5 A teoria da compensação, relativa aos trabalhadores deslocados pela maquinaria	270
15 Mais-valor absoluto e relativo	276
16 Variação de grandeza do preço da força de trabalho e do mais-valor	279
17 Diferentes fórmulas para a taxa de mais-valor	282
18 O Salário	284
18.1 Transformação do valor (ou preço) da força de trabalho em salário	284
18.2 Transformação do valor (ou preço) da força de trabalho em salário	287
18.3 O salário por peça	288
18.4 Diversidade nacional dos salários	289
19 O processo de acumulação do capital	291
20 A assim chamada acumulação primitiva	292

Capítulo 1

Lógica geral por detrás do Capital

1.1 Como Marx pensava

O método de Marx é, em suma, complicado; porém tentarei dar aqui o meu melhor para explicar como funciona. Nos prefácios e posfácios encontramos algumas dicas de como Marx pretendia realizar o seu estudo: no posfácio da segunda edição alemã, por exemplos, encontrámos seguinte excerto:

Depois de uma citação do meu prefácio a Kritik der Pol. Oek., Berlin, 1859, pp. IV-VII, onde debati a base materialista do meu método, o autor prossegue:

”«Para Marx uma só coisa é importante: encontrar a lei dos fenómenos, de cuja investigação ele se ocupa. E, para ele, é importante não apenas a lei que os rege na medida em que eles têm uma forma acabada e permanecem numa conexão, tal como é observada num dado período de tempo. Para ele, é ainda acima de tudo importante a lei da sua mudança, do seu desenvolvimento, isto é, da passagem de uma forma à outra, de uma ordem de conexão à outra. Uma vez descoberta esta lei, investiga em pormenor as consequências por que se dá a conhecer na vida social... Por consequência, Marx esforça-se por uma só coisa: por demonstrar, através de uma investigação científica rigorosa, a necessidade de determinadas ordens das relações sociais e por constatar, tão irrepreensivelmente quanto possível, os factos que lhe servem de pontos de partida e de apoio. Para

isso é perfeitamente suficiente que ele, com a necessidade da ordem presente, demonstre, ao mesmo tempo, a necessidade de uma outra ordem, a que a primeira inevitavelmente tem de passar, sendo totalmente indiferente que os homens acreditem nela ou não acreditem, estejam conscientes dela ou não estejam conscientes. Marx considera o movimento social como um processo histórico-natural, dirigido por leis que não só são independentes da vontade, da consciência e da intenção dos homens, como inversamente antes determinam o seu querer, consciência e intenções... Quando o elemento consciente na história da cultura desempenha um papel tão subordinado, é evidente então que a crítica, cujo objecto é a própria cultura, não pode, menos do que qualquer outra coisa, ter por base qualquer forma ou qualquer resultado da consciência. Isto significa que não é a ideia mas apenas o fenómeno exterior, que lhe pode servir de ponto de partida. A crítica limitar-se-á à comparação e confronto de um facto, não com a ideia mas com o outro facto. Para ela apenas é importante que ambos os factos possam o mais possível ser rigorosamente investigados e que realmente constituam um em face do outro diversos momentos do desenvolvimento; antes de tudo, porém, é importante que, não menos rigorosamente, seja pesquisada a série das ordens, a sequência e ligação em que as etapas de desenvolvimento aparecem. Mas, dir-se-á, as leis universais da vida económica são as mesmas, sendo totalmente indiferente que se apliquem ao presente ou ao passado. É precisamente isto que Marx nega. Segundo ele, semelhantes leis abstractas não existem... Em sua opinião, pelo contrário, cada período histórico possui as suas leis próprias... Assim que a vida ultrapassou um dado período de desenvolvimento, passou de um dado estágio a outro, começa também a ser guiada por outras leis. Numa palavra, a vida económica oferece-nos um fenómeno análogo à história do desenvolvimento em outros domínios da Biologia... Os velhos economistas enganavam-se acerca da natureza das leis económicas quando as comparavam às leis da Física e Química... Uma análise mais profunda dos fenómenos provou que os organismos sociais se diferenciam uns dos outros tão fundamentalmente como os organismos vegetais e os organismos animais... Sim, um mesmo fenómeno está submetido a leis completa e totalmente diversas em consequência da estrutura global [Gesamtbau] diversa daqueles organismos, do desvio dos seus órgãos individuais, da diferença das condições em que funcionam, etc. Marx nega, por exemplo, que a lei da população seja a mesma para todos os tempos e para todos os lugares. Assegura, pelo contrário, que cada etapa de desenvolvimento tem a sua própria lei de população... Com o desenvolvimento

CAPÍTULO 1. LÓGICA GERAL POR DETRÁS DO CAPITAL 1.1. COMO MARX PENSAVA

diverso da força produtiva alteram-se as relações e as leis que as regem. Quando Marx coloca a si próprio o objectivo de, a partir deste ponto de vista, investigar e explicar a ordem económica capitalista, formula apenas de um modo científico exacto o objectivo que toda a investigação rigorosa da vida económica tem de ter... O valor científico de semelhante pesquisa reside no esclarecimento das leis particulares que regem a génese, existência, desenvolvimento e morte de um dado organismo social e a sua substituição por um outro, superior. E, de facto, o livro de Marx tem este valor.»

Quando o autor descreve tão apropriadamente aquilo a que chama o meu método real e tão generosamente o que à minha aplicação pessoal dele concerne, que outra coisa descreveu ele senão o método dialéctico?

Certamente que o modo de exposição se tem de distinguir formalmente do modo de investigação. A investigação tem de se apropriar do material em pormenor, de analisar as suas diversas formas de desenvolvimento e de seguir a pista do seu vínculo interno. Somente depois de completado este trabalho pode o movimento real ser exposto em conformidade. Se se consegue isto e se a vida do material se reflecte, então, idealmente [ideell] poderá parecer que se está perante uma construção a priori.

O meu método dialéctico é, pela base, não apenas diverso do de Hegel mas o seu directo oposto. Para Hegel, o processo do pensamento — que ele transforma mesmo num sujeito autónomo sob o nome de Ideia — é o demiurgo do real, que forma apenas o seu fenómeno exterior. Para mim, inversamente, o ideal [das Ideelle] não é senão o material transposto e traduzido na cabeça do homem.

Considero este excerto exprime bem como Marx "pensava". Começando devagar, Marx considerava as ideias como reflexões duma realidade que estava fora da consciência; tal como o texto exprime

Quando o elemento consciente na história da cultura desempenha um papel tão subordinado, é evidente então que a crítica, cujo objecto é a própria cultura, não pode, menos do que qualquer outra coisa, ter por base qualquer forma ou qualquer resultado da consciência. Isto significa que não é a ideia mas apenas o fenómeno exterior, que lhe pode servir de ponto de partida.

Para Hegel, o processo do pensamento — que ele transforma mesmo num sujeito autónomo sob o nome de Ideia — é o demiurgo do real, que forma apenas o seu fenómeno exterior. Para mim, inversamente, o ideal

CAPÍTULO 1. LÓGICA GERAL POR DETRÁS DO CAPITAL 1.1. COMO MARX PENSAVA

[das Ideelle] não é senão o material transposto e traduzido na cabeça do homem.

Devemos ter atenção com a palavra "refletir", mais tarde examinaremos mais profundamente as implicações desta palavra. Sendo esta conceptualização das ideias e do sujeito, a próxima proposição apresentada num dos prefácios não é de estranhar:

Para evitar possíveis mal-entendidos, mais uma palavra. Não pinte a cor-de-rosa as figuras do capitalista e do proprietário fundiário. Mas aqui só se trata de pessoas na medida em que elas são a personificação de categorias económicas, suportes de determinados interesses e relações de classes. O meu ponto de vista, segundo o qual o desenvolvimento da formação económica da sociedade é assimilável à marcha da natureza e à sua história, pode menos que qualquer outro tornar o indivíduo responsável por relações de que socialmente ele é afinal a criatura, por mais que ele se queira libertar delas.

Importante clarificar que a personificação não deve ser vista da maneira *cartonizada*. O conceito de "personificação" de Marx refere-se a como o sujeito (cada individuo) é o meio pelo qual as categorias económicas aqui estudadas se materializam. A formula que se rege esta relação é a formula que Marx explica posteriormente no seu trabalho sobre o fetiche "*Eles fazem-no sem o saber*" ("*We are not aware of this, nevertheless we do it.*").

O método do estudo de Marx começa então com os fenómenos aparentes, com uma realidade social que parece independente e objectiva. A partir das expressões destes fenómenos, Marx parte para a análise pormenorizada da realidade, estudando as suas partes, e a realidade social que se esconde por detrás desses fenómenos. O objetivo de Marx é não só entender o objeto de estudo, como também descobrir como o objeto se desenvolveu como conceito. Daqui vemos mais uma das proposições iniciais de Marx, cuja a qual está diretamente relacionada com as que vimos anterior, que vê a história como um processo de desenvolvimento, passando a citar: *A crítica limitar-se-á à comparação e confronto de um facto, não com a ideia mas com o outro facto. Para ela apenas é importante que ambos os factos possam o mais possível ser rigorosamente investigados e que realmente constituam um em face do outro diversos momentos do desenvolvimento; antes de tudo,*

CAPÍTULO 1. LÓGICA GERAL POR DETRÁS DO CAPITAL 1.1. COMO MARX PENSAVA

porém, é importante que, não menos rigorosamente, seja pesquisada a série das ordens, a sequência e ligação em que as etapas de desenvolvimento aparecem. Mas, dir-se-á, as leis universais da vida económica são as mesmas, sendo totalmente indiferente que se apliquem ao presente ou ao passado. É precisamente isto que Marx nega. Segundo ele, semelhantes leis abstractas não existem... Em sua opinião, pelo contrário, cada período histórico possui as suas leis próprias... Assim que a vida ultrapassou um dado período de desenvolvimento, passou de um dado estágio a outro, começa também a ser guiada por outras leis. Numa palavra, a vida económica oferece-nos um fenómeno análogo à história do desenvolvimento em outros domínios da Biologia...

Aconselho a releitura do excerto que apresentei, uma leitura atenta a cada frase e conceito. Na próxima secção irei lidar mais detalhadamente com os conceitos abstraídos, penso que voltar de vez em quando a reler este excerto o fará ter maior significado ao leitor e o permitirá ver por detrás das linhas, tal como o método de Marx!

1.2 Categorias/Lógica gerais

Um facto engraçado sobre a minha leitura do capital é que a mesma tornou-se completamente nausadiada pelos conceitos que Marx costuma usar, conceitos estes que ele nunca define e usa com frequência. Aqui surge dois problemas, um entender o significado dos conceitos ou é algo que se deriva pelo contexto que está ser usado e acabamos por ser enganados pelas nossas próprias concepções dos termos que infelizmente, na maioria das vezes são influenciadas por outros grandes filósofos e economistas, o que infelizmente no faria fazer quase um pecado cardinal, ler Hegel... Felizmente ao longo da minha leitura, retirei os conceitos que achei mais importantes e pretendo aqui fazer um estudo detalhado sobre o seu significado.

abstração :

Talvez o conceito mais essencial dentro do método do Sr. Marx¹, Num dos prefácios podemos ver:

A forma-valor realizada na forma-dinheiro é algo de muito simples. No entanto, o espírito humano tem procurado em vão, desde há mais de dois mil anos, penetrar no seu segredo, quando afinal chegou a analisar, pelo menos aproximadamente, formas muito mais complexas e portadoras de um sentido mais profundo. Porquê? Porque o corpo organizado é mais fácil de estudar do que a célula que o constitui. Por outro lado, a análise das formas económicas não pode socorrer-se do microscópio nem de reagentes químicos; a abstracção é a única forma que pode servir-lhe de instrumento. Ora, para a sociedade burguesa actual, a forma-mercadoria do produto do trabalho, ou a forma-valor da mercadoria, é a forma celular económica. Para o homem pouco culto, a análise desta forma parece perder-se em minúcias; de facto são, necessariamente, minúcias, mas apenas como as que se encontram na anatomia microscópica.

Dentro d"O Capital", porém, o conceito é usado poucas vezes, mas mesmo assim o método está presente em quase todo o desenvolvimento da obra. Iremos examinar as principais secções onde usado:

¹Temos que começar a tratar Marx pelo respeito que este merece. Por vezes acho que infantilizamos demasiado sendo que na altura que ele publicou este belo (e extenso) texto já tinha idade para ser nosso avô

Este elemento comum não pode ser uma propriedade natural qualquer - geométrica, física, química, etc. - das mercadorias. As qualidades naturais destas só são tomadas em consideração, na medida em que lhes conferem uma utilidade que as torna valores-de-uso. Mas, por outro lado, é evidente que na troca se faz abstracção do valor-de-uso das mercadorias, sendo a relação de troca caracterizada precisamente por essa abstracção. Na troca, um valor-de-uso vale precisamente tanto como qualquer outro, desde que se encontre na proporção adequada. Ou, como diz o velho Barbon: "Uma espécie de mercadoria é tão boa como outra, quando o seu valor-de-troca é igual; não existe nenhuma diferença, nenhuma distinção entre coisas de igual valor-de-troca". Como valores-de-uso, as mercadorias são, sobretudo, de qualidade diferente; como valores-de-troca só podem ser de quantidade diferente [e não contêm, portanto, um só átomo de valor-de-uso].

Ora, se abstrairmos do valor-de-uso das mercadorias, resta-lhes uma única qualidade; a de serem produto do trabalho. Então, porém, já o próprio produto do trabalho está metamorfoseado sem o sabermos. Com efeito, se abstrairmos do seu valor-de-uso, abstraímos também de todos os elementos materiais e formais que lhe conferem esse valor. Já não é, por exemplo, mesa, casa, fio, ou qualquer outro objecto útil; já não é também o produto do trabalho do marceneiro, do pedreiro, de qualquer trabalho produtivo determinado. Juntamente com os caracteres úteis particulares dos produtos do trabalho, desaparecem o carácter útil dos trabalhos neles contidos e as diversas formas concretas que distinguem as diferentes espécies de trabalho. Apenas resta, portanto, o carácter comum desses trabalhos; todos eles são reduzidos ao mesmo trabalho humano, [trabalho humano abstracto,] a um dispêndio de força humana de trabalho, independentemente da forma particular que revestiu o dispêndio dessa força.

A abstracção é usada na parte mais controversa da obra², na qual Marx desenvolve o conceito de trabalho abstrato. Voltaremos a examinar esta passagem com mais cuidado, porém aqui podemos observar o método na sua mais perfeita forma.

Ora a abstracção permite a Marx retirar uma categoria comum de uma relação entre várias coisas distintas. Dando um exemplo mundano, abstracção também é usada, quando falamos de *pessoa*, *pessoa* é um conceito abstrato, sem qualquer conteúdo, este conceito é derivado do conjunto de

²Na minha humilde opinião

vários indivíduos, onde o conteúdo de cada indivíduo que o torna distinto é abstraído para a característica comum, ser *pessoa*.

*A forma-valor relativa geral do mundo das mercadorias imprime à mercadoria equivalente, excluída desse mundo, o carácter de equivalente geral. [A sua própria forma natural é a figura comum do valor desse mundo; por isso] o tecido é agora imediatamente permutável por todas as outras mercadorias. [A sua forma corpórea apresenta-se como a incarnação visível, a materialização comum, social de todo o trabalho humano.] A sua forma natural é, portanto, ao mesmo tempo, a sua forma social. A tecelagem, o trabalho privado que produz o tecido, adquire por isso mesmo o carácter de trabalho social, a forma de igualdade com todos os outros trabalhos. As inúmeras equações de que se compõe a forma-valor geral equiparam o trabalho realizado no tecido com o trabalho contido em cada mercadoria que sucessivamente é comparada com ele, transformando a tecelagem na forma genérica de manifestação do trabalho humano [em geral]. Deste modo, o trabalho objectivado no valor das mercadorias não é representado somente numa forma negativa, isto é, como uma abstracção em que se diluem as formas concretas e as propriedades úteis do trabalho real; o que agora ressalta nitidamente é a sua natureza positiva. É a redução de todos os trabalhos reais ao seu carácter comum de trabalho humano, de dispêndio da mesma força humana de trabalho.*³

Aqui podemos ver com mais nitidez a que que Marx se refere com abstracção: refere-se à diluição do concreto⁴, a redução as coisas ao seu carácter comum.

³É absolutamente normalmente não perceber o que Marx está a falar no início - o objetivo deste texto é clarificar estas partes. Depois da leitura deste texto completa, uma releitura das citações provavelmente será mais facilitada. Lembrar também que não basta rezar, é preciso ir à missa, com isto quero dizer, não há nada como pegar no texto original e daí derivar as vossas próprias conclusões

⁴categoria que explicaremos asseguir

concreto :

À primeira vista, o concreto parece ser o diametricamente oposto ao abstrato; mas será realmente oposto? Vejamos o exemplo:

Segunda particularidade da forma de equivalente: O trabalho concreto torna-se a forma de manifestação do seu contrário, o trabalho humano abstracto.

Neste caso específico, o trabalho concreto nada mais é do que expressão do trabalho abstrato ⁵. Podemos ver o concreto como a "realidade" como ela é, porém dessa maneira iremos abstrair-nos realmente do que o concreto realmente é. Penso que a maneira mais correta de ver o concreto é ver este como um ponto singular, um ponto onde vários abstratos são refletidos, onde a realidade como um todo se reflete toda, Isto torna-se importante porque o estudo do Sr. Marx começa exatamente por uma categoria na sua forma concreta, a mercadoria, categoria esta que irá refletir várias realidades, (como o facto de que uma mercadoria tem necessariamente de ter sido produzida e conseqüentemente, existe uma relação social escondida), Também nela será representado valor de outras mercadorias e representa valor noutras mercadorias. Em suma, o concreto é esta visão superficial do que uma coisa é, é algo com um conjunto de várias características e com várias formas, no concreto podemos ver refletida toda a realidade e do concreto podemos abstrair uma categoria.

Forma :

A riqueza das sociedades em que domina o modo-de-produção capitalista apresenta-se como uma "imensa acumulação de mercadorias". 1A análise da

⁵Mais tarde examinaremos o que expressão significa

mercadoria, forma elementar desta riqueza, será, por conseguinte, o ponto de partida da nossa investigação.

*Forma é das primeira categorias gerais que Marx usa no seu estudo, logo no emblemático primeiro parágrafo vemos o conceito "forma" a referir-se à mercadoria. Normalmente, usamos *forma* para falar do aspeto real da coisa, porém, aqui, Marx usa forma como se fosse uma imposição a um conceito: por exemplo, Marx começa pela categoria "Mercadoria" e força-a a existir na "forma elementar". Esta forma pode ser imposta por Marx para proceder ao estudo, ou também pode ser algo imposto por outra categoria, como várias vezes acontece ao longo do texto.*

A utilidade de uma coisa transforma essa coisa num valor-de-uso. Mas esta utilidade nada tem de vago e de indeciso. Sendo determinada pelas propriedades do corpo da mercadoria, não existe sem ele. O próprio corpo da mercadoria, tal como o ferro, o trigo, o diamante, etc., é, conseqüentemente, um valor-de-uso, e não é o maior ou menor trabalho necessário ao homem para se apropriar das qualidades úteis que lhe confere esse carácter. Quando estão em causa valores-de-uso, subentende-se sempre uma quantidade determinada, como uma dúzia de relógios, um metro de tecido, uma tonelada de ferro, etc. Os valores-de-uso das mercadorias constituem o objecto de um saber particular: a ciência e a arte comerciais. Os valores-de-uso só se realizam pelo uso ou pelo consumo. Constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social dessa riqueza. Na sociedade que nos propomos examinar, são, ao mesmo tempo, os suportes materiais do valor-de-troca.

Consideremos agora o resíduo dos produtos do trabalho. Eles assemelham-se completamente uns aos outros. Todos eles têm uma mesma realidade fantástica, invisível. Metamorfosados em sublimados idênticos, fracções do mesmo trabalho indistinto, todos estes objectos manifestam apenas uma coisa: que na sua produção foi dispendida uma força de trabalho humano, que neles está acumulado trabalho humano [independentemente da forma concreta do trabalho]. Enquanto cristais dessa substância social comum, são considerados valores [valores-mercadoria].

Como podemos ver nos exemplo a cima, Sr.Marx fala da "forma social da riqueza", ou seja, a forma imposta pela categoria "social" à riqueza.

CAPÍTULO 1. LÓGICA GERAL POR DETRÁS DO CAPITAL1.2. CATEGORIAS/LÓGICA GERAIS

Também vemos o uso da "forma concreta do trabalho" que se refere ao trabalho na sua *forma* concreta, como tínhamos visto anteriormente, todos os vários trabalhos.

Modo de :

Modo como conceito é bastante semelhante ao conceito de forma, aliás, por vezes, é usado de maneira idêntica. Porém a meu ver existe uma diferença entre as duas categorias. Por exemplo, basta ver o dicionário comum para ver que *modo* está relacionado como *forma* com "configuração das coisas, figura" e "maneira de ser ou de estar"⁶. Nos prefácios e pós-fácios podemos ver várias referências ao "modo" conjugado como "modo-de-produção"; não é só uma "aparência" da produção, dentro do modo está a implicação de um tipo de movimento, algum tipo de vida e vontade.⁷

Certamente que o modo de exposição se tem de distinguir formalmente do modo de investigação. A investigação tem de se apropriar do material em pormenor, de analisar as suas diversas formas de desenvolvimento e

⁶Definições presentes no dicionário priberam <https://dicionario.priberam.org/forma> e <https://dicionario.priberam.org/modo>

⁷Passando a citar: *O físico, para se esclarecer acerca dos processos da natureza, ou estuda os fenómenos quando estes se apresentam sob a forma mais perfeita e menos obscurecida por influências perturbadoras, ou procede a experiências em condições que assegurem tanto quanto possível a regularidade do seu movimento. O que estudo nesta obra é o modo-de-produção capitalista e as relações de produção e de troca que lhes correspondem. O lugar clássico desta produção é, até agora, a Inglaterra. Eis por que é a este país que vou buscar os factos e os exemplos principais que servem de ilustração ao desenvolvimento das minhas teorias. Se o leitor alemão se permitisse um farisaico encolher de ombros a propósito da situação dos operários, industriais e agrícolas ingleses, ou se se embalasse na ideia optimista de que as coisas estão muito longe de ir tão mal na Alemanha, seria obrigado a gritar-lhe: De te fabula narratur!*

de seguir a pista do seu vínculo interno. Somente depois de completado este trabalho pode o movimento real ser exposto em conformidade. Se se consegue isto e se a vida do material se reflecte, então, idealmente [ideell] poderá parecer que se está perante uma construção a priori.

No posfácio em que Marx fala sobre o seu método, o *modo* é quase como o "meio" em que algo se torna existente, enquanto que *forma* trata da figura de uma categoria. Por isso, torna-se evidente que quase sempre que o conceito de "modo de" é usado a referir-se ao fim de um tipo de processo, por exemplo, modo-de-produção fala do modo de como os produtos passam a existir, modo de exposição fala-se do processo de como se controia uma exposição teórica de uma coisa e o modo de investigação como o modo em que se adquire conhecimento sobre uma coisa.

Expressão :

Expressão é um conceito peculiar e interessante muito semelhante ao conceito de afetos de Spinoza: indo ao trabalho original deste filósofo podemos encontrar a seguinte definição

*Por modo compreendo as afecções de uma substância, ou seja, aquilo que existe em outra coisa, por meio da qual é também concebido.*⁸

Dando um exemplo mundano, se considerarmos um filme e nós como substância, o filme como substância irá ter efeitos dentro de nós, seja nas emoções que sentimos, memórias guardadas, marcas e etc.

⁸Substância é definida por Spinoza da seguinte maneira: *Por substância compreendo aquilo que existe em si mesmo e que por si mesmo é concebido, isto é, aquilo cujo conceito não exige o conceito de outra coisa do qual deva ser formado.*

No seguinte excerto de um dos prefácios podemos encontrar o seguinte uso da categoria de expressão:

*A economia política, na Alemanha, tem sido, até agora, uma ciência estrangeira. Circunstâncias históricas particulares, já em grande parte denunciadas por Gustav de Gulich na sua História do comércio, da indústria, etc., impediram durante muito tempo entre nós o surto da produção capitalista e, por consequência, o desenvolvimento da sociedade moderna, da sociedade burguesa. Por isso, a economia política não foi, na Alemanha, um fruto próprio; chegou-nos já pronta da Inglaterra e da França como um artigo de importação. Os nossos professores permaneceram alunos; mais do que isso, nas suas mãos a **expressão teórica de sociedades mais avançadas** transformou-se numa colecção de dogmas interpretados por eles no sentido de uma sociedade atrasada, [do mundo pequeno-burguês que os rodeava,] interpretados portanto ao contrário. Para dissimular a sua falsa posição, a sua falta de originalidade, a sua impotência científica, os nossos pedagogos ostentaram um verdadeiro luxo de erudição histórica e literária; ou então juntaram à sua mercadoria outros ingredientes tirados dessa salsada de conhecimentos heterogêneos que a burocracia alemã adornou com o nome de *Kameralwissenschaften* (ciência administrativa).*

Como podemos ver, *expressão* aqui foi usada desta maneira: as sociedades mais avançadas expressaram-se teoricamente e o resultado disso foram os trabalhos teóricos que foram importados para a Alemanha.

Um exemplo extraído da geometria elementar ilustra isso claramente. Para medir e comparar as superfícies de qualquer figura rectilínea, decompômo-la em triângulos. Depois reduzimos o triângulo a uma expressão completamente diferente do seu aspecto visível: ao semi-produto da base pela altura. Do mesmo modo, os valores-de-troca das mercadorias devem ser reduzidos a qualquer coisa de comum, de que representam um mais ou um menos.

De maneira mais desenvolvida, vemos o uso de expressão também na sua construção de conceito de "trabalho abstrato". Vemos neste exemplo sobre geometria que a área do triângulo seria uma expressão duma realidade diferente do seu aspecto visível, que seria a fórmula da área do triângulo

$\frac{\text{base} * \text{altura}}{2}$. Podemos ver assim que o uso da expressão vai ser usado para referir como a realidade por detrás do fenómeno, primeiramente a expressão das categorias abstratas.

Reflexão :

A categoria *reflexão* é muito semelhante à categoria de expressão, porém a *reflexão* está associada com uma "expressão mais nitida"⁹. Em relação à crítica que Marx apresenta ao método Hegeliano:

Certamente, o processo de exposição deve distinguir-se formalmente do processo de investigação. Cabe à investigação apropriar-se da matéria em todos os seus pormenores, analisar as diversas formas do seu desenvolvimento e descobrir a sua relação íntima. É somente depois de concluída esta tarefa que o movimento real pode ser exposto no seu conjunto. Se se conseguir chegar a esse ponto, de tal modo que a vida da matéria se reflecta na sua reprodução ideal, isso pode levar a acreditar numa construção a priori.

O meu método dialéctico não só difere, pela sua base, do método hegeliano, mas é exactamente o seu oposto. Para Hegel, o movimento do pensamento, que ele personifica com o nome de Ideia, é o demiurgo da realidade, que não é senão a forma fenomenal da Ideia. Para mim, pelo contrário, o movimento do pensamento é apenas o reflexo do movimento real, transposto e traduzido no cérebro do homem.

Marx afirmava que o *o movimento do pensamento é apenas o reflexo do movimento real*. Ele contudo não está a dizer que o pensamento reflecto

⁹ter em atenção que a reflexão como termo não implica que toda a realidade de uma coisa é refletida, mas sim um aspeto desta é refletido com nitidez

diretamente todos os aspetos da realidade, mas sim o movimento associado com esta.¹⁰.

Nos rodapés também vemos alguns exemplos que falam por si:

O mesmo acontece em outros domínios. Um homem, por exemplo, só é rei porque outros homens se consideram seus súbditos e se comportam como tais. Mas, ao contrário, eles acreditam que são súbditos porque ele é rei.

De certo modo, passa-se com o homem o mesmo que com a mercadoria. Como não vem ao mundo com um espelho, nem como um filósofo fichtiano, cujo Eu de nada tem necessidade para se afirmar [:"eu sou eu"], ele vê-se e reconhece-se somente num outro homem. Também este último lhe parece, em carne e osso, a forma fenomenal do género humano. [Somente pela sua relação com o homem Paulo, como seu semelhante, é que o homem Pedro se vê a si mesmo como homem. Desse modo, também o Paulo de carne e osso, na sua materialidade paulina, surge para Pedro como a forma de manifestação do género homem.]

No trabalho ao longo do Capital vemos, por exemplo, que a matéria de uma mercadoria seria o espelho do valor de outra mercadoria:

O valor de uma mercadoria (por exemplo, o tecido) encontra-se agora representado em inúmeros outros elementos [do mundo das mercadorias]. A matéria de qualquer outra mercadoria torna-se o espelho do valor do tecido.

Em virtude da relação de valor, a forma natural da mercadoria B torna-se a forma-valor da mercadoria A, ou melhor, o corpo de B torna-se no espelho do valor de A. O valor da mercadoria A, assim expresso no valor-de-uso da mercadoria B, adquire a forma-valor relativa.

¹⁰Mais tarde examinaremos o conceito de movimento

Movimento :

No estudo directo feito no "O Capital" vemos o seguinte uso de movimento:

Uma quantidade maior de valores-de-uso constitui, evidentemente, uma maior riqueza material; com dois fatos podem vestir-se dois homens, com um fato, apenas um; etc. Todavia, a um acréscimo da massa da riqueza material pode corresponder um decréscimo simultâneo do seu valor. Este movimento contraditório deriva do duplo carácter do trabalho. A eficácia de um trabalho útil, num certo espaço de tempo, depende da sua força produtiva ou produtividade. Por isso, o trabalho útil torna-se uma fonte mais ou menos abundante de produtos na razão directa do aumento ou da diminuição da sua força produtiva. Pelo contrário, uma variação desta força não afecta nunca directamente o trabalho representado no valor. Uma vez que a força produtiva pertence ao trabalho concreto e útil, já não poderá afectar o trabalho desde que se abstraia dessa forma concreta e útil. Quaisquer que sejam as variações da sua força produtiva, o mesmo trabalho, no mesmo tempo, produz sempre o mesmo valor. Porém, num mesmo espaço de tempo, o mesmo trabalho produz mais valores-de-uso se aumentar a sua força produtiva, e menos se ela diminuir. Qualquer variação da força produtiva que aumente a fecundidade do trabalho e, por conseguinte, a massa dos valores-de-uso por ele produzidos, faz também diminuir o valor dessa massa assim aumentada, se reduzir o tempo total de trabalho necessário à sua produção. E vice-versa.

Podemos ver que movimento refere-se à variação de algum aspeto de algo e não só o movimento local, como normalmente usamos movimento no dia à dia, mas sim qualquer tipo de alteração na forma e na magnitude de algo.¹¹

¹¹Desenvolvimento é um caso particular, onde o movimento é inerente ao conceito

Particular e vários :

Particular, vários e abstrato são conceitos que aparecem várias vezes, como é claro está associado com o método de Marx de *abstração*, O particular de uma categoria seria então um das categorias, como por exemplo, quando:

Vejamos a questão mais de perto. Uma mercadoria particular (por exemplo um alqueire de trigo) troca-se por outros artigos nas mais diversas proporções. [Portanto, o trigo tem múltiplos valores-de-troca, em vez de um só]. No entanto, o seu valor-de-troca permanece imutável, independentemente da maneira por que se exprime: em x de cera, em y de seda, em z de ouro, etc. [Uma vez que cada uma dessas coisas - x cera, y seda, z ouro - é o valor-de-troca de 1 alqueire de trigo, elas têm de ser - por sua vez - valores-de-troca permutáveis entre si e iguais. Daqui resultam duas coisas: em primeiro lugar, os valores-de-troca válidos para uma mesma mercadoria exprimem uma igualdade; em segundo lugar, porém,] o valor-de-troca tem de ter um conteúdo distinto dessas diversas expressões.

Uma mercadoria em *particular*, neste caso, refere-se a uma existência única de uma mercadoria, "um alqueire de trigo".

Vários seria então o conjunto de vários particulares, no caso, vamos dentro do estudo o uso de "mundo de mercadorias" para se referir a várias mercadorias:

valor de uma mercadoria (por exemplo, o tecido) encontra-se agora representado em inúmeros outros elementos [do mundo das mercadorias]. A matéria de qualquer outra mercadoria torna-se o espelho do valor do tecido. [Desse modo, esse valor aparece ele mesmo pela primeira vez realmente como trabalho humano genérico, indistinto.] Qualquer outro trabalho, seja qual for a sua forma natural - costura, semeadura, extração de ferro ou de ouro, etc. -, é agora considerado igual ao trabalho incorporado no valor do tecido, que atesta assim o seu carácter de trabalho humano. A forma total do valor relativo põe uma mercadoria em relação social [não já apenas com uma única espécie de mercadoria, mas] com todas as outras, [com o mundo das mercadorias. Enquanto mercadoria, ela é cidadã desse mundo]. Ao mesmo tempo, a série interminável das suas expressões mostra que ao valor das mercadorias é indiferente a forma particular de valor-de-uso que

ele reveste.

Como podemos ver "mundo de mercadorias" ou "várias mercadorias" acabam por ser definido como um inúmero de particulares.¹²

Penso que com os conceitos que apresentei aqui a leitura do Capital se tenha tornado mais compreensível, aconselho no entanto na leitura do Capital fazerem o que fiz aqui e tentar definir os conceitos que Marx usa.

¹²Como vimos anteriormente é do vários que retiramos a realidade abstrata, por exemplo, é da existência da várias mercadorias que conseguimos

1.3 Método de estudo

O estudo do Sr.Marx não fica só pelos conceito peculiares, também é o seu método de estudo.Iremos aqui tentar examinar com mais pertinência o estudo que Marx elabora. Na minha opinião, aonde este método particularmente evidente na terceira secções do primeiro capítulo, que aparenta ser também a secções mais complicada para o leitor (e espero que esta exposição do método de Marx facilite a leitura da mesma):

As mercadorias vêm ao mundo sob a forma de valores-de-uso ou de objectos-mercadorias, tais como ferro, tecido, lã, etc. É essa, precisamente, a sua forma natural [,vulgar]. Todavia, só são mercadorias na medida em que se apresentam sob um duplo aspecto: como objectos de uso e como suportes de valor. Só podem, portanto, entrar em circulação [como mercadorias ou sob a forma de mercadorias], na medida em que se apresentem sob uma dupla forma: a sua forma natural e a sua forma-valor.

Elementar ou Acidental ou singular :

Vamos examinar primeiro as instâncias em que estas categorias são usadas:

[Desaparece a relação acidental de dois possuidores individuais de mercadorias.]

O próprio Ricardo não dispensa a sua robinsonada. "Segundo ele, o caçador e o pescador primitivos são mercados que trocam o peixe e a caça à razão da duração do trabalho contido nesses valores-de-troca. Aqui comete o singular anacronismo de pôr o caçador e o pescador a consultarem

as tabelas de anuidades usadas em 1817 na bolsa de Londres, a fim de avaliarem os seus instrumentos de trabalho. "Os paralelogramas do Snr. Owen parecem ser a única forma de sociedade que ele conhecia além da sociedade burguesa." [23] [Karl Marx, Zur Kritik..., pp. 38, 39 (Contribuição..., p. 64).]

Como podemos ver, *elementar*, *acidental* e *singular* refletem um relação entre dois particulares, algo que acontece meramente por acaso, um fenómeno que chega aos nossos olhos todos os dias. É daqui que Marx começa a estudar com o intuito de descobrir a relação social que se esconde por detrás desta relação:

O mistério de qualquer forma-valor esconde-se nesta forma simples. É portanto na sua análise que se encontra a dificuldade.

Porém o que que Marx irá examinar? A seguir iremos analisar as categorias que Marx examina nesta forma elementar, também ele examinará estas propriedades em quase todas as formas.

Qualidade : :

Segundo Marx, o aspecto qualitativo é um aspeto que normalmente é esquecido no estudo das relação elementares. Como o próprio afirma:

Os poucos economistas que, como S. Bailey, procuraram fazer a análise da forma-valor, não podiam chegar a nenhum resultado: primeiramente, porque confundiam sempre o valor com a sua forma; em segundo lugar, porque, sob a influência grosseira do burguês prático, se preocuparam desde o início exclusivamente com o aspecto quantitativo. "O poder de dispor da

quantidade (...) é o que faz o valor

No seu estudo, Marx considera a equivalência entre dois particulares no aspeto qualitativo:

Mas as duas mercadorias, assim equiparadas na sua qualidade e na sua essência, não desempenham o mesmo papel. Só o valor do tecido é que se encontra aí expresso. E como? Relacionando-o com uma mercadoria de espécie diferente, o fato, como seu equivalente, isto é, algo que pode substituí-lo ou é permutável com ele. É desde logo evidente que nesta relação o fato aparece exclusivamente como forma de existência do valor, [como coisa-valor,] pois [só nessa qualidade é que ele é o mesmo que o tecido,] só exprimindo valor é que ele pode figurar como valor em face de uma outra mercadoria. Por outro lado, a própria propriedade de valor do tecido revela-se aqui ou adquire aqui uma expressão distinta. Com efeito, poderia o valor fato ser posto em equação com o tecido ou servir-lhe de equivalente, se o tecido não fosse também valor?

Ao examinar este aspeto, encontra a diferença qualitativa relativamente à posição de cada mercadoria na expressão de elementar. No caso uma mercadoria seria uma expressão do valor de outra e conseqüentemente uma mercadoria apresenta-se de forma equivalente, como algo que pode ser trocado, e uma outra mercadoria na forma relativa, algo que expressa o seu valor. O estudo qualitativo é muito rigoroso e por alturas massacrante, porém é um estudo que é feito regularmente ao longo d"O capital", o objetivo é encontrar estas categorias.

Quantidade :

O segundo passo no estudo da relação elementar é o estudo quantitativo. Para o caso, vemos o seguinte excerto:

Qualquer mercadoria, cujo valor haja de ser expresso, é uma certa quantidade de uma coisa útil (por exemplo, quinze alqueires de trigo, cem libras de café, etc.), que contém uma quantidade determinada de trabalho. A forma-valor tem de exprimir, portanto, não somente valor em geral, mas um valor de uma certa grandeza. Na relação de valor da mercadoria A com a mercadoria B, a mercadoria B é equiparada a A não somente sob o ponto de vista da qualidade, mas ainda sob o ponto de vista da quantidade: uma certa quantidade de B equivale a uma certa quantidade de A.

O que Marx estuda neste aspeto é a variação da magnitude. Este estudo costuma ser muito demorado e massacrante; neste caso o estudo é da expressão elementar entre duas mercadorias, variando o trabalho socialmente necessário para produzir a mercadoria na forma de equivalência e na forma relativa. Dada esta análise, ele conclui que o movimento por detrás da aparência. Como a conclusão do estudo quantitativo nesta secção nos mostra:

Como se vê, mudanças reais na grandeza do valor não se reflectem nem claramente nem completamente na sua expressão relativa [ou na grandeza do valor relativo]. O valor relativo de uma mercadoria pode variar, embora o seu valor permaneça constante; pode permanecer constante, embora o seu valor varie; e, finalmente, podem verificar-se variações simultâneas da grandeza de valor e da sua expressão relativa sem que exista correspondência entre elas.

Contradição :

Contradição provavelmente é o elemento mais popular da teoria Marxista, repetido *ad nauseam*, tanto por Marxistas e por Anti-Marxistas, ao ponto de perder qualquer significado. No entanto, a contradição algo que aparece tanto no estudo qualitativo e quantitativo. Exemplificando com a forma relativa, temos o seguinte excerto:

Um exame atento da expressão do valor de A em B mostrou que nessa relação a forma natural da mercadoria A figura apenas como valor-de-uso, e a forma material da mercadoria B apenas como forma-valor. A contradição interna entre o valor-de-uso e o valor, contida na mercadoria, mostra-se, portanto, [numa contradição externa, isto é,] na relação de duas mercadorias, relação em que A, cujo valor se pretende exprimir, figura imediatamente apenas como valor-de-uso, enquanto que, pelo contrário, B, na qual o valor é expresso, figura imediatamente apenas como valor-de-troca. A forma-valor simples de uma mercadoria é, portanto, a simples forma de manifestação da contradição nela contida, entre valor-de-uso e valor.

Todavia, na mesma medida em que se desenvolve a forma-valor em geral, desenvolve-se também a contradição entre os seus dois pólos: valor relativo e equivalente.

Já a primeira forma-valor - 20 metros de tecido = 1 fato - contém esta contradição, mas sem a fixar. Nesta equação, um dos termos (o tecido) encontra-se sob a forma-valor relativa, e o termo oposto (o fato) sob a forma-equivalente. Se porém lermos essa equação ao contrário, o tecido e o fato mudam muito simplesmente de papel, mas a forma da equação permanece inalterado. Assim, é difícil fixar neste caso a contradição entre os dois termos.

As contradições permitem ao Sr. Marx desenvolver o estudo quantitativo, desenvolvendo categorias que se derivam diretamente da existência destas. Sendo assim as contradições não são só coisas factuais que aparecem no estudo, é sim um meio em que o estudo se desenvolve. Quantitativamente podemos também ver o aparecimento de contradições, no exemplo que daremos a seguir aparece no estudo do trabalho:

Uma quantidade maior de valores-de-uso constitui, evidentemente, uma maior riqueza material; com dois fatos podem vestir-se dois homens, com

um fato, apenas um; etc. Todavia, a um acréscimo da massa da riqueza material pode corresponder um decréscimo simultâneo do seu valor. Este movimento contraditório deriva do duplo carácter do trabalho. A eficácia de um trabalho útil, num certo espaço de tempo, depende da sua força produtiva ou produtividade. Por isso, o trabalho útil torna-se uma fonte mais ou menos abundante de produtos na razão directa do aumento ou da diminuição da sua força produtiva. Pelo contrário, uma variação desta força não afecta nunca directamente o trabalho representado no valor. Uma vez que a força produtiva pertence ao trabalho concreto e útil, já não poderá afectar o trabalho desde que se abstraia dessa forma concreta e útil. Quaisquer que sejam as variações da sua força produtiva, o mesmo trabalho, no mesmo tempo, produz sempre o mesmo valor. Porém, num mesmo espaço de tempo, o mesmo trabalho produz mais valores-de-uso se aumentar a sua força produtiva, e menos se ela diminuir. Qualquer variação da força produtiva que aumente a fecundidade do trabalho e, por conseguinte, a massa dos valores-de-uso por ele produzidos, faz também diminuir o valor dessa massa assim aumentada, se reduzir o tempo total de trabalho necessário à sua produção. E vice-versa.

Metamorfose :

Metamorfose é também um meio em que Marx usa para prosseguir o seu estudo, numa secção sobre a forma-valor ele afirma:

É evidente a insuficiência da forma-valor simples, forma embrionária que terá de sofrer uma série de metamorfoses para chegar à forma-preço.

Neste caso específico a metamorfose que Marx aplicou foi a seguinte:

CAPÍTULO 1. LÓGICA GERAL POR DETRÁS DO CAPITAL1.3. MÉTODO DE ESTUDO

Com efeito, a forma simples apenas distingue entre o valor e o valor-de-uso de uma mercadoria, pondo-a em relação de troca com uma só espécie de mercadoria, diferente dela, em vez de representar a sua igualdade qualitativa e a sua proporcionalidade quantitativa com todas as outras mercadorias, Quando o valor de uma mercadoria é expresso nesta forma [relativa] simples, uma outra mercadoria reveste, por sua vez, a forma de equivalente simples. Assim, por exemplo, na expressão do valor relativo do tecido, o fato apenas possui a forma-equivalente - forma que indica que ele é imediatamente permutável - em relação a uma só mercadoria, o tecido.

Contudo, a forma-valor simples [singular,] converte-se por si mesma numa forma mais completa. É certo que ela apenas exprime o valor de uma mercadoria A em uma só espécie de mercadoria diferente dela. Mas a espécie desta segunda mercadoria é absolutamente indiferente: fato, ferro, trigo, etc. As expressões do valor de uma mesma mercadoria tornam-se, portanto, tão variadas quantas as suas relações de valor com outras mercadorias. [O número das suas possíveis expressões do valor é limitado apenas pelo número das espécies de mercadorias diferentes dela.] A expressão isolada do seu valor transforma-se, assim, numa série de expressões simples que se pode prolongar livremente.

Resumindo, Marx passou de comparar duas mercadorias particulares em comparar uma mercadoria particular com várias mercadorias.

Outros exemplos de metamorfose existem, como no caso quando se constrói o conceito de "trabalho abstraído" onde:

As duas formas de actividade produtiva, tecelagem e confecção de vestuário, exigem um dispêndio de força de trabalho humano. Ambas possuem, portanto, a propriedade comum de serem trabalho humano, e em certos casos, como, por exemplo, quando se trata da produção de valor, só devem ser consideradas sob este ponto de vista. Não existe nisso nada de misterioso; mas na expressão de valor das mercadorias, a questão é invertida. Por exemplo, para se exprimir que a tecelagem, não enquanto tal, [como trabalho concreto,] mas na sua propriedade geral de trabalho humano, cria o valor do tecido, contrapõe-se-lhe um outro trabalho [concreto], o que produz o fato, o equivalente do tecido, como a forma palpável na qual se materializa o trabalho humano [abstracto]. O trabalho do alfaiate é, assim, metamorfoseado

em simples expressão da sua própria propriedade abstracta.

e

Ora, se abstrairmos do valor-de-uso das mercadorias, resta-lhes uma única qualidade; a de serem produto do trabalho. Então, porém, já o próprio produto do trabalho está metamorfoseado sem o sabermos. Com efeito, se abstrairmos do seu valor-de-uso, abstraímos também de todos os elementos materiais e formais que lhe conferem esse valor. Já não é, por exemplo, mesa, casa, fio, ou qualquer outro objecto útil; já não é também o produto do trabalho do marceneiro, do pedreiro, de qualquer trabalho produtivo determinado. Juntamente com os caracteres úteis particulares dos produtos do trabalho, desaparecem o carácter útil dos trabalhos neles contidos e as diversas formas concretas que distinguem as diferentes espécies de trabalho. Apenas resta, portanto, o carácter comum desses trabalhos; todos eles são reduzidos ao mesmo trabalho humano, [trabalho humano abstracto,] a um dispêndio de força humana de trabalho, independentemente da forma particular que revestiu o dispêndio dessa força.

Consideremos agora o resíduo dos produtos do trabalho. Eles assemelham-se completamente uns aos outros. Todos eles têm uma mesma realidade fantástica, invisível. Metamorfoseados em sublimados idênticos, fracções do mesmo trabalho indistinto, todos estes objectos manifestam apenas uma coisa: que na sua produção foi despendida uma força de trabalho humano, que neles está acumulado trabalho humano [independentemente da forma concreta do trabalho]. Enquanto cristais dessa substância social comum, são considerados valores [,valores-mercadoria].

Universal/Geral/Expandida :

Depois de examinada a expressão Elementar, existe a metamorfose desta expressão para a expressão Total, como assistimos no excerto:

O valor de uma mercadoria (por exemplo, o tecido) encontra-se agora representado em inúmeros outros elementos [do mundo das mercadorias]. A matéria de qualquer outra mercadoria torna-se o espelho do valor do tecido. [Desse modo, esse valor aparece ele mesmo pela primeira vez realmente como trabalho humano genérico, indistinto.] Qualquer outro trabalho, seja qual for a sua forma natural - costura, sementeira, extracção de ferro ou de ouro, etc. -, é agora considerado igual ao trabalho incorporado no valor do tecido, que atesta assim o seu carácter de trabalho humano. A forma total do valor relativo põe uma mercadoria em relação social [não já apenas com uma única espécie de mercadoria, mas] com todas as outras, [com o mundo das mercadorias. Enquanto mercadoria, ela é cidadã desse mundo]. Ao mesmo tempo, a série interminável das suas expressões mostra que ao valor das mercadorias é indiferente a forma particular de valor-de-uso que ele reveste.

Na primeira forma - 20 metros de tecido = 1 fato - pode parecer que é por acaso que estas duas mercadorias são permutáveis nessa determinada proporção. Na segunda forma, pelo contrário, percebe-se imediatamente o que esta aparência esconde. O valor do tecido permanece o mesmo, quer se exprima em vestuário, em café, em ferro, num sem número de mercadorias diversas, pertencentes aos mais diversos possuidores. [Desaparece a relação accidental de dois possuidores individuais de mercadorias.] Torna-se evidente que não é a troca que regula a grandeza de valor de uma mercadoria; pelo contrário, é a grandeza do valor da mercadoria que regula as suas relações de troca.

O estudo a partir deste momento é expandido para ter em conta a realidade de várias categorias, a expressão que no início era considerada como expressão de um fenómeno entre particulares, passa a ser uma expressão de uma realidade por detrás de várias categorias.

Capítulo 2

Mercadoria

2.1 Os Dois Factores da Mercadoria: Valor-de-Uso e Valor-de-Troca ou Valor Propriamente Dito (Substância do valor, Grandeza do Valor)

A riqueza das sociedades em que domina o modo-de-produção capitalista apresenta-se como uma "imensa acumulação de mercadorias".¹ A análise da mercadoria, forma elementar desta riqueza, será, por conseguinte, o ponto de partida da nossa investigação.

Iremos aqui estudar então a mercadoria:

Vamos forçar a mercadoria a existir na sua forma elementar. Daqui podemos deduzir duas qualidades:

1. Valor de Uso : Chamamos valor de uso às propriedades que estão dentro da mercadoria que têm alguma utilidade.

2. Valor de troca : Chamamos valor de troca à propriedade da mercadoria de poder ser trocada por outra mercadoria.

Vamos analisar ao pormenor as qualidades do valor-de-uso:

3. As propriedades do valores de uso são apropriadas pelo trabalho humano

4. Os valores de uso só são realizados com o consumo

5. Os valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza (seja qualquer forma social da riqueza)

Consequência da proposição 5. temos que: **6. Os valores de uso são os suportes materiais do valor-de-troca**

7. Os valores de uso são medidos a partir de uma medida associada ao seu uso específico, como por exemplo 5 relógios, 3 litros de vinho, 5 cacetes...

A primeira expressão que surge daqui, é a expressão que representa a produção do valor de uso, sendo que:

$$L \rightarrow P \quad (2.1)$$

L é o trabalho necessário para a produção de P, esta expressão pode ser vista tanto qualitativamente, diferentes valores de uso necessitam de diferentes tipos de trabalho, como também quantitativamente, 5 valores de uso precisam de uma determinada magnitude de trabalho, mais tarde estudaremos o trabalho em promenor

Iremos tratar agora os valores de troca, o estudo dos valores de troca aparentam ser um valor intrínseco à mercadorias, como também aleatória e relativo ao tempo e espaço, porém isto é contraditório.

Estudaremos o valor de troca de uma mercadoria particular:

8. Uma mercadoria tem vários valores de troca, pois pode ser trocada por várias mercadorias por magnitudes diferentes

9. As mercadorias que são trocáveis por uma mercadoria, também são trocáveis entre si

Consequência das observações 8. e 9. temos que: **10. Valores de troca**

CAPÍTULO 2. MERCADORIA
2.1. OS DOIS FACTORES DA
MERCADORIA: VALOR-DE-USO E VALOR-DE-TROCA OU VALOR
PROPRIAMENTE DITO (SUBSTÂNCIA DO VALOR, GRANDEZA DO
VALOR)

expressão uma igualdade entre mercadorias

11. O Valor de troca de uma mercadoria tem que ser distinto das expressões de igualdade que cria com as várias mercadorias

Daqui podemos deduzir 4 expressões, as duas primeiras expressão a qualidade de duas mercadorias serem trocáveis e a qualidade de uma mercadoria ser trocável com várias.

$$x \text{ Com. A} \leftrightarrow y \text{ Com. B} \quad (2.2)$$

$$x \text{ Com. A} \leftrightarrow y \text{ Com. B} \leftrightarrow z \text{ Com. C} \leftrightarrow w \text{ Com. D} \leftrightarrow \dots \quad (2.3)$$

As próximas duas representam a igualdade que os valores de troca exprimem (entre duas particulares e uma particular com várias): Formula A, forma de valor elementar/acidental :

$$x \text{ Com. A} = y \text{ Com. B} \quad (2.4)$$

$$x \text{ Com. A} = y \text{ Com. B} = z \text{ Com. C} = w \text{ Com. D} = \dots \quad (2.5)$$

As equações exprimem uma realidade tanto quantitativa, no exemplo da expressão 2.4, $x \text{ Com. A}$ e $y \text{ Com. B}$ são trocáveis, como também uma realidade qualitativa, que a Com. A pode ser trocada pela Com. B . Omitindo as quantidades para mostrar com clareza temos que:

$$\text{Com. A} \leftrightarrow \text{Com. B}$$

$$\text{Com. A} \leftrightarrow \text{Com. B} \leftrightarrow \text{Com. C} \leftrightarrow \text{Com. D} \leftrightarrow \dots$$

$$\text{Com. A} = \text{Com. B}$$

$$\text{Com. A} = \text{Com. B} = \text{Com. C} = \text{Com. D} = \dots$$

Examinaremos equação 2.4 com mais atenção:

$$x \text{ Com. A} = y \text{ Com. B}$$

Ao igualarmos a Com.A e a Com.B estamos dizemos também que existe alguma realidade comparável entre as duas, doutra maneria, em termos de valores de troca, estas duas Com.A e Com.B podem ser reduzidas a um terceiro.

Vamos agora proceder à "descoberta" desta terceira "realidade".

Pelo que vimos até agora a terceira coisa é algo que é inerente à mercadoria, porém é distinta da particularidade da mercadoria.

Sabemos que por definição de mercadoria, esta também é um valor de uso, Então podemos aplicar a expressõa (2.1), chamemos L_A e L_B o trabalho necessário para produzir a mercadoria A e B, respetivamente, onde temos que :

$$L_A \rightarrow x \text{ Com. A} = y \text{ Com. B} \leftarrow L_B$$

Por outras palavras, a mercadoria é produto de um trabalho, porém nós pretendemos uma realidade comum às várias mercadorias, para isso teremos que processar o conceito de trabalho por uma metamorfose, sendo assim, definimos:

12. Pela qualidade comum a todo o tipo de trabalho, por outras palavras ser gasto de trabalho

Iremos representar algebricamente como $absL$ e a definição algebrica da seguinte maneira:

$$absL := L_A \cap L_B \cap L_C \cap \dots \quad (2.6)$$

Esta definição de $ansL$ é no entanto qualitativa, lida com o trabalho que é comum na produção de todas as mercadorias. Dada a definição qualitativa

CAPÍTULO 2. MERCADORIA
2.1. OS DOIS FACTORES DA
MERCADORIA: VALOR-DE-USO E VALOR-DE-TROCA OU VALOR
PROPRIAMENTE DITO (SUBSTÂNCIA DO VALOR, GRANDEZA DO
VALOR)

desta realidade comum a todas as mercadorias, definimos então de seguida valor:

13. Valor de uma mercadoria o trabalho acumulado nesta

Daqui podemos concluir que

14. O trabalho cria valores

15. A magnitude do valor depende da quantidade de trabalho que foi gasto

Devido à definição de trabalho abstrato, ainda não conseguimos deduzir corretamente o valor de uma mercadoria em particular, o que temos até agora pode ser expresso na seguinte expressão. Dado uma sociedade com produção mercantil, chamamos $\sum absL$ a todo o trabalho gasto pela sociedade e $\sum v$ a todos os valores que estão incorporados nas mercadorias:

$$\sum absL = \sum v \quad (2.7)$$

Nós pretendemos no entanto estudar quanto valor tem uma unidade de um tipo de mercadoria, Vamos então definir uma mercadoria A, Consideramos todos o trabalho gasto pela sociedade para a produção da mercadoria A, chame-mos a esta $\sum \alpha$ e n_α ao numero de unidades produzidas desta mercadoria A. Pela equação 2.8 temos:

$$\sum \alpha = \text{Valores em Com.A}$$

Com simples aritmética temos:

$$\frac{\sum \alpha}{n_A} = 1 \text{ unidade de Com.A} \quad (2.8)$$

Precisamos de ter cuidado no entanto no que acabamos de provar, primeiro ter em atenção que este trabalho, primeiro, esta equação presume a existência de uma produção social e mercantil, ou seja, existe competição

entre os produtores para reduzirem o tempo de trabalho necessário para produzir, sendo assim, definimos:

16. Tempo socialmente necessário para produzir, a média de uma certa sociedade de tempo necessário para produzir

17. O valor de uma mercadoria é o tempo socialmente necessário para produzir uma mercadoria da sua espécie.

Usar tempo para medir o trabalho é simplesmente uma convenção, como é claro quando falamos de tempo, também falamos da média de quantidade de trabalho que uma certa sociedade na produção mercantil gasta, como tal levamos a média de todas as variáveis que influenciam o que estivemos a ver.

18. Produtividade do trabalho ou força produtiva como as variáveis que modificam a quantidade de trabalho gasto, como por exemplo, a habilidade média dos trabalhadores, o desenvolvimento da ciência, e o grau da sua aplicação tecnológica, das combinações sociais da produção, da extensão e eficácia dos meios de produção e de condições puramente naturais

19. A grandeza do valor de uma mercadoria varia na razão direta da quantidade e na razão inversa da produtividade do trabalho.

Daqui podemos deduzir a seguinte expressão

$$\frac{\sum \alpha}{n_A} = \frac{\text{Quantidade de trabalho}}{\text{Produtividade do trabalho}} \quad (2.9)$$

1

Concluindo assim temos que

20. A substância do valor é o trabalho

21. A grandeza do valor é a duração do trabalho

¹Esta função ser para exprimir o movimento quando variamos as variáveis.

22. Nem toda a coisa útil é uma mercadoria

23. Para haver a produção de mercadorias, os seus valores de uso têm que ser produzidos para os outros, valores de uso sociais e utilizados por meio de troca

24. O trabalho contido em algo só tem valor se for útil. Se algo for inútil o trabalho que contém é gasto inutilmente, por tanto não cria valor

2.2 Duplo Carácter do Trabalho Representado na Mercadoria

Numa primeira aproximação, a mercadoria apareceu-nos sob um duplo aspecto: valor-de-uso e valor-de-troca. Vimos em seguida que todas as características que qualificam o trabalho enquanto produtor de valores-de-uso desaparecem quando ele se exprime no valor propriamente dito. Este duplo carácter do trabalho consubstanciado na mercadoria foi posto em relevo, pela primeira vez, por mim 11. Como a economia política gira à volta deste ponto, precisamos de analisá-lo mais detalhadamente.

Iremos então aqui estudar o trabalho que é representado na Mercadoria

Iremos então forçar-nos na relação entre duas mercadorias particulares.

1. Trabalho útil é o trabalho que se manifesta na utilidade ou valor de uso do seu produto

2. Vários tipos de valores de uso implicam vários tipos de trabalhos úteis, sendo assim, implica uma divisão social do trabalho

3. Divisão de trabalho é a condição necessária para a produção de mercadorias, mas não a condição suficiente²

4. Somente os produtos de trabalhos privados, autónomos e independentes uns dos outros se apresentam uns perante os outros como mercadorias, reciprocamente permutáveis.

Temos como exemplo de que a divisão do trabalho dentro de uma fábrica não se expressa como troca entre os indivíduos mas a divisão de trabalho entre fábricas já se expressa como troca.

5. Trabalho útil é independente das formas de sociedade, é por isso condição necessária para a existência do homem. É assim o mediador da circulação material entre a natureza e o homem

6. Os valores de uso são a combinação de matéria e de trabalho.

²Podemos ter divisão de trabalho sem ter produção mercantil, mas não podemos ter produção mercantil sem divisão de trabalho.

Removendo a soma total dos diversos trabalho resta apenas o resíduo material, qualquer coisa fornecida pela natureza

Sendo a directa conclusão que

7. O homem só pode produzir modificando a natureza

8. As fontes dos valores de uso produzidos pelo trabalho, ou seja da riqueza material, é o trabalho e a natureza

Voltaremos então a olhar para a mercadoria no seu aspecto de valor.

9. Diferentes tipos de trabalho são apenas dispêndio de força humana.

Devido à nossa definição de "tempo de trabalho" e de "quantidade de trabalho", vemos que

10. Trabalho especializado é nada mais que trabalho potenciado, ou melhor, multiplicado, relativamente à média de trabalho

11. Sem que os produtores se apercebam, o seu trabalho é contado simplesmente como trabalho simples, ou seja, o seu trabalho é reduzido a uma média

Concluindo assim

12. Na análise do valor, todas as variedades de força de trabalho devem ser consideradas como força de trabalho simples

Podemos agora estão estudar a relação do tempo necessário para a produção e o numero de unidades para produzir

Comecemos pela expressão 2.8 onde temos:

$$\frac{\sum \alpha}{n_A} = 1 \text{ unidade de Com.A}$$

Daqui temos que:

$$a \frac{\sum \alpha}{n_A} = a \text{ unidades de Com.A}^3 \quad (2.10)$$

Daqui podemos deduzir um movimento que acontece quando olhamos para a expressão no caso do trabalho, temos que então

$$\text{Produtividade do trabalho} = a \text{ valores de uso A} \quad (2.11)$$

Onde expressa a relação directa entre produtividade do trabalho e a produção do trabalho útil. Porém este não afecta directamente o valor da mercadoria, esta mudança só existe então no trabalho concreto.

13. As variações das forças produtivas e da produtividade só se dão a conhecer no trabalho útil, a variação desta não afecta directamente o trabalho representado no valor⁴

³Tal está a expressar a seguinte passagem do Capital: *Se a força produtiva, por ex., de todos os trabalhos úteis exigidos pela confecção de um fato, permanecer constante, então a grandeza do valor dos fatos aumenta com o seu número. Se 1 fato representa x dias de trabalho, 2 fatos representarão 2x, e assim por diante. Mas admitamos que a duração do trabalho necessário à produção de 1 fato aumente para o dobro, ou se reduza a metade; no primeiro caso, 1 fato passa a ter tanto valor como anteriormente 2, e no segundo, 2 fatos passam a ter apenas o valor de 1, embora em ambos os casos o fato continue a prestar os mesmos serviços e o trabalho útil nele contido continue a ser da mesma qualidade. Mas a quantidade de trabalho gasto na sua produção, essa não permanece a mesma.*

⁴Associado a *Uma quantidade maior de valores-de-uso constitui, evidentemente, uma maior riqueza material; com dois fatos podem vestir-se dois homens, com um fato, apenas um; etc. Todavia, a um acréscimo da massa da riqueza material pode corresponder um decréscimo simultâneo do seu valor. Este movimento contraditório deriva do duplo carácter do trabalho. A eficácia de um trabalho útil, num certo espaço de tempo, depende da sua força produtiva ou produtividade [12]. Por isso, o trabalho útil torna-se uma fonte mais ou menos abundante de produtos na razão directa do aumento ou da diminuição da sua força produtiva. Pelo contrário, uma variação desta força não afecta nunca directamente o trabalho representado no valor. Uma vez que a força produtiva pertence ao trabalho concreto e útil, já não poderá afectar o trabalho desde que se abstraia dessa forma concreta e útil. Quaisquer que sejam as variações da sua força produtiva, o mesmo trabalho, no mesmo tempo, produz sempre o mesmo valor. Porém, num mesmo espaço de tempo, o mesmo trabalho produz mais valores-de-uso se aumentar a sua força produtiva, e menos se ela diminuir. Qualquer variação da força produtiva que aumente a fecundidade do trabalho e, por conseguinte, a massa dos valores-de-uso por ele produzidos, faz também diminuir o valor dessa massa assim aumentada, se reduzir o tempo total de trabalho necessário à sua produção. E vice-versa.*

CAPÍTULO 2. MERCADORIA2.2. DUPLO CARÁCTER DO TRABALHO REPRESENTADO NA MERCADORIA

Em suma podemos então ver os dois lados do trabalho representado na mercadoria:

14. Todo o trabalho é dispêndio, no sentido fisiológico, de força humana, e é nesta qualidade de trabalho igual, abstrato, que ele constitui o valor das mercadorias

15. Todo o trabalho é dispêndio da força humana sob esta ou aquela forma produtiva, determinada por um objeto particular, e é nessa qualidade de trabalho concreto e útil que ele produz valores-de-uso ou utilidades.

2.3 A Forma do Valor [ou o valor-de-troca]

As mercadorias vêm ao mundo sob a forma de valores-de-uso ou de objectos-mercadorias, tais como ferro, tecido, lã, etc. É essa, precisamente, a sua forma natural [vulgar]. Todavia, só são mercadorias na medida em que se apresentam sob um duplo aspecto: como objectos de uso e como suportes de valor. Só podem, portanto, entrar em circulação [como mercadorias ou sob a forma de mercadorias], na medida em que se apresentem sob uma dupla forma: a sua forma natural e a sua forma-valor.

A realidade do valor das mercadorias distingue-se da amiga de Falstaff, a viúva Quickly, pelo facto de não sabermos onde agarrá-la. Em flagrante contraste com a materialidade palpável da mercadoria, não existe um único átomo de matéria que entre no seu valor. Podemos, pois, dar voltas e mais voltas a uma certa mercadoria: enquanto objecto de valor, ela permanecerá inapreensível. No entanto, se nos recordarmos que as mercadorias só possuem valor enquanto são expressão da mesma unidade social - trabalho humano -, que, portanto, o valor das mercadorias é uma realidade puramente social, torna-se evidente que essa realidade social também só se pode manifestar nas transacções sociais, nas relações das mercadorias umas com as outras. De facto, partimos do valor-de-troca ou da relação de troca das mercadorias para chegar ao seu valor, aí escondido. Temos agora de voltar a essa forma de manifestação do valor.

Toda a gente sabe, mesmo quando não se sabe mais nada, que as mercadorias possuem uma particular forma-valor [comum,] que contrasta da maneira mais flagrante com as suas múltiplas formas naturais - é a forma-dinheiro. Importa agora fazer o que a economia burguesa nunca tentou: fornecer a génese da forma-dinheiro, ou seja, seguir o desenvolvimento da expressão do valor contida na relação de valor das mercadorias, desde o seu esboço mais simples e menos aparente até essa forma-dinheiro que salta aos olhos de toda a gente. Com isso se resolve e se faz desaparecer ao mesmo tempo o enigma do dinheiro.

Em geral, a única relação entre as mercadorias é uma relação de valor, e a mais simples relação de valor é, evidentemente, a relação de uma mercadoria com outra qualquer mercadoria de espécie diferente. A relação de valor ou de troca de duas mercadorias fornece, portanto, a uma mercadoria,

a expressão mais simples do seu valor.

Iremos neste capítulo estudar a mercadoria como forma-valor, este capítulo é no entanto talvez o capítulo mais denso do capital, mesmo que vá tentar condensar aqui a informação toda do Capital, existirá várias partes que me irá passar ao lado.

Pelo estudo que demos anteriormente, sabemos que

1. O valor das mercadorias é uma realidade puramente social e como tal só ser expressa em transacções sociais.

Iremos começar com a Forma simples, singular ou acidental do valor, retirando da expressão (2.4) que vimos na primeira secção temos que :

$$x \text{ Com. A} = y \text{ Com. B}$$

Vamos estudar primeiramente o papel qualitativo que cada mercadoria exprime, chamamos de

2. Forma relativa ao papel da mercadoria A, ou seja, a mercadoria que exprime o seu valor na mercadoria B

3. Forma equivalência ao papel da mercadoria B, ou seja, a mercadoria que fornece a matéria para o valor ser exprimido

Pela simples constatação dos seus papeis, podemos ver que são dois pólos contraditórios da mesma equação,⁵ O valor da mercadoria A, na forma

⁵A forma relativa e a forma de equivalente são dois aspectos correlativos, inseparáveis, [que se condicionam mutuamente,] mas ao mesmo tempo são extremos opostos, que se excluem mutuamente, isto é, pólos da mesma expressão de valor. Essas duas formas distribuem-se sempre pelas diversas mercadorias que a expressão do valor relaciona mutuamente. [Não posso, por exemplo, expressar o valor do tecido em tecido.] A equação: 20 metros de tecido = 20 metros de tecido [não é nenhuma expressão de valor], significa somente que 20 metros de tecido são precisamente a mesma coisa que 20 metros de tecido, quer dizer, não são mais que uma certa soma de um valor-de-uso: tecido. O valor do tecido só pode, portanto, exprimir-se relativamente, isto é, numa outra mercadoria. A forma-valor relativa do tecido pressupõe, portanto, que uma outra mercadoria qualquer se encontre em face dele sob forma de equivalente. Por outro lado,

relativa, só pode exprimir o seu valor numa outra mercadoria na forma de equivalência, nunca poderá expressar o seu valor em si mesma, e a mercadoria na forma de equivalência não pode expressar o seu valor, pois é ela que fornece a matéria para a expressão do valor da outra mercadoria.

Como é óbvio os papeis da equação podem inverter.

$$\text{Com. A} = \text{Com. B}$$

Dizer que a Mercadoria A relaciona-se com o seu equivalente, a mercadoria B diferente de A, é a mesma coisa de dizer que A é substituível ou permutável com B.

4. A mercadoria B aparece exclusivamente como forma de existência do valor.

Iremos então agora examina mais profundamente o conteúdo da forma relativa do valor.⁶

Perante o trabalho de definição de trabalho abstrato e valor temos que: **5, A força de trabalho em ação, ou o trabalho humano, cria o valor, mas não é valor. Este só se torna valor quando cristalizado sob a forma de objecto.**

Este apresenta uma contradição, *Por um lado, é preciso representá-lo como uma pura condensação de trabalho humano abstracto, pois que, enquanto valor, a mercadoria não tem outra realidade. Ao mesmo tempo, esta condensação deve revestir a forma de um objecto claramente distinto do próprio tecido (Mercadoria A no nosso caso) mas que, ao mesmo tempo, seja comum a ele e às outras mercadorias. Este problema já está, porém,*

a mercadoria que figure como equivalente não pode encontrar-se ao mesmo tempo, sob forma-valor relativa. Não é ela que exprime o seu valor; apenas fornece a matéria para a expressão do valor da outra mercadoria.

⁶Marx entra aqui em análise outra vez os conteúdos do trabalho, penso que este não é necessário visto que as conclusões que ele releva é as mesmas que já tínhamos tirado anteriormente, ao igualarmos duas mercadorias, estamos a igualar dois tipos de trabalho e com isso temos o que é comum entre os dois trabalho, que é o trabalho humano em geral.

resolvido.

6. A mercadoria B apresenta-se como a forma-valor da mercadoria A, ou exprime o valor da mercadoria A no valor de uso da mercadoria B.⁷

Iremos agora estudar a determinação quantitativa da forma-valor relativa.

Começando pela expressão simples que já tínhamos abordado:

$$a \text{ Com. A} = b \text{ Com. B}$$

Esta igualdade exprime que os valores incorporados em a mercadorias de A são iguais aos valores incorporados a b mercadorias de Com. B, também sabemos que, pelo estudo do valor das duas mercadorias, que:

$$a \frac{\sum \alpha}{n_A} = a \text{ unidades de Com.A}$$

$$b \frac{\sum \beta}{n_B} = b \text{ unidades de Com.B}$$

Daqui concluímos então que:

⁷Esta secção tem vários excertos que não posso ignorar pela sua beleza poética, também podem ajudar ao leitor a perceber os conteúdos de tal *Na realidade, o fato não pode, de modo algum, representar valor, nas suas relações com o tecido, sem que ao mesmo tempo o valor tome a figura de um fato. Da mesma maneira, o indivíduo A não poderá apresentar-se perante o indivíduo B como majestade, sem que a majestade revista imediatamente aos olhos de B a figura física de A; provavelmente é por isso que essa figura muda de cara, de cabelos e de muitas coisas, com cada novo pai-do-povo.* como também no excerto *Na relação na qual o fato é o equivalente do tecido, a forma fato surge, portanto, como forma-valor do tecido, ou exprime o valor do tecido no valor-de-uso do fato. Enquanto valor-de-uso, o tecido é um objecto sensivelmente diferente do fato; enquanto valor, é uma coisa igual ao fato e tem o seu aspecto, como o prova claramente a equivalência do fato com ele. [Assim o tecido adquire uma forma-valor distinta da sua forma natural.] A sua propriedade de valor manifesta-se na sua igualdade com o fato, tal como a natureza de carneiro do cristão na sua semelhança com o cordeiro de Deus.*

$$a \frac{\sum \alpha}{n_A} = b \frac{\sum \beta}{n_B} \quad (2.12)$$

Com simples aritmética, podemos também que

$$a = b \frac{\frac{\sum \beta}{n_B}}{\frac{\sum \alpha}{n_A}}$$

As variações que Marx expõem no seu estudo desta grandeza são facilmente deduzidas por esta equação. Iremos explicar o exemplo I, o resto é bastante elementar pela observação da equação na forma de como ela está.

Vamos estudar aqui a variação do valor da mercadoria A e considerar o valor da mercadoria b constante. Para tal iremos chamar $\frac{\sum \alpha}{n_A i}$, como o tempo necessário à produção da mercadoria A inicialmente e $\frac{\sum \alpha}{n_A f}$, pela suposição de Marx temos que

$$2 * \frac{\sum \alpha}{n_A i} = \frac{\sum \alpha}{n_A f}$$

e

$$20 * \frac{\sum \alpha}{n_A i} = 1 * \frac{\sum \beta}{n_B}$$

O que pretendemos estudar é o valor de b na seguinte equação:

$$20 * \frac{\sum \alpha}{n_A f} = b * \frac{\sum \beta}{n_B}$$

O exercício é muito simples, para tal basta pegar na suposição e temos que

$$20 * \frac{\sum \alpha}{n_A i} = 1 * \frac{\sum \beta}{n_B}$$

$$10 * \left(2 * \frac{\sum \alpha}{n_{A i}} \right) = 1 * \frac{\sum \beta}{n_B}$$

$$10 * \frac{\sum \alpha}{n_{A f}} = 1 * \frac{\sum \beta}{n_B}$$

$$20 * \frac{\sum \alpha}{n_{A f}} = 2 * \frac{\sum \beta}{n_B}$$

concluindo assim que $b = 2$.

Ao invés de explicar exemplo a exemplo irei simplesmente tentar generalizar estas noções que descobrimos. Definimos então da seguinte maneira: $\frac{\sum \alpha}{n_{A i}}$ e $\frac{\sum \alpha}{n_{A f}}$, o tempo necessário para a produção da mercadoria A antes e depois da alteração e $\frac{\sum \beta}{n_{B i}}$ e $\frac{\sum \beta}{n_{B f}}$ o tempo necessário para a produção da mercadoria B antes e depois da alteração.

Como tal iremos definir duas variáveis que iram ser necessárias:

$$\Delta_A = \frac{\frac{\sum \alpha}{n_{A f}}}{\frac{\sum \alpha}{n_{A i}}}$$

$$\Delta_B = \frac{\frac{\sum \beta}{n_{B f}}}{\frac{\sum \beta}{n_{B i}}}$$

O objetivo é observar como se altera o valor de A quando este é materializado no valor de uso de B, peguemos assim na equação tínhamos estudado e temos que:

$$a = b_i \frac{\frac{\sum \alpha}{n_{A i}}}{\frac{\sum \beta}{n_{B i}}}$$

Então queremos determinar b_f da seguinte equação:

$$a = b_f \frac{\frac{\sum \alpha}{n_A} f}{\frac{\sum \beta}{n_B} f}$$

Sabemos que então:

$$b_i \frac{\frac{\sum \alpha}{n_A} i}{\frac{\sum \beta}{n_B} i} = b_f \frac{\frac{\sum \alpha}{n_A} f}{\frac{\sum \beta}{n_B} f}$$

$$b_i = b_f \frac{\frac{\sum \alpha}{n_A} f}{\frac{\sum \beta}{n_B} f} \frac{\frac{\sum \beta}{n_B} i}{\frac{\sum \alpha}{n_A} i}$$

Com uma simples reorganização das frações temos que:

$$b_i = b_f \frac{\frac{\sum \beta}{n_B} i}{\frac{\sum \beta}{n_B} f} \frac{\frac{\sum \alpha}{n_A} f}{\frac{\sum \alpha}{n_A} i}$$

Concluindo assim que:

$$b_i = b_f \frac{\Delta_A}{\Delta_B}$$

Sendo assim, concluímos o que estávamos a tratar anteriormente, se Δ_A duplica, então b_f também duplica, cd Δ_B duplica, então b_f diminui para metade. As variações também podem acontecer ao mesmo tempo, expressando de maneira mais clara do que Marx estava a tentar mostrar.

Passemos agora a estudar a forma de equivalência e as suas particularidades.

7. Toda a mercadoria é trocável por outra mercadoria que lhe seja equivalente

8. Uma mercadoria cujo seu valor está na forma relativa é sempre expressa como grandeza de valor, enquanto o mesmo nunca se passa numa mercadoria cujo o seu valor está na forma equivalência, esta figura sempre na equação como simples quantidade de uma coisa útil..

Algumas contradições aparecem, sendo assim iremos aprofundar o nosso estudo das suas particularidades:

9. O valor de uso torna-se a forma de manifestação do seu contrário, o valor.

10. O trabalho concreto tornase a forma de manifestação do seu contrário, o trabalho humano abstrato

11. O trabalho privado usado para a produção da mercadoria na forma equivalente, torna-se trabalho em forma directamente social.

A exploração das três particularidades não vai ser realizada mais expansão aqui, porém aconselho e lerem a parte onde Marx comenta sobre as três, para tal deixarei o excerto no posfácio sem qualquer notas de rodapé.

Iremos agora estudar a forma-valor simples no seu conjunto.

Nesta parte do estudo, Marx faz uma observação interessante, passo a citar *A forma-valor simples de uma mercadoria está contida na sua relação de valor ou de troca com uma outra qualquer mercadoria de espécie diferente. O valor da mercadoria A é expresso qualitativamente pela propriedade que tem a mercadoria B de ser imediatamente permutável por A. É expresso quantitativamente pela permutabilidade de uma quantidade determinada de B pela quantidade dada de A. Por outras palavras, o valor de uma mercadoria exprime-se autonomamente através da sua representação como valor-de-troca. Portanto, se no princípio deste capítulo dissemos - usando a terminologia corrente - que a mercadoria é valor-de-uso e valor-de-troca, contudo, para falar com rigor, isso é falso. A mercadoria é valor-de-uso ou*

objecto de utilidade e valor. Ela revela-se sob esse duplo aspecto - aquilo que ela é realmente - quando o seu valor possui uma forma fenomenal própria, distinta da sua forma natural, a forma de valor-de-troca; e esta forma não a possui quando considerada isoladamente [mas apenas na relação de valor ou de troca com uma outra mercadoria diferente]. Esclarecido isto, a terminologia que acima utilizámos deixa de ser equívoca, servindo antes para abreviar a exposição.

Da observação concluímos que

12. É da natureza do valor das mercadorias que deriva a sua forma-valor ou a sua expressão de valor, e não o contrário.

13. A contradição interna entre o valor de uso e o valor, contida na mercadoria, mostra-se, portanto, numa contradição externa, isto é, na relação de duas mercadorias, relação em que A, cujo valor se pretende exprimir, figura imediatamente apenas como valor de uso, enquanto que, pelo contrário, B, na qual o valor é expresso, figura imediatamente apenas como valor de troca. A forma valor simples de uma mercadoria é, portanto, a simples forma de manifestação da contradição nela contida, entre valor de uso e valor ⁸

Iremos agora induzir a forma de valor simples a uma metamorfose para podermos estudar a completude dela, para isso iremos relacionar uma mercadoria particular com várias mercadorias, dando-nos a seguinte série:

$$x \text{ Com. A} = y \text{ Com. B} = z \text{ Com. C} = \dots \quad (2.13)$$

Iremos então estudar ao promenor o conteúdo qualitativo da forma:

14. Qualquer mercadoria diferente da mercadoria A é espelho do valor da mercadoria A

15. O trabalho incorporado em qualquer mercadoria diferente da mercadoria A é igualado ao trabalho da mercadoria A

⁸Esta parte foi retirada diretamente do texto do Sr.Marx porque 1. Estava preguiçoso e 2. O Sr. Marx realmente explicou bem.

16. A mercadoria A está numa relação social, ela agora está relacionada com várias mercadorias. *Enquanto mercadoria, ela é cidadã desse mundo*

Vamos estudar agora ao promenor o papel da forma-equivalente particular.

17. *Cada mercadoria diferente da mercadoria A serve como equivalente na expressão do valor da mercadoria A. Cada mercadoria é então forma-equivalente particular*

18. *As várias espécies de trabalho útil, determinadas e concretas, contidas nos corpos das diversas mercadorias, representam outras tantas formas particulares de realização ou de manifestação do trabalho humano puro e simples*

Existe no entanto alguns defeitos que se apresentam à nossa frente dada a expressão total.

1. A série dos seus termos nunca termina: a cadeia, de que cada equação de valor forma um dos elos, pode prolongar-se indefinidamente à medida que surgem novas espécies de mercadorias, fornecendo a matéria de novas expressões de valor.
2. Constitui um mosaico variegado de expressões de valor diferentes e desconexas.
3. Generalizando esta forma, aplicando-a a todas as espécies de mercadorias, obteremos tantas séries diversas, e intermináveis de expressões de valor, quantas forem as mercadorias.
4. Uma forma equivalente particular, ao lado de um sem-número de outras formas-equivalentes particulares, apenas existem, em geral. formas equivalentes limitadas, que se excluem umas às outras.
5. A espécie de trabalho útil, concreto, determinado, contido em cada equivalente, apenas representa uma forma particular, isto é, uma manifestação incompleta, do trabalho humano.

Devido à propriedade da expressão de valor ser invertível, *De facto*, se o possuidor do tecido o troca por muitas outras mercadorias, exprimindo portanto o seu valor numa série de outras tantas mercadorias, então os possuidores das outras mercadorias têm necessariamente de trocá-las por tecido, exprimindo os valores das suas diversas mercadorias numa só e mesma mercadoria: o tecido. (mercadoria A no nosso caso)

Assim podemos expressar esta relação da seguinte maneira, formando a Forma geral do valor:

$$\left. \begin{array}{l} x \text{ Com. B} \\ y \text{ Com. C} \\ z \text{ Com. D} \\ \dots \\ a \text{ Com. Z} \end{array} \right\} = w \text{ Com. A} \quad (2.14)$$

Desta maneira, todas as mercadorias exprimem o seu valor de uma maneira simples em uma só mercadoria e todas exprimem na mesma mercadoria. *A sua forma-valor é simples e comum, e portanto geral.*

19. A primeira forma só aparecia de forma isolada e acidental nas épocas primitivas

20. A segunda forma só aparece quando uma mercadoria é trocável por várias mercadorias

21. A forma geral do valor relativo só aparece quando várias mercadorias só têm uma só e mesma forma valor ⁹

Iremos agora estudar a relação entre o desenvolvimento da forma valor relativa e o da forma equivalente:

22. A forma equivalente desenvolve-se simultaneamente e gradualmente com a forma relativa; mas - e é necessário acentuar bem isso-, o desenvolvimento da primeira não é mais do que o

⁹Tratamento histórico e mais desenvolvido está no Capita, deixarei o excerto no posfácio

resultado e a expressão do desenvolvimento da segunda. É desta que parte a iniciativa.

23. A forma-valor relativa simples ou isolada de uma mercadoria pressupõe uma outra mercadoria qualquer como equivalente accidental

24. A forma-valor relativa desenvolvida a todas imprime a forma de equivalentes particulares de espécie diferente

25. A forma-valor geral, unitária, uma mercadoria específica adquire a forma de equivalente geral.

E com este desenvolvimento também se desenvolve a contradição entre os dois pólos:

26. Na forma de valor simples, uma mercadoria está na forma relativa e a outra na forma equivalente, porém estes papeis podem inverter e a forma da equação permanece inalterado

27. Na forma de valor desenvolvida, uma mercadoria pode desenvolver completamente o seu valor relativo e revestir a forma-valor relativa total, porque, e na medida em que, todas as outras mercadorias se encontram em face dela sob a forma-equivalente. Neste caso a propriedade de inverter dois termos sem mudar por completo o seu caráter, assim convertendo-a de forma-valor total em forma-valor geral

28. Na forma geral de valor, uma mercadoria encontra-se sob forma de permutabilidade imediata com todas as outras mercadorias, porque, e na medida em que, estas não se encontram nessa situação

29. Como na forma geral de valor existe uma mercadoria que tem o papel de equivalente geral, esta não pode expressar o seu valor.

10

¹⁰Apodundamente da mesma está também na secção do posfácios "Tratamento

Daqui podemos transicionar diretamente para a forma-dinheiro, como Marx afirma *A forma-equivalente geral é uma forma do valor em geral. Pode, pois, caber a qualquer mercadoria. Por outro lado, uma mercadoria só pode encontrar-se sob esta forma (forma C) , porque e na medida em que ela própria é excluída por todas as outras mercadorias, como equivalente. E só a partir do momento em que este carácter exclusivo se fixa definitivamente numa certa espécie de mercadoria, é que a forma-valor relativa [unitária do mundo das mercadorias] ganha consistência objectiva, adquirindo validade social universal.*

A mercadoria especial com cuja forma natural a forma-equivalente pouco a pouco se identifica na sociedade, torna-se mercadoria-dinheiro ou funciona como dinheiro. A sua função social específica, e portanto o seu monopólio social, consiste em desempenhar o papel de equivalente universal no mundo das mercadorias. Entre as mercadorias que, na forma B, figuram como equivalentes particulares do tecido, e que, sob a forma C, exprimem conjuntamente no tecido o seu valor relativo, foi o ouro que conquistou historicamente esse privilégio. Então, substituindo na forma C a mercadoria-tecido pela mercadoria-ouro, teremos:

Forma de Dinheiro :

$$\left. \begin{array}{l} w \text{ Com. A} \\ x \text{ Com. B} \\ y \text{ Com. C} \\ z \text{ Com. D} \\ \dots \\ a \text{ Com. Z} \end{array} \right\} = c \text{ Ouro} \quad (2.15)$$

11

Algumas observações se devem ter no entanto sobre a metamorfose entre histórico das diferentes formas de valor

¹¹Como é óbvio aqui Marx fala do Ouro porque na altura o Ouro era a moeda universal, no entanto hoje em dia existe várias moedas, esta nova propriedade do sistema monetário é discutível em vários círculos, aqui vou tratar o ouro como foi tratado no Capital, fica ao interesse do leitor interpretar o que esta mercadoria pode significar nos dias de hoje.

CAPÍTULO 2. MERCADORIA2.3. A FORMA DO VALOR [OU O VALOR-DE-TROCA]

a Forma de Dinheiro e Forma Geral de Valor, indo por partes.

Como é visível o Ouro é resultado de um desenvolvimento história, passando a citar:

ouro só desempenha o papel de dinheiro em face das outras mercadorias na medida em que já anteriormente desempenhava em face delas o papel de mercadoria. Tal como todas elas, ele funcionava como equivalente quer acidentalmente [como equivalente singular] em trocas isoladas, quer como equivalente particular ao lado de outros equivalentes. Pouco a pouco passou a funcionar, dentro de limites mais ou menos largos, como equivalente geral. Ao conquistar o monopólio dessa posição na expressão do valor do mundo mercantil, tornou-se mercadoria-dinheiro e, somente a partir do momento em que já se tornou mercadoria-dinheiro, é que a forma D se distingue da forma C, ou que a forma-valor geral se transforma em forma-dinheiro.

Daqui podemos desenvolver a forma preço da mercadoria A:

$$a \text{ Com. A} = b \text{ onças de ouro}$$

$$c \text{ £} = b \text{ onças de ouro}$$

$$a \text{ Com. A} = c \text{ £} \tag{2.16}$$

2.4 O Fetichismo da Mercadoria e o Seu Segredo

Não irei elaborar muito sobre este capítulo, porém é um capítulo importante do Capital. A razão de que não o irei tratar é que o conteúdo dentro da mesma é mais poético e escrito, do que propriamente matemático e lógico. Olhando rapidamente o primeiro parágrafo:

A primeira vista, uma mercadoria parece uma coisa trivial e que se compreende por si mesma. Pela nossa análise mostrámos que, pelo contrário, é uma coisa muito complexa, cheia de subtilezas metafísicas e de argúcias teológicas. Enquanto valor-de-uso, nada de misterioso existe nela, quer satisfaça pelas suas propriedades as necessidades do homem, quer as suas propriedades sejam produto do trabalho humano. É evidente que a actividade do homem transforma as matérias que a natureza fornece de modo a torná-las úteis. Por exemplo, a forma da madeira é alterada, ao fazer-se dela uma mesa. Contudo, a mesa continua a ser madeira, uma coisa vulgar, material. Mas a partir do momento em que surge como mercadoria, as coisas mudam completamente de figura: transforma-se numa coisa a um tempo palpável e impalpável. Não se limita a ter os pés no chão; face a todas as outras mercadorias, apresenta-se, por assim dizer, de cabeça para baixo, e da sua cabeça de madeira saem caprichos mais fantásticos do que se ela começasse a dançar.

Esta secção irá então tratar a parte mistificadora que envolve a mercadoria, nas suas teses Marx usa algumas proposições que já abordamos aqui, principalmente o facto do trabalho de indivíduos privados ser tratado como trabalho social, trabalho simples, trabalho abstrato. O facto de que as mercadorias existirem num "mundo de mercadorias" e com isso o produtor "perde" controle do seu produto. O facto de que as categorias que estudamos agora, devido ao seu lado mistificador, perderem sentido quando são embatidas com realidades diferentes e etc.

Capítulo 3

Dinheiro

3.1 Trocas

O capítulo "Trocas" é um capítulo pequeno, nele vemos a transição entre a mercadoria e o dinheiro, porém antes de continuar vamos refletir no que descobrimos previamente.

O estudo anterior foi o estudo da mercadoria como categoria, dela descobrimos que a mercadoria tinha dois fatores, valor de uso e valor de troca, daqui vemos uma metamorfose e descobrimos o conceito de trabalho em abstrato e valor. também descobrimos posteriormente o que é trabalho geral e trabalho útil, que estão contidos dentro da mercadoria, com isto também tratamos a forma de valor e descobrimos as qualidades da forma valor relativa e forma valor equivalente e com isto vemos a metamorfose para a forma dinheiro e forma preço e posteriormente o conceito de fetichismo.

As conclusões que vemos no entanto não se seguem temporalmente, com isto quero dizer, a mercadoria como coisa dentro do sistema capitalista, nunca mudou ao longo, como objeto real, dentro do capitalismo, manteve-se o mesmo, porém dentro da nossa conceptualização conseguimos encontrar novos papéis associados.

O que observamos acima vai nos ser útil para o estudo das trocas.

Pretendemos estudar aqui o fenómeno de troca, Iremos começar com a

expressão simples da troca:

$$\text{Com. A} \leftrightarrow \text{Com. B}$$

Como já tínhamos visto anteriormente, esta relação está no entanto a objectivar uma relação social que se esconde por de trás, iremos então representar como Pp os Proprietários Privados:

$$Pp_A \leftrightarrow Pp_B \quad (3.1)$$

Por outras palavras, tal expressão mostra a seguinte realidade:

1. As mercadorias para serem trocadas os seus proprietários têm de se relacionar

Outras condições são necessárias para a relação acontecer:

mutualmente consentido

Segue-se diretamente desta que:

3. Os proprietários devem se mutuamente reconhecer os direitos de propriedade privada sobre a sua mercadoria

Este "reconhecimento mutuo" é refletido numa relação judicial, onde:

4. A relação judicial que resulta deste reconhecer mútuo, expressa-se através de contratos, sejam estes contratos legais ou não, é uma relação entre duas vontades, e é um reflexo das relações

económicas reais entre os dois

5. Esta relação económica é o que determina a matéria sujeito composta em ambos, como o ato judicial.

Dentro da relação, temos então que:

5. A outra pessoa existe para o proprietário como meramente um representante da mercadoria e por isso como dono ad mercadoria

Como o proprietário da mercadoria A leva a mercadoria para o mercado, temos que:

6. A mercadoria A para o Pp_A possui nenhum valor de uso imediato

Donde tiramos que

7. A mercadoria A para o Pp_A é apenas um depósito de valores de troca

8. A mercadoria B para o Pp_A existe como valor de uso

Consequência destas temos que:

9. As mercadorias precisam de trocar de proprietario

Da qui podemos obter que

10. Esta troca é o que constitui os valores de troca e põem as em relação uma à outra como valor e as realiza como valor

Concluindo assim que:

11. Mercadoria devem ser realizada como valor antes de serem realizadas como valores de uso

Porém, mesmo que esta realização se situe desta maneira, devido à proposição 8.:

12. Antes de uma mercadoria se poder realizar como valor de troca, tem que mostrar ser um valor de uso

Encontramos aqui o duplo carácter da troca, por um lado:

13. O Pp_A pretende obter o valor de uso da mercadoria B e por isso é uma transação privada

Por outro lado

14. O Pp_A pretende realizar o valor da sua mercadoria e convertê-la em qualquer uma mercadoria de valor igual e é, por isso, uma transação social de carácter geral.

Iremos agora analisar de modo mais profundo:

Daquilo que vimos anteriormente, temos o seguinte:

15. Para o Pp_A , toda a mercadoria diferente da mercadoria A, é um equivalente particular, relativamente à sua mercadoria

Consequência disto, temos que:

16. Para o Pp_A , a mercadoria A é um equivalente universal de todas as mercadorias diferentes de A

Porém, como isto se aplica a todos os proprietários, temos que nenhuma mercadoria age como universal equivalente, e por consequente, não existe valor relativo que a mercadoria pode possuir, nenhuma forma geral de onde podem ser igualados como valor e ter uma magnitude no seu valor comparável. Daqui retiramos então que:

17. Os proprietários confrontam cada um não como mercadorias, mas sim como produtos ou valores de uso

Como é que os produtores ultrapassam este problema?

“Era no início a ação” eles já agiram antes mesmo de terem pensado.

Podemos então deduzir que:

18. Eles não podem trazer as suas mercadoria em ralação como valores, e por isso como mercadorias, com excepção de as comparar com uma outra mercadoria na forma universal de equivalência

Como já tínhamos observado em passagens antigas, esta mercadoria na forma universal de equivalência é uma mercadoria que se torna dinheiro através de um processo social, prática social. Com isto temos que

19. O processo de transformação de produtos para mercadorias só termina com o processo de transformação de uma mercadoria para dinheiro

Vamos agora examinar o processo de transformação de um produto para mercadoria de forma mais atenta:

Iremos começar por analisar a expressão da troca direta:

$$x \text{ valores de uso A} = y \text{ valores de uso B}$$

20. O primeiro passo para um produto tornar-se uma mercadoria é se este forma um não valor de uso para o seu produtor

Isto acontece porém da seguinte forma:

21. Um artigo torna-se um não valor de uso quando ele forma uma parte inútil requisitado para as suas necessidades imediatas

Olhando diretamente para o objeto, temos:

22. Os objetos são externos ao homem.

Daqui se deduz então que:

23. Os objetos podem ser alienados do homem

Estudando a alienação do homem:

24. Para o homem ser alienado, basta este tratar todos os outros com proprietários privados destes objetos alienáveis e por implicação como indivíduos independentes

Esta existência alienada só existe no entanto numa sociedade de propriedade privada, numa sociedade de propriedade comum, por exemplo, tal não existe.

1

25. Na troca direta, toda a mercadoria é diretamente um meio de troca para o seu dono e para todas as pessoas um equivalente, somente se tiver valor de uso para elas

26. Na troca direta, os artigos trocados não têm forma valor independente do seu valor de uso, ou necessidades individuais dos cambistas

Estudando o desenvolvimento desta forma para a forma mais geral, temos:

¹No capital, existe um estudo histórico que ajudará a compreender como a alienação toma parte, deixo aqui a citação: *A troca de mercadorias começa onde as comunidades terminam: no ponto de seu contato com comunidades estrangeiras ou com membros de comunidades estrangeiras. A partir de então, as coisas que são mercadorias no estrangeiro também se tornam mercadorias na vida interna da comunidade. Sua relação quantitativa de troca é, a princípio, inteiramente accidental. Elas são permutáveis por meio do ato volitivo de seus possuidores de aliená-las mutuamente. Ao mesmo tempo, a necessidade de objetos de uso estrangeiros se consolida paulatinamente. A constante repetição da troca transforma-a num processo social regular, razão pela qual, no decorrer do tempo, ao menos uma parcela dos produtos do trabalho tem de ser intencionalmente produzida para a troca. Desse momento em diante, confirma-se, por um lado, a separação entre a utilidade das coisas para a necessidade imediata e sua utilidade para a troca. Seu valor de uso se aparta de seu valor de troca. Por outro lado, a relação quantitativa, na qual elas são trocadas, torna-se dependente de sua própria produção. O costume as fixa como grandezas de valor.*

27. A necessidade para a forma de valor cresce com o aumento de numero e variedade de mercadorias trocadas

Porém, tal como Marx escreve no capital *O problema surge simultaneamente aos meios de sua solução.*

O proprietários só podem equacionar e trocas a suas mercadorias, se existe diferentes tipos de mercadorias que pertencem a diferentes donos que possa ser trocáveis pelo mesmo artigo especial, tal já tínhamos estudado anteriormente. É este facto que faz com que, no aumento de magnitude e variedade de mercadorias, que a mercadoria de forma monetária apareça dentro do sistema de trocas.

A escolha da forma dinheiro tem duas condicionantes muito importantes. sendo que:

28. A forma de dinheiro apega-se aos artigos mais importantes vindos do estrangeiro

29. A forma de dinheiro apega-se aos artigos de utilidade que constitui o elemento da propriedade doméstica alienável.²

²Marx envolve aqui também um estudo histórico da mesma: *A forma-dinheiro se fixa ou nos artigos de troca mais importantes vindos do estrangeiro, que, na verdade, são formas naturais-espontâneas de manifestação do valor de troca dos produtos domésticos, ou no objeto de uso que constitui o elemento principal da propriedade doméstica alienável, como, por exemplo, o gado. Os povos nômades são os primeiros a desenvolver a forma-dinheiro, porque todos os seus bens se encontram em forma móvel e, por conseguinte, diretamente alienável, e também porque seu modo de vida os põe constantemente em contato com comunidades estrangeiras, com as quais eles são chamados a trocar seus produtos. Frequentemente os homens converteram os próprios homens, na forma de escravos, em matéria monetária original, mas jamais fizeram isso com o solo. Tal ideia só pôde surgir na sociedade burguesa já desenvolvida. Ela data do último terço do século XVII, mas sua implementação em escala nacional só foi tentada um século mais tarde,*

Aqui Marx afirma um proposição que neste momento não é a mais correta, nele afirma:

Na mesma proporção em que a troca de mercadorias dissolve seus laços puramente locais e o valor das mercadorias se expande em materialidade do trabalho humano em geral, a forma-dinheiro se encarna em mercadorias que, por natureza, prestam-se à função social de um equivalente universal: os metais preciosos.

Como é óbvio na altura, os metais preciosos eram a forma dinheiro e isto vinha devido às propriedades natural desta, atualmente já não é assim, porém essa questão não será abordada aqui.

Partindo para analisar algumas características, a primeira já aqui estudamos, que é servir como forma de manifestação de valor das mercadorias, ou o material onde as magnitude do seu valor são socialmente expressas. Daqui tiramos que:

30. A mercadoria dinheiro deve estar estar sucessível a meramente quantidades diferentes, por isso, de ser divisível e capaz de ser reunida

Com isto, vemos o carácter duplo da mercadoria dinheiro (em soma do carácter comum da propriedade de ser valor de uso, temos que):

31. A mercadoria dinheiro ganha o valor de uso formal, originado pela função social específica

na revolução burguesa dos franceses.

Ficaremos porque aqui a análise da troca com a transição que se deu para podermos estudar o dinheiro, no entanto existe um estudo mais filosófico e específico sobre o dinheiro onde deixarei o excerto dessa no posfácio.

3.2 A medida de valores

O estudo que iremos realizar a seguir será um pouco estranho para o leitor, neste Marx irá tratar o ouro como a mercadoria dinheiro, como vemos no excerto a seguir:

Neste escrito, para fins de simplificação, pressuponho sempre o ouro como a mercadoria-dinheiro.

Por detrás, está a característica geral da mercadoria-dinheiro, este como algo que pode ser dividido e reunido com facilidade. Daqui se sucede que a única coisa que tinha essas propriedades era o Metal e era por isso que o desenvolvimento da complexidade da troca levaria ao uso do Metal como mercadoria-dinheiro, como é óbvio esta convergência deixou de ser verdade, não podemos culpar o Marx por não ter adivinhado que o desenvolvimento tecnológico e o aparelho político iria-se desenvolver de maneira a que existiria novas coisas que tomariam o papel de mercadoria-dinheiro. Houve então um desenvolvimento neste aspeto da economia que tornou este capítulo um bocadinho obsoleto, ao simplificar a mercadoria-dinheiro à existência do ouro. Até mesmo o tratamento do dinheiro específico dentro do Capital está incompleto, pois como veremos mais tarde, tu só farás "sentido" quando chegamos ao fim do Capital, quando se estuda a acumulação primitiva³.

Irei então neste estudo fazer a mesma simplificação que Marx fez no Capital, o leitor por sua vez deverá interpretar tal capítulo como achar melhor, aqui irei tratar a mercadoria dinheiro como o ouro, sendo esta um desenvolvimento histórico da mesma, posteriormente deverei fazer um estudo sobre o carácter moderno do dinheiro, mas tal não será realizado neste estudo.

³ *Vimos como o dinheiro é transformado em capital, como por meio do capital é produzido mais-valor e do mais-valor se obtém mais capital. Porém, a acumulação do capital pressupõe o mais-valor, o mais-valor, a produção capitalista, e esta, por sua vez, a existência de massas relativamente grandes de capital e de força de trabalho nas mãos de produtores de mercadorias. Todo esse movimento parece, portanto, girar num círculo vicioso, do qual só podemos escapar supondo uma acumulação "primitiva" ("previous accumulation", em Adam Smith), prévia à acumulação capitalista, uma acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista, mas seu ponto de partida.*

Começaremos então o nosso estudo da mercadoria dinheiro

1. A função do dinheiro é oferecer às mercadorias com o material para a expressão dos seus valores, ou para representar os seus valores em magnitude da mesma denominação, qualitativamente iguais quantitativamente comparáveis

Logo, temos que:

2. Dinheiro serve como medida de valor universal

Dado isto, temos que ter em atenção o porque das mercadorias serem comensuráveis:

3. É porque todas as mercadorias, como valores, são realizações de trabalho humano, e por isso comensuráveis, que os seus valores podem ser medidos por uma e a mesma mercadorias especial e com isto podem ser convertidas em medidas comuns do seu valor (e.g. dinheiro) e não o contrário

Disto podemos entender que:

4. Dinheiro como medida de valor, é a forma fenomenal que é necessária ser assumida para que o valor de medida que é iminente às mercadorias, tempo de trabalho

Iremos agora analisar a expressão do valor da mercadoria em ouro que é a forma dinheiro ou preço:

a Com. $A = y$ Mercadoria Dinheiro

Esta expressão basta para expressar o valor da mercadorias A de uma maneira socialmente válida. Por isso temos que:

5. A forma geral valor do relativa resume a sua forma original simples ou isolada valor do relativa

Por outros lado, também temos que:

6. A forma expandida do valor relativo agora tornou-se a forma peculiar do valor relativo da mercadoria dinheiro

Iremos agora estudar mais a fundo esta expressão:

7. O preço ou a forma dinheiro de uma mercadoria é uma forma distinta da sua forma de corpo palpável, é por isso puramente ideal ou forma mental

Porém esta realidade mesmo que seja invisível, ela existe nestes artigos:

8. O preço ou a forma dinheiro de uma mercadoria é idealmente perceptível na equação da mercadoria com o dinheiro, esta relação existe só nas nossas cabeças

Por esta característica imaginária do dinheiro, iremos definir imaginário ou dinheiro ideal:

9. Chama-mos Dinheiro ideal ou imaginário ao preço de uma mercadoria que é especulado pelo dono da mercadoria. *Todo por-*

tador de mercadorias sabe que ele não dourou suas mercadorias pelo simples fato de dar a seu valor a forma do preço ou a forma representada do ouro e que ele não necessita da mínima quantidade de ouro real para avaliar em ouro os valores das mercadorias.

Donde então sabemos que:

10. Quando o dinheiro serve como medida de valor, estes é aplicado só como dinheiro imaginário ou ideal

No entanto, não podemos esquecer que esta realidade "ideal" continua a ser determinada por algo:

11. O preço depende inteiramente sobre a substância atual que é o dinheiro

Relembrando a expressão desta igualdade temos que:

$$a \frac{\sum \alpha}{n_A} = d \frac{\sum o}{n_o} \quad (3.2)$$

$\frac{\sum o}{n_o}$ Marca o trabalho contido na mercadoria dinheiro e d é a quantidade de dinheiro representa o preço de a mercadorias A.

12. Como existe várias mercadorias dinheiro uma mercadoria irá ter vários

Dadas duas mercadorias dinheiro, D_1 e D_2 , se deduz que irá existir dois preços associados e com isso uma razão, iremos representar da seguinte maneira:

$$\text{razão preços} := \text{preço em } D_1 : \text{preço em } D_2 \quad (3.3)$$

Vamos agora examinar expressão de várias mercadorias, onde:

a Mercadoria A = x Mercadoria Dinheiro

b Mercadoria B = z Mercadoria Dinheiro

c Mercadoria C = y Mercadoria Dinheiro

Temos então:

13. Onde a , b , c representam quantidades definitivas de mercadorias A, B, C e x , z , y , quantidades definidas de ouro

14. O valor das mercadorias tornam-se da mesma denominação de magnitudes de ouro.

15. Com a proposição 14. Tornaram-se assim capazes de serem comparáveis uns com os outros e medidas. assim desenvolve-se tecnicamente a necessidade de referi-las a uma quantidade fixa de ouro como sua unidade de medida

16. A unidade que se segue de 15. é uma subsequente divisão em partes alíquota, torna-se o padrão ou escala

O dinheiro tem duas funções completamente distinta de agir:

17. O dinheiro é, como medida de valor, como encarnação social do trabalho humano

Assim temos que o ouro é trabalho gasto, e dado uma sociedade, $\sum o$ é a

soma de todo o trabalho gasto e temos:

$$\sum o = \text{Valores em Ouro} \quad (3.4)$$

18. O dinheiro é, como medida de valor, como um peso metálico estipular

19. Como medida de valor, ele serve para transformar as diversas mercadorias em preços, em quantidades representadas de ouro, esta mede-se como valores

20. Como padrão de preços, ele mede essas quantidade de ouro, esta mede-se pela quantidade de ouro

21. Para o padrão de preços é preciso que determinado peso de ouro seja fixado como unidade de medida

Podemos representar esta determinação desta maneira:

$$p \text{ £} = n \text{ kg em ouro} \quad (3.5)$$

22. O padrão de preços cumpre melhor a sua função quanto mais imutavelmente uma e a mesma quantidade de ouro sirva como unidade de medida

23. O ouro só pode servir como medida de valor porque ele próprio é produto do trabalho e, portanto, um valor que pode ser alterado.

Iremos agora estudar a variação que existe nas funções, vamos definir a variação do valor do ouro:

Como uma variação do valor não afeta o padrão de preço, temos que:

24. Uma variação do valor do ouro não afecta a sua função como padrão de preço

Vamos agora estudar de que maneira é que esta mudança altera as proporções entre diferentes entre o dinheiro, definimos então duas proporções, n_1 e n_2 :

$$\frac{\sum o_i}{n_1} / \frac{\sum o_i}{n_2} = \frac{\sum o_f}{n_1} / \frac{\sum o_f}{n_2}$$

Dividindo cada lado por n_1 e o n_2 :

$$\frac{\sum o_i}{\sum o_i} = \frac{\sum o_f}{\sum o_f}$$

Como podemos ver, esta equação se reduz em $1 = 1$, provando assim que:

25. Uma variação do valor não altera as proporções entre os valores de diferentes quantidades do ouro

A próxima vem da distinção do peso do ouro, como propriedade e do valor do ouro:

26. Uma alteração do valor de uma onça de ouro não pode alterar o seu peso

Se deduz desta onde temos:

27. Uma alteração do valor não pode mudar o peso das partes alíquotas do ouro

Dado isto temos que:

28. O ouro sempre realiza o mesmo serviço como um padrão invariável de preço, por mais que o valor varie

Vamos agora estudar a alteração do valor do ouro e a suas consequências na suas função medida de valor:

Definimos *Delta* como esta alteração ($\sum o_i - \sum o_f$), iremos pegar agora nas expressões:

$$a \text{ Mercadoria A} = x \text{ Mercadoria Dinheiro}$$

$$b \text{ Mercadoria B} = z \text{ Mercadoria Dinheiro}$$

$$I \text{ Mercadoria I} = y \text{ Mercadoria Dinheiro}$$

temos que, usando

$$a \frac{\sum \alpha}{n_A} = x \frac{\sum o_i}{n_o}$$

$$b \frac{\sum \beta}{n_B} = z \frac{\sum o_i}{n_o}$$

$$i \frac{\sum \iota}{n_I} = y \frac{\sum o_i}{n_o}$$

a equivalência das-se:

$$\frac{a \sum \alpha}{x n_A} = \frac{b \sum \beta}{z n_B} = \frac{i \sum \iota}{y n_I} = \frac{\sum o_i}{n_o}$$

temos então que

$$\begin{aligned} a \frac{\sum \alpha}{n_A} &= x' \frac{\sum o_f}{n_o} \\ b \frac{\sum \alpha}{n_A} &= z' \frac{\sum o_f}{n_o} \\ i \frac{\sum \iota}{n_I} &= y' \frac{\sum o_f}{n_o} \end{aligned}$$

Pela definição de Δ temos que:

$$\begin{aligned} a \frac{\sum \alpha}{n_A} &= x' \frac{\sum o_i + \Delta}{n_o} \\ b \frac{\sum \alpha}{n_A} &= z' \frac{\sum o_i + \Delta}{n_o} \\ i \frac{\sum \iota}{n_I} &= y' \frac{\sum o_i + \Delta}{n_o} \end{aligned}$$

Deduzindo assim, temos que:

$$\frac{a \sum \alpha}{x' n_A} = \frac{b \sum \beta}{z' n_B} = \frac{i \sum \iota}{y' n_I} = \frac{\sum o_i + \Delta}{n_o}$$

Podemos assim concluir que:

30. Uma alteração do valor do ouro afecta todas as mercadorias ao mesmo tempo, *caeteris paribus* os valores relativos entre si, mantêm inalterados, porém os seus valores são expressados em maiores e menos preços-ouro

Podemos assim variar o valor das mercadorias, onde temos que:

$$\frac{a \sum \alpha + \Delta_A}{x' n_A} = \frac{b \sum \beta + \Delta_B}{z' n_B} = \frac{i \sum \iota + \Delta_I}{y' n_I} = \frac{\sum o_i + \Delta}{n_o}$$

Daqui podemos ver então os movimentos gerais dos preços das mercadorias.

Iremos agora estudar a forma preço:

31. Por vezes surge uma discrepância entre os correntes nomes-dinheiro e os seus vários preços do metal precioso figurando como dinheiro e o pelo actual onde esses nomes originalmente foram representados

As determinações históricas desta discrepância são:

1. **32. A importação de dinheiro estrangeiro para uma comunidade imperfeitamente desenvolvida**
2. **33. Com o aumento da riqueza, metal menos precioso é excluído por um metal mais precioso do seu lugar como medida de valor**

Como o padrão do dinheiro é puramente convencional, temos que:

34. O padrão do dinheiro é regulado pela lei

35. Preços, ou quantidade de ouro, onde os valores das mercadorias são idealmente mudados, são por isso expressados em nomes de moedas, ou nomes válidos e legais de uma subdivisão de um padrão de ouro

Por isso temos que:

36. O dinheiro serve como unidade de conta na medida em que vale para fixar uma coisa como valor e, com isso, expressá-la na

forma-dinheiro.

37. Com o uso dos nomes pound, dolar, franco, ducat, etc. o dinheiro perde todo o seu traço de relação de valor

38. Para o valor ser distinguido da variedade de formas corpórea da mercadoria, é necessário assumir este material e não significado de nomes de preço, mas, ao mesmo tempo, puramente na forma social

Temos então que:

39. Preço é o nome-dinheiro do trabalho realizado na mercadorias

Logo temos que:

40. Preço é um expoente da magnitude de valor da mercadoria

Donde se deduz então:

41. Preço é expoente da razão de troca entre a mercadoria e o dinheiro

Porém, temos que ter em atenção que, como vimos anteriormente no tratamento da expressão matemática da razão de troca e magnitude de valor, temo que:

42. A razão de troca não é necessariamente um expoente do

dinheiro

Devido à incongruência que estudarmos, temos que:

43. O dinheiro mesmo que não é nada sem a forma de valor das mercadorias, o preço deixa de em toda a sua composição de expressar valor.

Sendo assim, podemos observar que:

44. Objectos que eles mesmos não são mercadorias, podem ser oferecidos por um preço

E por isso temos que:

45. Algo pode ter preço sem ter valor, sendo este imaginário

Porém, podemos ver que:

46. Mesmo que algo não tenha valor, a sua forma imaginária de prelo por vezes pode ser concebida tanto por uma relação direta ou indireta de relação de valor real (i.e. preço da terra não cultivada)

Concluindo o capítulo temos que:

47. A forma preço implica que a mercadoria pode ser trocada por dinheiro, mas também a necessidade dessa venda

Por outro lado, temos que:

48. O ouro funciona como medida ideal de valor apenas por ele já se estabeleceu como mercadoria dinheiro no processo de troca

Dando assim origem à frase:

Sob a medida ideal dos valores esconde-se, à espreita, o dinheiro vivo.

3.3 A metamorfose das mercadorias

Vamos então estudar neste momento a metamorfose que acontece na mercadoria fase às inconsistências que falamos:

1. O desenvolvimento da mercadoria não elimina essas contradições, porém cria a forma em que elas podem se mover⁴

2. Enquanto a troca é um processo, por onde as mercadorias são transferidas das mãos em que elas não são valores de uso para as mãos em que elas são valores de uso, este é um metabolismo social.

3. O metabolismo existente em 2. é o processo onde o produto de uma forma de valor de uso substitui outro

4. Uma mercadoria só escapa ao metabolismo em 2. quando serve de valor de uso, saindo da esfera de troca e passando à de consumo

Iremos agora estudar a esfera de troca mais a fundo:

5. Como a troca dá-se entre uma mercadoria ordinária e uma mercadoria dinheiro, esta troca dá-se, resulta que a mudança de forma da mercadoria seja imperfeita⁵

Dada esta imperfeição, iremos estudar então esta transformação da forma

⁴É, por exemplo, uma contradição o fato de que um corpo seja atraído por outro e, ao mesmo tempo, afaste-se dele constantemente. A elipse é uma das formas de movimento em que essa contradição tanto se realiza como se resolve.

⁵Se nos concentramos exclusivamente nesse momento material, na troca de mercadoria por ouro, ignoramos justamente aquilo que se deve ver, a saber, o que se passa com a forma. Ignoramos, assim, que o ouro, como simples mercadoria, não é dinheiro e que, em seus preços, as outras mercadorias relacionam-se com o ouro como com sua própria figura monetária.

de mercadoria:

1. 6. A mercadoria entra no processo de troca como ela é
2. 7. Depois processo diferencia entre mercadoria e dinheiro, e produz uma oposição externa correspondente à oposição interna inerente em a elas, como sendo valores de uso e valores
3. 8. As mercadorias como valores de uso agora existem opostas ao dinheiro como valores de troca
4. 9. Por outro lado, dos dois lados opostos continuam a ser mercadorias, uma união de valores de uso e valores
5. 10 Mas esta união de diferentes manifesta-se em dois pólos opostos, e cada polo no seu oposto
6. 11. Como estes são pólos, eles são necessariamente opostos como também estão ligados
7. 12. No outro lado da equação, temos uma mercadoria ordinária, que é na realidade um valor de uso
8. 13. O seu valor está a ser expresso somente em imaginário no seu preço, que está a ser equacionado no seu oposto, o ouro, como a real incorporação do seu valor
9. 14. Por outro lado, o ouro, na sua realidade metálica, nomeia-la como a incorporação do valor, dinheiro (Ele é, por isso realmente valor de troca)
10. 15. Seu valor de uso aparece apenas idealmente na série das expressões relativas de valor na qual ele se relaciona com as mercadorias a ele contrapostas, como o círculo de suas figuras reais de uso.
11. 16. Essas formas antagonistas das mercadorias são as formas efetivas de movimento de seu processo de troca.

Iremos agora analisar a perspectiva do proprietário da mercadoria, supomos então que este é dono da mercadoria A e que tem preço de $p \text{ £}$.

1. **17. O proprietário irá trocar a mercadoria A por uma outra mercadoria B com o mesmo preço de $p \text{ £}$**
2. **18. A mercadoria A aos seus olhos é somente um repositório de valor, onde ele aliena-la com a troca para ouro (A forma valor da mercadoria A)**
3. **19. A partir desta forma de valor, ele é outra vez alienado pela mercadoria B**

Resumindo, temos que:

20. A troca termina com duas transformações de opostos porém suplementares, a conversão da mercadoria em dinheiro (venda) e a reconversão do dinheiro em mercadoria (compra)

21. A união dos dois atos dá-se em venda com o intuito de comprar

Podemos resumir esta transformação da seguinte maneira:

$$M - D - M \quad (3.6)$$

Desse mesmo modo, ele se apropria de seus outros meios de subsistência e de produção. De seu ponto de vista, o processo inteiro medeia apenas a troca do produto de seu trabalho pelo produto do trabalho de outros, isto é, a troca de produtos.

Esta equação pode, no entanto, ser simplificada para significar unicamente o seu movimento real, ou seja, a troca de uma mercadoria por outra (metabolismo do trabalho social):

$$M - M \quad (3.7)$$

3.4 M-D, a primeira metamorfose (venda)

Primeira metamorfose da mercadoria ou venda. O salto que o valor da mercadoria realiza do corpo da mercadoria para o corpo do ouro, tal como demonstrei em outro lugar, é o salto mortale [salto mortal] da mercadoria.

1. A divisão social do trabalho torna o trabalho do proprietário da mercadoria tão unilateral quanto multilaterais suas necessidades.

2. É pelo facto 1. que o produtos do seu trabalho servem para este como somente valores de troca

3. O seu produto do trabalho só ganha as propriedade socialmente reconhecida como equivalente universal quando é convertido em dinheiro

4. O processo 3. só acontece se o produto do trabalho tem um valor de uso para o proprietário do dinheiro, ou seja, o trabalho gasto no produto tem que ser do tipo socialmente útil, um tipo que constitui um ramo da divisão social de trabalho

Porém, dada as diferenças temporais da mercadoria:

5. Uma mercadoria que vai ser trocada, pode ser produto de um tipo novo de trabalho, que pretende satisfazer novos requisitos, ou dar lugar a novos requisitos

Por isso, temos que:

6. A divisão do trabalho é um sistema de produção que cresce

esporadicamente e continua a crescer nas costas dos produtores

Com isto:

7. Algo que tem utilidade hoje, pode deixar de a ter amanhã

Iremos agora examinar como é dado um preço a uma coisa:

8. Qualquer acidente cometido na atribuição de preço, é rectificado no mercado

Sendo assim:

9. Se supomos que o produtor gastou no seu produto unicamente a quantidade de trabalho médio socialmente necessária, então o preço é meramente do nome-dinheiro da quantidade de trabalho social realizado na mercadoria

9. Trabalho supérfluo é o trabalho que é gasto de maneira desnecessária⁶

Aqui vale o provérbio: apanhados juntos, enforcados juntos [mitgefangen, mitgehungen]. Todo linho no mercado vale como se fosse um artigo único, sendo cada peça apenas uma parte alíquota desse todo. E, de fato, também o valor de cada braça individual é apenas a materialidade da mesma quantidade socialmente determinada de trabalho humano de mesmo tipo.

Devido à transformação que estudamos previamente, temos que:

⁶Marx entra em grande detalhe nesta parte, porém penso que dado o trabalho anterior não seja necessário

10. A realização do preço de uma mercadoria, ou a sua ideal forma de valor (conversão da mercadoria por dinheiro), é ao mesmo tempo a realização do valor de uso do dinheiro (conversão do dinheiro em mercadoria)

Logo concluímos:

11. *Cada venda é uma compra. $M - D$ É também $D - M$* ⁷

Analisando o papel do ouro como mercadoria dinheiro, temos então:

12. O ouro torna-se dinheiro ideal, ou medida de valor, porque todas as mercadorias medem o seu valor por ele

13. O ouro torna-se dinheiro real, com a alienação geral das mercadorias, trocando de lugar com as suas formas de valor de uso e tornando-se a incorporação real da mercadoria

⁷ *Com exceção, como mencionamos anteriormente, do produtor do ouro ou da prata, que troca seu produto sem tê-lo vendido anteriormente.*

3.5 D-M, a segunda e ultima metamorfose (compra)

Sendo o dinheiro a figura alienada de todas as outras mercadorias, ou o produto de sua venda universal, ele é a mercadoria absolutamente vendável. Ele lê todos os preços de trás para a frente e, assim, espelha-se em todos os corpos de mercadorias como no material que se oferece a seu próprio tornar-se mercadoria [Warenwerdung]. Ao mesmo tempo, os preços, os olhos amorosos com que as mercadorias lhe lançam uma piscadela, revelam o limite de sua capacidade de transformação, a saber, sua própria quantidade. Como a mercadoria desaparece ao se transformar em dinheiro, neste não se percebe como ele chegou às mãos de seu possuidor ou qual mercadoria foi nele transformada. Non olet [não fede], seja qual for sua origem. Se por um lado ele representa mercadoria vendida, por outro representa mercadorias compráveis.

Vamos examinar agora o ato de compra:

Sabendo que a troca é a realização do dinheiro para um forma de valor de uso, temos que:

1. Uma venda leva a várias compras de artigos diferentes

Devido à natureza da metamorfose, temos que:

(2. A ultima metamorfose de uma mercadoria constitui uma agregação de várias outras primeiras metamorfoses de mercadorias)

Olhando para as posições de produtores na metamorfose como um todo, temos que:

3. Para todo o vendedor, existe um comprador (o recíproco também se verifica)

4. Os caracteres de vendedor e comprador não são fixos, mas sim variam para girarem a circulação de mercadorias

Vamos estudar agora os extremos e a dramática pessoal associada com a última metamorfose, *A metamorfose total de uma mercadoria envolve, em sua forma mais simples, quatro extremos e três personae dramatis [atores]*. :

Extremos:

1. **5. Dinheiro se defronta com a mercadoria como sua figura de valor**
2. **6. O possuidor de dinheiro se defronta com o possuidor de mercadoria**

Personagens:

1. **7. Vendedor da mercadoria da metamorfose**
2. **8. Comprador da mercadoria da metamorfose**
3. **9. Vendedor da mercadoria que o vendedor em 7. irá comprar, já como comprador**

Iremos agora estudar o conjunto de todas as metamorfoses, como sabemos que o início de uma metamorfose implica o fim de uma outra metamorfose e assim *ad infinitum*, temos que:

10. Chamamos circuito de uma mercadoria ao curso que faz nas suas metamorfoses

11. Ao total de circuitos feitos por todas as mercadorias (estas estão todas interligadas) chamamos de circulação de mercadorias

A circulação de mercadorias e a troca direta entre produtores, são distintos tanto em forma como em substância. Vamos dar um exemplo:

Supomos as seguintes trocas directas:

$$A \leftrightarrow B$$

$$B \leftrightarrow C$$

12. No caso, é possível substituir A por C, porém dadas as condições apresentadas, este facto não implica que A e C sejam mutuamente trocáveis

Enquanto que:

12. Na circulação de mercadorias existe interdependência social, onde A só é trocável por B porque C já foi vendido, este pode ser vendido porque D já foi vendido...

Com especial atenção, temos que:

12. Alguém podem comprar e não vender. ⁸

Tal acontece devido à contradição iminente entre valor de uso e valor, trabalho particular e trabalho social. Sendo que:

⁸ *Ninguém pode vender sem que outro compre. Mas ninguém precisa comprar apenas pelo fato de ele mesmo ter vendido. A circulação rompe as barreiras temporais, locais e individuais da troca de produtos precisamente porque provoca uma cisão na identidade imediata aqui existente entre o dar em troca o próprio produto do trabalho e o receber em troca o produto do trabalho alheio, transformando essa identidade na antítese entre compra e venda.*

14. O facto 12. e as contradições iminentes na mercadoria, explicam a possibilidade de crises, porém não mais que sua possibilidade.⁹

⁹ *A antítese, imanente à mercadoria, entre valor de uso e valor, na forma do trabalho privado que ao mesmo tempo tem de se expressar como trabalho imediatamente social, do trabalho particular e concreto que ao mesmo tempo é tomado apenas como trabalho geral abstrato, da personificação das coisas e coisificação das pessoas – essa contradição imanente adquire nas antíteses da metamorfose da mercadoria suas formas desenvolvidas de movimento. Por isso, tais formas implicam a possibilidade de crises, mas não mais que sua possibilidade. O desenvolvimento dessa possibilidade em efetividade requer todo um conjunto de relações que ainda não existem no estágio da circulação simples de mercadorias.*

3.6 O curso do dinheiro

Como vimos a circulação começa com uma mercadoria, na forma de valor, e termina em uma mercadoria, na forma de valor de uso, por isso:

1. Dentro da circulação de mercadorias, o dinheiro não retorna, mas sim afasta-se cada vez mais da origem. Chamamos a este constante movimento do dinheiro, de curso do dinheiro.

Como o dinheiro remove constantemente as mercadorias da esfera da circulação, assumindo a seus lugares e assim distanciando-se de seu próprio ponto de partida, temos que:

2. A circulação de mercadorias é resultado do dinheiro

Dada a interdependência da primeira metamorfose e da última metamorfose de uma outra mercadoria, temos que:

3. Cada uma destas mudanças de forma opera-se por meio de troca entre mercadoria e dinheiro, por sua troca mútua de lugar.

4. As peças monetárias que chegam ao vendedor como figura alienada da mercadorias

5. As peças monetárias que saem da mão do mesmo vendedor de 4. como figura absolutamente alienável

Dado isto, temos que:

6. As mudanças inversas de forma que a mesma mercadoria

lera, se refletem na dupla troca de lugar do dinheiro¹⁰

7. A frequente repetição da troca de lugar das mesmas peças monetárias reflete não apenas a série de metamorfoses de uma única mercadoria, mas também o entrelaçamento das inúmeras metamorfoses que ocorrem no mundo das mercadorias em geral.

Dado aquilo que estudamos, temos que:

8. Ao contrário das mercadorias, o dinheiro, como meio de troca, mantém-se constantemente dentro da esfera de circulação e move-se dentro dela.

Toda mercadoria, em seu primeiro passo na circulação, ao sofrer sua primeira mudança de forma, sai de circulação e dá lugar a uma nova mercadoria. Ao contrário, o dinheiro, como meio de circulação, habita continuamente a esfera da circulação e transita sempre no seu interior. Surge, então, a questão de quanto dinheiro essa esfera constantemente absorve.

Como é expresso na citação, surge a questão da Absorção do dinheiro

¹⁰Por outro lado, o dinheiro só desempenha a função de meio de circulação por ser o valor autonomizado das mercadorias. Razão pela qual seu movimento como meio de circulação é, na verdade, apenas o movimento próprio da forma delas. Por isso, tal movimento tem, também, de se refletir sensivelmente no curso do dinheiro. Por exemplo, o linho transforma, primeiramente, sua forma-mercadoria em sua forma-dinheiro. O último extremo de sua primeira metamorfose M-D, a forma-dinheiro, torna-se, então, o primeiro extremo de sua última metamorfose D-M, sua reconversão na Bíblia. Mas cada uma dessas duas mudanças de forma opera-se por meio de uma troca entre mercadoria e dinheiro, por sua troca mútua de lugar. As mesmas peças monetárias chegam às mãos do vendedor como figura alienada [entäusserte] da mercadoria e deixam suas mãos como figura absolutamente alienável [veräusserliche] da mercadoria. Elas trocam duas vezes de lugar. A primeira metamorfose do linho traz essas peças monetárias para o bolso do tecelão, a segunda retira-as de seu bolso. As duas mudanças antitéticas de forma da mesma mercadoria se refletem, assim, na dupla troca de lugar do dinheiro que ocorre em sentidos contrários.

dentro da esfera de circulação, é esse facto que iremos estudar agora:

9. Numa dada sociedade, constantemente e simultâneamente, numerosas metamorfoses unilaterais de mercadoria

Sabemos que os preços das mercadorias são previamente igualadas a determinadas quantidade representadas de dinheiro, com isto sabemos então que:

10. A massa de meios de circulação requerida para o processo de circulação do mundo das mercadorias é determinada de antemáo pela soma dos preços das mercadorias

Este facto pode ser expresso da seguinte maneira:

$$MC = \sum_{i \in MM} p_i \quad (3.8)$$

Onde "MC" representa massa de meios de circulação requerida, p_i representa o preço de uma mercadoria i e $\sum_{i \in MM} p_i$ a soma de todas os preços, onde i está indexada ao MM, "mundo de mercadorias".

Relembrando a expressão da forma preço, temos que p o preço, $\frac{\sum o}{n_o}$ o valor da mercadoria dinheiro (no caso, o ouro) :

$$i \frac{\sum l}{n_I} = p \frac{\sum o}{n_o}$$

Daqui tiramos que:

$$\frac{i \frac{\sum l}{n_I}}{\frac{\sum o}{n_o}} = p$$

Antes de podermos equacionar a expressão preço com a expressão que nos dá a massa de meios de circulação requeridos para a circulação no mundo de mercadoria, uma pequena mudança teve de se fazer, é que se previamente i esteve a expressar a quantidade de uma dada mercadoria, agora i está a expressar uma diferença qualitativa entre mercadorias, ni está a exprimir então a massa total de todas as mercadorias, o que nos dá a expressão que falamos:

$$MC = \frac{n_o}{\sum o} * \sum_{i \in MM} n_i \frac{\sum \iota}{n_I}$$

Como isso temos a expressão geral de $\sum \iota$:

$$MC = \frac{n_o}{\sum o} * \sum_{i \in MM} \sum \iota$$

Porém o que está escrito na forma $\sum_{i \in MM} \sum \iota$, nada mais é que a formula que estudamos previamente de $\sum v$, que será a soma de todos os valores:

$$MC = \frac{n_o}{\sum o} * \sum v \quad (3.9)$$

Daqui vemos rapidamente as mudanças que acontecem com a variação dos valores do ouro e até de várias ou uma mercadoria.

No entanto, na equação não levamos em conta o tempo:

11. Tempo é requerido para a completção das séries. *As fases antitéticas e reciprocamente complementares que esse processo percorre não podem se justapor no espaço, mas apenas se suceder no tempo*

12. Chamamos de cursos monetários as vezes que uma peça de

dinheiro troca com uma mercadoria ¹¹

Podemos então, dado um intervalo de tempo T e n_{cursos} como os cursos que as peças monetárias fazes

$$MC = \frac{\sum_{i \in MM} p_i}{n_{\text{cursos}}} \quad (3.10)$$

Ou, dado o que vimos anteriormente:

$$MC = \frac{1}{n_{\text{cursos}}} * \frac{n_o}{\sum o} * \sum_{i \in MM} p_i \quad (3.11)$$

Podemos daqui então também deduzir a formula para a média cursos que são feitos por uma peça monetária em circulação:

$$\bar{n}_{\text{cursos por peça}} = \frac{\sum n_{\text{cursos}}}{n_{\text{peças monetárias}}} \quad (3.12)$$

¹¹Esta está relacionada com a velocidade de uma moeda

¹²Suponha um número de vendas ou de metamorfoses parciais que ocorrem de modo conjunto, simultâneo e, desse modo, espacialmente contíguo, como as vendas de 1 quarter de trigo, 20 braças de linho, 1 Bíblia e 4 galõesj de aguardente. Se o preço de cada artigo é £2, e, portanto, a soma dos preços a serem realizados é £8, então é preciso que uma quantidade de dinheiro de £8 entre em circulação. Se, ao contrário, as mesmas mercadorias constituem elos da série de metamorfoses que já nos é conhecida – 1 quarter de trigo = £2, 20 braças de linho = £2, 1 Bíblia = £2, 4 galões de aguardente = £2 –, então £2 faz com que as diferentes mercadorias circulem uma atrás da outra, realizando seus preços sucessivamente e, com isso, também a soma de seus preços, £8, até que, por fim, encontrem seu repouso nas mãos do destilador. As £2 percorrem, assim, 4 cursos. Essa mudança repetida de posição das mesmas peças monetárias representa a dupla mudança de forma da mercadoria, seu movimento através de dois estágios antitéticos da circulação e o entrelaçamento das metamorfoses de diferentes mercadorias⁷⁶. As fases antitéticas e reciprocamente complementares que esse processo percorre não podem se justapor no espaço, mas apenas se suceder no tempo. Os intervalos de tempo formam, assim, a medida de sua duração, ou seja, o número de cursos que as mesmas peças monetárias percorrem num dado tempo mede a velocidade da circulação do dinheiro. Suponha que o processo de circulação daquelas quatro mercadorias dure um dia. Assim, a soma dos preços a serem realizados no dia é £8, o número dos cursos das mesmas peças monetárias durante o dia é 4 e a quantidade do dinheiro em circulação é £2

Com isto, podemos ver como a variação da velocidade da peça da mercadoria afeta o total como também a velocidade que a variação de uma única mercadoria¹³.

13. A variação da velocidade da peça monetária é representação da separação entre os dois processos de metamorfose da mercadoria¹⁴

Dado isto, podemos ter que:

$$MC = \frac{1}{\bar{v}_{\text{metamorfoses}}} * \frac{n_o}{\sum o} * \sum_{i \in MM} p_i \quad (3.13)$$

¹³ A quantidade de dinheiro lançada, por exemplo, no começo do processo diário de circulação é naturalmente determinada pela soma dos preços das mercadorias que circulam de modo simultâneo e contíguo. Mas no interior do processo uma peça monetária se torna, por assim dizer, responsável pela outra. Se uma acelera sua velocidade de circulação, ela retarda a velocidade da outra ou sai inteiramente da esfera da circulação, pois esta pode absorver apenas uma dada quantidade de ouro, que, multiplicada pelo número de cursos de cada um de seus elementos singulares, é igual à soma dos preços a serem realizados. Assim, aumentando o número de cursos das peças monetárias, diminui sua quantidade em circulação. Diminuindo o número de seus cursos, sua quantidade aumenta. Porque a quantidade de dinheiro que pode funcionar como meio de circulação é determinada por certa velocidade média de curso da moeda, basta pôr em circulação uma determinada quantidade de notas de £1 para tirar de circulação a mesma quantidade de sovereigns, um truque bem conhecido de todos os bancos.

¹⁴ Assim como no curso do dinheiro em geral aparece apenas o processo de circulação das mercadorias, isto é, sua passagem por uma série de metamorfoses contrárias, também na velocidade do curso do dinheiro aparece apenas a velocidade de sua mudança de forma, o entrelaçamento contínuo das séries de metamorfoses, a pressa do metabolismo, a rápida desaparecimento das mercadorias da esfera da circulação e sua igualmente rápida substituição por novas mercadorias. Na velocidade do curso do dinheiro se manifesta, portanto, a unidade fluida das fases contrárias e mutuamente complementares, a conversão da figura de uso em figura de valor e a reconversão da figura de valor em figura de uso, ou os dois processos da venda e da compra. Inversamente, na desaceleração do curso do dinheiro manifesta-se a dissociação e a autonomização antitética desses processos, a estagnação da mudança de forma e, com isso, do metabolismo. De onde provém essa estagnação é algo que, naturalmente, a própria circulação não nos informa. Ela se limita a mostrar o fenômeno, razão pela qual o senso comum, que com a desaceleração do curso do dinheiro vê o dinheiro aparecer e desaparecer com menos frequência em todos os pontos periféricos da circulação, atribui o fenômeno à quantidade insuficiente do meio de circulação.

$\bar{v}_{metamorfoses}$ É a rapidez média de uma metamrofose da mercadoria.

Também como

$$MC = \frac{1}{\bar{v}_{metamorfoses}} * \frac{n_o}{\sum o} * \sum v \quad (3.14)$$

3.7 A moeda. O signo do valor

Anteriormente introduzimos o conceito de "peça monetária", agora iremos introduzir o conceito de "moeda", onde temos que:

1. A função do dinheiro como meio de circulação deriva sua figura como moeda

2. Assim como a determinação do padrão dos preços, também a cunhagem de moedas é tarefa que cabe ao Estado

Devido à fisionomia do metal:

3. A circulação da moeda faz ela se desgastar

Com isto temos:

4. Devido à circulação, começa um processo de separação entre o seu conteúdo nominal e conteúdo real

5. A separação observada em 4., leva à possibilidade da existência de de uma substituição ao dinheiro metálico por moedas de outros material ou por símbolos

6. O valor destes "símbolos" são decididos pelo Estado em relação com o valor metálico da mercadoria dinheiro¹⁵

¹⁵O dinheiro creditício também tem aqui a mesma existência, citando Marx: *Trata-se, aqui, apenas de papel-moeda emitido pelo Estado e de circulação compulsória. Ele surge imediatamente da circulação metálica. O dinheiro creditício [Kreditgeld] implica, por outro lado, condições que nos são totalmente desconhecidas do ponto de vista da circulação simples de mercadorias. Cabe apenas observar, de passagem, que, assim como o papel-moeda surge da função do dinheiro como meio de circulação, também o dinheiro*

Mais uma vez, o resto deste capítulo é de caráter específico à altura de Marx, seu estudo parece-me um pouco irrelevante para o estudo que pretendo fazer aqui, porém aconselho a ler, não só para contexto histórico, como também para detetar coisas importantes que me possam ter escapado.

creditício possui suas raízes naturais-espontâneas na função do dinheiro como meio de pagamento.

CAPÍTULO 3. DINHEIRO3.7. A MOEDA. O SIGNO DO VALOR.

3.8 Dinheiro, como entesouramento

A mercadoria que funciona como medida de valor e, desse modo, também como meio de circulação, seja em seu próprio corpo ou por meio de um representante, é dinheiro. O ouro (ou a prata) é, portanto, dinheiro. Ele funciona como dinheiro, por um lado, quando tem de aparecer em sua própria corporeidade dourada (ou prateada), isto é, como mercadoria-dinheiro, nem de modo meramente ideal, como em sua função de medida de valor, nem como capaz de ser representado, como em sua função de meio de circulação; por outro lado, quando, em virtude de sua função, seja ela realizada em sua própria pessoa ou por um representante, ele se fixa exclusivamente na figura de valor, a única forma adequada de existência do valor de troca, em oposição a todas as outras mercadorias como meros valores de uso.

Estudamos anteriormente o dinheiro em movimento, aqui vamos examinar o dinheiro imóvel:

1. Quando a venda deixa de ser suplementar pela compra, o dinheiro é imobilizado

Como o desenvolvimento da circulação das mercadorias leva à introdução de mais e mais valores de uso e estes podem ser trocados por dinheiro, temos que:

2. Com o desenvolvimento da circulação das mercadorias, desenvolve-se também a necessidade e apetite para reter o produto da primeira metamorfose.

Sendo assim, o propósito da primeira metamorfose altera. Se antes tínhamos que algo era vendido para comprar, temos agora que:

3. A mercadoria é vendida para substituir a forma mercadoria pela forma dinheiro

Com isto temos:

4. A mudança 3. previne que a forma que se alterou da mercadoria de funcionar como incondicional forma alienadora, ou como forma dinheiro transcendente

Onde o resulta é:

5. O dinheiro torna-se petrificado em tesouro, e o vendedor torna-se um entesourador

Como as necessidades de um produtor de mercadorias se renovam incessantemente e requerem a compra incessante de outras mercadorias, se deduz que:

6. Com o desenvolvimendo da produção de mercadorias, todo produtor de mercadorias de assegurar-se do do dinheiro. ¹⁶

Porém:

7. Para comprar sem vender, ele tem, antes, de ter vendido sem comprar

Esta aparente se "resolve", com:

¹⁶ *À medida que a produção de mercadorias se desenvolve, todo produtor de mercadorias tem de assegurar-se do nervus rerum, do "penhor social".* Esta citação vem com a seguinte nota: "*Money is a pledge*" ["O dinheiro é um penhor"], John Bellers, *Essays about the Poor, Manufactures, Trade, Plantations, and Immorality* (Londres, 1699), p. 13.

8. Resultado da proposição 7. leva à cobiça pelo ouro¹⁷

9. A cobiça pelo ouro leva então que tudo se torna vendável e comprável

No próprio estudo de Marx, podemos observar uma das mais poéticas e gráficas passagens, como acho que é de interesse, passarei a cita-la e em companhia as notas:

Como no dinheiro não se pode perceber o que foi nele transformado, tudo, seja mercadoria ou não, transforma-se em dinheiro. Tudo se torna vendável e comprável. A circulação se torna a grande retorta social, na qual tudo é lançado para dela sair como cristal de dinheiro. A essa alquimia não escapam nem mesmo os ossos dos santos e, menos ainda, as mais delicadas res sacrosanctae, extra commercium hominum [coisas sagradas que não são objeto do comércio dos homens](90). Como no dinheiro está apagada toda diferença qualitativa entre as mercadorias, também ele, por sua vez, apaga, como leveller radical, todas as diferenças(91). Mas o dinheiro é, ele próprio, uma mercadoria, uma coisa externa, que pode se tornar a propriedade privada de qualquer um. Assim, a potência social torna-se potência privada da pessoa privada. A sociedade antiga o denuncia, por isso, como a moeda da discórdia de sua ordem econômica e moral(92). A sociedade moderna, que já na sua infância arrancou Pluto das entranhas da terra pelos cabelos(93), saúda no Graal de ouro a encarnação resplandecente de seu princípio vital mais próprio.

¹⁷Para comprar sem vender, ele tem, antes, de ter vendido sem comprar. Essa operação, realizada em escala universal, parece contradizer a si mesma. Porém, em suas fontes de produção, os metais preciosos são trocados diretamente por outras mercadorias. Aqui, ocorre a venda (do lado do possuidor de mercadorias) sem a compra (do lado do possuidor de ouro e prata). E vendas subsequentes, sem serem seguidas por compras, têm como efeito apenas a distribuição ulterior dos metais preciosos entre todos os possuidores de mercadorias. Desse modo, em todos os pontos do intercâmbio surgem tesouros de ouro e prata, dos mais variados tamanhos. Com a possibilidade de reter a mercadoria como valor de troca ou o valor de troca como mercadoria, surge a cobiça pelo ouro. Com a expansão da circulação das mercadorias, cresce o poder do dinheiro, a forma absolutamente social da riqueza, sempre pronta para o uso.

(90) *Henrique III, o rei mais cristão da França, roubou dos mosteiros etc. suas relíquias a fim de transformá-las em dinheiro. É sabido o papel que o roubo dos tesouros do templo de Delfos pelos fócios desempenhou na história grega. Entre os antigos, os templos serviam como morada dos deuses das mercadorias. Eles eram “bancos sagrados”. Para os fenícios, um povo comerciante por excelência, o dinheiro era a forma alienada de todas as coisas. Por isso, era normal que as virgens, que nas festas da deusa do amor se entregavam a estranhos, ofertassem à deusa o dinheiro recebido.*

(91) *“Gold! Yellow, glittering precious gold!/ [...] Thus much of this, will make black white; foul, fair;/ Wrong, right; base, noble; old, young; coward, valiant./ [...] What this, you gods! Why this/ Will lug your priests and servants from your sides;/ Pluck stout men’, pillows from below their heads./ This yellow slave/ Will knit and break religions; bless the accours’d;/ Make the hoar leprosy ador’d; place thiaives/ And give them title, knee and approbation/ With senators of the bench; this is it,/ That makes the wappen’d widow wed again/ [...] Come damned earth,/ Thou common whore of mankind”* [“Ouro faiscante, ouro amarelo, o precioso metal. [...] Só com isto eu deixaria o negro, branco; o repelente, belo; o injusto, justo; o baixo, com nobreza; o novo, velho, e corajoso o pulha. Deuses, por que isto? Para que isto, deuses? Oh! Isto desviará de vossas aras sacerdotes e servos, da cabeça dos doentes tirará o travesseiro. Este escravo amarelo os sacrossantos votos anula e quebra, lança a bênção nos malditos, amável deixa a lepra, dá estado aos ladrões e lhes concede títulos e homenagens lado a lado dos senadores, faz que novamente se case a viúva idosa. [...] Vamos, poeira maldita, prostituta comum da humanidade”], *William Shakespeare, Timon of Athens* [ed. bras.: “Timão de Atenas”, em *Tragédias*, trad. Carlos Alberto Nunes, Rio de Janeiro, Agir, 2008, ato IV, cena 3].

(92) *“O2dèn gàr ÆnqrHpoisin oÎon Ârgurov/ Kakòn nóμισmH Ëblaste toúto kai póleiv/ Porqueî, tódH Ândrav Êxanístjisin dómwv./ TódH Êkdidáskei kai paralássei frénav/ Crjstàv próv aĭscrà práγμαqH Ístasqai brotJn./ Panourgíav dH Ëdeixen ÆnqrHpoiv Ëcein,/ Kai pantòv Ërgou dussébeian eĭdénai”* [“Nunca entre os homens floresceu uma invenção/ pior que o ouro; até ci-

dades ele arrasa,/ afasta os homens de seus lares, arrebatada/ e impele almas honestas ao aviltamento, à impiedade em tudo”], Sófocles, Antigone [ed. bras.: “Antígona”, em A trilogia tebana, trad. Mario da Gama Kury, 9. ed., Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001, versos 344-50].

(93) “*HElpizoúsju tcv pleonexíav Ánáxein Êk tJn mucJn tcv gcv a2tòn tòn Ploútona*” [Em consequência da avareza, que deseja arrancar o próprio Pluto das entranhas da terra], Athen[aeus], Deipnos[ophistae] [,VI, 23].

Continuando o nosso estudo, devido às propriedades do valor da mercadoria, temos:

10. O valor de uma mercadoria mede o grau de sua força de atração sobre todos os elementos da riqueza material e a riqueza social de seu possuidor

Devido então a esta obceção, temos que a regra geral dos entesouradores:

11. Em regra geral, os entesouradores irão sempre vender muito e comprar pouco

Devido às características físicas da moeda, temos que:

12. A forma imediata do tesouro é acompanhada de sua forma estética, a posse de mercadorias de ouro e prata

Devido às propriedades que estudamos anteriormente da massa de meios de circulação necessários requeridos para a circulação de mercadorias, temos agora que:

$$QD > MC \quad (3.15)$$

Onde, QD representa a quantidade de dinheiro, por isso podemos definir Dinheiro Entesourado, como DE, onde:

$$DE = QD - MC \quad (3.16)$$

Por isso, o dinheiro entesourado pode regular o dinheiro que existe na forma de meio de circulação, com a expansão e contracção do ¹⁸, pela seguinte expressão:

$$QD - DE = MC \quad (3.17)$$

¹⁸ *O entesouramento cumpre diferentes funções na economia da circulação metálica. A função mais imediata deriva das condições de circulação das moedas de ouro e de prata. Vimos que a quantidade de dinheiro em circulação sofre altas e baixas em razão das oscilações constantes que a circulação das mercadorias apresenta quanto à sua extensão, seus preços e sua velocidade. Portanto, ela tem de ser capaz de contração e expansão. Ora o dinheiro tem de ser atraído como moeda, ora é preciso repeli-lo. Para que a quantidade de dinheiro efetivamente corrente possa saturar constantemente o poder de absorção da esfera da circulação, é necessário que a quantidade de ouro ou prata num país seja maior que a quantidade absorvida pela função monetária. Essa condição é satisfeita pela forma que o dinheiro assume como tesouro. As reservas servem, ao mesmo tempo, como canais de afluxo e refluxo do dinheiro em circulação, o qual, assim regulado, jamais extravasa seus canais de circulação.*

3.9 Dinheiro, como meio de pagamento

Como vimos anteriormente, temos que:

1. Com o desenvolvimento da circulação das mercadorias desenvolvem-se condições por meio das quais a alienação da mercadoria é temporalmente apartada da realização do seu preço¹⁹

2. O comprador então compra como mero representante do dinheiro ou como representante de dinheiro futuro

Logo temos:

3. O vendedor se torna credor, e o comprador, devedor

Com isto, temos:

¹⁹ Na forma imediata da circulação de mercadorias, que consideramos até o momento, a mesma grandeza de valor esteve presente sempre de um modo duplo: como mercadorias, num polo, e como dinheiro, no outro. Os possuidores de mercadorias, portanto, só entravam em contato entre si como representantes de equivalentes mutuamente existentes. Mas com o desenvolvimento da circulação das mercadorias desenvolvem-se condições por meio das quais a alienação da mercadoria é temporalmente apartada da realização de seu preço. Basta, aqui, indicar a mais simples dessas condições. Para ser produzido, um tipo de mercadoria requer mais tempo e outro, menos. A produção de diferentes mercadorias está ligada a diferentes estações do ano. Uma mercadoria é feita para um mercado local, ao passo que outra tem de ser transportada até um mercado distante. Por conseguinte, um possuidor de mercadorias pode surgir como vendedor antes que o outro se apresente como comprador. Com a repetição constante das mesmas transações entre as mesmas pessoas, as condições de venda das mercadorias regulam-se de acordo com suas condições de produção. Por outro lado, a utilização de certos tipos de mercadorias, como uma casa, é vendida por um período de tempo determinado. Somente após o término desse prazo o comprador obtém efetivamente o valor de uso da mercadoria. Ele a compra, portanto, antes de tê-la pagado. Um possuidor de mercadorias vende mercadorias que já existem, o outro compra como mero representante do dinheiro ou como representante de dinheiro futuro. O vendedor se torna credor, e o comprador, devedor. Como aqui se altera a metamorfose da mercadoria ou o desenvolvimento de sua forma de valor, também o dinheiro recebe outra função. Torna-se meio de pagamento⁹⁶.

4. O dinheiro torna-se meio de pagamento

Devido a esta transformação, temos que:

5. O dinheiro funciona, primeiramente, como medida de valor na determinação do preço da mercadoria vendida

Onde temos que:

6. O preço estabelecido em 5. mede a obrigação do comprador, a soma de dinheiro que ele deve pagar num determinado prazo

Como também:

7. O dinheiro funciona como meio ideal de compra

Devido às propriedades do dinheiro como meio de pagamento, podemos deduzir que:

8. O meio de pagamento entra na circulação, mas depois da mercadoria já ter saído desta

Neste desenvolvimento, o dinheiro perde a sua função de mediador do processo, e passa a:

9. Ele apenas conclui de modo independente, como forma de existência absoluta do valor de troca ou mercadoria universal

Com esta alteração, vemos a mudança do propósito da troca:

10. O dinheiro torna-se, agora, o fim próprio da venda, e isso em vista de uma necessidade social que deriva do próprio processo de circulação²⁰

Olhando com mais pormenor na metamorfose da mercadoria:

11. A primeira metamorfose dá-se após a segunda metamorfose²¹

As formulas que estudas previamente sobre o dinheiro, dadas estas novas características, podem ser vistas desta maneira:

Dado um periodo de tempo T e $\sum OV$ como soma de todas as obrigações²² vencidas e MO o universo de mercadorias que gerou obrigações:

²⁰ *O vendedor converteu mercadoria em dinheiro a fim de satisfazer uma necessidade por meio do dinheiro; o entesourador, para preservar a mercadoria na forma-dinheiro; o devedor, para poder pagar. Se ele não paga, seus bens são confiscados e vendidos. A figura de valor da mercadoria, o dinheiro, torna-se, agora, o fim próprio da venda, e isso em virtude de uma necessidade social que deriva do próprio processo de circulação.*

²¹ *O comprador volta a transformar dinheiro em mercadoria antes de ter transformado mercadoria em dinheiro, ou efetua a segunda metamorfose das mercadorias antes da primeira. A mercadoria do vendedor circula, realiza seu preço, porém apenas na forma de um título de direito privado que garante a obtenção futura do dinheiro. Ela se converte em valor de uso antes de se ter convertido em dinheiro. A consumação de sua primeira metamorfose se dá apenas posteriormente.*

²² *Definição presente na Wikipedia: Obrigação é um título de crédito, que confere ao seu titular o direito de receber periodicamente juros, e numa determinada data, o reembolso do capital mutuado. Tem como elemento principal a taxa de juro, o valor nominal, o preço de emissão, o valor do reembolso e o método de amortização. Normalmente é apelidada de título de rendimento fixo e podem ser emitidas ao par, abaixo do par ou acima do par. A amortização do título pode ser efectuada através de um único reembolso, ou de vários reembolsos, por redução ao valor nominal ou em várias anuidades, com amortização integral.*

$$\sum OV = \sum_{i \in MO} p_i \quad (3.18)$$

Vamos agora tratar qual é a massa de dinheiro necessária ao pagamento do vencimento, num determinado período T, onde D representa o total de dinheiro, P_O representa os pagamentos das obrigações de A para B, e E representa a taxa de encadeamento da relações entre credor e devedor ²³ (1 representa que todo do dinheiro que A sua para pagar obrigações vem do seu devedor B, 0 representa que todo o dinheiro que A recebe do ser devedor é gasto por outros meios) e t_O como a distância temporal entre os credores:

$$D = P_O * t_O \sum_{i \in MO} p_i \quad (3.19)$$

Algo que vemos também:

12. O movimento do meio de pagamento exprime uma conexão social que já estava dada antes dele ²⁴

Com o desenvolvimento deste meio:

13. Existe o surgimento espontâneo de instituições e métodos próprios para a liquidação dos pagamentos

²³o encadeamento das relações entre credor e devedor, de modo que A, que recebe dinheiro de seu devedor B, paga ao seu credor C etc.

²⁴A cadeia de pagamentos em processo, ou das primeiras e posteriores metamorfoses, distingue-se essencialmente do entrelaçamento das séries de metamorfoses de que tratamos anteriormente. No curso do meio de circulação, a conexão entre vendedores e compradores não é apenas expressa. A própria conexão tem sua origem no curso do dinheiro e só existe em seu interior. O movimento do meio de pagamento, ao contrário, exprime uma conexão social que já estava dada antes dele.

Surge então uma contradição:

14. Quando se fala de meio de pagamento, o dinheiro representa-se como encarnação individual do trabalho social

15. A contradição entre o Dinheiro como meio de troca e o dinheiro como meio de pagamento, se torna aparente, em crises monetárias²⁵, onde a oposição entre a mercadoria e a sua figura de valor, o dinheiro, é levada até a contradição absoluta!²⁶

Iremos agora considerar a quantidade total do dinheiro em circulação num período T e DC, dinheiro em circulação, $\sum_{i \in MM} p_i$, a soma dos preços que se vão realizar, $\sum_{i \in O} \text{pay}_i$, soma dos pagamentos que irão ser pagos, ρ a taxa de pagamento que irá servir para pagar outros pagamentos (1 todo o pagamento é paga os outros, 0 nenhum pagamento para os outros) e $n_{\text{ciclos repetidos}}$ numero de circuitos que a mesma peça serve tanto como meios de pagamento e meio de circulação, v_{MC} e v_{MP} , com velocidade do cuso de meio de circulação e dos meios de pagamento, respetivamente, logo temos que:

²⁵A crise monetária, definida como fase particular de toda crise de produção e de comércio, tem de ser distinguida daquele tipo especial de crise, que, também chamada de crise monetária, pode, no entanto, emergir como um fenómeno independente, que atua apenas indiretamente sobre a indústria e o comércio. São crises cujo centro está no capital financeiro e que, por isso, têm sua esfera imediata no sistema bancário, financeiro e na bolsa de valores.

²⁶Ela ocorre apenas onde a cadeia permanente de pagamentos e um sistema artificial de sua compensação encontram-se plenamente desenvolvidos. Ocorrendo perturbações gerais nesse mecanismo, venham elas de onde vierem, o dinheiro abandona repentina e imediatamente sua figura puramente ideal de moeda de conta e converte-se em dinheiro vivo. Ele não pode mais ser substituído por mercadorias profanas. O valor de uso da mercadoria se torna sem valor, e seu valor desaparece diante de sua forma de valor própria. Ainda há pouco, o burguês, com a típica arrogância pseudoesclarecida de uma prosperidade inebriante, declarava o dinheiro como uma loucura vã. Apenas a mercadoria é dinheiro. Mas agora se clama por toda parte no mercado mundial: apenas o dinheiro é mercadoria! Assim como o cervo brame por água fresca, também sua alma brame por dinheiro, a única riqueza.

$$DC = \frac{1}{v_{MC}} \sum_{i \in MM} p_i + \frac{1}{v_{MP}} \sum_{i \in O} \mathbf{pay}_i - \frac{\rho}{2} \sum_{i \in O} p_i - n_{\text{ciclos repetidos}} \quad (3.20)$$

16. O dinheiro creditício surge diretamente da função do dinheiro como meio de pagamento, quando certificados de dívida relativos às mercadorias vendidas circulam a fim de transferir essas dívidas para outrem.

Por outro lado:

17. Quando o sistema de crédito se expande, o mesmo ocorre com a função do dinheiro como meio de pagamento

Com o desenvolvimento agudo da produção de mercadorias, temos que:

18. O dinheiro se torna a mercadoria universal dos contratos ²⁷

Legalmente, temos que:

19. Em todos os países são estabelecidos certos prazos gerais de pagamento, estas dependem das condições naturais da produção

Pela lei sobre a velocidade do curso dos meios de pagamento, temos que:

²⁷*The Course of Trade being thus turned, from exchanging of goods for goods, or delivering and taking, to selling and paying, all the bargains [...] are now stated upon the foot of a Price in Money* [“Com a transformação do comércio, que deixa de ser a troca de bens por bens, ou entrega e recebimento, e passa a se caracterizar pela venda e pagamento, todas as barganhas [...] são agora feitas com base num preço em dinheiro”], em *An Essay upon Publick Credit* (3. ed., Londres, 1710), p. 8.

$$MP_{p(t_f)} = \Delta_t * MP_{p(t_i)} \quad (3.21)$$

Onde $MP_{p(t)}$ representam quantidade de meios de pagamento requerida para todos os pagamentos periódicos, $p(t_f)$ e $p(t_i)$ depois e antes da alteração, respectivamente, e Δ_t representam extensão desses períodos de pagamento.

Como o desenvolvimento do dinheiro como meio de pagamento torna necessária a acumulação de dinheiro para a compensação das dívidas nos prazos de vencimento:

20. O progresso do capitalismo faz desaparecer o entesouramento como forma autônoma de enriquecimento, e, por outro lado, faz crescer na forma de fundos de reserva de meios de pagamento

3.10 O dinheiro mundial

Ao deixar a esfera da circulação interna, o dinheiro se despe de suas formas locais de padrão de medida dos preços, de moeda, de moeda simbólica e de símbolo de valor, e retorna à sua forma original de barra de metal precioso. No comércio mundial, as mercadorias desdobram seu valor universalmente. Por isso, sua figura de valor autônoma as confronta, aqui, como dinheiro mundial. Somente no mercado mundial o dinheiro funciona plenamente como a mercadoria cuja forma natural é, ao mesmo tempo, a forma imediatamente social de efetivação do trabalho humano in abstracto. Sua forma de existência torna-se adequada a seu conceito.

Mais uma vez este capítulo do *Dinheiro mundial* é historicamente específico e fala das peculiaridades da troca de moedas dentro do sistema de *padrão de ouro*, no entanto, o que devemos retirar daqui é que:

1. O dinheiro mundial cumpre a sua forma final de ser equivalente universal a todas as mercadorias que existem no mercado internacional

Como tal:

2. O dinheiro consegue igualar não só todo o trabalho humano, mas como também todas as nacionalidade

A burguesia, pela sua (13) exploração do mercado mundial, configurou de um modo cosmopolita a produção e o consumo de todos os países. Para grande pesar dos reaccionários, tirou à indústria o solo nacional onde firmava os pés. As antiquíssimas indústrias nacionais foram aniquiladas, e são ainda diariamente aniquiladas. São desalojadas por novas indústrias cuja introdução se torna uma questão vital para todas as nações civilizadas, por indústrias que já não laboram matérias-primas nativas, mas matérias-primas oriundas das zonas mais afastadas, e cujos fabricos são consumidos não só no próprio país como simultaneamente em todas as partes do mundo.*

Para o lugar das velhas necessidades, satisfeitas por artigos do país, entram [necessidades] novas que exigem para a sua satisfação os produtos dos países e dos climas mais longínquos. Para o lugar da velha auto-suficiência e do velho isolamento locais e nacionais, entram um intercâmbio omnilateral, uma dependência das nações umas das outras. E tal como na produção material, assim também na produção espiritual. Os artigos espirituais das nações singulares tornam-se bem comum. A unilateralidade e estreiteza nacionais tornam-se cada vez mais impossíveis, e das muitas literaturas nacionais e locais forma-se uma literatura mundial.

Capítulo 4

A transformação do dinheiro em capital

4.1 A Formula Geral do Capital

1. A circulação de mercadorias é o ponto inicial do capital

Vamos agora realizar uma abstração da realidade matematerial da circulação de mercadorias, ou seja, iremos nos abstrair da trocas de valores, temos então a realidade comum de toda essa troca:

2. O resultado a forma abstrata que existe em todas as circulações de mercadorias, é a primeira forma que o capital aparece

Representado algebricamente temos que:

$$C : (M_A - D - M_B) \cap (M_B - D - M_C) \cap (M_B - D - M_C) \dots \quad (4.1)$$

Iremos estudar agora a diferença entre dinheiro por si só e dinheiro que é capital:

3. Enquanto o dinheiro por si só existe na circulação M - D - M, vender para comprar, enquanto o dinheiro em capital existe na circulação D - M - D, comprar para vender

Temos então:

4. Dinheiro que circula em D - M - D torna-se e em capital e já é potencialmente capital

Iremos agora examinar a circulação M - D - M ao pormenor:

5. D - M - D é constituído por duas fases antitéticas

Onde temos:

6. D - M (A primeira fase, a compra) o dinheiro é trocado por uma mercadoria

7. M - D (A segunda fase, a venda) a mercadoria é trocada outra vez pelo dinheiro

8. A constituição dos movimento 6. e 7. constituem um movimento singular onde o dinheiro é trocado por uma mercadoria e a mesma mercadoria é trocada outra vez por dinheiro

Com isto, a mercadoria perde a sua importância, logo:

9. O resultado, no qual o processo inteiro se apaga, é a troca de dinheiro por dinheiro, D - D

10. A circulação M - D - M seria absurda e sem significado se a troca tivesse a intenção de ser trocada por duas somas de dinheiro iguais

Vamos examinar agora as diferenças entre os circuitos M - D - M e D - M - D:

11. O que distingue os circuitos M - D - M do circuito D - M - D é a inversão da sucessão das duas fases¹

12. Enquanto na circulação M - D - M, o dinheiro é convertido, no final, numa mercadoria, que serve como valor de uso; Na circulação M - C - M, o comprador gasta o dinheiro de forma a que, como vendedor, o possa recuperar

Assim temos que:

13. Na circulação M - D - M, o dinheiro é libertado com a intenção de recapturá-lo, logo dinheiro é apenas adiantado

14. Enquanto no circuito M - D - M, o vendedor recebe o di-

¹ *As duas formas se decompõem nas duas fases antitéticas, M-D (venda) e D-M (compra). Em cada uma das duas fases confrontam-se um com o outro os mesmos dois elementos reificados [sachlichen], mercadoria e dinheiro, e as mesmas duas pessoas, portando as mesmas máscaras econômicas: um comprador e um vendedor. Cada um dos dois ciclos é a unidade das mesmas fases contrapostas, e nos dois casos essa unidade é mediada pela intervenção de três partes contratantes, das quais uma apenas vende, outra apenas compra e a terceira compra e vende alternadamente.*

Mas o que realmente diferencia entre si os dois ciclos M-D-M e D-M-D é a ordem invertida de sucessão das mesmas fases antitéticas de circulação. A circulação simples de mercadorias começa com a venda e termina com a compra, ao passo que a circulação do dinheiro como capital começa com a compra e termina com a venda. Na primeira, o ponto de partida e de chegada do movimento é a mercadoria; na segunda, é o dinheiro. Na primeira forma, o que medeia o curso inteiro da circulação é o dinheiro; na segunda, é a mercadoria.

nhheiro do comprador e o entrega a outro vendedor, no circuito M - D - M aqui o comprador pega na mercadoria do vendedor e a entrega a outro comprador²

15. Este refluxo do dinheiro a seu ponto de partida não depende de a mercadoria ser vendida mais cara do que foi comprada

16. Enquanto o circuito M - D - M começa com um mercadoria e termina com outra que sai da circulação para o consumo (o valor de uso é o seu fim), o circuito M - D - M começa e termina com o dinheiro *Sua força motriz e fim último é, desse modo, o próprio valor de troca.*

17. Enquanto no circuito dos dois extremos têm a mesma forma (são mercadorias e mercadorias de igual valor), mas são diferentes valores de uso (Troca de diferentes materiais onde o trabalho da sociedade está incorporado), o circuito os dois extremos têm a mesma forma econômica mas sem qualquer diferenças de valor de uso (são os dois dinheiros)

Pelo que vimos, então:

17. A exata forma de D - M - D é D - M - D', onde $M' > M$

$$D' = D + \Delta D \quad (4.2)$$

²Na forma M-D-M, a mesma peça monetária muda duas vezes de lugar. O vendedor a recebe do comprador e a passa a outro vendedor. O processo inteiro, que começa com o recebimento de dinheiro em troca de mercadoria, conclui-se com o dispêndio de dinheiro por mercadoria. O inverso ocorre na forma D-M-D. Aqui não é a mesma peça monetária que muda duas vezes de lugar, mas a mesma mercadoria, e o comprador a recebe das mãos do vendedor e a passa às mãos de outro comprador. Assim como na circulação simples de mercadorias as duas mudanças de lugar da mesma peça monetária implicam a passagem definitiva de uma mão a outra, também aqui a dupla mudança de lugar da mesma mercadoria implica o refluxo do dinheiro a seu primeiro ponto de partida.

18. Chamamos de $\Delta D (= D' - D)$ de mais valia, surplus-value

19. No curso de M - D - M', M' pode ser maior que M, porém isto só acontece acidentalmente³

20. Quando o dinheiro é retirado da circulação D - M - D', este deixa de ser capital e passa a ser petrificado como tesouro

21. A circulação do dinheiro como capital é um fim em si mesmo, pois a valorização do valor existe apenas no interior desse movimento sempre renovado.

Logo, se conclui que:

22. O movimento do capital não tem limites

23. Chamamos de capitalista à representação consciente deste movimento, o possuidor de dinheiro

Com o que vimos sobre o capital, temos então:

24. O capitalista nunca leva os valores de uso como o seu verdadeiro objetivo

³Certamente, também em M-D-M é possível que os dois extremos M-M, digamos, cereal e roupas, sejam grandezas de valor quantitativamente distintas. O camponês pode vender seu cereal acima de seu valor ou comprar roupas abaixo de seu valor. Ele pode, por outro lado, ser ludibriado pelo vendedor de roupas. No entanto, para a forma da circulação que agora consideramos, tal diferença de valor é puramente acidental. O fato de o cereal e as roupas serem equivalentes não priva o processo de seu sentido, como ocorre com o processo D-M-D. A equivalência de seus valores é, antes, uma condição necessária para seu curso normal.

25. O capitalista mira para a produção de lucro sozinha⁴

Como vimos nas proposições passadas:

26. Na circulação D - M - D tanto a mercadoria como o dinheiro representam simplesmente modos de existência de valor em ele mesmo (Dinheiro como expressão geral deste e mercadoria como expressão particular

Logo:

27. O movimento do capital está sempre mudando de forma de um para o outro sem se perder, e por isso assume um carácter ativo

Temos então, como conclusão:

28. Capital é dinheiro e Capital é mercadoria ⁵

Pois o movimento em que ele adiciona mais-valor é seu próprio movimento; sua valorização é, portanto, autovalorização. Por ser valor, ele recebeu a qualidade oculta de adicionar valor. Ele pare filhotes, ou pelo

⁴*Esse impulso absoluto de enriquecimento, essa caça apaixonada ao valor é comum ao capitalista e ao entesourador, mas, enquanto o entesourador é apenas o capitalista ensandecido, o capitalista é o entesourador racional.*

⁵As formas independentes, as formas-dinheiro que o valor das mercadorias assume na circulação simples servem apenas de mediação para a troca de mercadorias e desaparecem no resultado do movimento. Na circulação D-M-D, ao contrário, mercadoria e dinheiro funcionam apenas como modos diversos de existência do próprio valor: o dinheiro como seu modo de existência universal, a mercadoria como seu modo de existência particular, por assim dizer, disfarçado. O valor passa constantemente de uma forma a outra, sem se perder nesse movimento, e, com isso, transforma-se no sujeito automático do processo. Ora, se tomarmos as formas particulares de manifestação que o valor que se autovaloriza assume sucessivamente no decorrer de sua vida, chegaremos a estas duas proposições: capital é dinheiro, capital é mercadoria.

menos põe ovos de ouro.

Pelo que vimos de 28. temos que:

29. O Capital requer uma forma independente, por onde a sua identidade pode a qualquer tempo ser estabelecida, esta realidade é a forma do dinheiro [shape of money]⁶

O valor se torna, assim, valor em processo, dinheiro em processo e, como tal, capital. Ele sai da circulação, volta a entrar nela, conserva-se e multiplica-se em seu percurso, sai da circulação aumentado e começa o mesmo ciclo novamente. D-D', dinheiro que cria dinheiro – money which begets money – é a descrição do capital na boca de seus primeiros intérpretes, os mercantilistas.

30. O circuito M - C - M' aparece como apenas um tipo de capital de, a forma própria do capital comercial, mas o capital industrial também é dinheiro e é trocado por mercadorias e por meio de venda se transforma em mais dinheiro.

31. D - M - D' é a fórmula geral do capital tal como ele aparece imediatamente na esfera da circulação

Na verdade, portanto, D-M-D' é a fórmula geral do capital tal como ele aparece imediatamente na esfera da circulação

⁶Como sujeito usurpador de tal processo, no qual ele assume ora a forma do dinheiro, ora a forma da mercadoria, porém conservando-se e expandindo-se nessa mudança, o valor requer, sobretudo, uma forma independente por meio da qual sua identidade possa ser constatada. E tal forma ele possui apenas no dinheiro. Este constitui, por isso, o ponto de partida e de chegada de todo processo de valorização. Ele era £100 e agora é £110 etc. Mas o próprio dinheiro vale, aqui, apenas como uma das duas formas do valor. Se não assume a forma da mercadoria, o dinheiro não se torna capital. Portanto, o dinheiro não se apresenta aqui em antagonismo com a mercadoria, como ocorre no entesouramento. O capitalista sabe que toda mercadoria, por mais miserável que seja sua aparência ou por pior que seja seu cheiro, é dinheiro, não só em sua fé, mas também na realidade; que ela é, internamente, um judeu circuncidado e, além disso, um meio milagroso de se fazer mais dinheiro a partir do dinheiro.

4.2 As Contradições da fórmula geral

Iremos nesta secção numerar as contradições que aparecem no entanto nesta fórmula geral:

Para tal iremos examinar o seguinte exemplo:

$$A - \zeta - B$$

Onde, como capitalista, ζ compra a mercadoria de A e depois vende a B, como proprietário simples de mercadorias, ζ vende-a B e depois compra novas em A.

1. Esta relação poderia ser simplificada por $A - B$, A compraria diretamente de B e B vendia diretamente de A.⁷

⁷*E mais ainda. Essa inversão só existe para uma das três partes negociantes, que fazem comércio umas com as outras. Como capitalista, compro mercadorias de A e as revendo a B, ao passo que, como simples possuidor de mercadorias, vendo mercadorias a B e compro mercadorias de A. Para os negociantes A e B, não existe essa distinção. Eles aparecem apenas como compradores ou vendedores de mercadorias. Eu mesmo me confronto com eles como simples possuidor, ora de dinheiro, ora de mercadorias, como comprador ou como vendedor e, além disso, em cada uma dessas transações, confronto-me com uma pessoa apenas como comprador, com outra apenas como vendedor, com a primeira apenas como dinheiro, com a segunda apenas como mercadorias, e com nenhuma delas como capital ou capitalista, ou como representante de qualquer coisa que seja mais do que dinheiro ou mercadorias, ou que possa surtir qualquer efeito além daquele do dinheiro ou das mercadorias. Para mim, a compra de A e a venda a B constituem uma série. Mas a conexão entre esses dois atos só existe para mim. A não se preocupa com minha transação com B, e tampouco B com minha transação com A. E se eu quisesse explicar a eles o mérito particular de minha ação, que consiste em inverter a série, eles me diriam que estou enganado quanto à própria série e que a transação completa não começa com uma compra e conclui-se com uma venda, mas, inversamente, começa com uma venda e conclui-se com uma compra. De fato, meu primeiro ato, a compra, é, do ponto de vista de A, uma venda, e meu segundo ato, a venda, é, do ponto de vista de B, uma compra. Não satisfeitos com isso, A e B argumentarão que a série inteira foi supérflua e não passou de um mero truque. A venderá a mercadoria diretamente a B, e B a comprará diretamente de A. Com isso, a transação inteira se reduz a um ato unilateral da circulação usual de mercadorias, sendo do ponto de vista de A um simples ato de venda e do ponto de vista de B um simples ato de compra. Assim, a inversão da*

Logo:

2. Para a relação $A - \zeta - B$ se dar, A e B precisam de estar dependentes de ζ para usufruírem o valor de uso⁸

Temos então que:

3. O capital tem origem na circulação mas, ao mesmo tempo, tem de não ter origem na circulação

A partir da presente investigação, o leitor pode compreender que o que está em questão é o seguinte: a formação do capital tem de ser possível mesmo que o preço e o valor de uma mercadoria sejam iguais. Sua formação

série não nos conduz para fora da esfera da circulação simples de mercadorias, de modo que temos, antes, de investigar se nessa circulação simples existe algo a permitir uma expansão do valor que entra na circulação e, por conseguinte, a criação de mais-valor.

⁸*Mostrou-se que o mais-valor não pode ter origem na circulação, sendo necessário, portanto, que pelas suas costas ocorra algo que nela mesma é invisível. Mas pode o mais-valor surgir de alguma outra fonte que não a circulação? Esta é a soma de todas as relações de mercadorias, travadas entre os possuidores de mercadorias. Fora da circulação, o possuidor de mercadorias encontra-se em relação apenas com sua própria mercadoria. No que diz respeito a seu valor, essa relação se limita ao fato de que a mercadoria contém uma quantidade de seu próprio trabalho, quantidade que é medida segundo determinadas leis sociais. Tal quantidade de trabalho se expressa na grandeza de valor de sua mercadoria e, uma vez que a grandeza de valor se exprime em moeda de conta, num preço de, por exemplo, £10. Porém, seu trabalho não se expressa no valor da mercadoria acompanhado de um excedente acima de seu próprio valor, num preço de £10 que é, ao mesmo tempo, um preço de £11, isto é, num valor que é maior do que ele mesmo. O possuidor de mercadorias pode, por meio de seu trabalho, criar valores, mas não valores que valorizam a si mesmos. Ele pode aumentar o valor de uma mercadoria acrescentando ao valor já existente um novo valor por meio de novo trabalho, por exemplo, transformando o couro em botas. O mesmo material tem, agora, mais valor, porque contém uma quantidade maior de trabalho. Por isso, as botas têm mais valor do que o couro, mas o valor do couro permanece como era. Ele não se valorizou, não incorporou um mais-valor durante a fabricação das botas. Assim, encontrando-se o produtor de mercadorias fora da esfera da circulação, sem travar contato com outros possuidores de mercadorias, é impossível que ele valorize o valor e, por conseguinte, transforme dinheiro ou mercadoria em capital.*

não pode ser atribuída a um desvio do preço em relação ao valor das mercadorias. Se o preço realmente difere do valor, é preciso, antes de tudo, reduzir o primeiro ao último, isto é, considerar a diferença como acidental a fim de poder observar em sua pureza o fenômeno da formação do capital sobre a base da troca de mercadorias, sem que essa observação seja perturbada por circunstâncias secundárias ao processo propriamente dito. Sabe-se, além disso, que essa redução não é de modo algum um mero procedimento científico. As constantes oscilações dos preços de mercado, suas altas e baixas, compensam umas às outras, anulam-se mutuamente e se reduzem a um preço médio, que funciona como seu regulador interno. Tal preço médio é a estrela-guia, por exemplo, do mercador ou do industrial em todo empreendimento que abrange um período de tempo mais longo. Ele sabe, assim, que, no longo prazo, as mercadorias não serão vendidas nem abaixo, nem acima, mas pelo seu preço médio. Se o pensamento desinteressado fosse seu interesse, ele teria de elaborar o problema da formação do capital do seguinte modo: como pode o capital surgir quando se considera que a regulação dos preços se dá por meio do preço médio, isto é, em última instância, pelo valor da mercadoria? Digo “em última instância” porque os preços médios não coincidem diretamente com os valores das mercadorias, ao contrário do que creem Smith, Ricardo etc.

Este capítulo é específico e trata de várias refutações de outras teorias sobre o capital, porém penso que tal se desviaria do propósito deste estudo, tentei então manter o que achei necessário e passar à frente algumas partes, porém a leitura do capítulo faz argumento que não apresentei aqui, se existe a aparência de que falta conteúdo aqui, ou o interesse é despertado ao leitor, aconselho sempre a leitura.

4.3 A compra e a venda de força de trabalho

Vamos agora aqui estudar o que realmente acontece para que o capital consiga expandir, recapitulando:

1. A mudança de valor não pode acontecer no dinheiro nele mesmo, porque a sua função é meramente como meio de compra e meio de pagamento, só pode realizar o preço da mercadoria que compra ou vende

Também temos que:

2. A mudança de valor não pode ocorrer no segundo ato de circulação, pois só transforma a mercadoria de volta para a sua forma dinheiro

Por isso, concluímos:

3. A alteração deve acontecer quando a mercadoria é comprada no primeiro ato, D - M, na compra do seu valor total (equivalente são trocado)

Somos forçados então a concluir que:

4. A mudança de valor tem origem numa mudança de valor de uso

Para tal, então o proprietário do dinheiro tem que encontrar uma mercadoria que no seu consumo, no seu valor de uso, produza valor, logo:

5. O proprietário do dinheiro compra de capacidade para trabalho ou poder de trabalho para a sua expansão de valor

Definimos poder de trabalho como:

6. Por poder de trabalho ou capacidade para trabalhar está para ser entendida como o agregado das capacidades mentais e físicas existentes no ser humano, que ele exercita quando ele produz valores de uso de qualquer discrição

Existe porém algumas condições necessárias para esta relação se dar (compra de trabalho, proprietário do dinheiro como comprador, proprietário do poder de trabalho como vendedor)⁹:

7. A troca de mercadoria por si só não implica outra relação de dependência que não seja resultante da sua própria natureza

Segundo este pressuposto, temos então que:

⁹No entanto, para que o possuidor de dinheiro encontre a força de trabalho como mercadoria no mercado, é preciso que diversas condições estejam dadas. A troca de mercadorias por si só não implica quaisquer outras relações de dependência além daquelas que resultam de sua própria natureza. Sob esse pressuposto, a força de trabalho só pode aparecer como mercadoria no mercado na medida em que é colocada à venda ou é vendida pelo seu próprio possuidor, pela pessoa da qual ela é a força de trabalho. Para vendê-la como mercadoria, seu possuidor tem de poder dispor dela, portanto, ser o livre proprietário de sua capacidade de trabalho, de sua pessoa. Ele e o possuidor de dinheiro se encontram no mercado e estabelecem uma relação mútua como iguais possuidores de mercadorias, com a única diferença de que um é comprador e o outro, vendedor, sendo ambos, portanto, pessoas juridicamente iguais. A continuidade dessa relação requer que o proprietário da força de trabalho a venda apenas por um determinado período, pois, se ele a vende inteiramente, de uma vez por todas, vende a si mesmo, transforma-se de um homem livre num escravo, de um possuidor de mercadoria numa mercadoria. Como pessoa, ele tem constantemente de se relacionar com sua força de trabalho como sua propriedade e, assim, como sua própria mercadoria, e isso ele só pode fazer na medida em que a coloca à disposição do comprador apenas transitariamente, oferecendo-a ao consumo por um período determinado, portanto, sem renunciar, no momento em que vende sua força de trabalho, a seus direitos de propriedade sobre ela.

8. A força de trabalho só pode aparecer como mercadoria no mercado na medida em que é colocada à venda ou é vendida pelo seu próprio possuidor, pela pessoa da qual ele é força de trabalho

Logo:

9. Para vendê-la como mercadoria, sua pessoa tem de ser a livre proprietária de sua capacidade de trabalho

Para dar-se a continuidade desta relação, acontece que:

10. O proprietário da força de trabalho só pode vender o seu trabalho por um determinado período, se ele vende inteiramente ele transforma-se em escravo (*de um possuidor de mercadoria numa mercadoria*)

Outra condição precisa de existir:

11. Para que o dono do dinheiro possa encontrar poder de trabalho no mercado como mercadoria, o trabalhador ao invés de vender mercadorias onde o seu trabalho está incorporado, ele deve ser obrigado a oferecer o seu poder de trabalho como mercadoria¹⁰

Sabemos que, no entanto:

¹⁰ *A segunda condição essencial para que o possuidor de dinheiro encontre no mercado a força de trabalho como mercadoria é que seu possuidor, em vez de poder vender mercadorias em que seu trabalho se objetivou, tenha, antes, de oferecer como mercadoria à venda sua própria força de trabalho, que existe apenas em sua corporeidade viva.*

12. Para que o proprietário da força de trabalho possa vender outra mercadorias que não sejam o seu poder de trabalho, ele tem que possuir os meios de produção e os meios de subsistência

13. Chamamos de meios de produção, todo o material, trabalhado ou natural, que é usado para a produção de um produto específico

14. Chamamos de meios de subsistência, todo o material, trabalhado ou natural, que é necessário para uma pessoa existir

Como o homem não pode consumir produtos inacabados, temos que:

15. O homem tem de consumir a cada dia, tanto antes como no decorrer de seu ato de produção

No caso específico da mercadoria:

16. Se os produtos são produzidos como mercadorias, eles têm de ser vendidos depois de produzidos, e somente depois de sua venda eles podem satisfazer as necessidades dos produtores

Logo temos:

17. O tempo necessário para a sua venda é adicionado ao tempo necessário para a sua produção¹¹

¹¹*Para que alguém possa vender mercadorias diferentes de sua força de trabalho, ele tem de possuir, evidentemente, meios de produção, por exemplo, matérias-primas, instrumentos de trabalho etc. Ele não pode fabricar botas sem couro. Necessita, além disso, de meios de subsistência. Ninguém, nem mesmo um músico do futuro, pode viver de produtos do futuro, tampouco, portanto, de valores de uso cuja produção ainda não esteja acabada, e tal como nos primeiros dias de sua aparição sobre o palco da Terra, o ho-*

Para transformar dinheiro em capital, o possuidor de dinheiro tem, portanto, de encontrar no mercado de mercadorias o trabalhador livre, e livre em dois sentidos: de ser uma pessoa livre, que dispõe de sua força de trabalho como sua mercadoria, e de, por outro lado, ser alguém que não tem outra mercadoria para vender, livre e solto, carecendo absolutamente de todas as coisas necessárias à realização de sua força de trabalho.

Sabemos que:

18. Na perspectiva do proprietário de dinheiro, a questão do porque que o trabalhador livre confronta-lo não lhe tem interesse, para ele o mercado laboral é só um ramo do mercado geral de mercadoria ¹²

No entanto, sabemos que:

19. Todas as categorias económicas, como também a força de trabalho na forma de mercadorias, precisam de que definidas condições históricas existam para que estas também existam

Vamos agora estudar a mercadoria, poder de trabalho:

mem tem de consumir a cada dia, tanto antes como no decorrer de seu ato de produção. Se os produtos são produzidos como mercadorias, eles têm de ser vendidos depois de produzidos, e somente depois de sua venda eles podem satisfazer as necessidades dos produtores. O tempo necessário para a sua venda é adicionado ao tempo necessário para a sua produção.

¹²*Por que razão esse trabalhador livre se confronta com ele na esfera da circulação é algo que não interessa ao possuidor de dinheiro, para o qual o mercado é uma seção particular do mercado de mercadorias. No momento, essa questão tampouco tem interesse para nós. Ocupamo-nos da questão teoricamente, assim como o possuidor de dinheiro ocupa-se dela praticamente. Uma coisa, no entanto, é clara: a natureza não produz possuidores de dinheiro e de mercadorias, de um lado, e simples possuidores de suas próprias forças de trabalho, de outro. Essa não é uma relação histórico-natural [naturgeschichtliches], tampouco uma relação social comum a todos os períodos históricos, mas é claramente o resultado de um desenvolvimento histórico anterior, o produto de muitas revoluções económicas, da destruição de toda uma série de formas anteriores de produção social.*

CAPÍTULO 4. A TRANSFORMAÇÃO DO DINHEIRO EM CAPITAL 4.3. A COMPRA E A VENDA DE FORÇA DE TRABALHO

Como é que o seu valor é determinado?

Como é uma mercadoria, temos então que:

20. O valor do poder de trabalho é o tempo de trabalho necessário para a sua produção, e conseqüentemente também para a sua reprodução do seu artigo especial

Logo, temos que:

21. O seu valor do poder de trabalho, representa não mais que a quantidade definida do tempo médio de trabalho da sociedade incorporado no poder de trabalho

Sabemos que, como é óbvio:

22. O poder de trabalho existe só como uma capacidade, um poder vivo individual

Logo temos que:

23. A sua produção pressupõe a sua existência

Também podemos ver então que:

24. Dado um individuo, a produção do poder de trabalho consiste na sua reprodução de ele mesmo ou na sua manutenção

Sabemos por definição que:

25. A sua manutenção requer uma dada quantidade de meios de subsistência

Então podemos concluir que:

26. O tempo de trabalho requerido para a produção de poder de trabalho reduz por si só ao necessário para a produção dos meios de subsistência referidos em 25.

Em questões de valor, temos que:

27. O valor do poder de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessário para a manutenção do trabalhador

Podemos então representar esta função da seguinte maneira:

$$v_{LP} = \sum_{i \in MS} v_i \quad (4.3)$$

Onde v_{LP} representa o valor do poder de trabalho (Labour-Power), MS representa Meios de Subsistência relativos ao trabalhador.

Sabemos no entanto que:

28. O poder de trabalho só se torna realidade com o exercício (*só se aciona por meio do trabalho*)

Logo:

29. Na atividade 28. este gasta uma determinada quantidade de músculos, nerocos, cérebro etc. humanos que tem de ser reposta

E concluimos assim que:

30 O gasto incremental em 29, implica uma gasto aumentado e por isso uma renda aumentada (*Se o proprietário da força de trabalho trabalhou hoje, ele tem de poder repetir o mesmo processo amanhã, sob as mesmas condições no que diz respeito a sua saúde e força.*

A quantidade dos meios de subsistência tem, portanto, de ser suficiente para manter o indivíduo trabalhador como tal em sua condição normal de vida.

Como todas as necessidades e o modo de sua satisfação são um produto histórico e relativo às condições materiais, temos que:

31. A determinação do valor da força de trabalho contém um elemento histórico, cultural, geográfico e temporal¹³

Porém, devido à constante expansão do capital, temos que:

32. O capital assume a existência perpetua do vendedor de po-

¹³ *Por outro lado, a extensão das assim chamadas necessidades imediatas, assim como o modo de sua satisfação, é ela própria um produto histórico e, por isso, depende em grande medida do grau de cultura de um país, mas também depende, entre outros fatores, de sob quais condições e, por conseguinte, com quais costumes e exigências de vida se formou a classe dos trabalhadores livres num determinado local. Diferentemente das outras mercadorias, a determinação do valor da força de trabalho contém um elemento histórico e moral. No entanto, a quantidade média dos meios de subsistência necessários ao trabalhador num determinado país e num determinado período é algo dado.*

der de trabalho

Como o trabalhador é mortal, temos então que:

33. A soma dos meios de subsistência necessários para a produção de poder de trabalho deve incluir os meios necessário para a substituição do trabalhador (i.e. as suas crianças)

Porém, para o trabalhador poder trabalhar, ele precisa de alguma habilidade e praticidade nalgum ramo da industria, donde temos então que:

34. Para tornar-se um tipo especial de poder de trabalho, uma educação especial e treino é necessária

Como isto implica custos, temos que:

35. Os gastos feitos em 34. devem entrar na soma de valores gastos na $\sum_{i \in MS} v_i$

36. O valor dos gastos em 34. a variar com mais ou menos é complicado é o tipo poder de trabalho

Temos também que existe produtos que são consumidos em diferentes períodos

37. Diferentes produtos necessitam do seu consumo em diferentes períodos de tempo*(Uma parte dos meios de subsistência, por exemplo, a alimentação, o aquecimento etc., é consumida diariamente e tem de ser reposta diariamente. Outros meios de subsistência, como roupas, móveis etc., são consumidos em períodos mais longos e, por isso, só precisam ser substituídos em*

intervalos maiores de tempo. Algumas mercadorias têm de ser compradas ou pagas diariamente, outras semanalmente, trimestralmente, e assim por diante.)

Logo podemos expressar tal, daremos t como o período de tempo a média de gasto este período de tempo t e I o intervalo múltiplo de t que damos (no caso Marx usa $t = 1$ dia e $I = 1$ ano como exemplo, $I = 365t$), quant é a quantidade de produto consumido num certo período pc (múltiplo de t , também múltiplo de t):

$$\text{quant em média em } t = \frac{\sum_{i \in MS} \text{quant}_i * \frac{I}{pc(i)}}{I} \quad (4.4)$$

No exemplo de Marx, vemos 3 tipo de período, $A =$ um dia, $B =$ uma semana e $C =$ trimestre onde então teríamos:

$$\text{média diária dessas mercadorias} = \frac{265A + 52B + 4C + \dots}{365}$$

Podemos como é óbvio, podemos adicionar esta nova expressão à expressão que previamente estudamos sobre o valor de poder de trabalho, onde temos que:

$$v_{LP \text{ em } t} = \frac{\sum_{i \in MS} v_{uma \text{ Com. } i} * \text{quant}_i * \frac{I}{pc(i)}}{I} \quad (4.5)$$

Podemos então observar que:

38. O limite mínimo do valor do poder de trabalho é determinado pelo valor das mercadorias, que sem o fornecimento diário delas o nosso produtor não consegue renovar a sua energia vital

Com isto, temos que:

39. Se o preço do poder de trabalho cai para o seu mínimo, este cai para baixo do seu valor, e então com estas condições o trabalho está num estado desgastado (como vimos anteriormente, o valor das mercadorias produzidas é determinado pelo tempo de trabalho requisitado nas condições normais)

Como sabemos que neste caso o poder de trabalho é uma mercadoria, então:

40. Seu valor é fixado antes de ele entrar em circulação

Logo, sabes:

41. Existe uma separação entre a alienação da força e sua exteriorização efetiva (sua existência como valor de uso) (*a alienação formal do valor de uso por meio da venda e sua transferência efetiva ao comprador não são simultâneas, o dinheiro do comprador funciona, na maioria das vezes, como meio de pagamento.*)

A esfera da circulação ou da troca de mercadorias, em cujos limites se move a compra e a venda da força de trabalho, é, de fato, um verdadeiro Éden dos direitos inatos do homem. Ela é o reino exclusivo da liberdade, da igualdade, da propriedade e de Bentham. Liberdade, pois os compradores e vendedores de uma mercadoria, por exemplo, da força de trabalho, são movidos apenas por seu livre-arbítrio. Eles contratam como pessoas livres, dotadas dos mesmos direitos. O contrato é o resultado, em que suas vontades recebem uma expressão legal comum a ambas as partes. Igualdade, pois eles se relacionam um com o outro apenas como possuidores de mercadorias e trocam equivalente por equivalente. Propriedade, pois cada um dispõe apenas do que é seu. Bentham, pois cada um olha somente para si

mesmo. A única força que os une e os põe em relação mútua é a de sua utilidade própria, de sua vantagem pessoal, de seus interesses privados. E é justamente porque cada um se preocupa apenas consigo mesmo e nenhum se preocupa com o outro que todos, em consequência de uma harmonia preestabelecida das coisas ou sob os auspícios de uma providência todo-astuciosa, realizam em conjunto a obra de sua vantagem mútua, da utilidade comum, do interesse geral.

Capítulo 5

O processo-trabalho e o processo de produção de mais valia

5.1 O processo de trabalho

A utilização da força de trabalho é o próprio trabalho. O comprador da força de trabalho a consome fazendo com que seu vendedor trabalhe. Desse modo, este último se torna actu [em ato] aquilo que antes ele era apenas potentia [em potência], a saber, força de trabalho em ação, trabalhador. Para incorporar seu trabalho em mercadorias, ele tem de incorporá-lo, antes de mais nada, em valores de uso, isto é, em coisas que sirvam à satisfação de necessidades de algum tipo. Assim, o que o capitalista faz o trabalhador produzir é um valor de uso particular, um artigo determinado. A produção de valores de uso ou de bens não sofre nenhuma alteração em sua natureza pelo fato de ocorrer para o capitalista e sob seu controle, razão pela qual devemos, de início, considerar o processo de trabalho independentemente de qualquer forma social determinada.

Iremos aqui estudar o processo de trabalho:

1. O trabalho é um processo onde tanto o homem como a natu-

reza participam (*processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza.*)

Sendo assim, temos que:

2. O trabalhador opõe-se à natureza, começando o movimento das forças naturais do seu corpo (braços, pernas, mãos e cabeça), de maneira para apropriar-se da produção da natureza de maneira a que se adapte às suas vontades

Logo:

3. Agindo no mundo externo e mudando-lo, o trabalhador também se muda a sua própria natureza (*Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio.*)

Porém, existe uma distinção entre o trabalho humano e o trabalho animal:

4. O homem primeiro levanta as suas estruturas na imaginação e depois as levanta na realidade

Como temos então:

5. A atividade laboral exige a vontade orientada a um fim

Onde:

6. A vontade referida em 5. se manifesta na atenção do traba-

lhador durante a realização de sua tarefa

7. A atenção referida em 6. irá variar consoante o trabalhador é atraído pelo conteúdo e pelo modo de sua execução (*Além do esforço dos órgãos que trabalham, a atividade laboral exige a vontade orientada a um fim, que se manifesta como atenção do trabalhador durante a realização de sua tarefa, e isso tanto mais quanto menos esse trabalho, pelo seu próprio conteúdo e pelo modo de sua execução, atrai o trabalhador, portanto, quanto menos este último usufrui dele como jogo de suas próprias forças físicas e mentais.*)

Podemos então dividir os fatores elementares do processo de trabalho:

1. 8. A atividade orientada
2. 9. Seu objeto
3. 10. Seus meios

11. A terra (isto inclui também a água), é para o homem uma fonte originária de provisões de meios de subsistência acabados¹

12. *Todas as coisas que o trabalho apenas separa de sua conexão imediata com a totalidade da terra são, por natureza, objetos de trabalho preexistentes.*(i.e. *Assim é o peixe, quando pescado e separado da água, seu elemento vital, ou a madeira que se derruba na floresta virgem, ou o minério arrancado de seus veios.*)

¹“The earth’s spontaneous productions being in small quantity, and quite independent of man, appear, as it were, to be furnished by nature, in the same way as a small sum is given to a young man, in order to put him in a way of industry, and of making his fortune” [“Os frutos espontâneos da terra, sendo em pequena quantidade e inteiramente independentes do homem, parecem ser fornecidos pela natureza do mesmo modo como se dá a um jovem uma pequena soma de dinheiro para que ele se inicie na indústria e faça fortuna”], James Steuart (ed.), *Principles of Polit. Econ.* (Dublin, 1770), v. I, p. 116.

Pelo contrário:

13. Chamamos de matéria prima, ao próprio objeto do trabalho que é filtrado por um trabalho anterior (i.e. *o minério já extraído da mina e que agora será lavado*)

14. O objeto de trabalho só é matéria-prima se sofreu uma modificação mediada pelo trabalho²

15. Chamamos de meio de trabalho a qualquer coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador interpõe entre si e o objeto do trabalho e que lhe serve de guia de sua atividade sobre esse objeto (*Ele utiliza as propriedades mecânicas, físicas e químicas das coisas para fazê-las atuar sobre outras coisas, de acordo com o seu propósito.*)

Logo temos que:

16. A terra é uma fonte originária dos meios de trabalho (i.e. *Ela lhe fornece, por exemplo, a pedra, para que ele a arremesse, ou a use para moer, comprimir, cortar etc. A própria terra é um meio de trabalho, mas pressupõe, para servir como tal na agricultura, toda uma série de outros meios de trabalho e um grau relativamente alto de desenvolvimento da força de trabalho.*)

Deduzindo então:

17 Quando o processo de trabalho começa a se desenvolver,

² Toda matéria-prima é objeto do trabalho, mas nem todo objeto do trabalho é matéria-prima. O objeto de trabalho só é matéria-prima quando já sofreu uma modificação mediada pelo trabalho.

ele já necessita de meios de trabalho previamente elaborados (*Nas mais antigas cavernas, encontramos ferramentas e armas de pedra. Além de pedra, madeira, ossos e conchas trabalhados, também os animais domesticados desempenharam um papel fundamental como meios de trabalho nos primeiros estágios da história humana. O uso e a criação de meios de trabalho, embora já existam em germe em certas espécies de animais, é uma característica específica do processo de trabalho humano, razão pela qual Franklin define o homem como “a toolmaking animal”, um animal que faz ferramentas. A mesma importância que as relíquias de ossos têm para o conhecimento da organização das espécies de animais extintas têm também as relíquias de meios de trabalho para a compreensão de formações socioeconômicas extintas.*

Podemos assim considerar que:

18. O que difere entre as várias épocas econômicas é os meios de produção (*O que diferencia as épocas econômicas não é “o que” é produzido, mas “como”, “com que meios de trabalho”.*)

19. A qualidade proposta em 18. fornecem-nos uma medida do grau de desenvolvimento da força de trabalho, como também indicam as condições sociais nas quais se trabalha

Devido à natureza do processo de trabalho, temos que:

20. O processo de trabalho necessita de condições objetivas para se realizar (mesmo que essas condições não entre diretamente no processo de trabalho)m chamamos de tal os meios de trabalho³

³Num sentido mais amplo, o processo de trabalho inclui entre seus meios, além das coisas que medeiam o efeito do trabalho sobre seu objeto e, assim, servem de um modo ou de outro como condutores da atividade, também todas as condições objetivas que, em

21. Chamamos o meio universal de trabalho ao meio que fornece ao trabalhador o local e o campo de atuação ao processo de atuação (no caso é a terra⁴, outros meios de trabalho não universais podem ser considerados, como por exemplo, oficinas de trabalho, canais, estradas... como é claro já mediados pelo trabalho)

Sendo assim, podemos considerar:

22. Existe uma distinção entre o processo de trabalho se incorporou no produto do trabalho (o produto é nada mais do que um valor de uso, neste o processo de trabalho é incorporado⁵)

Considerado como um todo, temos que:

23. O processo inteiro, de ponto de vista de seu resultado, do

geral, são necessárias à realização do processo. Tais condições não entram diretamente no processo, mas sem elas ele não pode se realizar, ou o pode apenas de modo incompleto.

⁴Esta pare pode entrar em discussões interessantes com a introdução do meio digital, Marx no seu estudo trata da seguinte maneira: *O meio universal de trabalho desse tipo é, novamente, a terra, pois ela fornece ao trabalhador o locus standi [local] e, a seu processo de trabalho, o campo de atuação (field of employment).*

⁵No processo de trabalho, portanto, a atividade do homem, com ajuda dos meios de trabalho, opera uma transformação do objeto do trabalho segundo uma finalidade concebida desde o início. O processo se extingue no produto. Seu produto é um valor de uso, um material natural adaptado às necessidades humanas por meio da modificação de sua forma. O trabalho se incorporou a seu objeto. Ele está objetivado, e o objeto está trabalhado. O que do lado do trabalhador aparecia sob a forma do movimento, agora se manifesta, do lado do produto, como qualidade imóvel, na forma do ser. Ele fiou, e o produto é um fio [Gespinst], sobre a palavra "Gespinst" a versão Boitempo sinaliza a seguinte nota: *Essa frase remete ao jogo de palavras de Goethe no Fausto, no qual os termos "Gespenst" (fantasma) e "Gespinst" (fio, trama) são unidos para formar uma palavra mágica, de invocação de fantasmas. Diz Mefistófeles, no verso célebre: "Mit Hexen-Fexen, mit Gespenst-Gespinsten, / Kielkröpfigen Zwergen steh ich gleich zu Diensten" ["Com bruxas, trasgos, monstros de feitiço, / sempre e tão logo estou a teu serviço"], J. W. F. Goethe, Fausto, cit., p. 254. Marx alude aqui, portanto, ao caráter "fantasmagórico" da mercadoria. (N. T.)*

produto, tanto o meio como o objeto do trabalho, aparecem como meios de produção (*Parece paradoxal, por exemplo, considerar o peixe ainda não pescado como um meio de produção da pesca. Porém, até o momento, ainda não se inventou a arte de pescar peixes em águas onde eles não se encontrem.*), e o próprio trabalho aparece como trabalho produtivo

Logo:

24. Um valor de uso resultado do processo de trabalho como produto, nele estão incorporados, como meios de produção, outros valores de uso, produtos de processos de trabalho anteriores (*O mesmo valor de uso que é produto desse trabalho constitui o meio de produção de um trabalho ulterior, de modo que os produtos são não apenas resultado, mas também condição do processo de trabalho.*)

25. Chamamos de indústria extrativa, àquela cujo o objeto de trabalho é dado imediatamente pela natureza (i.e. mineração, a caça, a pesca)

26. À exceção referida em 25. todas as indústrias manipulam um objeto, a matéria-prima (*Animais e plantas, que se costumam considerar como produtos naturais, são, em sua presente forma, não apenas produtos do trabalho, digamos, do ano anterior, mas o resultado de uma transformação gradual, realizada sob controle humano, ao longo de muitas gerações e mediante o trabalho humano.*)

Podemos distinguir entre matéria principal e matéria auxiliar:

27. Chamamos de matéria principal à matéria-prima que constitui a substância principal de um produto

28. Chamamos de matéria auxiliar à matéria-prima que toma parte da substância de um produto

Esta pode ser consumida pelos meios de trabalho, como o carvão pela máquina a vapor, o óleo pela engrenagem, o feno pelo cavalo, ou ser adicionada à matéria-prima a fim de nela produzir alguma modificação, como o cloro é adicionado ao linho ainda não alvejado, o carvão ao ferro, a tintura à lã, ou pode, ainda, auxiliar na realização do próprio trabalho, como, por exemplo, as matérias utilizadas na iluminação e no aquecimento da oficina de trabalho.

Porém, temos que:

29. A diferença entre matéria principal e matéria auxiliar desaparecem na fabricação química propriamente dita, porque nenhuma das matérias-primas utilizadas reaparece como substância do produto

Como uma coisa tem várias qualidades e diferentes aplicações úteis:

30. O mesmo produto pode servir como matéria-prima de processos de trabalho diferentes (*O cereal, por exemplo, é matéria-prima para o moleiro, para o fabricante de goma, para o destilador, para o criador de gado etc. Como semente, ele se torna matéria-prima de sua própria produção. Também o carvão é tanto produto como meio de produção da indústria de mineração.*)

Também, temos:

31. O mesmo produto pode servir de meio de trabalho e de

matéria-prima (Na engorda do gado, por exemplo, o animal é ao mesmo tempo a matéria-prima trabalhada e o meio de obtenção do adubo.)

32. Um produto que existe numa forma pronta para o consumo pode se tornar matéria-prima de outro produto (*tal como a uva se torna matéria-prima do vinho*)

33. Chamamos de produto semifabricado, ou produto intermediário, que embora sejam produtos, tenham de passar por uma séries de diferentes processos, nos quais, sob forma cada vez mais alterada, ela funciona sempre de novo como matéria-prima, até chegar ao último processo de trabalho, que a entrega como meio acabado de subsistência ou meio acabado de trabalho (*tal como o algodão, o fio, o estame etc*)

Logo, passando a citar:

34. Vemos, assim, que o fato de um valor de uso aparecer como matéria-prima, meio de trabalho ou produto final é algo que depende inteiramente de sua função determinada no processo de trabalho, da posição que ele ocupa nesse processo, e com a mudança dessa posição mudam também as determinações desse valor de uso.

35 A existência dos produtos de trabalho, é necessário tomar como pressuposto a existência de meios de produção ao começar a produzir ⁶

⁶ *Ao ingressar como meios de produção em novos processos de trabalho, os produtos perdem seu caráter de produtos. Agora eles funcionam simplesmente como fatores objetivos do trabalho vivo. O fiandeiro trata o fuso apenas como meio da fiação e o linho apenas como objeto dessa atividade. É verdade que não se pode fiar sem fusos e sem a matéria-prima da fiação. A existência desses produtos é, portanto, pressuposta ao se começar a fiar.*

36. Divido ao facto 35., temos que por vezes existe imperfeições nos objetos pressupostos, esta imperfeição nos relembra que os produtos são frutos de outros trabalhos⁷

Uma máquina que não serve no processo de trabalho é inútil. Além disso, ela se torna vítima das forças destruidoras do metabolismo natural. O ferro enferruja, a madeira apodrece. O fio que não é tecido ou enovelado é algodão desperdiçado. O trabalho vivo tem de apoderar-se dessas coisas e despertá-las do mundo dos mortos, convertê-las de valores de uso apenas possíveis em valores de uso reais e efetivos. Uma vez tocadas pelo fogo do trabalho, apropriadas como partes do corpo do trabalho, animadas pelas funções que, por seu conceito e sua vocação, exercem no processo laboral, elas serão, sim, consumidas, porém segundo um propósito, como elementos constitutivos de novos valores de uso, de novos produtos, aptos a ingressar na esfera do consumo individual como meios de subsistência ou em um novo processo de trabalho como meios de produção.

Temos então que:

37. Os produtos existentes não são apenas resultados, mas também condições de existência do processo de trabalho

Por outro lado:

⁷*Mas nesse processo é indiferente se o linho e os fusos são produtos de trabalhos anteriores, do mesmo modo como, no ato da alimentação, é indiferente que o pão seja o produto dos trabalhos anteriores do agricultor, do moleiro, do padeiro etc. Ao contrário, é geralmente por suas imperfeições que os meios de produção deixam entrever, no processo de trabalho, seu caráter de produtos de trabalhos anteriores. Uma faca que não corta, um fio que constantemente arrebenta etc. fazem-nos lembrar do ferreiro A e do fiandeiro E. Ao passo que, no produto bem elaborado, apaga-se o fato de que suas propriedades úteis nos chegam mediadas por trabalhos anteriores.*

38. A sua entrada nesse processo, seu contato com o trabalho vivo, é o único meio de conservar e realizar como valores de uso esses produtos de um trabalho anterior

Temos assim que:

39. O trabalho também é um processo de consumo (*O trabalho consome seus elementos materiais, seu objeto e seu meio; ele os devora e é, assim, processo de consumo.*)

40. Chamamos de consumo produto ao consumo como meios de subsistência do trabalho, da força ativa de trabalho do indivíduo

41. Chamamos de consumo individual ao consumo dos produtos como meios de subsistência do indivíduo vivo

Logo, temos que:

42. O resultado do consumo produtivo é um produto distinto do consumidor

43. O resultado do consumo individual é o próprio consumidor

Na medida em que seu meio e objeto são eles próprios produtos, o trabalho digere produtos a fim de criar produtos, ou consome produtos como meios de produção de outros produtos. Mas como o processo de trabalho tem lugar originalmente apenas entre o homem e a terra que lhe é preexistente, nele continuam a servir-lhe meios de produção fornecidos diretamente pela natureza e que não apresentam qualquer combinação de matéria natural com trabalho humano.

O processo de trabalho, como expusemos em seus momentos simples e

abstratos, é atividade orientada a um fim – a produção de valores de uso –, apropriação do elemento natural para a satisfação de necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre homem e natureza, perpétua condição natural da vida humana e, por conseguinte, independente de qualquer forma particular dessa vida, ou melhor, comum a todas as suas formas sociais. Por isso, não tivemos necessidade de apresentar o trabalhador em sua relação com outros trabalhadores, e pudemos nos limitar ao homem e seu trabalho, de um lado, e à natureza e suas matérias, de outro. Assim como o sabor do trigo não nos diz nada sobre quem o plantou, tampouco esse processo nos revela sob quais condições ele se realiza, se sob o açoitado brutal do feitor de escravos ou sob o olhar ansioso do capitalista, se como produto das poucas jugera⁸ de terra cultivadas por Cincinnatus ou da ação do selvagem que abate uma fera com uma pedra.

O que vimos previamente penso que pode ser resumido com as expressões que Sraffa usou no seu livro *Production of commodities by means of commodities*⁹:

$$\begin{aligned} A_a + B_a + \dots + K_a &= A \\ A_b + B_b + \dots + K_b &= B \\ \dots & \\ A_K + B_K + \dots + K_K &= K \end{aligned}$$

a, b, ... e k referem-se aos valores de uso diferentes

A, B, ... e K referem-se à quantidade de 'a', 'b', ... e 'k' repetidamente

A_a, B_a, \dots, K_a referem-se às quantidades de valores de uso usados na produção de A (mesmo se aplica trocando a por b e A por B, e por assim

⁸ *Plural de jugerum, unidade de medida romana, equivalente a 25,29 acres. (N. T.)*

⁹ As seguintes expressões podem ser encontrada no capítulo *Production for subsistence*, no entanto na expressão geral removi as incognitas que Sraffa usa para referenciar os preços, o método que ele aplica, saltar de produção de valores de uso para determinação de preços é um método que sou bastante cético, porém as suas expressões para representar a produção de valores de uso, são, no mínimo, interessantes.

em diante)

O exemplo que Sraffa dá, é o seguinte:

240 qr. milho + 12 t. ferro + 18 porcos → 400 qr. milho

90 qr. milho + 6 t. ferro + 12 porcos → 21 t. ferro

120 qr. milho + 3 t. ferro + 30 porcos → 60 porcos

Iremos agora estudar mais concretamente o processo de produção capitalista:

Como tínhamos observado:

44. O capitalista compra os factores necessários ao processo de trabalho (factores objetivos: meios de produção e fator pessoal: força de trabalho)

45. O consumo das mercadorias que o capitalista comprou dá-se com o portador força de trabalho, o trabalhador, consuma os meios de produção mediante seu trabalho

46. O processo de trabalho não se altera pelo fato de o trabalhador realizá-lo para o capitalista, e não para si mesmo

Vamos estudar agora fenómenos característicos do processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista:

Como o trabalhador labora sob o controle do capitalista:

47. O capitalista cuida para que o trabalho seja realizado corretamente e que os meios de produção sejam utilizados de modo

apropriado, a fim de que a matéria-prima não seja desperdiçada e o meio de trabalho seja conservado, isto é, destruído apenas na medida necessária à consecução do trabalho.

Por outro lado:

48. O produto do trabalho, não pertence ao produtor direto, mas sim é propriedade do capitalista

Em segundo lugar, porém, o produto é propriedade do capitalista, não do produtor direto, do trabalhador. O capitalista paga, por exemplo, o valor da força de trabalho por um dia. Portanto, sua utilização, como a de qualquer outra mercadoria – por exemplo, um cavalo – que ele aluga por um dia, pertence-lhe por esse dia. Ao comprador da mercadoria pertence o uso da mercadoria, e o possuidor da força de trabalho, ao ceder seu trabalho, cede, na verdade, apenas o valor de uso por ele vendido. A partir do momento em que ele entra na oficina do capitalista, o valor de uso de sua força de trabalho, portanto, seu uso, o trabalho, pertence ao capitalista. Mediante a compra da força de trabalho, o capitalista incorpora o próprio trabalho, como fermento vivo, aos elementos mortos que constituem o produto e lhe pertencem igualmente. De seu ponto de vista, o processo de trabalho não é mais do que o consumo da mercadoria por ele comprada, a força de trabalho, que, no entanto, ele só pode consumir desde que lhe acrescente os meios de produção. O processo de trabalho se realiza entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem. Assim, o produto desse processo lhe pertence tanto quanto o produto do processo de fermentação em sua adega.

5.2 O processo de valorização

Vimos anteriormente que o capitalista é o dono do produto do trabalho e por isso tem um valor de uso, porém:

1. O capitalista só quer o valor de uso, pois este são os suportes do valor de troca (Primeiramente, ele quer produzir um valor de uso que tenha um valor de troca, isto é, um artigo destinado à venda, uma mercadoria.)

2. O capitalista quer produzir uma mercadoria cujo valor seja maior do que a soma do valor das mercadorias requeridas para sua produção (*os meios de produção e a força de trabalho, para cuja compra ele adiantou seu dinheiro no mercado.*)

Ele quer produzir não só um valor de uso, mas uma mercadoria; não só valor de uso, mas valor, e não só valor, mas também mais-valor.

Como a mercadoria é a unidade de valor de uso e valor, temos que:

3. O processo de produção da mercadoria é a unidade de processo de trabalho e o processo de formação de valor

O que vamos examinar agora é exatamente o processo de produção como processo de formação de valor:

Sabemos que o valor de toda mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho materializado em seu valor de uso, pelo tempo de trabalho socialmente necessário a sua produção. Isso vale também para o produto que reverte para nosso capitalista como resultado do processo de trabalho.

Temos então que:

4. A primeira tarefa do capitalista é calcular o trabalho objetivado nesse produto

Algo que temos de tomar em atenção, devido à *lei geral do valor*, temos que:

$$a \text{ Com. A} = b \text{ Com. B} + c \text{ Com. C}$$

Neste caso, o valor de a unidades de Com. A é igual ao valor de b unidades de Com. B e c unidades de Com. C. Se supormos que a unidades de Com. A da combinação de b unidades de Com. B e c unidades de Com. C, a expressão acima referida perde significado, sendo que:

$$a \text{ Com. A} > b \text{ Com. B} + c \text{ Com. C}$$

Pois a unidades de Com. A não é simplesmente b unidades de Com. B e c unidades de Com. C, estas têm um processo de união¹⁰

¹⁰ Não podemos nos deixar confundir pela circunstância de o algodão ter alterado sua forma e uma determinada quantidade de fusos ter desaparecido completamente. De acordo com a lei geral do valor, se o valor de 40 libras de fio = ao valor de 40 libras de algodão + o valor de um fuso inteiro, isto é, se o mesmo tempo de trabalho é necessário para produzir cada um dos dois lados dessa equação, então 10 libras de fio equivalem a 10 libras de algodão e 1/4 de fuso. Nesse caso, o mesmo tempo de trabalho se expressa, de um lado, no valor de uso do fio e, de outro, nos valores de uso do algodão e do fuso. O valor permanece o mesmo, não importando onde ele aparece, se no fio, no fuso ou no algodão. O fato de que o fuso e o algodão, em vez de permanecerem em repouso um ao lado do outro, integrem conjuntamente o processo de fiação, que modifica suas formas de uso e os transforma em fio afeta tão pouco seu valor quanto seria o caso se eles tivessem sido trocados por um equivalente em fio.

O tempo de trabalho requerido para a produção do algodão, que é a matéria-prima do fio, é parte do tempo de trabalho requerido para a produção do fio e, por isso, está contido neste último. O mesmo se aplica ao tempo de trabalho requerido para a produção da quantidade de fusos cujo desgaste ou consumo é indispensável à fiação do algodão¹¹.

Sabemos que, no entanto, pela definição de valor, que:

5. O valor do produto do processo de trabalho é o trabalho socialmente necessário

Logo,

6. A produção irá usar os os valor b, c (mesmo se aplica a mais variáveis) de forma a que reduza o valor ao mínimo¹¹

¹¹ *Assim, quando se considera o valor do fio, ou o tempo de trabalho requerido para sua produção, todos os diferentes processos particulares de trabalho, que, separados no tempo e no espaço, têm de ser realizados para, primeiramente, produzir o próprio algodão e a quantidade de fusos necessária à fiação e, posteriormente, para obter o fio a partir do algodão e dos fusos, podem ser considerados fases diferentes e sucessivas de um e mesmo processo de trabalho. Todo o trabalho contido no fio é trabalho passado. Que o tempo de trabalho requerido para a produção de seus elementos constitutivos tenha ocorrido anteriormente, que ele se encontre no tempo mais-que-perfeito, enquanto o trabalho imediatamente empregado no processo final, na fiação, encontra-se mais próximo do presente, no passado perfeito, é uma circunstância totalmente irrelevante. Se uma quantidade determinada de trabalho, por exemplo, 30 jornadas de trabalho, é necessária para a construção de uma casa, o fato de que a última jornada de trabalho seja realizada 29 dias depois da primeira jornada é algo que não altera em nada a quantidade total de tempo de trabalho incorporado na casa. E, desse modo, o tempo de trabalho contido no material e nos meios de trabalho pode ser considerado como se tivesse sido gasto num estágio anterior do processo de fiação, antes de iniciado o trabalho final, sob a forma da fiação propriamente dita. Os valores dos meios de produção, isto é, do algodão e do fuso, expressos no preço de 12 xelins, são, assim, componentes do valor do fio ou do valor do produto. Apenas duas condições têm de ser satisfeitas. Em primeiro lugar, é necessário que o algodão e o fuso tenham servido efetivamente à produção de um valor de uso. É preciso que, no caso presente, eles tenham sido transformados em fio. Para o valor, é indiferente qual valor de uso particular o fio possui; ele tem, no entanto, de possuir algum valor de uso. Em segundo lugar, pressupõe-se que o tempo de trabalho empregado não ultrapasse o tempo necessário de trabalho sob dadas condições sociais de produção. Portanto, se apenas 1 libra de algodão é necessária para fiar 1 libra de fio, então não se deve consumir mais do que 1 libra de algodão na produção de 1 libra de fio. A mesma regra se aplica ao fuso. Mesmo que o capitalista tenha a fantasia de, em vez de fusos de ferro, empregar fusos de ouro na produção, o único trabalho que conta no valor do fio é o trabalho socialmente necessário, isto é, o tempo de trabalho necessário para a produção de fusos de ferro.*

Agora para terminar, iremos adicionar a variável "trabalho social gasto" (Wasted Social Labour), onde teremos:

$$a \text{ Com. A} = b \text{ Com. B} + c \text{ Com. C} + WSL \quad (5.1)$$

7. devido ao que vimos anteriormente WSL será sempre o socialmente necessário para a produção da a Com.A

É possível que o capitalista, instruído pela economia vulgar, diga que adiantou seu dinheiro com a intenção de fazer mais dinheiro. Mas o caminho para o inferno é pavimentado com boas intenções, e sua intenção poderia ser, igualmente, a de fazer dinheiro sem produzir nada. Ele ameaça todo tipo de coisa e está resolvido a não se deixar apanhar novamente. De agora em diante, em vez de ele próprio fabricá-la, comprará a mercadoria pronta no mercado. Mas se todos os seus irmãos capitalistas fizerem o mesmo, onde ele encontrará mercadoria no mercado? E dinheiro ele não pode comer. Prega, então, um sermão. Diz que é preciso levar em conta sua abstinência. Ele poderia ter desbaratado seus 15 xelins. Em vez disso, consumiu-os produtivamente e transformou-os em fio, e justamente por isso ele possui agora o fio, e não a consciência pesada. Ele não precisa se rebaixar ao papel do entesourador, que já nos mostrou a que fim leva tal ascetismo. Além disso, como diz o provérbio: onde não há, el-rei o perde. Qualquer que seja o mérito de sua abstinência, não há nada com o que se possa recompensá-la, pois o valor do produto que resulta do processo não é mais do que a soma dos valores das mercadorias lançadas na produção. Portanto, que ele se contente com o pensamento de que a virtude compensa. Em vez disso, ele continua a importunar. O fio, diz, não lhe serve de nada. Ele o produziu para a venda. Que assim seja, então! Que ele venda o fio, ou, ainda mais simplesmente, que ele produza, de agora em diante, apenas coisas para sua própria necessidade, uma receita que seu médico MacCulloch já lhe havia prescrito como meio comprovado contra a epidemia da superprodução. Ele se empertiga, desafiante, apoiando-se nas patas traseiras. Poderia o trabalhador, apenas com seus próprios meios corporais, criar no éter configurações do trabalho, mercadorias? Não é verdade que ele, nosso capitalista, forneceu ao trabalhador os materiais com os quais – e nos quais – ele pode dar corpo a seu trabalho? E considerando-se que a maior parte da sociedade consiste de tais pés-rapados [Habenichtsen], não

prestou ele um inestimável serviço à sociedade por meio de seus meios de produção, seu algodão e seus fusos, para não falar do serviço prestado ao próprio trabalhador, a quem ele, além de tudo, ainda guarneceu dos meios de subsistência? E não deve ele cobrar por esse serviço prestado? Além do mais, não se trata, aqui, de serviços. Um serviço nada mais é do que o efeito útil de um valor de uso, seja da mercadoria, seja do trabalho. Mas aqui se trata do valor de troca. O capitalista pagou ao trabalhador o valor de 3 xelins, e este lhe retribuiu com um equivalente exato: o valor de 3 xelins adicionado ao algodão. Trocou-se valor por valor. E eis que nosso amigo, até aqui tão soberbo, assume repentinamente a postura modesta de seu próprio trabalhador. Ele próprio, o capitalista, não trabalhou? Não realizou ele o trabalho de controle e supervisão do tecelão? E esse seu trabalho também não gera valor? Mas seu próprio overlocker [supervisor] e seu gerente dão de ombros. Enquanto isso, ele já assumiu, com um largo sorriso, sua fisionomia usual. Ele nos rezou toda essa ladainha, mas não dá por ela nem um tostão. Esses e outros subterfúgios e truques baratos ele deixa aos professores de economia política, que são pagos para isso. Já ele, ao contrário, é um homem prático, que nem sempre sabe o que diz quando se encontra fora de seu negócio, mas sabe muito bem o que faz dentro dele.

Assim, por exemplo, entre 1844 e 1847 ele retirou parte de seu capital do setor produtivo a fim de especular em ações ferroviárias. Do mesmo modo, durante a guerra civil americana, ele fechou sua fábrica e abandonou seus operários à indigência a fim de especular em ações de algodão de Liverpool.

E com a expressão que vimos anteriormente, pode-se terminar por encontrar de onde aparece o processo de "valoração" sem violar qualquer lei da mercadorias em si.

Nosso capitalista previu esse estado de coisas, e o caso o faz rir. O trabalhador encontra na oficina os meios de produção necessários não para um processo de trabalho de 6, mas de 12 horas. Assim como 10 libras de algodão absorveram 6 horas de trabalho e se transformaram em 10 libras de fio, 20 libras de algodão absorverão 12 horas de trabalho e se transformarão em 20 libras de fio. Consideremos o produto do processo prolongado de trabalho. Nas 20 libras de fio estão objetivadas, agora, 5 jornadas de trabalho, das quais 4 foram empregadas na produção do algodão e dos fusos

e 1 foi absorvida pelo algodão durante o processo de fiação. A expressão em ouro das 5 jornadas de trabalho é 30 xelins ou £1 e 10 xelins. Esse é, portanto, o preço das 20 libras de fio. A libra de fio continua a custar 1 xelim e 6 pence, mas a quantidade de valor das mercadorias lançadas no processo soma 27 xelins. O valor do fio é de 30 xelins. O valor do produto aumentou 1/9 sobre o valor adiantado em sua produção. Desse modo, 27 xelins transformaram-se em 30 xelins, criando um mais-valor de 3 xelins. No final das contas, o truque deu certo. O dinheiro converteu-se em capital.

Todas as condições do problema foram satisfeitas, sem que tenha ocorrido qualquer violação das leis da troca de mercadorias. Trocou-se equivalente por equivalente. Como comprador, o capitalista pagou o devido valor por cada mercadoria: algodão, fusos, força de trabalho. Em seguida, fez o mesmo que costuma fazer todo comprador de mercadorias: consumiu seu valor de uso. Do processo de consumo da força de trabalho, que é ao mesmo tempo processo de produção da mercadoria, resultou um produto de 20 libras de fio com um valor de 30 xelins. Agora, o capitalista retorna ao mercado, mas não para comprar, como antes, e sim para vender mercadoria. Ele vende a libra de fio por 1 xelim e 6 pence, nem um centavo acima ou abaixo de seu valor. E, no entanto, ele tira de circulação 3 xelins a mais do que a quantia que nela colocou. Esse ciclo inteiro, a transformação de seu dinheiro em capital, ocorre no interior da esfera da circulação e, ao mesmo tempo, fora dela. Ele é mediado pela circulação, porque é determinado pela compra da força de trabalho no mercado. Mas ocorre fora da circulação, pois esta apenas dá início ao processo de valorização, que tem lugar na esfera da produção. E assim está “tout pour le mieux dans le meilleur des mondes possibles” [Tudo ocorre da melhor maneira ao melhor dos mundos possíveis].

Ao transformar o dinheiro em mercadorias, que servem de matérias para a criação de novos produtos ou como fatores do processo de trabalho, ao incorporar força viva de trabalho à sua objetividade morta, o capitalista transforma o valor – o trabalho passado, objetivado, morto – em capital, em valor que se autovaloriza, um monstro vivo que se põe a “trabalhar” como se seu corpo estivesse possuído de amor.

8. Chamamos de processo de formação de valor o processo de

CAPÍTULO 5. O PROCESSO-TRABALHO E O PROCESSO DE PRODUÇÃO DE MAIS VALIA5.2. O PROCESSO DE VALORIZAÇÃO

onde o trabalho gasto do trabalhador é absorvido no objeto de trabalho, aumentando assim o seu valor

Vamos agora comparar o processo de formação de valor com o processo de valorização:

9. Se o processo de formação de valor não ultrapassa o ponto em que o valor da força de trabalho pago pelo capital é substituído por um novo equivalente, ele é simplesmente um processo de formação de valor

10. Se ultrapassa o ponto referido em 9. , ele se torna processo de valorização

Vamos agora comparar o processo de formação de valor com o processo de trabalho:

11. O processo de trabalho consiste no trabalho útil, na produção de valores de uso

Aqui iremos considerar o movimento qualitativamente, ou seja, segundo sua finalidade e conteúdo.

12. O processo de trabalho se apresenta, no processo de formação de valor, apenas sob seu aspecto quantitativo (*Aqui, o que importa é apenas o tempo que o trabalho necessita para a sua operação, ou o período durante o qual a força de trabalho é despendida de modo útil. As mercadorias que tomam parte no processo também deixam de importar como fatores materiais, funcionalmente determinados, da força de trabalho que atua orientada para um fim. Elas importam tão somente como quantidades determinadas de trabalho objetivado. Se contido nos meios de produção ou adicionado pela força de trabalho, o trabalho só importa por sua medida temporal. Ele dura tantas horas, dias etc.*)

Temos que porém, devido à definição de valor:

13. O trabalho só importa na medida em que o tempo gasto na produção do valor de uso é socialmente necessário

Logo temo que:

12. A força de trabalho tem de funcionar sob condições normais(*Se a máquina de fiar é o meio de trabalho dominante na fição, seria absurdo fornecer ao trabalhador uma roda de fiar. Ou, em vez de algodão de qualidade normal, fornecer-lhe um refugo de algodão, que a toda hora arrebenta. Em ambos os casos, seu trabalho ocuparia um tempo de trabalho maior do que o tempo socialmente necessário para a produção de 1 libra de fio, mas esse trabalho excedente não geraria valor ou dinheiro.*)

13. As condições normais referidas em 12. não depende do trabalhador, e sim do capitalista

14. Outro condição é o caráter normal da própria força de trabalho (*No ramo de produção em que é empregada, ela tem de possuir o padrão médio de habilidade, eficiência e celeridade. Mas aqui supomos que nosso capitalista comprou força de trabalho de qualidade normal.*)

15. Para manter a condição 14. o capitalista controla e regula o trabalhador¹²

¹²*Mas aqui supomos que nosso capitalista comprou força de trabalho de qualidade normal. Tal força tem de ser aplicada com a quantidade média de esforço e com o grau de intensidade socialmente usual, e o capitalista controla o trabalhador para que este não desperdice nenhum segundo de trabalho. Ele comprou a força de trabalho por um período determinado, e insiste em obter o que é seu. Não quer ser furtado. Por fim*

*Essa é uma das circunstâncias que encarecem a produção baseada na escravidão. Nesta, segundo a expressão certa dos antigos, o trabalhador é um instrumentum vocale [ferramenta falante], distinto do animal (o instrumentum semivocale [ferramenta semifalante]) e da ferramenta morta (o instrumentum mutum [ferramenta muda]). Mas ele mesmo faz questão de deixar claro ao animal e à ferramenta que não é um deles, mas um homem. Ele alimenta em si mesmo a convicção de sua diferença em relação a eles, tratando-os com impiedade e arruinando-os com amor. É por isso que, nesse modo de produção, vale o princípio econômico de empregar apenas os instrumentos de trabalho mais rudes e pesados, porém difíceis de danificar justamente em virtude desse seu irremediável desajeitamento. Até o início da guerra civil, ainda se podiam encontrar, nos estados escravistas do Golfo do México, arados construídos segundo o modelo dos antigos arados chineses, que reviravam a terra como um porco ou uma toupeira, em vez de sulcá-la. Cf. J. E. Cairnes, *The Slave Power* (Londres, 1862), p. 46s. Em seu *Seaboard Slave States* [p. 46], relata Olmsted: “I am here shown tools that no man in his senses, with us, would allow a labourer, for whom he was paying wages, to be encumbered with; and the excessive weight and clumsiness of which, I would judge, would make work at least ten per cent greater than with those ordinarily used with us. And I am assured that, in the careless and clumsy way they must be used by the slaves, anything lighter or less rude could not be furnished them with good economy, and that such tools as we constantly give our labourers, and find our profit in giving them, would not last out a day in a Virginia cornfield – much lighter and more free from stones though it be than ours. So, too, when I ask why mules are so universally substituted for horses on the farm, the first reason given, and confessedly the most conclusive one, is that horses cannot bear the treatment that they always must get from the negroes; horses are always soon foundered or crippled by them, while mules will bear cudgelling, or lose a meal or two now and then, and not be materially injured, and they do not take cold or get sick, if neglected or overworked. But I do not need to go further than to the window of the room in which I am writing, to see at almost any time, treatment of cattle that would insure the immediate discharge of the driver*

– e é para isso que esse mesmo senhor possui seu próprio code penal [código penal] –, é vedado qualquer consumo desnecessário de matéria-prima e meios de trabalho, pois material e meios de trabalho desperdiçados representam o dispêndio desnecessário de certa quantidade de trabalho objetivado, portanto, trabalho que não conta e não toma parte no produto do processo de formação de valor.

CAPÍTULO 5. O PROCESSO-TRABALHO E O PROCESSO DE PRODUÇÃO DE MAIS VALIA

5.2. O PROCESSO DE VALORIZAÇÃO

by almost any farmer owning them in the North” [“Deparei-me, aqui, com ferramentas que, entre nós, ninguém em sã consciência forneceria a seu trabalhador assalariado; e creio que o peso excessivo e o desajeitamento de tais ferramentas tornam o trabalho no mínimo dez vezes mais dificultoso do que com as ferramentas normalmente usadas entre nós. E estou certo de que, pela forma descuidada e desajeitada com que elas têm de ser usadas pelos escravos, não se poderia fornecer a eles, de modo economicamente proveitoso, nada mais leve ou menos rude, e que ferramentas tais como a que fornecemos constantemente a nossos trabalhadores e que nos são lucrativas não durariam um dia sequer numa lavoura da Virgínia – cuja terra é muito mais leve e livre de pedras do que a nossa. Do mesmo modo, quando pergunto por que as mulas substituem os cavalos em todas as fazendas, a primeira resposta que recebo, e de fato a mais convincente, é a de que os cavalos não são capazes de aguentar o tratamento que recebem constantemente dos negros; os cavalos são rapidamente estropiados e aleijados por eles, ao passo que as mulas aguentam os maus-tratos e podem ficar sem um ou dois repastos sem que isso lhes prejudique materialmente, e tampouco se resfriam ou adoecem quando descuidadas ou sobrecarregadas. Mas não preciso ir além da janela do quarto de onde escrevo para ver, a qualquer hora do dia, um tratamento do gado que, em quase qualquer fazenda do Norte, provocaria o imediato afastamento do empregado pelo fazendeiro”].

Vemos então que:

16. O processo de produção, como unidade dos processos de trabalho e de formação de valor, é processo de produção de mercadorias; como unidade dos processos de trabalho e de valorização, ele é processo de produção capitalista, forma capitalista da produção de mercadorias.

Devemos agora definir as variações que acontecem sob o trabalho:

17. Chamamos de trabalho superior, aquele que o seu trabalho que se exterioriza num trabalho mais elevado, com criação no mesmo determinado período de tempo, valores proporcionalmente

mais altos do que aqueles criados pelo trabalho inferior.

Com isto temos que:

18. O trabalho superior é considerado mais complexo e elevado do que o trabalho social médio e com custos mais altos de formação (tem um valor mais elevado do que a força simples de trabalho)

Porém, acontece que:

19. O trabalho superior tem sempre de ser reduzido ao trabalho social médio (*por exemplo, uma jornada de trabalho superior tem de ser reduzida a x jornadas de trabalho simples.*)

Este capítulo foi certamente um dos capítulos que tive mais dificuldade em analisar, parte dessa dificuldade vem do estilo de escrita do Sr.Marx irónico como também poeta, espero no entanto que tenha conseguido remover deste o que realmente era importante

Capítulo 6

Capital constante e capital variável

Vamos agora estudar os vários factores no processo de trabalho e seus papéis na formação de valor do produto.

1. O trabalho cria novo valor para o sujeito do seu trabalho, gastando sobre ele uma quantidade adicional de trabalho (independente do carácter e do tipo de utilidade que o trabalho possa ter)

2. Os valores dos meios de produção usados no processo são preservados e se apresentam como partes constituintes do valor do seu produto¹

O trabalhador não trabalha duas vezes ao mesmo tempo, uma vez para acrescentar valor ao algodão, outra para conservar seu valor anterior ou, o que é o mesmo, para transferir ao produto – o fio – o valor do algodão que

¹*Por outro lado, os valores dos meios de produção consumidos reaparecem como componentes do valor dos produtos, por exemplo, os valores do algodão e dos fusos incorporados no valor do fio. Desse modo, o valor dos meios de produção é conservado por meio de sua transferência ao produto, a qual ocorre durante a transformação dos meios de produção em produto – isto é, no processo de trabalho – e é mediada pelo trabalho.*

ele trabalha e o valor dos fusos com os quais ele trabalha. Pelo contrário, é pelo mero acréscimo de novo valor que ele conserva o valor anterior. Mas como a adição de novo valor ao objeto de trabalho e a conservação dos valores anteriores incorporados no produto são dois resultados completamente distintos que o trabalhador atinge ao mesmo tempo, durante o qual ele trabalha, no entanto, uma única vez, conclui-se que essa duplicidade do resultado só pode ser explicada pela duplicidade de seu próprio trabalho. Um lado do trabalho tem de criar valor ao mesmo tempo que seu outro lado tem de conservar ou transferir valor.

De que maneira cada trabalhador adiciona tempo de trabalho e, conseqüentemente, valor? Evidentemente, apenas na forma de seu modo peculiar de trabalho produtivo. O fiandeiro só adiciona tempo de trabalho quando fia, o tecelão quando tece, o ferreiro quando forja. É, portanto, por meio de uma forma determinada da adição de trabalho e de valor novo, isto é, por meio da fiação, da tecelagem, da forjadura etc., que os meios de produção, o algodão e o fuso, o fio e a máquina de fiar, o ferro e a bigorna se tornam elementos formadores de um produto, um novo valor de uso²⁰. A antiga forma de seu valor de uso desaparece, mas apenas para reaparecer numa nova forma. Ora, ao tratarmos do processo de formação do valor, vimos que, quando um valor de uso é efetivamente consumido na produção de um novo valor de uso, o tempo de trabalho necessário à produção de um valor de uso já consumido constitui parte do tempo necessário à produção do novo valor de uso, e é, portanto, o tempo de trabalho transferido ao novo produto pelo meio de produção consumido. Assim, se o trabalhador conserva os valores dos meios de produção consumidos ou os transfere ao produto como seus componentes de valor, ele não o faz por meio da adição de trabalho em geral, mas por meio do caráter particularmente útil desse trabalho adicional, por meio de sua específica forma produtiva. É na forma de uma atividade produtiva orientada a um determinado fim, como a fiação, a tecelagem ou a forjadura, que o trabalho, por seu simples contato com os meios de produção, desperta-os do mundo dos mortos, anima-os em fatores do processo de trabalho e se combina com eles para formar novos produtos.

Vamos agora estudar como uma variação do tempo necessário influencia o valor de algo:

CAPÍTULO 6. CAPITAL CONSTANTE E CAPITAL VARIÁVEL

Pegaremos uma mercadorias qualquer A; b Com. B , c Com. C , ..., k Com. K são as mercadorias que são usadas como meios de produção e WSL_i o trabalho gasto que uma mercadoria pode absorver inicialmente, e WSL_f posteriormente a uma alteração, temos que $\Delta_{WSL} = WSL_f - WSL_i$

$$b \text{ Com. B} + c \text{ Com. C} + \dots + k \text{ Com. K} + WSL_i = a \text{ Com. A}$$

Aqui na expressão estou a usar o \rightarrow para mostrar que é uma determinação, o que queremos estudar é a variação do valor de a Com.A quando o trabalho social que uma mercadoria consegue absorver reduz para:

$$b \text{ Com. B} + c \text{ Com. C} + \dots + k \text{ Com. K} + WSL_i + \Delta_{WSL} = a \text{ Com. A} + \Delta_{WSL}$$

$$\text{Como } WSL_i + \Delta = WSL_f$$

$$b \text{ Com. B} + c \text{ Com. C} + \dots + k \text{ Com. K} + WSL_f = a \text{ Com. A} + \Delta_{WSL}$$

Podemos assim provar que, uma variação na habilidade de absorvência do trabalho, reduz assim o valor da mercadoria produzida (no caso esta redução acontece com o melhoramento da tecnologia).

Iremos agora estudar a variação do valor em uma mercadoria usada como meio de produção, no caso $\Delta_{ComB} = b \text{ Com. B}_f - b \text{ Com. B}_i$

Logo, provamos assim que:

3. Quanto mais tempo de trabalho necessário é incorporado no objeto , maior é o valor novo é adicionado ao objeto (e o inverso)

$$b \text{ Com. B}_i + \Delta_{ComB} + c \text{ Com. C} + \dots + k \text{ Com. K} + WSL_i = a \text{ Com. A} + \Delta_{ComB}$$

$$b \text{ Com. } B_f + c \text{ Com. } C + \dots k \text{ Com. } K + WSL_i = a \text{ Com. } A + \Delta_{ComB}$$

Logo provamos a seguinte propriedade:

4. Quanto mais vale os meios de produção, mais valor antigo é conservado no produto (e, o inverso)

Mostrando assim duas propriedades do trabalho:

5. Tem a habilidade de preservar o valor²

6. Tem a habilidade de criar valor

Estudando mais objectivamente os meios de produção, temos que:

7. Os meios de produção perdem o seu valor de uso no processo produtivo, simplesmente para assumir no produto uma forma nova de valor de uso

Pelo que estudamos sobre as mercadorias, temos que:

8. Os meios de produção transferem o seu valor para o produto somente se com ele o seu valor de uso perde o seu valor de troca (ou seja, o seu valor de uso é assumido tal em 7.)

²A capacidade de conservar valor ao mesmo tempo que adiciona valor é um dom natural da força de trabalho em ação, do trabalho vivo, um dom que não custa nada ao trabalhador, mas é muito rentável para o capitalista, na medida em que conserva o valor existente do capital. Enquanto o negócio vai bem, a atenção do capitalista está absorvida demais na criação de lucro para que ele perceba essa dívida gratuita do trabalho. Apenas interrupções violentas do processo de trabalho, crises, tornam-no sensível a esse fato.

Devido ao que estudamos agora, iremos observar como acontece com meios de produção que não são consumidos de uma vez mas sim que vão sendo gradualmente, como é claro este valor não pode ser visto como absoluto, pois tal é impossível, para tal, usaremos o valor médio, tal acontece devido ao utilizarmos o valor como trabalho social, vamos no entanto proceder às contas:

$$v_B + WSL + \sum_{i \in MP/B} v_i = v_a$$

Usaremos este exemplo simples, no caso é a expressão que estudamos a cima, mas ao invés de lidar com quantidades de mercadorias, lida com o valor incorporado numa mercadoria u , ou seja v_u , a mercadoria B é a mercadoria que irá decair com o tempo, $\sum_{i \in MP/B} v_i$ este somatório está a representar todos os valores incorporados em meios de produção que sejam de consumo direto. Como sabemos, a mercadoria B não é consumida de imediato, mas sim aos bocados, chamaremos de T ao tempo de vida total médio da mercadoria B e de t aos intervalos que que ela vai ser usada (como é óbvio t será sempre inferior a T e $\sum_i nt_i = T$, n está a representar o valor máximo que i pode tomar), a cada t_i irá existir um valor que irá "desaparecer":

$$\sum_i^n v_{B_i} + WSL + \sum_{i \in MP/B} v_i = v_a$$

$$\sum_i^{n-1} v_{B_i} + WSL + \sum_{i \in MP/B} v_i = v_a - v_{B_n}$$

$$\sum_i^{n-1} v_{B_i} + WSL + \sum_{i \in MP/B} v_i = v_a - v_{B_n} - v_{B_{n-1}} - \dots - v_{B_{n-x}} \quad (6.1)$$

³Se, por exemplo, uma máquina de fiar durou 10 anos, deduz-se que, durante esse processo de trabalho, seu valor total foi gradualmente transferido ao produto desses 10 anos. O tempo de vida de um meio de trabalho compreende, portanto, sua repetida utilização num número maior ou menor de processos de trabalho sucessivos. E com o meio de trabalho ocorre o mesmo que com o homem. Todo homem morre 24 horas a cada dia. Porém, apenas olhando para um homem não é possível perceber com exatidão

Pela expressão então podemos deduzir a expressão que representa esta passagem de valor à medida do tempo, como é óbvio o valor incorporado é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para reproduzir, o tempo médio da vida é determinado pela média de vida que a mercadoria tem ao ser usada na aplicação de produção da mercadoria A.

Não se trata, aqui, de reparos nos meios de trabalho, nas máquinas, nas instalações das fábricas etc. Uma máquina que está em conserto não funciona como meio de trabalho, mas como material de trabalho. Não se trabalha com ela, mas ela mesma é trabalhada, a fim de restaurar seu valor de uso. Para nossos fins, podemos incluir tais trabalhos de reparação como parte do trabalho requerido para a produção dos meios de trabalho. Em nossa exposição, porém, trata-se do desgaste que nenhum doutor pode curar e que acarreta gradualmente a morte, “that kind of wear which cannot be repaired from time to time, and which, in the case of a knife, would ultimately reduce it to a state in which the cutler would say of it, it is not worth a new blade” [daquele tipo de consumo que não pode ser repostado de tempos em tempos e que, no caso de uma faca, a reduziria a um estado tal que o faqueiro diria não valer mais a pena trocar sua lâmina]. Em nossa exposição, vimos, por exemplo, que uma máquina entra de modo inteiro em todo processo singular de trabalho, mas apenas de modo fracionado no processo simultâneo de valorização. A partir daí, podemos julgar a confusão conceitual presente na seguinte passagem: “Mr. Ricardo speaks of the portion of the labour of the engineer in making stocking machines” [“O sr. Ricardo fala que a porção de trabalho que um engenheiro mecânico gasta na construção de uma máquina de confecção de meias”] está contida, por exemplo, no valor de um par de meias. “Yet the total labour that produced each single pair of stockings [...] includes the whole labour of the engineer, not a portion; for one machine makes many pairs, and none of those pairs could have been done without any part of the machine” [“No entanto, o trabalho total que produziu cada par

quantos dias ele já morreu, o que, no entanto, não impede que companhias de seguros, baseando-se na expectativa média de vida dos homens, possam chegar a conclusões muito seguras e, mais ainda, muito lucrativas. O mesmo ocorre com o meio de trabalho. A experiência nos ensina quanto tempo dura, em média, um meio de trabalho, por exemplo, uma máquina de certo tipo. Suponha que seu valor de uso, no processo de trabalho, dure apenas 6 dias. Desse modo, a cada dia de trabalho ele perde, em média, 1/6 de seu valor de uso e, por conseguinte, transfere 1/6 de seu valor a seu produto diário. Assim é calculada a depreciação de todos os meios de trabalho, isto é, por exemplo, sua perda diária de valor de uso e sua correspondente transferência diária de valor ao produto.

CAPÍTULO 6. CAPITAL CONSTANTE E CAPITAL VARIÁVEL

*de meias [...] inclui o trabalho total do engenheiro, não apenas uma porção dele; pois uma máquina confecciona muitos pares, e nenhum desses pares poderia ter sido confeccionado sem qualquer uma das partes da máquina”], em *Observations on Certain Verbal Disputes in Pol. Econ., Particularly Relating to Value, and to Demand and Supply* (Londres, 1821), p. 54. O autor, um “wiseacre” [sabichão] incomumente autossatisfeito, está certo em sua confusão – e, conseqüentemente, em sua polêmica – apenas na medida em que nem Ricardo nem qualquer outro economista antes ou depois dele distinguiu com exatidão os dois aspectos do trabalho, e menos ainda, portanto, analisou seus diferentes papéis na formação do valor.*

Vamos agora definir os diferentes componentes do capital relativos ao processo de valorização⁴:

9. Definimos valor excedente (mais-valia) ao valor produzido pelo trabalhador após este ter reproduzido o valor gasto pelo capitalista na compra do poder de compra do trabalhador⁵

11. Meios de produção e força de trabalho, são diferentes forma de existência que o valor do capital originário assume com o gasto da sua forma dinheiro e se converter nos fatores do processo de trabalho

⁴*Em nossa exposição dos diferentes papéis desempenhados pelos diversos fatores do processo de trabalho na formação do valor do produto, caracterizamos as funções dos diversos componentes do capital em seu próprio processo de valorização. O excedente do valor total do produto sobre a soma dos valores de seus elementos formadores é o excedente do capital valorizado sobre o valor do capital originalmente desembolsado. Meios de produção, de um lado, e força de trabalho, de outro, não são mais do que diferentes formas de existência que o valor do capital originário assume ao se despojar de sua forma-dinheiro e se converter nos fatores do processo de trabalho.*

⁵*Já sabemos, no entanto, que o processo de trabalho pode durar além do tempo necessário para reproduzir e incorporar no objeto de trabalho um mero equivalente do valor da força de trabalho. Em vez de 6 horas que aqui seriam suficientes para essa reprodução, o processo dura, digamos, 12 horas. Assim, por meio da ação da força de trabalho, não apenas seu próprio valor se reproduz, mas também se produz um valor excedente. Esse mais-valor constitui o excedente do valor do produto sobre o valor dos elementos formadores do produto, isto é, dos meios de produção e da força de trabalho.*

12. Chamamos à parte do capital que se converte em meios de produção (matérias-primas, matérias- auxiliares e meios de trabalho) de capital constante (não altera sua grandeza de valor no processo de produção)⁶

13. Chamaos à parte do capital constituída de força de trabalho de capital variável (pois este modifica o valor no processo de produção)⁷

Um aviso no entanto:

14. O capital constante chama-se assim pois o seu valor é conservado, não que o seu valor é constante, este pode variar e com isso irá variar o valor que irá ser conservado

O conceito do capital constante não exclui em absoluto uma revolução no valor de seus componentes. Suponha que 1 libra de algodão custe, hoje, 6 pence e, amanhã, passe a custar 1 xelím, em consequência de uma queda na colheita de algodão. O algodão comprado por 6 pence a libra e que continua a ser trabalhado após o aumento de seu valor adiciona ao produto, agora, o valor de 1 xelím. Do mesmo modo, o algodão já fiado antes do aumento, e que talvez já circule no mercado como fio, adiciona ao produto o dobro de seu valor original. Vê-se, no entanto, que essas mudanças de valor são

⁶Portanto, a parte do capital que se converte em meios de produção, isto é, em matérias-primas, matérias auxiliares e meios de trabalho, não altera sua grandeza de valor no processo de produção. Por essa razão, denomino-a parte constante do capital, ou, mais sucintamente: capital constante.

⁷Por outro lado, a parte do capital constituída de força de trabalho modifica seu valor no processo de produção. Ela não só reproduz o equivalente de seu próprio valor, como produz um excedente, um mais-valor, que pode variar, sendo maior ou menor de acordo com as circunstâncias. Essa parte do capital transforma-se continuamente de uma grandeza constante numa grandeza variável. Denomina-o, por isso, parte variável do capital ou, mais sucintamente: capital variável. Os mesmos componentes do capital, que, do ponto de vista do processo de trabalho, distinguem-se como fatores objetivos e subjetivos, como meios de produção e força de trabalho, distinguem-se, do ponto de vista do processo de valorização, como capital constante e capital variável.

independentes da valorização do algodão no próprio processo de fiação. Se o antigo algodão ainda não tivesse sido introduzido no processo de trabalho, ele poderia, agora, ser revendido por 1 xelím, em vez de 6 pence. Ao contrário: quanto menos processos de trabalho o algodão tiver de percorrer, tanto mais certo será esse resultado. Por isso, constitui uma lei da especulação, em tais revolução do valor, especular com a matéria-prima em sua forma menos trabalhada; portanto, com o fio, mais do que com o tecido, e com o próprio algodão, mais do que com o fio. A alteração no valor tem origem, aqui, no processo que produz o algodão, e não no processo em que ele funciona como meio de produção e, por conseguinte, como capital constante. O valor de uma mercadoria é, de fato, determinado pela quantidade de trabalho nela contido, mas essa própria quantidade é socialmente determinada. A alteração no tempo de trabalho socialmente necessário para a sua produção – e a mesma quantidade de algodão, por exemplo, incorpora uma quantidade maior de trabalho em colheitas desfavoráveis do que em favoráveis – exerce um efeito retroativo sobre a antiga mercadoria, que vale sempre como exemplo singular de sua espécie, cujo valor é sempre medido pelo trabalho socialmente necessário, isto é, pelo trabalho necessário para sua produção sob as condições sociais presentes.

Tal como o valor da matéria-prima, o valor dos meios de produção – da maquinaria etc. – que servem no processo de produção pode variar, e, com ele, também a parte de valor que transferem ao produto. Se, por exemplo, em consequência de uma nova invenção, maquinaria do mesmo tipo é reproduzida com menor dispêndio de trabalho, a velha maquinaria se desvaloriza em maior ou menor grau e, assim, transfere relativamente menos valor ao produto. Mas também aqui a mudança no valor tem origem fora do processo de produção, em que a máquina funciona como meio de produção. Nesse processo, ela jamais cede um valor maior do que o que ela possui independentemente dele.

Assim como uma mudança no valor dos meios de produção, mesmo que ocorrendo posteriormente à atuação destes últimos no processo, não altera seu caráter como capital constante, tampouco uma mudança na proporção entre capital constante e variável afeta as respectivas funções dessas duas formas de capital. As condições técnicas do processo de trabalho podem ser revolucionadas de modo que, por exemplo, se antes dez trabalhadores, usando dez ferramentas de baixo valor, trabalhavam uma quantidade relati-

vamente pequena de matéria-prima, agora apenas um trabalhador, usando uma máquina mais cara, trabalha uma quantidade de matéria-prima cem vezes maior. Nesse caso, tem-se um grande aumento de capital constante, isto é, da quantidade de valor dos meios de produção empregados, e uma grande diminuição da parte variável do capital, investida na força de trabalho. Tal mudança, no entanto, altera apenas a relação quantitativa entre o capital constante e o variável, ou a proporção em que o capital total se decompõe em seus componentes constante e variável, mas não afeta em nada a diferença entre os dois.

Capítulo 7

A taxa do mais-valor

7.1 O grau de exploração da força de trabalho

O mais-valor que o capital adiantado C gerou no processo de produção, ou, em outras palavras, a valorização do valor de capital [Kapitalwert] adiantado C , apresenta-se, de início, como excedente do valor do produto sobre a soma de valor de seus elementos de produção.

1. Representaremos C ao capital que foi adiantado pelo capitalista
2. Representaremos c à quantia de dinheiro c , gasta com meios de produção (parte do valor transformado em capital constante)
3. Representaremos v à quantia de dinheiro v , gasta em capital variável (parte do valor transformado em capital variável)

Temos então que:

$$C = c + v \quad (7.1)$$

4. Representaremos m à ao mais-valia

5. Representaremos C' o capital valorizado

$$C' = c + v + m \quad (7.2)$$

Onde

$$C' - C = m$$

Devido à natureza do mais-valia, sabemos que:

$$v + m = \text{força de trabalho gasta} \quad (7.3)$$

6. Definimos carácter técnico determinado do processo de trabalho, à proporções entre o capital variável e o capital constante, de modo a que o capital variável "funcione"

7. Definimos de taxa de mais-valia: m/v

8. Chamemos de tempo de trabalho necessário, à parte da jornada de trabalho em que se dá a reprodução do valor do capital variável adiantado (O trabalhador trabalha o suficiente para pagar dinheiro que foi adiantado para capital variável)¹

¹Até o momento, empregamos neste escrito o termo "tempo necessário de trabalho" para o tempo socialmente necessário à produção de uma mercadoria. A partir de agora,

9. Chamemos de trabalho necessário, ao trabalho despendido durante o tempo em 8.

10. Chamemos de tempo de trabalho excedente, à jornada de trabalho onde o trabalhador onde ele gera mais-valia (o tempo onde o trabalhador dispendões trabalho que não seja o tempo referido em 8.

11. Chamemos de mais-trabalho (surplus labour) ou trabalho despendido no tempo 10.

12. Definimos de grau de exploração a (mais-trabalho)/(trabalho necessário

Devido às definições temos que:

$$m/v = (\text{mais-trabalho})/(\text{trabalho necessário})$$

Marx neste capítulo realiza alguns exercícios, aconselho a reler este capítulo e acompanhar estes exercícios para entender bem estas expressões, citando-o:

Por simples que seja esse método, parece-nos recomendável exercitar o leitor na aplicação de seus princípios, por meio de alguns exemplos

OS próximos 2 secções são secções que tratam dados empíricos e retratam histórias verídicas sobre o desenvolvimento do capitalismo Inglês, como para aqui é dispensado, uma leitura destas secções está rodeada de ironia e de

também o utilizamos para designar o tempo de trabalho necessário à produção desta mercadoria específica, a força de trabalho. O uso dos mesmos termini technici [termos técnicos] em sentidos diferentes é inconveniente, porém impossível de ser evitado em qualquer ciência. Compare, por exemplo, as áreas mais elevadas com as mais baixas da matemática.

informação!

7.2 O mais-produto

1. Chamemos de mais produto (surplus produce, produit net), à parte do produto em que se representa o mais-valor

2. Chamemos de jornada de trabalho (working day), à grandeza absoluta do tempo de trabalho (períodos em que o trabalhador produz o valor de reposição de sua força de trabalho e o mais valor)

Capítulo 8

A jornada de trabalho

8.1 Os limites da jornada de trabalho

Neste capítulo iremos estudar em pormenor a jornada de trabalho, aqui Marx parte do pressuposto de que a força de trabalho é comprada e vendida pelo seu valor, ou seja, determinado pelo tempo de trabalho necessário à sua produção.

Aqui Marx realiza um tratamento representativo com o uso de linhas, porém aqui decidi não ir por esse caminho e sim explica a expressão que se dá.

Sabem que, no entanto, a seguinte expressão:

taxa de valor = (tempo de mais-trabalho)/(tempo de trabalho necessário)

Iremos aqui representar a expressão dada variações nas durações do vários tipos de trabalho, representaremos de jt_i e jt_f a jornada de trabalho inicial e final, onde temos que $\Delta_{jt} = jt_f + jt_i$, representaremos pela mesma lógica tmt_i e tmt_f , tempo de mais trabalho inicial e final e ttn_i e ttn_f , tv_i e tv_f a taxa de valor final e inicial, a primeira observação que temos é a seguinte:

$$\Delta_{jt} = \Delta_{tmt} + \Delta_{ttn} \quad (8.1)$$

Como é óbvio, a Jornada de trabalho tem um máximo absoluto, porém nunca pode chegar a ele, a força de trabalho tem que se reproduzir:

$$24 < jt \quad (8.2)$$

Esta deriva da definição de jornada de trabalho e dos vários outros tipos de trabalho, pois $jt = tmt + ttn$, por isso temos então que:

$$\text{taxa de valor}_f = \frac{tmt_i + \Delta_{tmt}}{ttn_i + \Delta_{ttn}} \quad (8.3)$$

Devido ao que estudamos anteriormente sobre a reprodução do trabalho do trabalhador, temos que:

1. A extensão da jornada de trabalho tem limites físicos e sociais (historicamente, culturalmente, geograficamente e temporalmente variáveis)

8.2 A avidez por mais-trabalho. O fabricante e o boiardo

O capital não inventou o mais-trabalho. Onde quer que uma parte da sociedade detenha o monopólio dos meios de produção, o trabalhador, livre ou não, tem de adicionar ao tempo de trabalho necessário a sua autoconservação um tempo de trabalho excedente a fim de produzir os meios de subsistência para o possuidor dos meios de produção, seja esse proprietário o kalón kÁgaqóv [belo e bom] ateniense, o teocrata etrusco, o civis romanus [cidadão romano], o barão normando, o escravocrata americano, o boiardo valáquio, o landlord [senhor rural] moderno ou o capitalista.

1. A categoria de *mais trabalho*, como trabalho não consumido pelo produtor direto, é algo existente em todas as sociedades onde existe o monopólio dos meios de produção (*No entanto, é evidente que em toda formação econômica da sociedade onde predomina não o valor de troca, mas o valor de uso do produto, o mais-trabalho é limitado por um círculo mais amplo ou mais estreito de necessidades, mas nenhum carecimento descomedido de mais-trabalho surge do próprio caráter da produção.*)

Os capítulos que se seguem são capítulos que tratam o desenvolvimento das sociedades de classes e o desenvolvimento do capitalismo, como também um ênfase ao trabalho infantil, devido à grande extensão destes capítulos e como tenho evitado conteúdo histórico específico, deixarei ao leitor a leitura destas capítulos

8.3 A luta pela jornada normal de trabalho.

“Que é uma jornada de trabalho?” Quão longo é o tempo durante o qual o capital pode consumir a força de trabalho cujo valor diário ele paga? Por quanto tempo a jornada de trabalho pode ser prolongada além do tempo de trabalho necessário à reprodução da própria força de trabalho? A essas questões, como vimos, o capital responde: a jornada de trabalho contém 24 horas inteiras, deduzidas as poucas horas de repouso sem as quais a força de trabalho ficaria absolutamente incapacitada de realizar novamente seu serviço. Desde já, é evidente que o trabalhador, durante toda sua vida, não é senão força de trabalho, razão pela qual todo o seu tempo disponível é, por natureza e por direito, tempo de trabalho, que pertence, portanto, à autovalorização do capital. Tempo para a formação humana, para o desenvolvimento intelectual, para o cumprimento de funções sociais, para relações sociais, para o livre jogo das forças vitais físicas e intelectuais, mesmo o tempo livre do domingo – e até mesmo no país do sabbatismo – é pura futilidade! Mas em seu impulso cego e desmedido, sua voracidade de lobisomem por mais-trabalho, o capital transgride não apenas os limites morais da jornada de trabalho, mas também seus limites puramente físicos. Ele usurpa o tempo para o crescimento, o desenvolvimento e a manutenção saudável do corpo. Rouba o tempo requerido para o consumo de ar puro e de luz solar. Avança sobre o horário das refeições e os incorpora, sempre que possível, ao processo de produção, fazendo com que os trabalhadores, como meros meios de produção, sejam abastecidos de alimentos do mesmo modo como a caldeira é abastecida de carvão, e a maquinaria, de graxa ou óleo. O sono saudável, necessário para a restauração, renovação e revigoração da força vital, é reduzido pelo capital a não mais do que um mínimo de horas de torpor absolutamente imprescindíveis ao reavivamento de um organismo completamente exaurido. Não é a manutenção normal da força de trabalho que determina os limites da jornada de trabalho, mas, ao contrário, o maior dispêndio diário possível de força de trabalho, não importando quão insalubre, compulsório e doloroso ele possa ser, é que determina os limites do período de repouso do trabalhador. O capital não se importa com a duração de vida da força de trabalho. O que lhe interessa é única e exclusivamente o máximo de força de trabalho que pode ser posta em movimento numa jornada de trabalho. Ele atinge esse objetivo por meio do encurtamento da duração da força de trabalho, como um agricultor ganancioso que obtém uma maior produtividade da terra roubando dela sua fertilidade.

Assim, a produção capitalista, que é essencialmente produção de mais-valor, sucção de mais-trabalho, produz, com o prolongamento da jornada de trabalho, não apenas a debilitação da força humana de trabalho, que se vê roubada de suas condições normais, morais e físicas, de desenvolvimento e atuação. Ela produz o esgotamento e a morte prematuros da própria força de trabalho. Ela prolonga o tempo de produção do trabalhador durante certo período mediante o encurtamento de seu tempo de vida.

1. Chamamos de superpopulação, ao excesso de população em relação às necessidades momentâneas de valorização do capital (embora esse fluxo populacional seja formado por gerações de seres humanos atrofiados, de vida curta, que se substituem uns aos outros rapidamente e são, por assim dizer, colhidos antes de estarem maduros.)

Pelo que vimos anteriormente, sobre o proprietário de mercadorias elementar, podemos então deduzir que:

2. A livre-concorrência impõe ao capitalista individual, como leis eternas inexoráveis, as leis imanentes da produção capitalista¹ (Assim, constatamos, por exemplo, que, no início de 1863, 26 firmas, proprietárias de grandes olarias em Staffordshire, entre elas J. Wedgwood e Filhos, assinam uma petição pela “intervenção firme do Estado”. A “concorrência com outros capitalistas” não lhes permite estabelecer nenhuma limitação “voluntária” do tempo de trabalho das crianças etc. “Por mais que deploremos os males anteriormente mencionados, seria impossível evitá-los mediante qualquer tipo de acordo entre os fabricantes [...]. Considerando todos esses pontos, formamos a convicção de que se faz necessária uma lei coercitiva”, *Children’s Emp. Comm.*, “Rep. 1” (1863), p. 322.

¹Este excerto é referente às más condições que a classe trabalhadora se via e como o capitalista individual foi incapaz de proteger a saúde dos trabalhadores

O resultado inerente a esta, combinado com o aspeto de trabalho precário leva à impossibilidade de reprodução do trabalhador:

3. Chamamos luta entre capitalista e trabalhador (luta de classe) a esta luta pela *consolidação de uma jornada de trabalho normal* (outros fatores podem entrar nesta luta, como por exemplo, melhores condições de trabalho)

Devido à natureza totalizante do valor em si, o capital como tal, se deduz que:

4. O desenvolvimento do capital derrube (*um violento e desmedido desmoronamento, qual uma avalanche.*) as barreiras erigidas pelos costumes e pela natureza, até os conceitos simples perdem os seus significados (*. Mesmo os conceitos de dia e noite, de uma simplicidade rústica nos antigos estatutos, tornaram-se tão complicados que ainda em 1860 um juiz inglês precisava de uma sagacidade talmúdica para explicar “judicialmente” o que era dia e o que era noite. O capital celebrou suas orgias.*)

Devido então à natureza do capital e da taxa de exploração:

5. A luta de classes (a disputa pela variação da taxa de exploração) torna-se resultado disso²

² *Vimos que essas determinações minuciosas, que regulam com uma uniformidade militar os horários, os limites, as pausas do trabalho de acordo com o sino do relógio, não foram de modo algum produto das lucubrações parlamentares. Elas se desenvolveram paulatinamente a partir das circunstâncias, como leis naturais do modo de produção moderno. Sua formulação, seu reconhecimento oficial e sua proclamação estatal foram o resultado de longas lutas de classes. Uma de suas consequências imediatas foi que, na prática, também a jornada de trabalho dos operários masculinos adultos foi submetida aos mesmos limites, uma vez que a cooperação de crianças, jovens e mulheres era indispensável à maioria dos processos de produção. E assim, durante o período entre 1844 e 1847, a jornada de trabalho de 12 horas foi implementada geral e uniformemente em todos os ramos da indústria submetidos à legislação fabril.*

E a igual exploração da força de trabalho é o primeiro direito humano do capital.

Primeiro: nas indústrias inicialmente revolucionadas pela força da água, do vapor e da maquinaria, nessas primeiras criações do moderno modo de produção, nas fiações e tecelagens de algodão, lã, linho e seda, o impulso do capital para a prolongação a todo custo da jornada de trabalho é primeiramente satisfeito. O modo de produção material modificado, ao qual correspondem as relações sociais modificadas entre os produtores, engendra, de início, abusos desmedidos e provocam, como reação, o controle social que limita, regula e uniformiza legalmente a jornada de trabalho e suas pausas. Por isso, durante a primeira metade do século XIX, esse controle aparece como mera legislação de exceção. Mal essa legislação se aplicara sobre o terreno original do novo modo de produção e se verificou que, nesse ínterim, não apenas muitos outros ramos da produção se haviam incorporado ao regime propriamente fabril, mas que manufaturas com métodos de funcionamento mais ou menos obsoletos, tais como olarias, vidrarias etc., ofícios arcaicos, como panificação e, por fim, mesmo o trabalho esparso, chamado de trabalho domiciliar, como a fabricação de agulhas etc., há muito já haviam caído sob a exploração capitalista tanto quanto a fábrica. A legislação foi, por isso, obrigada a livrar-se progressivamente de seu caráter excepcional, ou, onde ela é aplicada segundo a casuística romana, como na Inglaterra, a declarar arbitrariamente como fábrica (factory) toda e qualquer casa onde algum trabalho é executado.

Segundo: a história da regulação da jornada de trabalho em alguns modos de produção, bem como a luta que, em outros, ainda se trava por essa regulação, provam palpavelmente que, quando o modo de produção capitalista atinge certo grau de amadurecimento, o trabalhador isolado, o trabalhador como “livre” vendedor de sua força de trabalho, sucumbe a ele sem poder de resistência. A criação de uma jornada normal de trabalho é, por isso, o produto de uma longa e mais ou menos oculta guerra civil entre as classes capitalista e trabalhadora. Como a luta teve início no âmbito da indústria moderna, ela foi travada, inicialmente, na pátria dessa indústria, a Inglaterra. Os trabalhadores fabris ingleses foram os paladinos não apenas da classe trabalhadora inglesa, mas da classe trabalhadora em geral, assim como seus teóricos foram os primeiros a desafiar a teoria do capital.

CAPÍTULO 8. A JORNADA DE TRABALHO 8.3. A LUTA PELA JORNADA NORMAL DE TRABALHO.

Por essa razão, o filósofo da fábrica, Ure, denuncia como um irremediável opróbrio para a classe trabalhadora inglesa que ela tenha inscrito em sua bandeira “a escravidão das leis fabris”, opondo-se ao capital, que lutava de modo viril pela “liberdade plena do trabalho”.

Assim, em ambos os lados do Oceano Atlântico, o movimento dos trabalhadores, tendo crescido instintivamente a partir das próprias relações de produção, endossou as palavras do inspetor de fábrica inglês R. J. Saunders: “nenhum passo adiante em direção à reforma da sociedade pode ser dado com qualquer perspectiva de sucesso a menos que a jornada de trabalho seja limitada e o cumprimento do limite prescrito seja estritamente forçado”.

Temos de reconhecer que nosso trabalhador sai do processo de produção diferente de quando nele entrou. No mercado, ele, como possuidor da mercadoria “força de trabalho”, aparece diante de outros possuidores de mercadorias: possuidor de mercadoria diante de possuidores de mercadorias. O contrato pelo qual ele vende sua força de trabalho ao capitalista prova – por assim dizer, põe o preto no branco – que ele dispõe livremente de si mesmo. Fechado o negócio, descobre-se que ele não era “nenhum agente livre”, que o tempo de que livremente dispõe para vender sua força de trabalho é o tempo em que é forçado a vendê-la, que, na verdade, seu parasita [Sauger] não o deixará “enquanto houver um músculo, um nervo, uma gota de sangue para explorar”. Para “se proteger” contra a serpente de suas aflições, os trabalhadores têm de se unir e, como classe, forçar a aprovação de uma lei, uma barreira social intransponível que os impeça a si mesmos de, por meio de um contrato voluntário com o capital, vender a si e a suas famílias à morte e à escravidão. No lugar do pomposo catálogo dos “direitos humanos inalienáveis”, tem-se a modesta Magna Charta de uma jornada de trabalho legalmente limitada, que “afinal deixa claro quando acaba o tempo que o trabalhador vende e quando começa o tempo que lhe pertence”²⁰¹. Quantum mutatus ab illo! [Quanto se mudou do que era!]

Capítulo 9

Taxa e massa do mais-valor

Neste capítulo, como anteriormente, o valor da poder de trabalho, isto é, da parte da jornada de trabalho necessária para a reprodução ou conservação da poder de trabalho, será suposto como uma grandeza constante, dada.

1. Representaremos de M a massa do mais-valor
2. Representaremos de m o mais-valor fornecido pelo trabalhador individual no dia médio
4. Representaremos de v o capital variável diário avançado pela compra de uma poder de trabalho individual
5. Representaremos de V a soma total do capital variável
6. Representaremos de f o valor de uma poder de trabalho média
7. Representaremos de a'/a ((trabalho excedente)/(trabalho necessário)), o seu grau de exploração

8. Representaremos de n o número de trabalhadores empregados

Logo temos então¹:

$$M = \begin{cases} m/v * V \\ f * (a'/a) * n \end{cases} . \quad (9.1)$$

2

¹Pressuposto isso, com a taxa é dada, ao mesmo tempo, a massa de mais-valor que o trabalhador individual fornece ao capitalista num determinado período de tempo. Se, por exemplo, o trabalho necessário é de 6 horas diárias, expressas numa quantidade de ouro de 3 xelins = 1 táler, então o táler é o valor diário de uma força de trabalho ou o valor do capital adiantado na compra de uma força de trabalho. Se, além disso, a taxa de mais-valor é de 100%, esse capital variável de 1 táler produz uma massa de mais-valor de 1 táler, ou o trabalhador fornece diariamente uma massa de mais-trabalho igual a 6 horas.

Mas o capital variável é a expressão monetária do valor total de todas as forças de trabalho que o capitalista emprega simultaneamente. Seu valor é, assim, igual ao valor médio de uma força de trabalho, multiplicado pelo número de forças de trabalho empregadas. Dado o valor da força de trabalho, a grandeza do capital variável está, pois, na razão direta ao número de trabalhadores simultaneamente empregados. Se o valor diário de uma força de trabalho = 1 táler, um capital de 100 táleres precisa ser desembolsado para explorar 100 e de n táleres para explorar n forças de trabalho diariamente.

Da mesma forma, se um capital variável de 1 táler, o valor diário de uma força de trabalho, produz um mais-valor diário de 1 táler, um capital variável de 100 táleres produz um mais-valor diário de 100, e um de n táleres produzirá um mais-valor diário de $1 \text{ táler} \times n$. A massa do mais-valor produzido é, assim, igual ao mais-valor fornecido pela jornada de trabalho do trabalhador individual, multiplicado pelo número de trabalhadores empregados. Mas como, além disso, dado um certo valor da força de trabalho, a massa do mais-valor produzido pelo trabalhador individual é determinada pela taxa de mais-valor, segue-se a primeira lei: a massa do mais valor produzido é igual à grandeza do capital variável adiantado multiplicada pela taxa de mais-valor, ou é determinada pela relação composta entre o número das forças de trabalho simultaneamente exploradas pelos mesmos capitalistas e o grau de exploração da força de trabalho individual.

²Aqui está pressuposto não apenas que o valor de uma força de trabalho média é constante, mas que os trabalhadores empregados por um capitalista se reduzem aos trabalhadores médios. Em casos excepcionais, o mais-valor produzido não aumenta na mesma proporção do número dos trabalhadores explorados, mas então tampouco o valor da força de trabalho permanece constante.

Podemos à semelhança de estudos anteriores estudar a variação das variáveis:

$$M + \Delta_M = \begin{cases} (m + \Delta_M)/(v + \Delta_v) * (V + \Delta_V) \\ (f + \Delta_f) * ((a' + \Delta_{a'})/(a + \Delta_a)) * (n + \Delta_n) \end{cases} \quad (9.2)$$

A terceira lei resulta da determinação da massa do mais-valor produzido pelos dois fatores, taxa de mais-valor e grandeza do capital variável adiantado. Dados a taxa de mais-valor ou o grau de exploração da força de trabalho e o valor da força de trabalho ou a grandeza do tempo de trabalho necessário, é evidente que, quanto maior o capital variável, tanto maior a massa do valor e do mais-valor produzidos. Se o limite da jornada de trabalho é dado assim como o limite de seu componente necessário, a massa de valor e mais-valor que um capitalista individual produz depende exclusivamente da massa de trabalho que ele põe em movimento. Esta, no entanto, depende, sob dados pressupostos, da massa da força de trabalho ou do número de trabalhadores que ele explora, e esse número, por sua vez, é determinado pela grandeza do capital variável por ele adiantado. Dados a taxa do mais-valor e o valor da força de trabalho, as massas do mais-valor produzido estarão na razão direta da grandeza dos capitais variáveis adiantados. Ora, sabe-se que o capitalista divide seu capital em duas partes. Uma parte ele aplica em meios de produção, e essa é a parte constante de seu capital. A outra parte ele investe em força viva de trabalho, e essa parte constitui seu capital variável. Num mesmo modo de produção, ocorre em diferentes ramos da produção uma divisão diferente entre as partes constante e variável do capital. No interior do mesmo ramo de produção, essa proporção varia conforme a modificação da base técnica e da combinação social do processo de produção. Mas independentemente do modo como um dado capital venha a se decompor em suas partes constante e variável, seja a proporção da última para a primeira de 1 por 2, 1 por 10 ou 1 por x, a lei que acabamos de formular não é afetada em nada, pois, de acordo com a análise anterior, o valor do capital constante reaparece no valor do produto, porém não integra o novo produto de valor criado. Para empregar mil fiandeiros, decerto são necessários mais matérias-primas, fusos etc. do que para empregar cem. Mas o valor desses meios de produção adicionais pode subir, cair, manter-se inalterado, ser grande ou pequeno, e ainda assim ele permanece sem influência alguma sobre o processo de valorização das forças de traba-

lho que os põem em movimento. A lei há pouco enunciada assume, assim, a seguinte forma: as massas de valor e mais-valor produzidas por diferentes capitais – com dado valor da força de trabalho e o grau de exploração desta última sendo igual – estão na razão direta da grandeza dos componentes variáveis desses capitais, isto é, de seus componentes convertidos em força viva de trabalho. Essa lei contradiz flagrantemente toda a experiência baseada na aparência. Qualquer um sabe que um fiador de algodão, que, calculando a porcentagem do capital total aplicado, emprega muito capital constante e pouco capital variável, não embolsa, por causa disso, um lucro ou mais-valor menor do que um padeiro que põe em movimento muito capital variável e pouco capital constante. Para a solução dessa contradição aparente são necessários muitos elos intermediários, do mesmo modo como, do ponto de vista da álgebra elementar, muitos elos intermediários são necessários para se compreender que $0/0$ pode representar uma grandeza real. A economia clássica, embora jamais tenha formulado essa lei, apega-se a ela instintivamente porque é uma consequência necessária da lei do valor em geral. Ela tenta salvá-la por meio de uma abstração forçada das contradições do fenômeno. Veremos mais adiante como a escola ricardiana tropeçou nessa pedra. A economia vulgar, que “realmente não aprendeu nada”, apega-se aqui, como em tudo, à aparência [Schein] contra a lei do fenômeno [Erscheinung]. Em oposição a Espinosa, ela acredita que “a ignorância é uma razão suficiente”.

(...) O possuidor de dinheiro ou de mercadorias só se transforma realmente num capitalista quando a quantidade desembolsada para a produção ultrapassa em muito o máximo medieval. Aqui, como na ciência da natureza, mostra-se a exatidão da lei, descoberta por Hegel em sua Lógica, de que alterações meramente quantitativas, tendo atingido um determinado ponto, convertem-se em diferenças qualitativas^{205a}.

O mínimo de quantidade de valor que o possuidor individual de dinheiro ou mercadorias tem de dispor para se metamorfosear num capitalista varia de acordo com os diferentes estágios de desenvolvimento da produção capitalista, e é, num dado estágio, diferente em diferentes esferas da produção, de acordo com suas condições técnicas específicas. Certas esferas da produção requerem, já nos primórdios da produção capitalista, um mínimo de capital que ainda não se encontra nas mãos dos indivíduos isolados. Isso leva, em

parte, ao subsídio estatal a tais particulares, como na França de Colbert e em muitos Estados alemães até a nossa época, e, em parte, à formação de sociedades com monopólio legal para explorar certos ramos da indústria e do comércio – as precursoras das modernas sociedades por ações.

Iremos agora destacar alguns pontos importantes para a metamorfose de um possuidor individual de dinheiro ou mercadorias num capitalista:

1. 9. O capital toma controlo sobre o dinheiro (*No interior do processo de produção, o capital se desenvolveu para assumir o comando sobre o trabalho, isto é, sobre a força de trabalho em atividade, ou, em outras palavras, sobre o próprio trabalhador. O capital personificado, o capitalista, cuida para que o trabalhador execute seu trabalho ordenadamente e com o grau apropriado de intensidade.*)
2. 10. O capital obriga a classe trabalhadora a executar mais trabalho do que o exigido pelo círculo estreito de suas próprias necessidades vitais (*O capital desenvolveu-se, ademais, numa relação coercitiva, que obriga a classe trabalhadora a executar mais trabalho do que o exigido pelo círculo estreito de suas próprias necessidades vitais. E como produtor da laboriosidade alheia, extrator de mais-trabalho e explorador de força de trabalho, o capital excede em energia, desmedida e eficiência todos os sistemas de produção anteriores baseados no trabalho direto compulsório.*)
3. 12. A mudança de modo de produção por si só não é imediata (*Inicialmente, o capital subordina o trabalho conforme as condições técnicas em que historicamente o encontra. Portanto, ele não altera imediatamente o modo de produção. Razão pela qual a produção de mais-valor, na forma como a consideramos até agora, mostrou-se independente de qualquer mudança no modo de produção. Ela não era menos efetiva nas obsoletas padarias do que nas modernas fiações de algodão.*)

4. 13. No processo de produção simples o trabalhador está em relação com os meios de produção (*Observando-se o processo de produção do ponto de vista do processo de trabalho, o trabalhador se relaciona com os meios de produção não como capital, mas como mero meio e material de sua atividade produtiva orientada para um fim. Num curtume, por exemplo, ele trata as peles como seu mero objeto de trabalho.*)
5. 14. No processo de criação de mais valia, os meios de produção se transforma em meios de absorção de trabalho dos outros (*Não é para o capitalista que ele curte a pele. Diferentemente de quando observamos o processo de produção do ponto de vista do processo de valorização. Os meios de produção convertem-se imediatamente em meios para a sucção de trabalho alheio. Não é mais o trabalhador que emprega os meios de produção, mas os meios de produção que empregam o trabalhador. Em vez de serem consumidos por ele como elementos materiais de sua atividade produtiva, são eles que o consomem como fermento de seu próprio processo vital, e o processo vital do capital não é mais do que seu movimento como valor que valoriza a si mesmo. Fornos de fundição e oficinas que permanecem parados à noite, sem sugar trabalho vivo, são “simples perda” (“mere loss”) para o capitalista. Por isso, fornos de fundição e oficinas de trabalho constituem um “direito de exigir trabalho noturno” das forças de trabalho.*)
6. 15. A simples transformação de dinheiro em fatores materiais do processo de produção, em meios de produção, transforma títulos em direitos de trabalho e mais valia dos outros (*A simples transformação do dinheiro em fatores objetivos do processo de produção, em meios de produção, converte estes últimos em títulos legais e compulsórios ao trabalho e mais-trabalho alheios.*)

De que maneira essa inversão peculiar e característica da produção capitalista, essa distorção da relação entre trabalho morto e vivo, entre valor

e força criadora de valor, reflete-se na consciência dos cérebros capitalistas é finalmente evidenciada por mais um exemplo. Durante a revolta dos fabricantes ingleses de 1848-1850, um cavalheiro extremamente inteligente, “chefe da fiação de linho e algodão em Paisley, uma das firmas mais antigas e respeitáveis do oeste da Escócia, a companhia Carlyle, Filhos Cia., que existe desde 1752 e é dirigida pela mesma família geração após geração”, publicou, no Glasgow Daily Mail de 25 de abril de 1849, uma carta sob o título: “O sistema de revezamento”, em que se podem ler, entre outras, a seguinte passagem grotescamente ingênua:

“Vejam, agora, os males que decorrem de uma redução do tempo de trabalho de 12 para 10 horas [...]. Eles ‘chegam’ ao dano mais sério das perspectivas e da propriedade do fabricante. Se ele” (quer dizer, sua “mão de obra”) “trabalhava 12 horas e é limitado a 10, então cada 12 máquinas ou fusos em seu estabelecimento encolhem para 10 (then every 12 machines or spindles, in his establishment, shrink to 10), e se ele quisesse vender sua fábrica, eles seriam avaliados apenas como 10, de modo que, em todo o país, uma sexta parte do valor de cada fábrica seria subtraída.”

Para esse cérebro hereditariamente capitalista do oeste da Escócia, o valor dos meios de produção, dos fusos etc. confunde-se tanto com sua capacidade de, como capital, valorizar a si mesmo ou engolir diariamente uma determinada quantidade de trabalho alheio gratuito, que o chefe da casa Carlyle Cia. realmente imagina que, com a venda de sua fábrica, lhe será pago não o valor dos fusos, mas, além dele, sua valorização, ou seja, não só o trabalho neles contido e necessário para a produção de fusos do mesmo tipo, mas também o mais-trabalho que eles ajudam a extrair diariamente dos bravos escoceses ocidentais de Paisley, e, justamente por isso, ele pensa que, se a jornada de trabalho encolher 2 horas, o preço de venda de 12 máquinas também será reduzido para o preço de 10!

Capítulo 10

O conceito de mais-valor relativo

A parte da jornada de trabalho que produz apenas um equivalente do valor da força de trabalho pago pelo capital foi tratada até este momento da exposição como uma grandeza constante, o que ela de fato o é, sob dadas condições de produção e num dado grau de desenvolvimento econômico da sociedade. Além desse tempo de trabalho necessário, o trabalhador podia trabalhar 2, 3, 4, 6 etc. horas. A taxa de mais-valor e a duração da jornada de trabalho dependiam da grandeza desse prolongamento.

Previamente estudamos as seguintes expressões:

$$jt = \frac{tmt}{tmt}$$

$$\Delta_{jt} = \Delta_{tmt} + \Delta_{ttn}$$

Agora pretendemos estudar no caso de que $\Delta_{jt} = 0$, ou seja, a jornada de trabalho não muda, existe é uma alteração do tempo de mais-trabalho e no tempo de trabalho necessário:

$$0 = \Delta_{tmt} + \Delta_{ttn}$$

$$- \Delta_{tmt} = \Delta_{ttn} \quad (10.1)$$

Temos então que:

$$\text{taxa de valor}_f = \frac{tmt_i - \Delta_{ttn}}{ttn_i + \Delta_{ttn}} \quad (10.2)$$

Como é evidente, devido às restrições para a reprodução do poder de trabalho:

$$0 < ttn^1 \quad (10.3)$$

1. Chamamos de mais valia absoluta, à mais valia produzida pela prolongação do dia de trabalho

2. Chamamos de mais valia relativa, à mais valia que aparece pelo encurtamento do tempo de trabalho necessário (e os correspondentes ajustes)

Temos porém que:

3. A queda de tempo de trabalho necessário só se dá com o aumento da produtividade do trabalho (*Para reduzir o valor da força de trabalho, o aumento da força produtiva tem de afetar os ramos da indústria cujos produtos determinam o valor da força de trabalho, portanto, aqueles ramos que ou pertencem ao círculo dos meios de subsistência habituais, ou podem substituí-los por outros meios. Porém, o valor de uma mercadoria não é determinado apenas pela quantidade de trabalho que lhe*

¹Este valor, como é claro, é maior que 0, no entanto existe elasticidade na sua redução, porém como vimos anteriormente, uma redução brusca impossibilita o trabalhador de poder reproduzir o seu trabalho

confere sua forma última, mas também pela massa de trabalho contida em seus meios de produção. O valor de uma bota, por exemplo, não é determinado apenas pelo trabalho do sapateiro, mas também pelo valor do couro, do piche, do cordão etc. Portanto, a queda no valor da força de trabalho também é causada por um aumento na força produtiva do trabalho e por um correspondente barateamento das mercadorias naquelas indústrias que fornecem os elementos materiais do capital constante, isto é, os meios e os materiais de trabalho para a produção dos meios de subsistência. Em contrapartida, nos ramos de produção que não fornecem nem meios de subsistência nem meios de produção para fabricá-los, a força produtiva aumentada deixa intocado o valor da força de trabalho.)

Porém:

4. O aumento da produtividade do trabalho só afeta o tempo de trabalho necessário se e somente se os preços das mercadorias que o trabalhador usa para reproduzir o seu trabalho reduzem-se (*Naturalmente, a mercadoria mais barata diminui o valor da força de trabalho apenas pro tanto, isto é, na proporção em que essa mercadoria participa na reprodução da força de trabalho. Camisas, por exemplo, constituem meios necessários de subsistência, mas apenas um dentre muitos. Seu barateamento reduz apenas o gasto do trabalhador com camisas. No entanto, a totalidade dos meios necessários de subsistência compõe-se de várias mercadorias, cada uma delas o produto de uma indústria distinta, e o valor de cada uma dessas mercadorias constitui uma alíquota do valor da força de trabalho. Tal valor diminui com o tempo de trabalho necessário para sua reprodução, cuja redução total é igual à soma de suas reduções em cada um dos ramos particulares da produção. Esse resultado geral é tratado, aqui, como se fosse o resultado e a finalidade imediatos em cada caso singular. Se, por exemplo, um capitalista individual barateia camisas por meio do aumento da força produtiva do trabalho, isso de modo algum implica que ele tenha em vista reduzir o valor da força de*

trabalho e, com isso, o tempo de trabalho necessário pro tanto, mas, na medida em que acaba por contribuir para esse resultado, ele contribui para aumentar a taxa geral do mais-valor³. É preciso que as tendências gerais e necessárias do capital sejam diferenciadas de suas formas de manifestação.)

O que isto quer dizer, é que:

$$\Delta_{v_{LP}} (= \sum_{i \in MS} v_i) = \Delta_{ttn} \quad (10.4)$$

5. O capitalista consegue obter um aumento da mais valia ao reduzir o valor da sua mercadoria individual abaixo do valor social²

²Se 1 hora de trabalho se representa numa quantidade de ouro de 6 pence ou 1/2 xelím, numa jornada de trabalho de 12 horas será produzido um valor de 6 xelins. Suponha que, com dada força produtiva do trabalho, sejam produzidas 12 peças de mercadorias nessas 12 horas de trabalho. E que seja de 6 pence o valor dos meios de produção, matéria-prima etc. gastos em cada peça. Nessas circunstâncias, cada mercadoria custa 1 xelím, sendo 6 pence pelo valor dos meios de produção e 6 pence pelo valor novo adicionado em sua confecção. Agora, suponha que um capitalista consiga duplicar a força produtiva do trabalho e, desse modo, produzir, durante as mesmas 12 horas de trabalho, 24 peças dessa mercadoria, em vez de 12. Permanecendo inalterado o valor dos meios de produção, o valor de cada mercadoria cai agora para 9 pence, sendo 6 pence pelo valor dos meios de produção e 3 pence pelo valor novo agregado pelo último trabalho. Mesmo com a força produtiva duplicada, a jornada de trabalho continua a criar, como antes, apenas um novo valor de 6 xelins, que agora se distribui, no entanto, sobre duas vezes mais produtos. Desse valor total, cada produto incorpora apenas 1/24, em vez de 1/12, 3 pence em vez de 6 ou, o que é o mesmo, apenas meia hora de trabalho, em vez de 1 hora inteira, é agora adicionada aos meios de produção em sua transformação em cada produto singular. O valor individual dessa mercadoria se encontra, agora, abaixo de seu valor social, isto é, ela custa menos tempo de trabalho do que a grande quantidade do mesmo artigo produzida em condições sociais médias. Cada peça custa, em média, 1 xelím ou representa 2 horas de trabalho social; sob o modo alterado de produção, ela custa apenas 9 pence, ou contém apenas 1 hora e meia de trabalho. Mas o valor efetivo de uma mercadoria não é seu valor individual, mas seu valor social, isto é, ele não é medido pelo tempo de trabalho que ela de fato custa ao produtor em cada caso singular, mas pelo tempo de trabalho socialmente requerido para sua produção. Assim, se o capitalista que emprega o novo método vende sua mercadoria por seu valor social de 1 xelím,

6. O efeito descrito em 4. são depois contrabalançados quando os métodos de produção são socializados³

ele a vende 3 pence acima de seu valor individual e, desse modo, realiza um mais-valor adicional de 3 pence. Por outro lado, agora a jornada de trabalho de 12 horas se representa, para ele, em 24 artigos, em vez de 12. De modo que, para vender o produto de uma jornada de trabalho, ele necessita do dobro da demanda, ou de um mercado duas vezes maior. Mantendo-se inalteradas as demais circunstâncias, suas mercadorias só conquistarão uma fatia maior do mercado por meio da contração de seus preços. Ele as venderá, por isso, acima de seu valor individual, porém abaixo de seu valor social, digamos, por 10 pence cada uma. Desse modo, ele ainda obtém de cada produto um mais-valor adicional de 1 penny. Esse aumento do mais-valor é igualmente obtido mesmo que sua mercadoria não esteja entre os itens que compõem os meios básicos de subsistência, isto é, mesmo que ela não seja parte determinante do valor total da força de trabalho. Independentemente desta última circunstância, existem, para cada capitalista individual, razões para baratear a mercadoria mediante o aumento da força produtiva do trabalho.

³*Mesmo nesse caso, no entanto, a produção aumentada de mais-valor é decorrente da redução do tempo de trabalho necessário e do correspondente prolongamento do mais-trabalho^{3a}. Suponha que 10 horas sejam o tempo de trabalho necessário, 5 xelins o valor diário da força de trabalho, 2 horas o tempo de mais-trabalho e 1 xelim o mais-valor produzido diariamente. Mas nosso capitalista produz agora 24 peças, que ele vende a 10 pence cada uma, ou por um valor total de 20 xelins. Como o valor dos meios de produção é de 12 xelins, 142/5 peças da mercadoria apenas repõem o capital constante adiantado. A jornada de trabalho de 12 horas se representa nas 93/5 peças restantes. Como o preço da força de trabalho = 5 xelins, o tempo de trabalho necessário se incorpora em 6 peças, e o mais-trabalho, em 33/5 peças. A proporção entre o trabalho necessário e o mais-trabalho, que nas condições sociais médias é de 5 para 1, é agora de 5 para 3. O mesmo resultado é obtido da seguinte forma: o valor do produto da jornada de trabalho de 12 horas é 20 xelins. Desta soma, 12 xelins pertencem ao valor dos meios de produção, que apenas reaparece no produto final. Restam, assim, 8 xelins como expressão monetária do valor no qual a jornada de trabalho se representa. Essa expressão monetária é maior do que a do trabalho social médio de mesmo tipo: 12 horas desse trabalho se representam em apenas 6 xelins. O trabalho excepcionalmente produtivo atua como trabalho potenciado ou cria, no mesmo tempo, valores maiores do que o trabalho social médio do mesmo tipo. Mas nosso capitalista continua a pagar, como antes, apenas 5 xelins pelo valor diário da força de trabalho. Por isso, agora o trabalhador necessita, em vez das 10 horas de antes, apenas de 71/2 horas para reproduzir esse valor. Seu mais-trabalho aumenta, assim, 21/2 horas, e o mais-valor por ele produzido, de 1 para 3 xelins. O capitalista que emprega o modo de produção aperfeiçoado é, portanto, capaz de apropriar-se de uma parte maior da jornada de trabalho para o mais-trabalho do que os demais capitalistas no mesmo ramo de produção. Ele realiza individualmente o que o capital realiza em larga escala, na produção do mais-valor relativo. Por outro lado, esse mais-valor adicional desaparece assim que o novo modo de produção se universaliza e apaga-se a diferença entre o valor*

Temos então que, seja $Prod_{L_i} = \alpha Prod_{L_f}$ ⁴, temos então que, para uma mercadoria A qualquer:

$$v_{A_i} = \frac{1}{\alpha} v_{A_f} \quad (10.5)$$

E por isso temos que (devido à definição de valor de poder de trabalho):

$$v_{LP_i} = \frac{1}{\alpha} v_{LP_f} \quad (10.6)$$

Queremos agora estudar também como a mais valia relativa varia (como tínhamos visto) com isso, por isso:

$$-\Delta_{ttn} = \Delta_{tmt}$$

$$-(v_{LP_i} - v_{LP_f}) = \Delta_{tmt}$$

$$-(v_{LP_i} - \alpha v_{LP_i}) = \Delta_{tmt}$$

$$\alpha v_{LP_i} - v_{LP_i} = \Delta_{tmt}$$

individual das mercadorias barateadas e seu valor social. A mesma lei da determinação do valor pelo tempo de trabalho, que se apresentou ao capitalista, juntamente com o novo método de produção, sob a forma de que ele é obrigado a vender sua mercadoria abaixo de seu valor social, força seus concorrentes, como lei coercitiva da concorrência, a aplicar o novo modo de produção⁴. Desse modo, o processo inteiro só afeta a taxa geral do mais-valor se o aumento da força produtiva do trabalho afetar os diferentes ramos da produção e, portanto, baratear as mercadorias que integram o círculo dos meios básicos de subsistência e, por isso, constituem elementos do valor da força de trabalho.

⁴Aqui estou a tratar de maneira diferente as relações de proporcionalidade que Marx fala

$$(\alpha - 1)v_{LP_i} = \Delta_{tmt}$$

Provamos assim o que queríamos chegar.

Sabemos que para o capitalista não tem interesse no valor da mercadoria em si, o capitalista está interessado só na mais valia, porém:

7. O capitalista na sua procura de aumentar a mais valia relativa, acaba por baixar o preço das mercadorias e consequentemente baixar os preços das mercadorias (*O valor absoluto da mercadoria é, por si mesmo, indiferente para o capitalista que a produz, pois a este só interessa o mais-valor nela incorporado e realizável na venda. A realização do mais-valor traz consigo necessariamente a reposição do valor adiantado. Ora, como o mais-valor relativo aumenta na proporção direta do desenvolvimento da força produtiva do trabalho, ao passo que o valor das mercadorias cai na proporção inversa desse mesmo desenvolvimento, e como, portanto, o mesmo processo barateia as mercadorias e aumenta o mais-valor nelas contido, temos a solução do enigma de por que o capitalista, cuja única preocupação é a produção de valor de troca, esforça-se continuamente para diminuir o valor de troca das mercadorias, uma contradição com que Quesnay, um dos fundadores da economia política, torturava seus oponentes e à qual eles jamais conseguiram dar uma resposta.*)

Na produção capitalista, portanto, a economia do trabalho por meio do desenvolvimento de sua força produtiva não visa em absoluto a redução da jornada de trabalho. Seu objetivo é apenas a redução do tempo de trabalho necessário para a produção de determinada quantidade de mercadorias. Que o trabalhador, com o aumento da força produtiva de seu trabalho, produza em 1 hora, digamos, 10 vezes mais mercadorias do que antes, e, consequentemente, precise de 10 vezes menos tempo de trabalho para cada artigo, não o impede em absoluto de trabalhar as mesmas 12 horas de antes, tampouco

de produzir, nessas 12 horas, 1.200 artigos em vez de 120. Mais ainda, sua jornada de trabalho pode ser prolongada, ao mesmo tempo, de modo que ele passe a produzir 1.400 artigos em 14 horas etc. Por essa razão, em economistas do calibre de MacCulloch, Ure, Senior e tutti quanti, podemos ler, numa página, que o trabalhador tem uma dívida de gratidão ao capital pelo desenvolvimento das forças produtivas, pois este reduz o tempo de trabalho necessário, e, na página seguinte, que ele tem de dar provas dessa gratidão trabalhando, doravante, 15 horas em vez de 10. O desenvolvimento da força produtiva do trabalho no interior da produção capitalista visa encurtar a parte da jornada de trabalho que o trabalhador tem de trabalhar para si mesmo precisamente para prolongar a parte da jornada de trabalho durante a qual ele pode trabalhar gratuitamente para o capitalista. Em que medida esse resultado também pode ser obtido sem o barateamento das mercadorias será mostrado nos métodos particulares de produção do mais-valor relativo a cujo exame passaremos a seguir.

Capítulo 11

Cooperação

Como vimos, a produção capitalista só começa, de fato, quando o mesmo capital individual emprega simultaneamente um número maior de trabalhadores, quando, portanto, o processo de trabalho aumenta seu volume e fornece produtos numa escala quantitativa maior que antes. A atividade de um número maior de trabalhadores, ao mesmo tempo e no mesmo lugar (ou, se se preferir, no mesmo campo de trabalho), para a produção do mesmo tipo de mercadoria, sob o comando do mesmo capitalista, tal é histórica e conceitualmente o ponto de partida da produção capitalista. Com relação ao próprio modo de produção, a manufatura, por exemplo, em seus primórdios, mal se diferencia da indústria artesanal da corporação, a não ser pelo número maior de trabalhadores simultaneamente ocupados pelo mesmo capital. A oficina do mestre-artesão é apenas ampliada.

1. Com o desenvolvimento do capital, existe uma maior socialização do trabalho

No entanto, ocorre uma modificação, dentro de certos limites. O trabalho objetivado em valor é trabalho de qualidade social média e, portanto, a exteriorização de uma força de trabalho média. Mas uma grandeza média só existe como média de diferentes grandezas individuais da mesma espécie. Em cada ramo da indústria o trabalhador individual, Pedro ou Paulo, difere mais ou menos do trabalhador médio. Esses desvios individuais, que ma-

tematicamente se chamam “erros”, compensam-se mutuamente e desaparecem assim que se considere um número maior de trabalhadores. Edmund Burke, o célebre sofista e sicofanta, tem a pretensão de saber, a partir de suas experiências práticas como arrendatário, que num “pelotão tão ínfimo” como o de cinco servos rurais toda diferença individual do trabalho já desaparece, de modo que um grupo qualquer de cinco servos rurais ingleses, no melhor da idade adulta, executarão em conjunto, no mesmo tempo, a mesma quantidade de trabalho que quaisquer outros grupos de cinco servos rurais ingleses. Seja como for, está claro que a jornada de trabalho total de um número maior de trabalhadores empregados simultaneamente, dividida pelo número desses trabalhadores, resulta numa jornada de trabalho social média. Digamos que a jornada de trabalho do indivíduo seja de 12 horas. A jornada de trabalho total dos doze homens simultaneamente empregados será, então, de 144 horas, e mesmo que o trabalho de cada um dos doze homens possa se desviar mais ou menos do trabalho social médio, pois cada um consome mais ou menos tempo para realizar a mesma operação, ainda assim a jornada de trabalho de cada indivíduo, como $1/12$ da jornada de trabalho total de 144 horas, possuirá a qualidade social média. Mas para o capitalista que emprega uma dúzia de trabalhadores o que existe é a jornada de trabalho como jornada de trabalho total da dúzia. A jornada de trabalho de cada indivíduo existe como parte alíquota da jornada de trabalho total, não importando se os doze homens cooperam uns com os outros no trabalho ou se a conexão entre seus trabalhos se resume ao fato de trabalharem para o mesmo capitalista.

Se, ao contrário, os doze homens forem empregados em seis pares por seis pequenos mestres, será mero acidente se cada um desses mestres produzir a mesma massa de valor e, conseqüentemente, realizar a taxa geral do mais-valor. Ocorreriam desvios individuais. Se um trabalhador consumisse significativamente mais tempo na produção de uma mercadoria do que o socialmente necessário, se o tempo de trabalho de que ele individualmente necessita se desviasse significativamente do tempo de trabalho socialmente necessário ou tempo de trabalho médio, seu trabalho não seria considerado trabalho médio, tampouco sua força de trabalho como força de trabalho média. Esta não seria vendida, ou o seria apenas abaixo do valor médio da força de trabalho. Um determinado mínimo de eficiência do trabalho é, portanto, pressuposto, e veremos posteriormente que a produção capitalista encontra meios para medir esse mínimo. Tampouco esse mínimo

deixa de se desviar da média, embora, por outro lado, o valor médio da força de trabalho tenha de ser pago. Logo, dos seis pequenos mestres, um obteria mais, outro menos que a taxa geral do mais-valor. As desigualdades se compensariam para a sociedade, mas não para o mestre individual. Assim, a lei geral da valorização só se realiza plenamente para o produtor individual quando ele produz como capitalista, emprega muitos trabalhadores simultaneamente e, desse modo, põe em movimento, desde o início, o trabalho social médio.

2. Chamamos de cooperação quando muito indivíduos trabalham de modo planeado uns ao lado dos outros e em conjunto, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes porém conexos

3. Sem considerar a nova potência que surge da fusão de muitas forças numa força conjunta, o simples contato social provoca, na maior parte dos trabalhos produtivos, emulação e excitação particular dos espíritos vitais [animal spirits] que elevam o rendimento dos trabalhadores individuais, fazendo com que uma dúzia de indivíduos forneça, numa jornada de trabalho simultânea de 144 horas, um produto total muito maior que o de doze trabalhadores isolados, cada um deles trabalhando 12 horas, ou que o de um trabalhador que trabalhe 12 dias consecutivos. A razão disso está em que o homem é, por natureza, se não um animal político, como diz Aristóteles, em todo caso um animal social.

4. Est-il question d'exécuter un travail compliqué, plusieurs choses doivent être faites simultanément. L'un en fait une pendant que l'autre en fait une autre, et tous contribuent à l'effet qu'un seul homme n'aurait pu produire. L'un rame pendant que l'autre tient le gouvernail, et qu'un troisième jette le filet ou harponne le poisson, et la pêche a un succès impossible sans ce concours" ["Se se trata da execução de uma trabalho complexo, várias coisas têm de ser feitas simultaneamente. Um faz uma

coisa, enquanto outro faz outra, e todos contribuem para o resultado que um único homem não poderia ter produzido. Um rema enquanto o outro segura o leme, e um terceiro joga a rede ou arpoa o peixe, e assim a pesca atinge um sucesso que seria impossível sem essa cooperação”], Destutt de Tracy, Traité de la volonté et de ses effets, cit., p. 78.

5. *Comparada com uma quantidade igual de jornadas de trabalho isoladas e individuais, a jornada de trabalho combinada produz uma massa maior de valor de uso, reduzindo, assim, o tempo de trabalho necessário para a produção de determinado efeito útil. Se a jornada de trabalho combinada obtém essa força produtiva mais elevada por meio da intensificação da potência mecânica do trabalho, ou pela expansão de sua escala espacial de atuação, ou pelo estreitamento da área de produção em relação à escala da produção, ou porque, no momento crítico, ela mobiliza muito trabalho em pouco tempo, ou desperta a concorrência entre os indivíduos e excita seus espíritos vitais [Lebensgeist], ou imprime às operações semelhantes de muitos indivíduos a marca da continuidade e da multiplicidade, ou executa diversas operações simultaneamente, ou economiza os meios de produção por meio de seu uso coletivo, ou confere ao trabalho individual o caráter de trabalho social médio – de qualquer forma a força produtiva específica da jornada de trabalho combinada é força produtiva social do trabalho ou força produtiva do trabalho social. Ela deriva da própria cooperação. Ao cooperar com outros de modo planejado, o trabalhador supera suas limitações individuais e desenvolve sua capacidade genérica [Gattungsvermögen].*

6. *Primeiramente, o motivo que impulsiona e a finalidade que determina o processo de produção capitalista é a maior autovalorização possível do capital²⁰, isto é, a maior produção possível de mais-valor e, portanto, a máxima exploração possível da força de trabalho pelo capitalista. Conforme a massa dos trabalhadores simultaneamente ocupados aumenta, aumenta também sua resistência e, com ela, a pressão do capital para superá-la.*

O comando do capitalista não é apenas uma função específica, proveniente da natureza do processo social de trabalho e, portanto, peculiar a esse processo, mas, ao mesmo tempo, uma função de exploração de um processo social de trabalho, sendo, por isso, determinada pelo antagonismo inevitável entre o explorador e a matéria-prima de sua exploração. Da mesma forma, com o volume dos meios de produção que se apresentam ao trabalhador assalariado como propriedade alheia aumenta também a necessidade do controle sobre sua utilização adequada. A cooperação dos assalariados é, além disso, um mero efeito do capital que os emprega simultaneamente. A interconexão de suas funções e sua unidade como corpo produtivo total reside fora deles, no capital, que os reúne e os mantém unidos. Por isso, a conexão entre seus trabalhos aparece para os trabalhadores, idealmente, como plano preconcebido e, praticamente, como autoridade do capitalista, como o poder de uma vontade alheia que submete seu agir ao seu próprio objetivo.

Este capítulo é na sua síntese o desenvolvimento do 1. que denotei, no entanto não deixa de ser um belo capítulo de como a cooperação sempre reinou na história da humanidade e como o capital usa a cooperação de vários trabalho para a produção, a diferença é que o plano de produção é feito pelo capitalista.

Capítulo 12

Divisão do trabalho e manufatura

12.1 A dupla origem da manufatura

Existe dois modos de existência da manufatura:

1. A união numa mesma oficina, sobre o controle do capitalista, de diversos trabalhadores (de vários ofícios autônomos), onde o produto tem que passar nas suas mãos (*Uma carruagem, por exemplo, era o produto total dos trabalhos de um grande número de artesãos independentes, como segeiro, seleiro, costureiro, serralheiro, correeiro, torneiro, passamanheiro, vidraceiro, pintor, envernizador, dourador etc. A manufatura de carruagens reúne todos esses diferentes artesãos numa oficina, onde eles trabalham simultaneamente e em colaboração mútua.*)
2. A união numa mesma oficina, sobre o controle do capital, de diversos trabalhadores mas que fabricam todos produtos iguais (*Tem-se, aqui, a cooperação em sua forma mais simples. Cada um desses artesãos (talvez com um ou dois ajudantes) produz a mercadoria inteira, executando sucessivamente todas as diversas operações requeridas para sua*

fabricação. Ele continua a trabalhar conforme seu antigo modo artesanal, mas circunstâncias externas logo fazem com que a concentração dos trabalhadores no mesmo local e a simultaneidade de seus trabalhos sejam utilizadas de outro modo.)

3. Existe a tendência de que o trabalho individual independente converta-se num produto social (*Uma quantidade maior de mercadorias acabadas deve, por exemplo, ser fornecida num determinado prazo e, por esse motivo, o trabalho é dividido. Em vez de o mesmo artesão executar as diversas operações numa seqüência temporal, elas são separadas umas das outras, isoladas, justapostas espacialmente, sendo cada uma delas confiada a um artesão diferente e executadas ao mesmo tempo pelos trabalhadores em cooperação. Essa divisão acidental se repete, exhibe as vantagens que lhe são próprias e se ossifica gradualmente numa divisão sistemática do trabalho. De produto individual de um artesão independente, que faz várias coisas, a mercadoria converte-se no produto social de uma união de artesãos, em que cada um executa continuamente apenas uma e sempre a mesma operação parcial.*)

4. Chamamos de decomposição de uma atividade artesanal, à divisão desta nas suas várias partes (à semelhança de 3.)

O modo de surgimento da manufatura, sua formação a partir do artesanato, é portanto duplo. Por um lado, ela parte da combinação de ofícios autônomos e diversos, que são privados de sua autonomia e unilateralizados até o ponto em que passam a constituir meras operações parciais e mutuamente complementares no processo de produção de uma única e mesma mercadoria. Por outro lado, ela parte da cooperação de artesãos do mesmo tipo, decompõe o mesmo ofício individual em suas diversas operações particulares, isolando-as e autonomizando-as até que cada uma delas se torne uma função exclusiva de um trabalhador específico. Por um lado, portanto, a manufatura introduz a divisão do trabalho num processo de produção, ou desenvolve a divisão do trabalho já existente; por outro, ela combina ofícios

que até então eram separados. Mas seja qual for seu ponto de partida particular, sua configuração final é a mesma: um mecanismo de produção, cujos órgãos são seres humanos.

12.2 O trabalhador parcial e sua ferramenta

1. O trabalhador coletivo combinado constitui o mecanismo vivo da manufatura

2. *“The more any manufacture of much variety shall be distributed and assigned to different artists, the same must needs be better done and with greater expedition, with less loss of time and labour”* [*“Quanto mais um trabalho altamente variado é subdividido e atribuído a diferentes trabalhadores parciais, tanto mais ele tem necessariamente de ser executado melhor e mais depressa, com menos perda de tempo e de trabalho”*], *The Advantages of the East India Trade (Londres, 1720), p. 71*

3. A divisão do trabalho faz ao homem tornar o seu trabalho parcia como vocação da vida

4. O efeito referido em 3. leva à tendência dos ofícios tornarem-se hereditários (*Por outro lado, sua transformação do trabalho parcial em vocação [Beruf] da vida de um homem corresponde à tendência, presente em sociedades anteriores, de tornar hereditários os ofícios, petrificá-los em castas ou, no caso de determinadas condições históricas, produzirem nos indivíduos uma variabilidade em contradição com o sistema de castas, ossificá-los em corporações.*)

5. A produtividade do trabalho depende também (alé da virtuosidade do trabalhador) mas também da perfeição das ferramentas usadas neste

A produtividade do trabalho depende não apenas da virtuosidade do trabalhador, mas também da perfeição de suas ferramentas. Ferramentas do mesmo tipo, como instrumentos para cortar, perfurar, pilar, bater etc., são utilizadas em diversos processos de trabalho, e no mesmo processo de trabalho o mesmo instrumento serve para diferentes operações. Mas assim que

as diferentes operações de um processo de trabalho são dissociadas umas das outras e cada operação parcial adquire nas mãos do trabalhador parcial a forma mais adequada possível e, portanto, exclusiva, torna-se necessário modificar as ferramentas que anteriormente serviam para outros fins diversos. A direção que assume sua mudança de forma é resultado da experiência das dificuldades específicas provocadas pela forma inalterada. A diferenciação dos instrumentos de trabalho, por meio da qual instrumentos de mesmo tipo assumem formas particulares e fixas para cada aplicação útil particular, e sua especialização, que faz com que cada um desses instrumentos especiais só funcione em toda plenitude nas mãos de trabalhadores parciais específicos, caracterizam a manufatura. Apenas em Birmingham são produzidas cerca de quinhentas variedades de martelos, e muitas delas servem não só a um processo particular de produção, mas, com frequência, a diferentes operações no interior de um mesmo processo. O período da manufatura simplifica, melhora e diversifica as ferramentas de trabalho por meio de sua adaptação às funções específicas e exclusivas dos trabalhadores parciais. Com isso, ela cria, ao mesmo tempo, uma das condições materiais da maquinaria, que consiste numa combinação de instrumentos simples.

O trabalhador detalhista e seu instrumento formam os elementos simples da manufatura. Voltemo-nos, agora, à sua figura inteira.

12.3 As duas formas fundamentais da manufatura – manufatura heterogênea e manufatura orgânica

1. Chamamos de manufatura heterogênea, à manufatura que envolve a produção de várias partes que só são unidas na fase final do produto¹

¹Uma locomotiva, por exemplo, consiste de mais de 5 mil partes independentes. Ela não pode, porém, servir de exemplo para a primeira espécie de manufatura propriamente dita, porquanto é um produto da grande indústria, mas sim o relógio, de que também se serviu William Petty para ilustrar a divisão do trabalho na manufatura. De obra individual de um artesão de Nuremberg, o relógio transformou-se no produto social de um sem-número de trabalhadores parciais, como o fazedor das peças brutas, o fazedor das molas, o fazedor dos mostradores, o fazedor da corda, o fazedor dos mancais para as pedras e os rubis das alavancas, o fazedor dos ponteiros, o fazedor da caixa, o fazedor dos parafusos, o dourador, e com muitas subdivisões, como o fazedor de rodas (rodas de latão e de aço, também em separado), o fazedor do rotor, o fazedor do eixo dos ponteiros, o acheveur de pignon (aquele que fixa as rodas no trem de engrenagens e pule as facetas) o fazedor do pivô, o planteur de finissage (que monta diversas rodas e carretes na máquina), o finisseur de barrillet (que entalha os dentes nas rodas, ajusta as dimensões dos furos, aperta as posições e travas), o fazedor da âncora, o fazedor do cilindro para a âncora, o fazedor da roda de escape, o fazedor do volante, o fazedor da roda de balanço, o fazedor da coroa (mecanismo com que se regula o relógio), o planteur d'échappement (que faz o escapamento), o repasseur de barrillet (que finaliza a caixa da mola e a posição), o polidor do aço, o polidor das rodas, o polidor dos parafusos, o pintor dos números, o esmaltador do mostrador (que aplica o esmalte sobre o cobre), o fabricant de pendants (que faz apenas as argolas do relógio), o finisseur de charnière (que coloca o eixo de latão no centro da caixa etc.), o faiseur de secret (que coloca na caixa as molas que fazem abrir a tampa), o graveur [gravador], o ciseleur [cinzelador], o polisseur de boîte [polidor da caixa] etc., etc., e, finalmente, o repasseur, que monta todo o relógio e o entrega funcionando. Apenas algumas poucas partes do relógio passam por diversas mãos, e todos esses membra disjecta só são reunidos nas mãos que finalmente os combinam num todo mecânico. Aqui, como em outras fabricações semelhantes, essa relação exterior do produto acabado com seus diferentes elementos torna acidental a combinação dos trabalhadores parciais na mesma oficina. Tanto é possível a execução dos trabalhos parciais como ofícios independentes entre si, como no cantão de Vaud e Neuchâtel, quanto a cooperação direta dos trabalhadores parciais sob o comando de um capital, como ocorre, por exemplo, em Genebra, onde há grandes manufaturas de relógios. Também no último caso é raro que mostrador, mola e caixa sejam feitos na própria manufatura. A empresa manufatureira combinada só é lucrativa, aqui, sob condições excepcionais, já que a concorrência entre os trabalhadores que querem trabalhar em casa é extrema, o fracionamento da produção em inúmeros processos heterogêneos permite pouca aplicação

2. Chamamos de manufatura orgânica, à manufatura que produz vários artigos que passam por fazer interconexas de desenvolvimento, uma sequência de processos graduais

3. O processo 2. exige transporte constante do artigo de um processo de transformação para o outro

Por tal:

4. O processo 2. reduz a separação espacial e temporal entre as fases particulares de produção do produto

Devido à interconectividade do trabalho, temos que:

5. O trabalho leva a que este não ultrapasse o tempo necessário (*gerando-se assim uma continuidade, uniformidade, regularidade, ordenamento³⁷ e, mais ainda, uma intensidade de trabalho absolutamente distintos daqueles vigentes no ofício autônomo ou mesmo no regime de cooperação simples*)

6. As diferentes operações exigem períodos desiguais de tempo como também têm intensidade diferentes

Temos então que:

7. Existe coordenação de modo proporcional relativo às variáveis referidas em 6. (*Ocorre que operações diferentes exigem períodos desiguais de tempo e, por isso, fornecem, no mesmo intervalo de*

de meios coletivos de trabalho e o capitalista, com a fabricação fragmentada, economiza os gastos com instalações fabris etc.³² No entanto, a posição desses trabalhadores detalhistas, que trabalham em casa, porém para um capitalista (fabricante, établisseeur), é totalmente distinta daquela do artesão independente, que trabalha para seus próprios clientes³³.

tempo, quantidades desiguais de produtos parciais. Portanto, se o mesmo trabalhador deve executar sempre a mesma operação dia após dia, então é preciso que, em operações diferentes, sejam empregados números proporcionalmente diferentes de trabalhadores, por exemplo, que numa manufatura de tipos de imprensa sejam empregados quatro fundidores e dois quebradores para um polidor, e que o fundidor funda 2 mil tipos por hora, o quebrador quebre 4 mil e o polidor pula 8 mil.)

A divisão manufatureira do trabalho, portanto, não só simplifica e diversifica os órgãos qualitativamente diferentes do trabalhador coletivo social como também cria uma proporção matemática fixa para a extensão quantitativa desses órgãos, isto é, para o número relativo de trabalhadores ou grandeza relativa dos grupos de trabalhadores em cada função específica. Ela desenvolve, com a subdivisão qualitativa do processo de trabalho social, a regra quantitativa e a proporcionalidade desse processo.

8. A coordenação das proporções é realizada com o emprego de um múltiplo trabalhadores de um grupo particular (*Estando fixada, pela experiência, a proporção mais adequada dos diferentes grupos de trabalhadores parciais para uma determinada escala da produção, esta só pode ser ampliada por meio do emprego de um múltiplo de cada grupo particular de trabalhadores. A isso se acrescenta que o mesmo indivíduo pode executar igualmente bem certos trabalhos em maior ou menor escala, como o trabalho de supervisão, o transporte dos produtos parciais de uma fase de produção para outra etc. A autonomização dessas funções ou sua atribuição a trabalhadores específicos só passa a representar uma vantagem com a ampliação do número de trabalhadores ocupados, e desde que essa ampliação atinja de imediato e de maneira proporcional todos os grupos.*)

9. O grupo individual que realiza a mesma função parcial, consistem de elementos homogêneos e forma um órgão particular do mecanismo total

Como vimos, a manufatura tem origem na combinação de diversos ofícios, mas:

10. A manufatura pode se desenvolver numa combinação de diversas manufaturas (*As maiores vidrarias inglesas, por exemplo, fabricam elas próprias seus cadinhos de barro, pois da qualidade desses instrumentos depende essencialmente o sucesso ou insucesso da produção. A manufatura de um meio de produção é vinculada, aqui, à manufatura do produto.*)

É possível também que:

11. A manufatura do produto pode se vincular às manufaturas às quais serve de matéria-prima, ou a cujos produtos ele é acoplado (*Assim, por exemplo, a manufatura de flint glass é combinada com a do polimento de vidro e a da fundição de latão, este último sendo utilizado para a moldura metálica de diversos artigos de vidro, de modo que as diferentes manufaturas combinadas formam, no interior de uma manufatura total, departamentos mais ou menos separados espacialmente e, ao mesmo tempo, processos de produção autônomos, cada um com sua própria divisão de trabalho.*)

Porém:

12. A manufatura é incapaz de estabelecer unidade técnica sobre seu próprio fundamento, tal só ocorre com a sua transformação em indústria mecanizada

Devido ao desenvolvimento que temos estudado, surge então a maquinaria:

13. A maquinaria específica do período da manufatura permanece sendo o próprio trabalhador coletivo² (resultado da combinação de muitos trabalhadores parciais)

Como as diferentes funções do trabalhador coletivo podem ser mais simples ou mais complexas, inferiores ou superiores, seus órgãos, as forças de trabalho individuais, requerem diferentes graus de formação e possuem, por isso, valores muito diferentes. A manufatura desenvolve, assim, uma hierarquia das forças de trabalho, a que corresponde uma escala de salários. Se de um lado o trabalhador individual é apropriado e anexado vitaliciamente a uma função unilateral, de outro as diferentes operações laborais daquela hierarquia são adaptadas às suas habilidades naturais e adquiridas⁴⁸. Todo processo de produção requer, no entanto, certas operações simples, que qualquer ser humano é normalmente capaz de executar. Também tais operações são agora destacadas de sua conexão fluida com os momentos mais plenos de conteúdo da atividade e ossificadas em funções exclusivas.

Em todo ofício de que se apodera, a manufatura cria, portanto, uma classe dos chamados trabalhadores não qualificados, antes rigorosamente excluídos pelo artesanato. Ao mesmo tempo que desenvolve, à custa da capacidade total de trabalho, a especialidade totalmente unilateralizada, que chega ao ponto da virtuosidade ela já começa a transformar numa especialidade a falta absoluta de desenvolvimento. Juntamente com a gradação

² *Numa ele tem de desenvolver mais força, noutra, mais destreza, numa terceira, mais concentração mental etc., e o mesmo indivíduo não dispõe dessas qualidades no mesmo grau. Depois da separação, autonomização e isolamento das diferentes operações, os trabalhadores são separados, classificados e agrupados de acordo com suas qualidades predominantes. Se suas especificidades naturais constituem a base sobre a qual se ergue a divisão do trabalho, a manufatura, uma vez introduzida, desenvolve forças de trabalho que, por natureza, servem apenas para funções específicas unilaterais. O trabalhador coletivo dispõe agora de todas as qualidades produtivas no mesmo grau de virtuosidade e as despende, ao mesmo tempo, do modo mais econômico, concentrando todos os seus órgãos, individualizados em trabalhadores ou grupos de trabalhadores especializados, no desempenho exclusivo de suas funções específicas. A unilateralidade e mesmo a imperfeição do trabalhador parcial convertem-se em sua perfeição como membro do trabalhador coletivo. O hábito de exercer uma função unilateral transforma o trabalhador parcial em órgão natural – e de atuação segura – dessa função, ao mesmo tempo que sua conexão com o mecanismo total o compele a operar com a regularidade de uma peça de máquina.*

hierárquica, surge a simples separação dos trabalhadores em qualificados e não qualificados. Para estes últimos, os custos de aprendizagem desaparecem por completo, e para os primeiros esses custos são menores, em comparação com o artesão, devido à função simplificada. Em ambos os casos diminui o valor da força de trabalho⁴⁹. Exceções ocorrem na medida em que a decomposição do processo de trabalho gera funções novas e abrangentes que no artesanato não existiam, ou pelo menos não na mesma extensão. A desvalorização relativa da força de trabalho, decorrente da eliminação ou redução dos custos de aprendizagem, implica imediatamente uma maior valorização do capital, pois tudo o que encurta o tempo de trabalho necessário para a reprodução da força de trabalho estende, ao mesmo tempo, os domínios do mais-trabalho.

12.4 Divisão do trabalho na manufatura e divisão do trabalho na sociedade

1. Chamamos de divisão do trabalho no universal, a diferenciação dos grandes gêneros de produção (agricultura, indústria)

2. Chamamos de divisão do trabalho no particular, a diferenciação dos gêneros referidos em 1. de produção em espécies e subespécies

3. Chamamos de divisão do trabalho no singular, a divisão do trabalho no interior de uma oficina

A divisão do trabalho na sociedade e a correspondente limitação dos indivíduos a esferas profissionais particulares se desenvolve, como a divisão do trabalho na manufatura, a partir de pontos opostos. Numa família ou, com o desenvolvimento ulterior, numa tribo, surge uma divisão natural-espontânea do trabalho fundada nas diferenças de sexo e de idade, portanto, sobre uma base puramente fisiológica, que amplia seu material com a expansão da comunidade, com o aumento da população e, especialmente, com o conflito entre as diversas tribos e a subjugação de uma tribo por outra. Por outro lado, como observei anteriormente, a troca de produtos surge nos pontos em que diferentes famílias, tribos e comunidades entram mutuamente em contato, pois, nos primórdios da civilização, são famílias, tribos, etc. que se defrontam de forma autônoma, e não pessoas privadas. Comunidades diferentes encontram em seu ambiente natural meios diferentes de produção e de subsistência. Por isso, também são diferentes seu modo de produção, seu modo de vida e seus produtos, e é essa diferenciação natural-espontânea que, no contato entre as comunidades, provoca a troca dos produtos recíprocos e, por conseguinte, a transformação progressiva desses produtos em mercadorias. A troca não cria a diferença entre as esferas de produção, mas coloca em relação esferas de produção diferentes e as transforma, assim, em ramos mais ou menos interdependentes de uma produção social total. A divisão social do trabalho surge aqui da troca entre esferas de produção originalmente distintas e independentes entre si. No primeiro caso, em que

a divisão fisiológica do trabalho é o ponto de partida, os órgãos particulares de um todo imediatamente compacto desprendem-se uns dos outros, decompõem-se, e o impulso principal para esse processo de decomposição é dado pela troca de mercadorias com comunidades estrangeiras, que faz com que esses órgãos se autonomizem ao ponto de que o nexo entre os diferentes trabalhos passa a ser mediado pela troca dos produtos como mercadorias. Num caso, tem-se o tornar dependente [Verunselbständigung] daquilo que antes era independente; no outro, tem-se a independentização do que antes era dependente.

4. A divisão do trabalho na manufatura tem como pressuposto material um certo número de trabalhadores empregados simultaneamente

5. A divisão do trabalho na sociedade tem como pressuposto material a grandeza da população e sua densidade

6. O desenvolvimento dos meios de comunicação aumenta também a densidade (e vice-versa)³

7. O modo de produção capitalista pressupõem a produção e a circulação de mercadorias

8. A divisão manufatureira do trabalho requer uma divisão do trabalho amadurecida até certo grau de desenvolvimento no interior da sociedade

9. Com a diferenciação dos instrumentos de trabalho, diferenciam-se cada vez mais os ofícios que produzem esses instrumentos

³*Mas tal densidade é relativa. Um país de povoamento relativamente esparsos, com meios de comunicação desenvolvidos, possui um povoamento mais denso do que um país mais povoado, porém com meios de comunicação pouco desenvolvidos, de modo que, por exemplo, os Estados setentrionais da União Americana são mais densamente povoados do que a Índia.*

10. Quando uma empresa manufatureia se apossa de um ofício, que até então se conectava a outros, como ofício principal ou acessório e era exercido pelo mesmo produtor, ocorre sua imediata separação e independentização

11. Quando o artigos consiste meramente de um composto de produtos parciais unidos de modo mecânico, os trabalhos parciais podem se autonomizar, por sua vez, como ofícios próprios

12. O mesmo ramo de produção é, segundo a diversidade de suas matérias-primas ou das diferentes formas que essa matéria-prima pode assumir, dividido em manufaturas diversas e, em parte, inteiramente novas

13. Chamamos de divisão territorial do trabalho a concentração de ramos particulares de produção em distritos particulares de um país

14. O que conecta dois trabalho autônomos (dentro da produção mercantil) é a existência de seus respectivos produtos como mercadorias

15. O que conecta a divisão manufatureira do trabalho é pela venda de diferentes forças de trabalho ao mesmo capitalista, que as emprega como força de trabalho combinada (só o produto é que é uma mercadoria)

16. A divisão manufatureira do trabalho pressupõe a concentração dos meios de produção nas mãos de um capitalista

17. A divisão social do trabalho pressupõe a fragmentação dos meios de produção entre muitos produtores de mercadorias inde-

pendentes entre si

18. A distribuição dos produtores de mercadorias e de seus meios de produção entre os diferentes ramos sociais de trabalho, na sociedade, é realizada ao acaso

19. As diferentes esferas de produção procuram constantemente pôr-se em equilíbrio uma com as outras (*É verdade que as diferentes esferas de produção procuram constantemente pôr-se em equilíbrio uma com as outras, já que, por um lado, se cada produtor de mercadorias tem de produzir um valor de uso e, portanto, satisfazer uma necessidade social particular, o âmbito dessas necessidades é quantitativamente distinto, e um vínculo interno concatena as diferentes massas de necessidades num sistema natural-espontâneo, ao passo que, por outro lado, a lei do valor das mercadorias determina quanto do tempo total de trabalho disponível a sociedade pode gastar na produção de cada tipo particular de mercadoria.*)

20. O caso 19. no entanto é uma tendência constate das diferentes esferas de produção pois é apenas uma reação contra a constante supressão desse mesmo equilíbrio (*Mas essa tendência constante das diferentes esferas de produção de se pôr em equilíbrio é exercida apenas como reação contra a constante supressão desse mesmo equilíbrio. A regra a priori e planejadamente seguida na divisão do trabalho no interior da oficina atua na divisão do trabalho no interior da sociedade apenas a posteriori, como necessidade natural, interna, muda, que controla o arbítrio desregrado dos produtores de mercadorias e pode ser percebida nas flutuações barométricas dos preços do mercado.)*

21. A divisão manufatureira do trabalho supõe a autoridade incondicional do capitalista sobre homens que constituem meras engrenagens de um mecanismo total que a ele pertence

22. A divisão social do trabalho confronta produtores autônomos de mercadorias, que obedecem à concorrência (*Mas essa tendência constante das diferentes esferas de produção de se pôr em equilíbrio é exercida apenas como reação contra a constante supressão desse mesmo equilíbrio. A regra a priori e planejadamente seguida na divisão do trabalho no interior da oficina atua na divisão do trabalho no interior da sociedade apenas a posteriori, como necessidade natural, interna, muda, que controla o arbítrio desregrado dos produtores de mercadorias e pode ser percebida nas flutuações barométricas dos preços do mercado.*

Por essa razão, a mesma consciência burguesa que festeja a divisão manufatureira do trabalho, a anexação vitalícia do trabalhador a uma operação detalhista e a subordinação incondicional dos trabalhadores parciais ao capital como uma organização do trabalho que aumenta a força produtiva denuncia com o mesmo alarde todo e qualquer controle e regulação social consciente do processo social de produção como um ataque aos invioláveis direitos de propriedade, liberdade e à “genialidade” autodeterminante do capitalista individual. É muito característico que os mais entusiasmados apologistas do sistema fabril não saibam dizer nada mais ofensivo contra toda organização geral do trabalho social além de que ela transformaria a sociedade inteira numa fábrica. Se na sociedade do modo de produção capitalista a anarquia da divisão social do trabalho e o despotismo da divisão manufatureira do trabalho se condicionam mutuamente, as formas sociais anteriores – nas quais a particularização dos ofícios se desenvolve espontaneamente, depois cristalizam-se e, por fim, consolidam-se por lei – apresentam, por um lado, o quadro de uma organização do trabalho social submetida a um planejamento e a uma autoridade, enquanto, por outro, excluem inteiramente a divisão do trabalho na oficina, ou só a desenvolvem numa escala ínfima, ou ainda apenas de forma esporádica, acidental.

12.5 O caráter capitalista da manufatura

1. Um número maior de trabalhadores sob o comando do mesmo capital constitui o ponto de partida natural-espontâneo tanto da cooperação em geral quanto da manufatura

2. A divisão manufatureira do trabalho transforma numa necessidade técnica o aumento do número de trabalhadores empregados

3. O mínimo de trabalhadores que um capitalista individual tem de empregar (depois de 2. acontecer) é prescrito pela divisão do trabalho previamente dada

4. As vantagens de uma divisão ulterior são condicionadas pelo aumento do número de trabalhadores, que só pode ser realizado por múltiplos

5. Com o crescimento do capital variável, cresce também o capital constante (*Mas com a parte variável também tem de crescer a parte constante do capital, e não só o volume das condições comuns de produção, como instalações, fornos etc., mas também (e principalmente) a matéria-prima, cuja demanda cresce muito mais aceleradamente do que o número de trabalhadores.*)

6. *A quantidade de capital constante consumida num dado tempo por uma dada quantidade de trabalho apresenta um crescimento proporcional ao da força produtiva do trabalho em decorrência da divisão deste último.*

7. Chamamos de volume mínimo de capital os meios sociais de subsistência e os meios de produção em capital necessários para o capitalista iniciar o processo de produção capitalista

8. O volume mínimo de capital tende a aumentar (*O aumento crescente do volume mínimo de capital em mãos de capitalistas individuais ou a transformação crescente dos meios sociais de subsistência e dos meios de produção em capital é, assim, uma lei decorrente do caráter técnico da manufatura.*)

9. A manufatura e o regime de cooperação simples, o corpo de trabalho em funcionamento é uma forma de existência do capital (*O mecanismo social de produção integrado por muitos trabalhadores parciais individuais pertence ao capitalista.*)

10. A força produtiva que nasce da combinação dos trabalhos aparece como força produtiva do capital

11. A manufatura cria uma estrutura hierárquica entre os próprios trabalhadores (*Enquanto a cooperação simples deixa praticamente intocado o modo de trabalho dos indivíduos, a manufatura o revoluciona desde seus fundamentos e se apodera da força individual de trabalho em suas raízes. Ela aleija o trabalhador, converte-o numa aberração, promovendo artificialmente sua habilidade detalhista por meio da repressão de um mundo de impulsos e capacidades produtivas, do mesmo modo como, nos Estados de La Plata, um animal inteiro é abatido apenas para a retirada da pele ou do sebo. Não só os trabalhos parciais específicos são distribuídos entre os diversos indivíduos, como o próprio indivíduo é dividido e transformado no motor automático de um trabalho parcial, conferindo assim realidade à fábula absurda de Menênio Agripa, que representa um ser humano como mero fragmento de seu próprio corpo. Se o trabalhador vende inicialmente sua força de trabalho ao capital porque lhe faltam os meios materiais para a produção de uma mercadoria, agora sua força individual de trabalho falha no cumprimento de seu serviço caso não seja vendida ao capital. Ela só funciona num contexto que existe apenas depois de sua venda, na oficina do capitalista. Por sua própria natureza incapacita-*

tado para fazer algo autônomo, o trabalhador manufatureiro só desenvolve atividade produtiva como elemento acessório da oficina do capitalista. Assim como na frente do povo eleito estava escrito ser propriedade de Jeová, também a divisão do trabalho marca o trabalhador manufatureiro a ferro em brasa, como propriedade do capital.)

12. Os trabalhadores independentes do capital e em pequena escala começam a ser "engolidos" pela capital (*s conhecimentos, a compreensão e a vontade que o camponês ou artesão independente desenvolve, ainda que em pequena escala, assim como aqueles desenvolvidos pelo selvagem, que exercita toda a arte da guerra como astúcia pessoal, passam agora a ser exigidos apenas pela oficina em sua totalidade. As potências intelectuais da produção, ampliando sua escala por um lado, desaparecem por muitos outros lados. O que os trabalhadores parciais perdem concentra-se defronte a eles no capital. É um produto da divisão manufatureira do trabalho opor-lhes as potências intelectuais do processo material de produção como propriedade alheia e como poder que os domina. Esse processo de cisão começa na cooperação simples, em que o capitalista representa diante dos trabalhadores individuais a unidade e a vontade do corpo social de trabalho. Ele se desenvolve na manufatura, que mutila o trabalhador, fazendo dele um trabalhador parcial, e se consuma na grande indústria, que separa do trabalho a ciência como potência autônoma de produção e a obriga a servir ao capital.)*

13. *Na manufatura, o enriquecimento do trabalhador coletivo e, por conseguinte, do capital em sua força produtiva social é condicionado pelo empobrecimento do trabalhador em suas forças produtivas individuais.*

14. Chamamos de estupificação do trabalho, ao resultado da divisão do trabalho social com o trabalhador a realizar operações simples e poucas sem exercitação da sua inteligência

Na manufatura, o enriquecimento do trabalhador coletivo e, por conseguinte, do capital em sua força produtiva social é condicionado pelo empobrecimento do trabalhador em suas forças produtivas individuais.

A ignorância é mãe tanto da indústria quanto da superstição. A reflexão e a imaginação estão sujeitas ao erro; mas o hábito de mover o pé ou a mão não depende nem de uma nem de outra. Por essa razão, as manufaturas prosperam mais onde mais se prescinde do espírito, de modo que a oficina pode ser considerada uma máquina cujas partes são homens

De fato, algumas manufaturas na metade do século XVIII tinham preferência por empregar indivíduos semi-idiotas em certas operações simples, mas que constituíam segredos de fábrica⁶⁹. Diz A. Smith:

A mente da grande maioria dos homens desenvolve-se necessariamente a partir e por meio de suas ocupações diárias. Um homem que consome toda a sua vida na execução de umas poucas operações simples [...] não tem nenhuma oportunidade de exercitar sua inteligência. [...] Ele se torna, em geral, tão estúpido e ignorante quanto é possível a uma criatura humana.

E, depois de descrever a estupidificação do trabalhador parcial, Smith prossegue:

A uniformidade de sua vida estacionária também corrompe, naturalmente, a coragem de sua mente. [...] Ela aniquila até mesmo a energia de seu corpo e o torna incapaz de empregar sua força de modo vigoroso e duradouro, a não ser na operação detalhista para a qual foi adestrado. Sua destreza em seu ofício particular parece, assim, ter sido obtida à custa de suas virtudes intelectuais, sociais e guerreiras. Mas em toda sociedade industrial e civilizada é esse o estado a que necessariamente tem de se degradar o pobre que trabalha [the labouring poor], isto é, a grande massa do povo.

Como modo de evitar a degeneração completa da massa do povo decorrente da divisão do trabalho, A. Smith recomendava o ensino popular, a cargo do Estado, embora em doses cautelosamente homeopáticas. Quem polemizou de modo consistente contra essa ideia foi seu tradutor e comentador francês, G. Garnier, que, no Primeiro Império francês, metamorfoseou-se

CAPÍTULO 12. DIVISÃO DO TRABALHO E MANUFATURA^{12.5}. O CARÁTER CAPITALISTA DA MANUFATURA

em senador. O ensino popular contraria as leis primeiras da divisão do trabalho; com ele, “nosso sistema social inteiro seria proscrito”.

“Como todas as outras divisões do trabalho, aquela entre o trabalho manual e o intelectual⁷¹ torna-se mais evidente e resoluto à medida que a sociedade” (ele aplica corretamente essa expressão para designar o capital, a propriedade da terra e o Estado que lhes corresponde) “se torna mais rica. Essa divisão do trabalho, como qualquer outra, é efeito de progressos passados e causa de progressos futuros. [...] Sendo assim, pode o governo contrariar essa divisão do trabalho e detê-la em seu curso natural? Pode ele utilizar parte da receita pública para tentar confundir e misturar duas classes de trabalho que se esforçam por sua divisão e separação?”

Certo atrofiamiento espiritual e corporal é inseparável mesmo da divisão do trabalho em geral na sociedade. Mas como o período manufatureiro leva muito mais longe essa divisão social dos ramos de trabalho e, por outro lado, somente por meio dessa divisão peculiar consegue alcançar o indivíduo em suas raízes vitais, ele é o primeiro a fornecer o material e o impulso para a patologia industrial.

“Subdividir um homem é o mesmo que executá-lo, caso mereça a pena de morte, ou assassiná-lo, caso não a mereça. A subdivisão do trabalho é o assassinio de um povo.”

15. A cooperação fundada na divisão do trabalho ou a manufatura é, em seus primórdios, uma formação natural-espontânea. Tão logo tenha adquirido alguma consistência e amplitude de existência, ela se converte na forma consciente, planejada e sistemática do modo de produção capitalista.

16. A divisão manufatureira do trabalho cria, por meio da análise da atividade artesanal, da especificação dos instrumentos de trabalho, da formação dos trabalhadores parciais, de seu agrupamento e combinação num mecanismo total, a articulação qualitativa e a proporcionalidade quantitativa dos processos sociais de produção – portanto, uma determinada organização do

trabalho social, desenvolvendo, assim, ao mesmo tempo, uma nova força produtiva social do trabalho.

17. No processo de produção social capitalista, tudo é um método particular de produzir mais-valia relativa ou aumentar a autovalorização do capital (*Como forma especificamente capitalista do processo de produção social – e, sobre as bases preexistentes, ela não podia se desenvolver de outra forma que não a capitalista –, tal divisão é apenas um método particular de produzir mais-valor relativo ou aumentar a autovalorização do capital – que também pode ser chamada de riqueza social, Wealth of Nations etc. – a expensas dos trabalhadores.*)

18. O desenvolvimento 17 acontece por meio da mutilação do trabalhador individual

19. O desenvolvimento 17 produz novas condições de dominação do capital sobre o trabalho

A economia política, que só surge como ciência própria no período da manufatura, considera a divisão social do trabalho do ponto de vista exclusivo da divisão manufatureira do trabalho, isto é, como meio de produzir mais mercadorias com a mesma quantidade de trabalho e, por conseguinte, baratear as mercadorias e acelerar a acumulação do capital. Na mais estrita oposição a essa acentuação da quantidade e do valor de troca, os escritores da Antiguidade clássica dedicam-se exclusivamente à qualidade e ao valor de uso. Em decorrência da separação dos ramos sociais da produção, as mercadorias são mais bem-feitas, os diversos impulsos e talentos dos homens escolhem suas esferas correspondentes de atuação, pois, sem limitação, nada significativo pode ser realizado em parte alguma. Assim, o produto e o produtor são aperfeiçoados pela divisão do trabalho. Quando eventualmente se alude também o aumento da quantidade de produtos, é apenas em relação ao volume maior do valor de uso. Não se faz qualquer menção ao valor de troca, ao barateamento das mercadorias. Esse ponto de vista do valor de

uso é predominante tanto em Platão, que trata a divisão do trabalho como a base da divisão social dos estamentos, como em Xenofonte, que com seu instinto caracteristicamente burguês já se aproxima da divisão do trabalho na oficina. A República de Platão, na medida em que nela a divisão do trabalho é desenvolvida como o princípio formador do Estado, não é mais do que uma idealização ateniense do sistema de castas do antigo Egito, que servia como país industrial modelar também para outros contemporâneos, como, por exemplo, Isócrates, e até mesmo para os gregos da era do Império romano.

20. O produto da divisão manufatureira do trabalho produziu máquinas

Esse produto da divisão manufatureira do trabalho produziu, por sua vez... máquinas. Estas supprassumem [aufheben] a atividade artesanal como princípio regulador da produção social. Por um lado, portanto, é removido o motivo técnico da anexação vitalícia do trabalhador a uma função parcial. Por outro, caem as barreiras que o mesmo princípio ainda erguia contra o domínio do capital.

Capítulo 13

Maquinaria e grande indústria

13.1 Desenvolvimento da maquinaria

Iremos aqui estudar as máquinas em si:

1. A finalidade da maquinaria utilizada de modo capitalista é encurtar a parte da jornada produtiva do trabalho
2. A força motriz de uma máquina são não-humanas (ao contrário das ferramentas que a força motriz é o homem)
3. Chamamos de máquina motriz à força motora do mecanismo inteiro
4. Chamamos de mecanismo de transmissão à parte da máquina que regula o movimento e modifica sua forma onde é necessário
5. Chamamos de máquina-ferramenta (máquina de trabalho), o meio do qual a máquina se apodera do objeto de trabalho e o modifica conforme a uma finalidade (*máquina-ferramenta é, assim, um mecanismo que, após receber a transmissão do mo-*

vimento correspondente, executa com suas ferramentas as mesmas operações que antes o trabalhador executava com ferramentas semelhantes. Se a força motriz provém do homem ou de uma máquina, portanto, é algo que não altera em nada a essência da coisa. A partir do momento em que a ferramenta propriamente dita é transferida do homem para um mecanismo, surge uma máquina no lugar de uma mera ferramenta. A diferença salta logo à vista, ainda que o homem permaneça como o primeiro motor.)

6. As partes 3. e 4. só servem para transmitir o movimento à parte 5.

7. A máquina de trabalho são aparelhos e ferramentas usados pelo artesão e pelo trabalhador da manufatura (ferramentas de um mecanismo ou mecânicas)

8. As partes 2. e 3. são só criadas após a máquina-ferramenta

9. Quanto maior o tamanho da máquina de trabalho e da quantidade de suas ferramentas, mais volumoso terá que ser o mecanismo motor

10. Com o desenvolvimento tecnológico, aparece a cooperação de várias máquinas¹

¹Ora, se tal máquina de trabalho é apenas o renascimento mecânico de uma ferramenta manual mais complexa ou a combinação de diferentes instrumentos mais simples particularizados pela manufatura – na fábrica, isto é, na oficina baseada na utilização da máquina –, a cooperação simples reaparece, antes de mais nada (abstraiamos aqui o trabalhador), sob a forma da conglomeração espacial de máquinas de trabalho do mesmo tipo e que operam simultaneamente em conjunto. Assim, uma tecelagem é formada pela justaposição de muitos teares mecânicos e uma fábrica de costuras pela justaposição de muitas máquinas de costura no mesmo local de trabalho. Aqui, porém, existe uma unidade técnica, uma vez que as muitas máquinas de trabalho do mesmo tipo recebem seu

11. Uma revolução do modo de produção numa esfera da indústria condiciona seu revolucionamento em outro (*Isso vale, antes de mais nada, para os ramos da indústria isolados pela divisão social do trabalho – cada um deles produzindo, por isso, uma mercadoria autônoma –, porém entrelaçados como fases de um processo global.*)

12. Com o desenvolvimento da indústria, as máquinas começam a se apoderar gradualmente da fabricação de máquinas-ferramentas (*A grande indústria teve, pois, de se apoderar de seu meio característico de produção, a própria máquina, e produzir máquinas por meio de máquinas. Somente assim ela criou sua base técnica adequada e se firmou sobre seus próprios pés. Com a crescente produção mecanizada das primeiras décadas do século XIX, a maquinaria se apoderou gradualmente da fabricação de máquinas-ferramentas. No entanto, foi apenas nas últimas décadas que a colossal construção de ferrovias e a navegação oceânica a vapor deram à luz as ciclópicas máquinas empregadas na construção dos primeiros motores.*)

13. A condição mais essencial de produção para a fabricação de máquinas por meio de máquinas é uma máquina motriz capaz de gerar qualquer potência e que fosse, ao mesmo tempo, inteiramente controlável

Como maquinaria, o meio de trabalho adquire um modo de existência material que condiciona a substituição da força humana por forças naturais e da rotina baseada na experiência pela aplicação consciente da ciência natural. Na manufatura, a articulação do processo social de trabalho é puramente subjetiva, combinação de trabalhadores parciais; no sistema da maquinaria, a grande indústria é dotada de um organismo de produção inteiramente objetivo, que o trabalhador encontra já dado como condição

impulso, simultaneamente e na mesma medida, das pulsações do primeiro motor comum, por intermédio do mecanismo de transmissão, que, em parte, é também comum a todas elas, pois dele ramificam-se apenas saídas individuais para cada máquina-ferramenta.

material da produção. Na cooperação simples, e mesmo na cooperação especificada pela divisão do trabalho, a suplantação do trabalhador isolado pelo socializado aparece ainda como mais ou menos acidental. A maquinaria, com algumas exceções a serem mencionadas posteriormente, funciona apenas com base no trabalho imediatamente socializado ou coletivo. O caráter cooperativo do processo de trabalho se converte agora, portanto, numa necessidade técnica ditada pela natureza do próprio meio de trabalho.

Capítulo 14

Maquinaria e grande indústria

14.1 Transferência de valor da maquinaria ao produto

1. As forças naturais (como o vapor, a água etc) são apropriadas para uso nos processo produtivos

2. As forças produtivas e as forças naturais "não custam nada ao capital"

3. Uma vez descobertas, a lei que regula a variação da agulha magnética no campo de ação de uma corrente elétrica ou a lei da indução do magnetismo no ferro, em torno do qual circula uma corrente elétrica, já não custam mais um só centavo.

4. A maquinaria entra sempre por inteiro no processo de trabalho e apenas parcialmente no processo de valorização

5. Há uma diferença entre a máquina como formadora de valor e como elemento formador do produto (esta aumenta quanto mais longo é o período durante o qual a mesma maquinaria serve repetidamente no mesmo processo de trabalho

Como vimos anteriormente, todo meio de trabalho ou de produção propriamente dito entra sempre por inteiro no processo de trabalho, ao passo que no processo de valorização ele entra sempre por partes, na proporção de seu desgaste diário médio. Mas essa diferença entre uso e desgaste é muito maior na maquinaria do que na ferramenta, primeiramente porque, por ser construída com material mais duradouro, a primeira vive por mais tempo; em segundo lugar, porque sua utilização, sendo regulada por rígidas leis científicas, permite uma maior economia no desgaste de seus componentes e meios de consumo; e, finalmente, porque seu âmbito de produção é incomparavelmente maior do que o da ferramenta. Se subtraímos de ambas, da maquinaria e da ferramenta, seus custos médios diários ou a porção de valor que agregam ao produto por meio de seu desgaste médio diário e o consumo de matérias acessórias, como óleo, carvão etc., veremos então que elas atuam de graça, exatamente como as forças naturais que preexistem à intervenção do trabalho humano. Quanto maior a esfera de atuação produtiva da maquinaria em relação ao da ferramenta, tanto maior a esfera de seu serviço não remunerado em comparação com o da ferramenta. É somente na grande indústria que o homem aprende a fazer o produto de seu trabalho anterior, já objetivado, atuar gratuitamente, em larga escala, como uma força da natureza.

6. Todas as partes da maquinaria são coletivamente consumidas (Da análise da cooperação e da manufatura resultou que certas condições gerais de produção, como os edifícios etc., se comparadas com as de produção dispersas de trabalhadores isolados, são economizadas mediante o consumo coletivo e, por isso, encarecem menos o produto. Na maquinaria, não só o corpo de uma máquina de trabalho é coletivamente consumido por suas múltiplas ferramentas, mas a mesma máquina motriz, além de ser uma parte do mecanismo de transmissão, é coletivamente consumida por muitas máquinas de trabalho.)

Dada a proporção em que a maquinaria transfere valor ao produto, a grandeza dessa parcela de valor depende de sua própria grandeza de valor.

Quanto menos trabalho ela contém em si, tanto menor é o valor que agrega ao produto. Quanto menos valor transfere, tanto mais produtiva ela é e tanto mais seu serviço se aproxima daquele prestado pelas forças naturais. Todavia, a produção de maquinaria por meio da maquinaria reduz seu valor em relação a sua extensão e eficácia.

*Uma análise comparativa entre os preços das mercadorias produzidas de modo artesanal ou manufatureiro e os preços das mesmas mercadorias como produtos da maquinaria resulta, em geral, que, no produto da maquinaria, o componente do valor derivado do meio de trabalho cresce em termos relativos, mas decresce em termos absolutos. Isso significa que sua grandeza absoluta diminui, mas sua grandeza aumenta em relação ao valor total do produto, por exemplo, 1 libra de fio. [Esse componente do valor adicionado pela máquina diminui, em termos absolutos e relativos, lá onde ela substitui os cavalos ou, em geral, outros animais de trabalho que são utilizados unicamente como força motriz, e não como máquinas de metabolismo [Stoffwechselfmaschinen]. Descartes, diga-se de passagem, com sua definição dos animais como meras máquinas, enxerga com os olhos do período manufatureiro, em contraste com a Idade Média, época em que se considera o animal como auxiliar do homem, tal como, posteriormente, ele é considerado pelo sr. Von Haller em sua *Restauration der Staatswissenschaften*. Que Descartes, do mesmo modo que Bacon, via na forma modificada da produção, assim como no domínio prático da natureza pelo homem, um resultado das modificações operadas no método de pensar, é evidente em seu *Discours de la méthode*, no qual, entre outras coisas, se lê: “Il est possible [...] de parvenir à des connaissances fort utiles à la vie, et qu’au lieu de cette philosophie spéculative qu’on enseigne dans les écoles, on en peut trouver une pratique, par laquelle, connaissant la force et les actions du feu, de l’eau, de l’air, des astres, et de tous les autres corps qui nous environnent, aussi distinctement que nous connaissons les divers métiers de nos artisans, nous les pourrions employer en même façon à tous les usages auxquels ils sont propres, et ainsi nous rendre comme maîtres et possesseurs de la nature [...] contribuer au perfectionnement de la vie humaine” [“É possível” (por meio do método por ele introduzido na filosofia) “atingir conhecimentos que são muito úteis para a vida, e no lugar daquela filosofia especulativa que se aprende nas escolas, encontrar uma filosofia prática mediante a qual, conhecendo a força e os efeitos do fogo, da água, do ar, dos astros e de todos os demais corpos que nos rodeiam, e conhecendo-os tão precisamente quanto conhecemos os di-*

versos ofícios de nossos artesãos, poderíamos empregá-los da mesma forma para todas as finalidades que lhes são próprias, convertendo-nos, assim, em donos e senhores da natureza, contribuindo então para o aperfeiçoamento da vida humana”]. No prefácio aos Discourses upon Trade (1691), de sir Dudley North, diz-se que a aplicação do método cartesiano à economia política começou a libertá-la de velhas fábulas e ideias supersticiosas sobre o dinheiro, o comércio etc. Na média geral, no entanto, os economistas ingleses da primeira época seguiram os passos de Bacon e Hobbes em filosofia, ao passo que, num período posterior, foi Locke quem se converteu em “o filósofo” katH Êxocan [por excelência] da economia política na Inglaterra, na França e na Itália.]

Iremos aqui estudar as variações da mudança entre a máquina e a ferramenta, aqui iremos tratar em termos gerais:

O que pretendemos estudar é quanto este economiza:

7. Definimos economiza com a baixa do valor do produto resultante da aplicação da máquina

Expressando assim:

$$\Delta_v = v_{a_f} - v_{a_i} \quad (14.1)$$

Iremos tratar daqui de duas mercadorias que não irão ser imediatamente consumidas, M (representar a máquina) e F (representar a ferramenta), onde temos então :

$$\sum_j^n v_{M_j} + WSL_i = v_{a_f}$$

$$\sum_j^n v_{F_j} + WSL_f = v_{a_i}$$

A primeira coisa que podemos ver daqui, é que:

$$\frac{WSL_i}{\sum_j^n v_{M_j}} < \frac{WSL_f}{\sum_j^n v_{F_j}}$$

Chamamos a esta diferença a produtividade das máquinas, ou seja:

8. Chamamos de produtividade da máquina o grau que esta substitui a força humana de trabalho

Ou seja:

$$Prod_M = \frac{WSL_f}{\sum_j^n v_{F_j}} - \frac{WSL_i}{\sum_j^n v_{M_j}} \quad (14.2)$$

9. O trabalho objetivado na máquina é sempre menor do que o trabalho vivo por ela substituído

Ou seja:

$$WSL_f - WSL_i > v_M^1 \quad (14.3)$$

¹Como já mencionado, em 1 hora a máquina a vapor realiza, no arado a vapor, a um custo de 3 pence ou 1/4 de xelim, a mesma obra que antes era realizada por 66 homens, a um custo de 15 xelins por hora. Retorno a esse exemplo a fim de refutar uma ideia falsa. Os 15 xelins não são de modo algum a expressão do trabalho realizado durante 1 hora pelos 66 homens. Sendo de 100% a proporção entre o mais-valor e o trabalho necessário, esses 66 trabalhadores produziram por hora um valor de 30 xelins, ainda que, num equivalente para eles mesmos, isto é, em seu salário de 15 xelins, não

10. Define-se de "verdadeiro"salário às variações que ocorrem deviando-se do valor da força de trabalho (*Considerando-se que a divisão da jornada de trabalho em trabalho necessário e mais-trabalho é diversa em diferentes países, assim como no mesmo país em diferentes períodos ou durante o mesmo período em diferentes ramos de negócios; e considerando-se, além disso, que o verdadeiro salário do trabalhador ora cai abaixo do valor de sua força de trabalho, ora aumenta acima dele, a diferença entre o preço da maquinaria e o preço da força de trabalho a ser por ela substituída pode variar muito, mesmo que a diferença entre a quantidade de trabalho necessário à produção da máquina e a quantidade total de trabalho por ela substituído continue igual.)*

11. Chamamos de abundância de trabalho ao fenómeno de quando o valor do trabalho cai momentaneamente fase ao uso da máquina (*Mas é apenas a primeira diferença que determina os custos de produção da mercadoria para o próprio capitalista e o influencia mediante as leis coercitivas da competição. Isso explica por que hoje, na Inglaterra, são inventadas máquinas que só encontram aplicação na América do Norte, assim como na Alemanha dos séculos XVI e XVII inventaram-se máquinas que só foram utilizadas pela Holanda, ou como várias invenções francesas do século XVIII, que só foram exploradas na Inglaterra. Em países há mais tempo desenvolvidos, a própria máquina produz, por meio de sua aplicação em alguns ramos de negócios, uma tal superabundância de trabalho (redundancy of labour, diz Ricardo) em outros ramos, que a queda do salário abaixo do valor da força de trabalho impede aí o uso da máquina-*

estejam representadas mais que 33 horas. Supondo-se, portanto, que uma máquina custa tanto quanto o salário anual de 150 trabalhadores por ela substituídos, digamos £3.000, esse valor não é de modo algum a expressão monetária do trabalho fornecido por 150 trabalhadores e agregado ao objeto do trabalho, mas tão somente a expressão da parcela de seu trabalho anual que se apresenta a eles mesmos como salário. Por outro lado, o valor monetário da máquina de £3.000 expressa todo o trabalho realizado durante sua produção, seja qual for a relação com base na qual esse trabalho gere salário para o trabalhador e mais-valor para o capitalista. Se, portanto, a máquina custa tanto quanto a força de trabalho por ela substituída, então o trabalho que nela mesma está objetivado é sempre muito menor do que o trabalho vivo por ela substituído.

ria, tornando-o supérfluo e frequentemente impossível, do ponto de vista do capital, cujo lucro provém da diminuição não do trabalho aplicado, mas do trabalho pago. Ao longo dos últimos anos, em alguns ramos da manufatura inglesa de lã, diminuiu muito o trabalho infantil, tendo sido quase suprimido em alguns lugares. Por quê? A lei fabril tornou necessários dois turnos de crianças, dos quais uma trabalha 6 horas e a outra, 4 ou 5 horas por turno. Mas os pais não aceitavam vender os half-times (meios-turnos) mais baratos do que anteriormente os full-times (turnos inteiros). Daí a substituição dos half-times pela maquinaria. Antes da proibição do trabalho de mulheres e crianças (menores de 10 anos) nas minas, o capital considerava o método de utilizar-se de mulheres e moças nuas, frequentemente unidas aos homens, em tão perfeito acordo com seu código moral, e sobretudo com seu livro-caixa, que somente depois de sua proibição ele recorreu à maquinaria. Os ianques inventaram máquinas britadeiras, mas os ingleses não as utilizam porque o “miserável” (“wretch” é a expressão que a economia política inglesa emprega para o trabalhador agrícola) que executa esse trabalho recebe como pagamento uma parte tão ínfima de seu trabalho que a maquinaria encareceria a produção para o capitalista. Na Inglaterra, ocasionalmente ainda se utilizam, em vez de cavalos, mulheres para puxar etc. os barcos nos canais, porque o trabalho exigido para a produção de cavalos e máquinas é uma quantidade matematicamente dada, ao passo que o exigido para a manutenção das mulheres da população excedente está abaixo de qualquer cálculo. Por essa razão, em nenhum lugar se encontra um desperdício mais desavergonhado de força humana para ocupações miseráveis do que justamente na Inglaterra, o país das máquinas)

14.2 Efeitos imediatos da produção mecanizada sobre o trabalhador

A revolução do meio de trabalho constitui, como vimos, o ponto de partida da grande indústria, e o meio de trabalho revolucionado assume sua forma mais desenvolvida no sistema articulado de máquinas da fábrica. Antes de vermos como a esse organismo objetivo se incorpora material humano, examinemos algumas repercussões gerais dessa revolução sobre o próprio trabalhador.

1. A revolução do meio de trabalho leva à apropriação de forças de trabalho subsidiárias

À medida que torna prescindível a força muscular, a maquinaria converte-se no meio de utilizar trabalhadores com pouca força muscular ou desenvolvimento corporal imaturo, mas com membros de maior flexibilidade. Por isso, o trabalho feminino e infantil foi a primeira palavra de ordem da aplicação capitalista da maquinaria! Assim, esse poderoso meio de substituição do trabalho e de trabalhadores transformou-se prontamente num meio de aumentar o número de assalariados, submetendo ao comando imediato do capital todos os membros da família dos trabalhadores, sem distinção de sexo nem idade. O trabalho forçado para o capitalista usurpou não somente o lugar da recreação infantil, mas também o do trabalho livre no âmbito doméstico, dentro de limites decentes e para a própria família.

2. Com a apropriação referida em 1., existe uma desvalorização da força do trabalho (O valor da força de trabalho estava determinado pelo tempo de trabalho necessário à manutenção não só do trabalhador adulto individual, mas do núcleo familiar. Ao lançar no mercado de trabalho todos os membros da família do trabalhador, a maquinaria reparte o valor da força de trabalho do homem entre sua família inteira. Ela desvaloriza, assim, sua força de trabalho. É possível, por exemplo, que a compra de uma família parcelada em quatro forças de trabalho custe mais do que anteriormente a compra da força de trabalho de seu chefe, mas,

em compensação, temos agora quatro jornadas de trabalho no lugar de uma, e o preço delas cai na proporção do excedente de mais-trabalho dos quatro trabalhadores em relação ao mais-trabalho de um. Para que uma família possa viver, agora são quatro pessoas que têm de fornecer ao capital não só trabalho, mas mais-trabalho. Desse modo, a maquinaria desde o início amplia, juntamente com o material humano de exploração, ou seja, com o campo de exploração propriamente dito do capital, também o grau de exploração.)

3. O desenvolvimento do capitalismo torna as famílias em núcleos de escravos (*Além disso, a maquinaria revoluciona radicalmente a mediação formal da relação capitalista, o contrato entre trabalhador e capitalista. Com base na troca de mercadorias, o primeiro pressuposto era de que capitalista e trabalhador se confrontassem como pessoas livres, como possuidores independentes de mercadorias, sendo um deles possuidor de dinheiro e de meios de produção e o outro possuidor de força de trabalho. Agora, porém, o capital compra menores de idade, ou pessoas desprovidas de maioridade plena. Antes, o trabalhador vendia sua própria força de trabalho, da qual dispunha como pessoa formalmente livre. Agora, ele vende mulher e filho. Torna-se mercador de escravos. A demanda por trabalho infantil assemelha-se com frequência, também em sua forma, à demanda por escravos negros, como se costumava ler em anúncios de jornais americanos.)*

4. A revolução do meio de trabalho leva à prolongação da jornada de trabalho

Se a maquinaria é o meio mais poderoso de incrementar a produtividade do trabalho, isto é, de encurtar o tempo de trabalho necessário à produção de uma mercadoria, ela se converte, como portadora do capital nas indústrias de que imediatamente se apodera, no meio mais poderoso de prolongar a jornada de trabalho para além de todo limite natural. Ela cria, por um

lado, novas condições que permitem ao capital soltar as rédeas dessa sua tendência constante e, por outro, novos incentivos que aguçam sua voracidade por trabalho alheio.

5. A revolução do meio de trabalho leva a que as máquinas adquirem "autonomia" do operário (*Primeiramente, na maquinaria adquirem autonomia, em face do operário, o movimento e a atividade operativa do meio de trabalho. Este se transforma, por si mesmo, num perpetuum mobile industrial, que continuaria a produzir ininterruptamente se não se chocasse com certos limites naturais inerentes a seus auxiliares humanos: debilidade física e vontade própria. Como capital, e como tal o autômato tem no capitalista consciência e vontade, a maquinaria é movida pela tendência a reduzir ao mínimo as barreiras naturais humanas, resistentes, porém elásticas. Tal resistência é, de todo modo, reduzida pela aparente facilidade do trabalho na máquina e pela maior ductibilidade e flexibilidade do elemento feminino e infantil.*)

6. O desgaste material da máquina acontece pelo seu uso e não uso (*O desgaste material da máquina é duplo. Um deles decorre de seu uso, como moedas se desgastam com a circulação; o outro, de seu não uso, como uma espada inativa enferruja na bainha. Esse é seu consumo pelos elementos. O desgaste do primeiro tipo se dá na proporção mais ou menos direta de seu uso; o segundo, até certo ponto, na proporção inversa a seu uso.*)

7. Chamamos desgaste moral da máquina ao valor de troca que esta perde devido às inovações da concorrência (*Mas, além do desgaste material, a máquina sofre, por assim dizer, um desgaste moral. Ela perde valor de troca na medida em que máquinas de igual construção podem ser reproduzidas de forma mais barata, ou que máquinas melhores passam a lhe fazer concorrência. Em ambos os casos, seu valor, por mais jovem e*

vigorosa que a máquina ainda possa ser, já não é determinado pelo tempo de trabalho efetivamente objetivado nela mesma, mas pelo tempo de trabalho necessário à sua própria reprodução ou à reprodução da máquina aperfeiçoada. É isso que a desvaloriza, em maior ou menor medida. Quanto mais curto o período em que seu valor total é reproduzido, tanto menor o perigo da depreciação moral, e quanto mais longa a jornada de trabalho, tanto mais curto é aquele período. À primeira introdução da maquinaria em qualquer ramo da produção seguem-se gradativamente novos métodos para o barateamento de sua reprodução, além de aperfeiçoamentos que afetam não apenas partes ou mecanismos isolados, mas sua estrutura inteira. Razão pela qual, em seu primeiro período de vida, esse motivo especial para se prolongar a jornada de trabalho atua de maneira mais intensa.)

8. A máquina produz mais-valor relativo por desvalorizar diretamente a força de trabalho e por tornar esporadicamente o trabalho empregado em potenciado (A máquina produz mais-valor relativo não só ao desvalorizar diretamente a força de trabalho e, indiretamente, baratear esta última por meio do barateamento das mercadorias que entram em sua reprodução, mas também porque, em sua primeira aplicação esporádica, ela transforma o trabalho empregado pelo dono das máquinas em trabalho potenciado, eleva o valor social do produto da máquina acima de seu valor individual e, assim, possibilita ao capitalista substituir o valor diário da força de trabalho por uma parcela menor de valor do produto diário. Durante esse período de transição, em que a indústria mecanizada permanece uma espécie de monopólio, os ganhos são extraordinários, e o capitalista procura explorar ao máximo esse “primeiro tempo do jovem amor” por meio do maior prolongamento possível da jornada de trabalho. A grandeza do ganho aguça a voracidade por mais ganho.)

9. Com a generalização da maquinaria num mesmo ramo de produção, o valor social do produto da máquina decresce até

atingir seu valor individual e, assim, estabelece a lei de que o mais-valor não provém das forças de trabalho que o capitalista substituiu pela máquina, mas, inversamente, das forças de trabalho que ele emprega para operar esta última. O mais-valor provém unicamente da parcela variável do capital, e vimos que a massa do mais-valor é determinada por dois fatores: a taxa do mais-valor e o número de trabalhadores simultaneamente ocupados. Dada a extensão da jornada de trabalho, a taxa de mais-valor é determinada pela proporção em que a jornada de trabalho se divide em trabalho necessário e mais-trabalho. O número de trabalhadores simultaneamente ocupados depende, por sua vez, da proporção entre as partes variável e constante do capital. Ora, é claro que a indústria mecanizada, por mais que, à custa do trabalho necessário, expanda o mais-trabalho mediante o aumento da força produtiva do trabalho, só chega a esse resultado ao diminuir o número de trabalhadores ocupados por um dado capital. Ela transforma em maquinaria, isto é, em capital constante, que não produz mais-valor, uma parcela do capital que antes era variável, isto é, que antes se convertia em força de trabalho viva. É impossível, por exemplo, extrair de 2 trabalhadores o mesmo mais-valor que de 24. Se cada um dos 24 trabalhadores fornece somente 1 hora de mais-trabalho em 12 horas, eles fornecem, em conjunto, 24 horas de mais-trabalho, ao passo que 24 horas é o tempo de trabalho total dos 2 trabalhadores. Na aplicação da maquinaria à produção de mais-valor reside, portanto, uma contradição imanente, já que dos dois fatores que compõem o mais-valor fornecido por um capital de dada grandeza, um deles, a taxa de mais-valor, aumenta somente na medida em que reduz o outro fator, o número de trabalhadores. Essa contradição imanente se manifesta assim que, com a generalização da maquinaria num ramo industrial, o valor da mercadoria produzida mecanicamente se converte no valor social que regula todas as mercadorias do mesmo tipo, e é essa contradição que, por sua vez, impele o capital, sem que ele tenha consciência disso¹⁵³, a prolongar mais intensamente a jornada de trabalho, a fim de compensar a diminuição do número proporcional de trabalhadores explorados por meio do aumento não só do mais-trabalho relativo, mas também do

absoluto.

10. A revolução do meio de trabalho, cria uma população operária "redundante" (*Se, portanto, o emprego capitalista da maquinaria cria, por um lado, novos e poderosos motivos para o prolongamento desmedido da jornada de trabalho, revolucionando tanto o modo de trabalho como o caráter do corpo social de trabalho e, assim, quebrando a resistência a essa tendência, ela produz, por outro lado, em parte mediante o recrutamento para o capital de camadas da classe trabalhadora que antes lhe eram inacessíveis, em parte liberando os trabalhadores substituídos pela máquina, uma população operária redundante*¹⁵⁴, *obrigada a aceitar a lei ditada pelo capital. Daí este notável fenômeno na história da indústria moderna, a saber, de que a máquina joga por terra todas as barreiras morais e naturais da jornada de trabalho. Daí o paradoxo econômico de que o meio mais poderoso para encurtar a jornada de trabalho se converte no meio infalível de transformar todo o tempo de vida do trabalhador e de sua família em tempo de trabalho disponível para a valorização do capital.*)

11. Chamamos de intensificação do trabalho quando o trabalho, dado um certo intervalo de tempo, aumenta a quantidade de trabalho gasta

12. A revolução do meio de trabalho leva a intensificação do trabalho (*O prolongamento desmedido da jornada de trabalho, que a maquinaria provoca em mãos do capital, suscita mais adiante, como vimos, uma reação da sociedade, ameaçada em suas raízes vitais, e, com isso, a fixação de uma jornada normal de trabalho legalmente limitada. Com base nesta última, desenvolve-se um fenômeno de importância decisiva, com que já nos deparamos anteriormente: a intensificação do trabalho. Na análise do mais-valor absoluto, tratava-se inicialmente da grandeza extensiva do trabalho, ao passo que seu grau de intensidade era pressuposto como dado. Cabe examinar, agora, a transformação da*

grandeza extensiva em grandeza intensiva ou de grau.)

É evidente que, com o progresso do sistema da maquinaria e a experiência acumulada de uma classe própria de operadores de máquinas, aumenta natural-espontaneamente a velocidade e, com ela, a intensidade do trabalho. Assim, na Inglaterra o prolongamento da jornada de trabalho andou durante meio século de mãos dadas com a intensificação crescente do trabalho fabril. Contudo, é facilmente compreensível que, no caso de um trabalho constituído não de paroxismos transitórios, mas de uma uniformidade regular, repetida dia após dia, é preciso alcançar um ponto nodal em que o prolongamento da jornada de trabalho e a intensidade do trabalho se excluam reciprocamente, de modo que o prolongamento da jornada de trabalho só seja compatível com um grau menor de intensidade do trabalho e, inversamente, um grau maior de intensidade só seja compatível com a redução da jornada de trabalho. Assim que a revolta crescente da classe operária obrigou o Estado a reduzir à força o tempo de trabalho e a impor à fábrica propriamente dita uma jornada normal de trabalho, ou seja, a partir do momento em que a produção crescente de mais-valor mediante o prolongamento da jornada de trabalho estava de uma vez por todas excluída, o capital lançou-se com todo seu poder e plena consciência à produção de mais-valor relativo por meio do desenvolvimento acelerado do sistema da maquinaria. Ao mesmo tempo, operou-se uma modificação no caráter do mais-valor relativo. Em geral, o método de produção do mais-valor relativo consiste em fazer com que o trabalhador, por meio do aumento da força produtiva do trabalho, seja capaz de produzir mais com o mesmo dispêndio de trabalho no mesmo tempo. O mesmo tempo de trabalho agrega ao produto total o mesmo valor de antes, embora esse valor de troca inalterado se incorpore agora em mais valores de uso, provocando, assim, uma queda no valor da mercadoria individual. Diferente, porém, é o que ocorre quando a redução forçada da jornada de trabalho, juntamente com o enorme impulso que ela imprime no desenvolvimento da força produtiva e à redução de gastos com as condições de produção, impõe, no mesmo período de tempo, um dispêndio aumentado de trabalho, uma tensão maior da força de trabalho, um preenchimento mais denso dos poros do tempo de trabalho, isto é, impõe ao trabalhador uma condensação do trabalho num grau que só pode ser atingido com uma jornada de trabalho mais curta. Essa compressão de uma massa maior de trabalho num dado período de tempo mostra-se, agora, como ela é: uma quantidade

CAPÍTULO 14. MAQUINARIA E GRANDE INDÚSTRIA 14.2. EFEITOS IMEDIATOS DA PRODUÇÃO MECANIZADA SOBRE O TRABALHADOR

maior de trabalho. Ao lado da medida do tempo de trabalho como “grandeza extensiva” apresenta-se agora a medida de seu grau de condensação. A hora mais intensa da jornada de trabalho de 10 horas encerra tanto ou mais trabalho, isto é, força de trabalho despendida, que a hora mais porosa da jornada de trabalho de 12 horas. Seu produto tem, por isso, tanto ou mais valor que o produto da 11/5 hora mais porosa. Desconsiderando a elevação do mais-valor relativo pela força produtiva aumentada do trabalho, podemos dizer, por exemplo, que 31/3 horas de mais-trabalho sobre 62/3 horas de trabalho necessário fornecem agora ao capitalista a mesma massa de valor que antes lhe era fornecida por 4 horas de mais-trabalho sobre 8 horas de trabalho necessário.

14.3 A fábrica

1. Com a ferramenta de trabalho, também a virtuosidade em seu manejo é transferida do trabalhador para a máquina. A capacidade de rendimento da ferramenta é emancipada das limitações pessoais da força humana de trabalho. Com isso, supera-se a base técnica sobre a qual repousa a divisão do trabalho na manufatura. No lugar da hierarquia de trabalhadores especializados que distingue a manufatura, surge na fábrica automática a tendência à equiparação ou nivelamento dos trabalhos que os auxiliares da maquinaria devem executar; no lugar das diferenças geradas artificialmente entre os trabalhadores, vemos predominar as diferenças naturais de idade e sexo.

2. A divisão do trabalho na fábrica automática consiste na distribuição dos trabalhadores entre as máquinas especializadas, e as massas de trabalhadores entre diversos departamentos da fábrica que trabalham em máquinas-ferramentas do mesmo tipo. *(A divisão do trabalho que reaparece na fábrica automática consiste, antes de mais nada, na distribuição dos trabalhadores entre as máquinas especializadas, bem como de massas de trabalhadores que, entretanto, não chegam a formar grupos articulados entre os diversos departamentos da fábrica, onde trabalham em máquinas-ferramentas do mesmo tipo, enfileiradas uma ao lado da outra, de modo que, entre eles, ocorre apenas a cooperação simples. O grupo articulado da manufatura é substituído pela conexão entre o trabalhador principal e alguns poucos auxiliares. A distinção essencial é entre operários que se ocupam efetivamente com as máquinas-ferramentas (a eles se adicionam alguns operários para vigiar ou abastecer a máquina motriz) e meros operários subordinados (quase exclusivamente crianças) a esses operadores de máquinas. Entre os operários subordinados incluem-se, em maior ou menor grau, todos os feeders (que apenas alimentam as máquinas com o material de trabalho). Ao lado dessas classes principais, figura um pessoal numericamente insignificante, encarregado do controle de toda a maquinaria e de sua reparação constante, como engenheiros, mecânicos, carpinteiros etc. Trata-se de uma classe superior de trabalhado-*

res, com formação científica ou artesanal, situada à margem do círculo dos operários fabris e somente agregada a eles. Essa divisão de trabalho é puramente técnica.)

“A morna rotina de um trabalho desgastante e sem fim (drudgery), no qual se repete sempre e infinitamente o mesmo processo mecânico, assemelha-se ao suplício de Sísifo – o peso do trabalho, como o da rocha, recai sempre sobre o operário exausto.”³. Na manufatura e no artesanato, o trabalhador se serve da ferramenta; na fábrica, ele serve à máquina. Lá, o movimento do meio de trabalho parte dele; aqui, ao contrário, é ele quem tem de acompanhar o movimento. Na manufatura, os trabalhadores constituem membros de um mecanismo vivo. Na fábrica, tem-se um mecanismo morto, independente deles e ao qual são incorporados como apêndices vivos.

“A morna rotina de um trabalho desgastante e sem fim (drudgery), no qual se repete sempre e infinitamente o mesmo processo mecânico, assemelha-se ao suplício de Sísifo – o peso do trabalho, como o da rocha, recai sempre sobre o operário exausto.”

Apontamos, aqui, apenas as condições materiais nas quais o trabalho fabril é realizado. Todos os órgãos dos sentidos são igualmente feridos pela temperatura artificialmente elevada, pela atmosfera carregada de resíduos de matéria-prima, pelo ruído ensurdecidor etc., para não falar do perigo mortal de se trabalhar num ambiente apinhado de máquinas, que, com a regularidade das estações do ano, produz seus boletins de batalha industrial. Ao mesmo tempo, a economia nos meios sociais de produção, que no sistema de fábrica atingiu pela primeira vez sua maturidade, transforma-se, nas mãos do capital, em roubo sistemático das condições de vida do operário durante o trabalho: roubo de espaço, ar, luz e meios de proteção pessoal contra as circunstâncias do processo de produção que apresen-

tem perigo para a vida ou sejam insalubres, para não falar de instalações destinadas a aumentar a comodidade do trabalhador. Não tinha razão Fourier quando chamava as fábricas de “bagnos mitigados”?

14.4 A luta entre trabalhador e máquina

A luta entre capitalista e trabalhador assalariado começa com a própria relação capitalista, e suas convulsões atravessam todo o período manufatureiro. Mas é só a partir da introdução da maquinaria que o trabalhador luta contra o próprio meio de trabalho, contra o modo material de existência do capital. Ele se revolta contra essa forma determinada do meio de produção como base material do modo de produção capitalista.

1. *Como máquina, o meio de trabalho logo se converte num concorrente do próprio trabalhador¹⁹⁷. A autovalorização do capital por meio da máquina é diretamente proporcional ao número de trabalhadores cujas condições de existência ela aniquila. O sistema inteiro da produção capitalista baseia-se no fato de que o trabalhador vende sua força de trabalho como mercadoria. A divisão do trabalho unilateraliza tal força, convertendo-a numa habilidade absolutamente particularizada de manusear uma ferramenta parcial. Assim que o manuseio da ferramenta é transferido para a máquina, extingue-se, juntamente com o valor de uso, o valor de troca da força de trabalho. O trabalhador se torna invendável, como o papel-moeda tirado de circulação. A parcela da classe trabalhadora que a maquinaria transforma em população supérflua, isto é, não mais diretamente necessária para a autovalorização do capital, sucumbe, por um lado, na luta desigual da velha produção artesanal e manufatureira contra a indústria mecanizada e, por outro, inunda todos os ramos industriais mais acessíveis, abarrota o mercado de trabalho, reduzindo assim o preço da força de trabalho abaixo de seu valor. Um grande lenitivo para os trabalhadores pauperizados deve ser acreditar que, por um lado, seu sofrimento seja apenas “temporário” (“a temporary inconvenience”), e, por outro, que a maquinaria só se apodere gradualmente de um campo inteiro da produção, o que contribui para reduzir o tamanho e a intensidade de seu efeito destruidor. Um lenitivo anula o outro. Onde a máquina se apodera pouco a pouco de um setor da produção se produz uma miséria crônica nas camadas operárias que concorrem com ela. Onde a transição é rápida, seu efeito é massivo e agudo. A história mundial não oferece nenhum espetáculo mais*

aterrador do que a paulatina extinção dos tecelões manuais de algodão ingleses, processo que se arrastou por décadas até ser consumado em 1838. Muitos deles morreram de fome, enquanto outros vegetaram por muitos anos com suas famílias, vivendo com 2,5 pence por dia. Igualmente, agudos foram os efeitos da maquinaria algodoeira inglesa sobre as Índias Orientais, cujo governador-geral constatava, em 1834-1835: “Difícilmente uma tal miséria encontra paralelo na história do comércio. As ossadas dos tecelões de algodão alvejam as planícies da Índia”.

2. Mas a maquinaria não atua apenas como concorrente poderoso, sempre pronto a tornar “supérfluo” o trabalhador assalariado. O capital, de maneira aberta e tendencial, proclama e maneja a maquinaria como potência hostil ao trabalhador. Ela se converte na arma mais poderosa para a repressão das periódicas revoltas operárias, greves etc. contra a autocracia do capital. De acordo com Gaskell, a máquina a vapor foi, desde o início, um antagonista da “força humana”, o rival que permitiu aos capitalistas esmagar as crescentes reivindicações dos trabalhadores, que ameaçavam conduzir à crise o incipiente sistema fabril. Poder-se-ia escrever uma história inteira dos inventos que, a partir de 1830, surgiram meramente como armas do capital contra os motins operários. Recordemos, sobretudo, a self-acting mule, pois ela inaugura uma nova era do sistema automático.

14.5 A teoria da compensação, relativa aos trabalhadores deslocados pela maquinaria

1. *De fato, tais apologistas não se referem a essa espécie de liberação de capital. O que eles têm em mente são os meios de subsistência dos trabalhadores liberados. Não se pode negar que, no caso anterior, por exemplo, a maquinaria não só libera cinquenta trabalhadores, tornando-os assim “disponíveis”, como, ao mesmo tempo, suprime a conexão desses trabalhadores com meios de subsistência no valor de £1.500 e, desse modo, “libera” esses meios. O fato simples, e de modo algum novo, de que a maquinaria libera os trabalhadores de sua dependência em relação aos meios de subsistência significa apenas, em termos econômicos, que a maquinaria libera meios de subsistência para o trabalhador ou converte esses meios em capital para lhe dar emprego. Como vemos, tudo depende do modo de expressão. *Nominibus mollire licet mala [é lícito atenuar com palavras o mal].**

2. *Os meios de subsistência no valor de £1.500 jamais se confrontaram, na forma de capital, com os trabalhadores dispensados. O que se confrontou com estes últimos como capital foram as £1.500 agora transformadas em maquinaria. Consideradas mais de perto, essas £1.500 representam apenas uma parte dos papéis de parede produzidos anualmente pelos cinquenta trabalhadores dispensados e que seu empregador lhes entregava como salário, sob a forma de dinheiro, em vez de in natura. Com os papéis de parede transformados em £1.500, eles adquiriam meios de subsistência da mesma importância. Estes, portanto, existiam para eles não como capital, mas como mercadorias, e eles mesmos existiam para essas mercadorias não como assalariados, mas como compradores. A circunstância de que a maquinaria se tenha “liberado” dos meios de compra transforma esses trabalhadores, de compradores, em não compradores. Decorre daí a procura menor por aquelas mercadorias. *Voilà tout**

[isso é tudo]. Se essa demanda diminuída não é compensada com uma demanda aumentada em outro setor, cai o preço de mercado das mercadorias. Se essa situação se prolonga e ganha maior amplitude, ocorre um deslocamento dos trabalhadores ocupados na produção daquelas mercadorias. Parte do capital, que antes produzia meios necessário de subsistência, passa a ser reproduzida de outro modo. Durante a queda dos preços de mercado e o deslocamento de capital, também os trabalhadores ocupados na produção dos meios necessários de subsistência são “liberados” de parte de seu salário. Assim, em vez de provar que a maquinaria, ao liberar os trabalhadores dos meios de subsistência, transforma estes últimos, ao mesmo tempo, em capital para o emprego dos primeiros, o sr. Apologista prova, com a inquestionável lei da oferta e da demanda, que a maquinaria põe trabalhadores na rua, e não só no ramo da produção em que é introduzida, mas também nos ramos da produção em que não é introduzida.

3. Os fatos reais, travestidos pelo otimismo econômico, são estes: os trabalhadores deslocados pela maquinaria são jogados da oficina para o mercado de trabalho, engrossando o número de forças de trabalho já disponíveis para a exploração capitalista. Na seção VII desta obra, mostraremos que esse efeito da maquinaria, que aqui se nos apresenta como uma compensação para a classe trabalhadora, atinge o trabalhador, ao contrário, como o mais terrível dos suplícios. Por ora, basta o seguinte: os operários expulsos de um ramo da indústria podem, sem dúvida, procurar emprego em qualquer outro ramo. Se o encontram e, com isso, reata-se o vínculo entre eles e os meios de subsistência com eles liberados, isso se dá por meio de um capital novo, suplementar, que busca uma aplicação, mas de modo algum por meio do capital que já funcionava anteriormente e agora se converteu em maquinaria. E, mesmo assim, que perspectiva miserável têm eles! Mutilados pela divisão do trabalho, esses pobres diabos valem tão pouco fora de seu velho círculo de atividade que só logram o acesso a alguns poucos ramos laborais inferiores e, por isso, constantemente saturados

e sub-remunerados. Ademais, cada ramo da indústria atrai a cada ano um novo afluxo de seres humanos, que lhe fornece o contingente necessário para substituir as baixas e crescer de modo regular. Assim que a maquinaria libera uma parte dos trabalhadores até então ocupados em determinado ramo industrial, distribui-se também o pessoal de reserva, que é absorvido em outros ramos de trabalho, enquanto as vítimas originais definham e sucumbem, em sua maior parte, durante o período de transição.

4. É um fato indubitável que a maquinaria não é, por si mesma, responsável por “liberar” os trabalhadores de sua dependência em relação aos meios de subsistência. Ela barateia o produto e aumenta sua quantidade no ramo de que se apodera, deixando intocada, num primeiro momento, a massa de meios de subsistência produzida em outros ramos da indústria. Depois de sua introdução, portanto, a sociedade dispõe de tantos ou mais meios de subsistência para os trabalhadores deslocados do que dispunha antes, e isso sem considerar a enorme parcela do produto anual que é dilapidada pelos não trabalhadores. E esse é o argumento central da apologética econômica! As contradições e os antagonismos inseparáveis da utilização capitalista da maquinaria inexistem, porquanto têm origem não na própria maquinaria, mas em sua utilização capitalista! Como, portanto, considerada em si mesma, a maquinaria encurta o tempo de trabalho, ao passo que, utilizada de modo capitalista, ela aumenta a jornada de trabalho; como, por si mesma, ela facilita o trabalho, ao passo que, utilizada de modo capitalista, ela aumenta sua intensidade; como, por si mesma, ela é uma vitória do homem sobre as forças da natureza, ao passo que, utilizada de modo capitalista, ela subjuga o homem por intermédio das forças da natureza; como, por si mesma, ela aumenta a riqueza do produtor, ao passo que, utilizada de modo capitalista, ela o empobrece etc. – o economista burguês declara simplesmente que a observação da maquinaria, considerada em si mesma, demonstra com absoluta precisão que essas contradições palpáveis não são mais do que a aparência da realidade comum, não exis-

tindo por si mesmas e, portanto, tampouco na teoria. Ele se poupa, assim, da necessidade de continuar a quebrar a cabeça e, além disso, imputa a seu adversário a tolice de combater não a utilização capitalista da maquinaria, mas a própria maquinaria.

5. *Assim, com a expansão do sistema fabril num ramo industrial, aumenta inicialmente a produção em outros ramos que lhe fornecem seus meios de produção. Até que ponto isso provocará o crescimento da massa de trabalhadores ocupados depende, dadas a duração da jornada de trabalho e a intensidade do trabalho, da composição dos capitais aplicados, isto é, da proporção entre seus componentes constante e variável. Essa proporção, por sua vez, varia muito com a extensão na qual a maquinaria já se apoderou ou venha a se apoderar desses mesmos ramos. O número de homens condenados a trabalhar nas minas de carvão e de metal cresceu enormemente com o progresso do sistema inglês da maquinaria, embora nas últimas décadas esse crescimento tenha se tornado mais lento em razão do uso de nova maquinaria para a mineração. Com a máquina, nasce uma nova espécie de trabalhador: seu produtor. Já sabemos que a indústria mecanizada se apoderou mesmo desse ramo da produção, e em escala cada vez maior. Além disso, quanto à matéria-prima, não resta dúvida, por exemplo, de que a marcha acelerada da fiação de algodão alavancou artificialmente a cultura de algodão nos Estados Unidos e, com ela, não só incentivou o tráfico de escravos africanos como, ao mesmo tempo, fez da criação de negros o principal negócio dos assim chamados estados escravagistas fronteiriços. Quando, em 1790, realizou-se nos Estados Unidos o primeiro censo de escravos, o número deles era de 697 mil; em 1861, eles chegavam a 4 milhões. Por outro lado, não é menos certo que o florescimento da fábrica mecanizada de lã, com a transformação progressiva das terras antes cultivadas em pastagens para ovelhas, provocou a expulsão em massa dos trabalhadores agrícolas e sua “transformação em supranumerários [Überzähligmachung]”. Ainda em nossos dias, a Irlanda atravessa o processo de ver sua população, já reduzida quase à metade desde 1845, diminuir ainda mais, até atingir a*

exata medida correspondente às necessidades de seus landlords [proprietários fundiários] e dos senhores fabricantes de lã ingleses.

6. *O resultado imediato da maquinaria é aumentar o mais-valor e, ao mesmo tempo, a massa de produtos em que ele se representa – portanto, aumentar, também, juntamente com a substância de que a classe dos capitalistas e seus sequazes se alimentam, essas próprias camadas sociais. Sua riqueza crescente e a diminuição relativamente constante do número de trabalhadores requeridos para a produção dos meios de subsistência geram, ao mesmo tempo, além de novas necessidades de luxo, também novos meios para sua satisfação. Uma parcela maior do produto social é transformada em produto excedente, e uma parcela maior deste último é reproduzida e consumida sob formas mais refinadas e variadas. Em outras palavras: cresce a produção de artigos de luxo. O refinamento e a diversificação dos produtos provêm igualmente das novas relações do mercado mundial, criadas pela grande indústria. Não só se troca uma quantidade maior de artigos de luxo estrangeiros por produtos locais, mas uma massa maior de matérias-primas, ingredientes, produtos semiacabados etc. estrangeiros ingressa na indústria doméstica como meio de produção. A par dessas relações do mercado mundial, aumenta a demanda de trabalho na indústria do transporte, que, por sua vez, divide-se em inúmeras subespécies novas.*

Não irei continuar o estudo deste capítulo pelo seu caráter historicamente específico.

Capítulo 15

Mais-valor absoluto e relativo

1. *O homem isolado não pode atuar sobre a natureza sem o emprego de seus próprios músculos, sob o controle de seu próprio cérebro. Assim como no sistema natural a cabeça e as mãos estão interligadas, também o processo de trabalho conecta o trabalho intelectual ao trabalho manual.*

2. Quando a união em 1. quebra: o produto deixa de ser feito por um indivíduo e passa a ser um produto social (produzido por um coletivo de trabalhadores)

3. Quando o aspeto cooperativo (referido em 2.) no processo do trabalho torna-se maior, a nossa noção de trabalho produtivo, e dos seus agentes produtivos, tornam-se estendidos

4. De maneira a existir trabalho produtivo, o trabalhador individual existe só como um órgão do trabalho produtivo e realiza uma função subordinada

5. A produção capitalista é essencialmente a produção de mais valia

6. No caso 5. trabalhador produz para o capital (para a expansão própria do capital)¹

Ela supõe, portanto, um modo de produção especificamente capitalista, que, com seus próprios métodos, meios e condições, só surge e se desenvolve naturalmente sobre a base da subsunção formal do trabalho sob o capital. O lugar da subsunção formal do trabalho sob o capital é ocupado por sua subsunção real. Visto sob certo ângulo, toda diferença entre mais-valor absoluto e mais-valor relativo parece ilusória. O mais-valor relativo é absoluto, pois condiciona uma extensão absoluta da jornada de trabalho além do tempo de trabalho necessário à existência do próprio trabalhador. O mais-valor absoluto é relativo, pois condiciona um desenvolvimento da produtividade do trabalho que possibilita limitar o tempo de trabalho necessário a uma parte da jornada de trabalho. Mas quando observamos o movimento do mais-valor, desfaz-se essa aparência de identidade. Tão logo o modo de produção capitalista esteja constituído e se tenha tornado o modo geral de produção, a diferença entre mais-valor absoluto e relativo torna-se perceptível assim que se trate de aumentar a taxa de mais-valor em geral. Pressupondo-se que a força de trabalho seja remunerada por seu valor, vemo-nos, então, diante da seguinte alternativa: por um lado, dada a força produtiva de trabalho e seu grau normal de intensidade, a taxa de mais-valor só pode ser aumentada mediante o prolongamento absoluto da jornada de trabalho; por outro lado, com uma dada limitação da jornada de trabalho, a taxa de mais-valor só pode ser aumentada por meio de uma mudança relativa da grandeza de suas partes constitutivas, do trabalho necessário e do mais-trabalho, o que, por sua vez, pressupõe, para que o salário não caia abaixo do valor da força de trabalho, uma mudança na produtividade ou intensidade do trabalho.

¹*He must produce surplus-value. That labourer alone is productive, who produces surplus-value for the capitalist, and thus works for the self-expansion of capital. If we may take an example from outside the sphere of production of material objects, a schoolmaster is a productive labourer when, in addition to belabouring the heads of his scholars, he works like a horse to enrich the school proprietor. That the latter has laid out his capital in a teaching factory, instead of in a sausage factory, does not alter the relation. Hence the notion of a productive labourer implies not merely a relation between work and useful effect, between labourer and product of labour, but also a specific, social relation of production, a relation that has sprung up historically and stamps the labourer as the direct means of creating surplus-value. To be a productive labourer is, therefore, not a piece of luck, but a misfortune.*

7. A riqueza natural se expressa em meios de subsistência (fertilidade do solo, águas ricas em peixe etc.) e em instrumentos de trabalho (como quedas d'água, rios navegáveis, madeira, metais, carvão etc.)

A excelência das condições naturais limita-se a fornecer a possibilidade, jamais a realidade do mais-trabalho, portanto, do mais-valor ou do mais-produto. A diversidade das condições naturais do trabalho faz com que, em países diferentes, a mesma quantidade de trabalho satisfaça a diferentes massas de necessidades; que, por conseguinte, sob condições de resto análogas, o tempo de trabalho necessário seja diferente. Tais condições só atuam sobre o mais-trabalho como barreira natural, isto é, determinando o ponto em que pode ter início o trabalho para outrem. Na mesma medida em que a indústria avança, essa barreira natural retrocede. Em plena sociedade europeia ocidental, na qual o trabalhador só adquire a permissão para trabalhar para sua própria subsistência quando oferece em troca o mais-trabalho, é fácil imaginar que o fornecimento de um produto excedente seja uma qualidade inata do trabalho humano. Mas consideremos, por exemplo, o habitante das ilhas orientais do arquipélago asiático, onde o sagu cresce espontaneamente nas matas.

8.

Capítulo 16

Variação de grandeza do preço da força de trabalho e do mais-valor

Iremos aqui estudar a variação de grandeza do preço da força de trabalho e do mais-valor (aqui iremos supor que as mercadorias sejam vendidas por seu valor e o preço da força de trabalho suba eventualmente acima de seu valor, porém jamais abaixo dele)

Iremos representar de T_{jt} a duração da jornada de trabalho ou a grandeza extensiva do trabalho, ν_T à intensificação normal do trabalho ou sua grandeza intensiva¹, de modo que determinada quantidade de trabalho é gasta num tempo determinado, v_{jt} o valor da jornada de trabalho (*Primeira lei: a jornada de trabalho de grandeza dada representa-se sempre no mesmo produto de valor, seja qual for a variação da produtividade do trabalho, a correspondente massa de produtos e, portanto, o preço da mercadoria individual.*), v_{mv} o valor do mais-valor, v_{total} o valor total produzido, m_j a

¹A intensidade cada vez maior do trabalho supõe um dispêndio aumentado de trabalho no mesmo espaço de tempo. A jornada de trabalho mais intensiva se incorpora em mais produtos do que a jornada menos intensiva de igual número de horas. Com uma força produtiva aumentada, a mesma jornada de trabalho fornece mais produtos. No último caso, porém, o valor do produto singular cai pelo fato de custar menos trabalho que antes; no primeiro caso, ele se mantém inalterado porque o produto custa a mesma quantidade de trabalho de antes.

massa de valores de uso do tipo j , e f_p força produtiva do trabalho, de forma que, dependendo do grau de desenvolvimento das condições de produção, a mesma quantidade de trabalho fornece uma quantidade mais ou menor de produto no mesmo tempo.

Pretendemos estudar aqui a variação destas, como tal irei representar da seguinte maneira:

$$\Delta T_{jt} = T_{jt_f} - T_{jt_i}$$

$$\Delta \iota_T = \iota_{T_f} - \iota_{T_i}$$

$$\Delta f_p = f_{p_f} - f_{p_i}$$

Estamos a considerar no caso especial da intensificação a intensificação social, $\bar{\iota}_T$, (normal) e a intensificação numa só industria, onde existirá um desvio entre estes:

$$dp_j = \iota_T - \bar{\iota}_T$$

$$\Delta dp_j = dp_{j_f} - dp_{j_i}$$

Primeira lei, temos que²:

$$v_{total} = v_{jt} + v_{mv} \tag{16.1}$$

² Terceira lei: o aumento ou a diminuição do mais-valor é sempre efeito, e jamais causa do aumento ou diminuição correspondentes do valor da força de trabalho.

$$v_{total} = \sum_{j \in MS} v_j + v_{mv} \quad (16.2)$$

$$v_{jf} = v_{ji} * (f_{pi} + \Delta_{fp}) \quad (16.3)$$

$$v_{jtf} = v_{ji} * (\iota_{Ti} + \Delta_{\iota_T}) * (f_{pi} + \Delta_{fp}) \quad (16.4)$$

Para m produzidas num certo intervalo de tempo iT , temos que:

$$m_{iTf} = m_{ji} * m_{iT} * (\iota_{Ti} + \Delta_{\iota_T}) \quad (16.5)$$

$$v_{total_f} = v_{total_i} * (dp_{ji} + \Delta_{dp_j}) * (T_{jt_i} + \Delta_{T_{jt}}) \quad (16.6)$$

$$v_{total_f} = v_{total_i} * (T_{jt_i} + \Delta_{T_{jt}}) \quad (16.7)$$

1. *Por força produtiva decrescente do trabalho entendemos, aqui, os ramos de trabalho cujos produtos determinam o valor da força de trabalho, portanto, por exemplo, a força produtiva decrescente do trabalho em virtude de uma infertilidade crescente do solo e o correspondente encarecimento dos produtos agrícolas.*

Capítulo 17

Diferentes fórmulas para a taxa de mais-valor

Temos então que, a taxa de mais-valor se pode representar da seguintes maneira:

Representando relação de valores e o tempo nos quais esses valores são produzido:

$$\frac{\text{mais-valor}}{\text{capital variável}} = \frac{m}{v} = \frac{\text{mais-valor}}{\text{valor da força de trabalho}} = \frac{\text{mais-trabalho}}{\text{trabalho necessário}} \quad (17.1)$$

Representando sob a forma dos tempos de trabalho, dos valores nos quais se incorporam e dos produtos nos quais esses valores existem:

$$\frac{\text{mais-valor}}{\text{jornada de trabalho}} = \frac{\text{mais-valor}}{\text{valor do produto}} = \frac{\text{mais-produto}}{\text{produto total}} \quad (17.2)$$

$$\frac{\text{mais-valor}}{\text{valor da força de trabalho}} = \frac{\text{mais-valor}}{\text{trabalho necessário}} = \frac{\text{trabalho não pago}}{\text{trabalho pago}} \quad (17.3)$$

O capital, portanto, não é apenas o comando sobre o trabalho, como diz A. Smith. Ele é, em sua essência, o comando sobre o trabalho não pago. Todo mais-valor, qualquer que seja a forma particular em que mais tarde se cristalice, como o lucro, a renda etc., é, com relação à sua substância, a materialização [Materiatur] de tempo de trabalho não pago. O segredo da autovalorização do capital se resolve no fato de que este pode dispor de uma determinada quantidade de trabalho alheio não pago.

Capítulo 18

O Salário

18.1 Transformação do valor (ou preço) da força de trabalho em salário

1. O valor do trabalho que referimos anteriormente fala só da expressão de dinheiro é necessária reproduzir o trabalho ou o preço natural

2. O preço de mercado do trabalho que iremos tratar agora é o preço que oscila por volta deste preço natural

3. *Mas o que é o valor de uma mercadoria? A forma objetiva do trabalho social gasto em sua produção. E como medimos a grandeza de seu valor? Pela grandeza do trabalho nela contido. Como podemos determinar o valor, por exemplo, de uma jornada de trabalho de 12 horas? Pelas 12 horas de trabalho contidas numa jornada de trabalho de 12 horas, o que é uma absurda tautologia.*

4. *No mercado, o que se contrapõe diretamente ao possuidor de dinheiro não é, na realidade, o trabalho, mas o trabalhador. O que este último vende é sua força de trabalho. Mal seu trabalho tem início efetivamente e a força de trabalho já deixou de*

lhe pertencer, não podendo mais, portanto, ser vendida por ele. O trabalho é a substância e a medida imanente dos valores, mas ele mesmo não tem valor nenhum.

A economia política clássica tomou emprestada à vida cotidiana, de modo acrítico, a categoria “preço do trabalho”, para, em seguida, perguntar-se: como esse preço é determinado? Ela logo reconheceu que a variação na relação entre oferta e demanda nada esclarece acerca do preço do trabalho, assim como de que qualquer outra mercadoria, além de sua variação, isto é, a oscilação dos preços de mercado abaixo ou acima de certa grandeza. Se oferta e demanda coincidem, cessa, mantendo-se iguais as demais circunstâncias, a oscilação de preço. Mas, então, oferta e demanda cessam também de explicar qualquer coisa. Quando oferta e demanda coincidem, o preço do trabalho é determinado independentemente da relação entre procura e oferta, quer dizer, é seu preço natural, que, desse modo, tornou-se o objeto que realmente se deveria analisar. Ou ela tomou um período mais longo de oscilações do preço de mercado, por exemplo, um ano, e verificou que suas altas e baixas se compensavam numa grandeza média, uma grandeza constante. Esta última tinha, naturalmente, de ser determinada de outro modo que não por suas próprias oscilações, que se compensam umas às outras. Esse preço que predomina sobre os preços acidentais obtidos pelo trabalho no mercado e os regula, o “preço necessário” (fisiocratas) ou “preço natural” do trabalho (Adam Smith), só podia ser, como no caso das outras mercadorias, seu valor expresso em dinheiro. E assim, por meio dos preços acidentais do trabalho, a economia política acreditou poder penetrar em seu valor. Como no caso das demais mercadorias, esse valor continuou a ser determinado pelos custos de produção. Mas em que consistem os custos de produção – do trabalhador, isto é, os custos para produzir ou reproduzir o próprio trabalhador? Inconscientemente, essa questão assumiu, para a economia política, o lugar da questão original, já que, no que diz respeito aos custos de produção do trabalho enquanto tais, ela girava num círculo vicioso e não progredia um passo sequer. Portanto, o que ela chama de valor do trabalho (value of labour) é, na verdade, o valor da força de trabalho, que existe na personalidade do trabalhador e é tão diferente de sua função, o trabalho, quanto uma máquina de suas operações. Ocupada com a diferença entre os preços de mercado do trabalho e seu assim chamado valor, com a relação entre esse valor e a taxa de lucro, e entre ele e os valores-

CAPÍTULO 18. O SALÁRIO
18.1. TRANSFORMAÇÃO DO VALOR (OU PREÇO) DA FORÇA DE TRABALHO EM SALÁRIO

mercadoria produzidos mediante o trabalho etc., a economia política nunca descobriu que o curso da análise não só tinha evoluído dos preços do trabalho no mercado a seu valor presumido, mas chegara a dissolver novamente esse mesmo valor do trabalho no valor da força de trabalho. A inconsciência acerca desse resultado de sua própria análise, a aceitação acrítica das categorias “valor do trabalho”, “preço natural do trabalho” etc. como expressões adequadas e últimas da relação de valor considerada, enredou a economia política clássica, como veremos mais adiante, em confusões e contradições insolúveis, ao mesmo tempo que ofereceu à economia vulgar uma base segura de operações para sua superficialidade, fundada no princípio do culto das aparências.

18.2 Transformação do valor (ou preço) da força de trabalho em salário

1. *Como podemos recordar, a venda da força de trabalho ocorre sempre por determinados períodos de tempo. A forma transformada em que se representa diretamente o valor diário, semanal etc. da força de trabalho é, portanto, a do “salário por tempo”, isto é, do salário diário etc.*

2. Chamamos de salários nominais a quantia total de dinheiro que o trabalhador recebeu no seu trabalho diário ou semanal

Iremos representar \bar{p}_l como o preço médio, t como as horas médias de trabalho diário e v_{LP} o valor do poder de trabalho:

$$\bar{p}_l = \frac{v_{LP}}{t} \quad (18.1)$$

Esta expressão dá-nos o preço de uma hora de trabalho (o salário por tempo).

3. Com as variações no tempo, existe então variações nos salários nominais

18.3 O salário por peça

Representamos então as mesmas variáveis que anteriormente, mas desta vez usaremos q como representante da quantidade de valores de uso que o produtor tem capacidade de produzir (estimado):

$$\bar{p}_l = \frac{v_{LP}}{q} \quad (18.2)$$

No salário por peça, temos a impressão, à primeira vista, de que o valor de uso vendido pelo trabalhador não é função de sua força de trabalho, trabalho vivo, mas trabalho já objetivado no produto, e de que o preço desse trabalho não é determinado mas pela capacidade de produção do produtor.

A forma do salário por peça é tão irracional quanto a do salário por tempo. Enquanto, por exemplo, duas peças de mercadoria, depois de descontado o valor dos meios de produção nelas consumidos, valem 6 pence como produto de 1 hora de trabalho, o trabalhador recebe por elas um preço de 3 pence. Na realidade, o salário por peça não expressa diretamente nenhuma relação de valor. Não se trata de medir o valor da peça pelo tempo de trabalho nela incorporado, mas, ao contrário, de medir o trabalho gasto pelo trabalhador pelo número de peças por ele produzido. No salário por tempo, o trabalho se mede por sua duração imediata; no salário por peça, pela quantidade de produtos em que o trabalho se condensa durante um tempo determinado. O preço do próprio tempo de trabalho é, por fim, determinado pela equação: valor do trabalho de um dia = valor diário da força de trabalho. O salário por peça, portanto, não é mais do que uma forma modificada do salário por tempo.

18.4 Diversidade nacional dos salários

No capítulo 15, examinamos as múltiplas combinações que podem produzir uma variação na grandeza absoluta ou relativa (isto é, comparada com o mais-valor) do valor da força de trabalho, enquanto, por outro lado, a quantidade de meios de subsistência em que se realiza o preço da força de trabalho pode percorrer um movimento diferente ou independente da variação desse preço. Como já observamos, a simples tradução do valor – ou, conforme o caso, do preço – da força de trabalho na forma exotérica do salário faz com que todas aquelas leis se transformem em leis do movimento do salário. O que no interior desse movimento aparece como combinação variável pode aparecer, em países diferentes, como diversidade simultânea dos salários nacionais. Por isso, ao compararmos salários nacionais, devemos considerar todos os momentos determinantes da variação na grandeza de valor da força de trabalho: preço e volume das necessidades vitais elementares, natural e historicamente desenvolvidas, custos da educação do trabalhador, papel do trabalho feminino e infantil, produtividade do trabalho, sua grandeza extensiva e intensiva. Mesmo a comparação mais superficial exige, de imediato, reduzir a jornadas de trabalho de mesma grandeza o salário diário médio que vigora nos mesmos ofícios em diversos países. Após essa equiparação dos salários diários, é preciso que se traduza novamente o salário por tempo em salário por peça, pois apenas este último é um indicador tanto do grau de produtividade como da grandeza intensiva do trabalho.

Uma vez que a produção capitalista encontra-se desenvolvida num país, também se elevam aí, acima do nível internacional, a intensidade e a produtividade nacional do trabalho. As diferentes quantidades de mercadorias do mesmo tipo, produzidas em diferentes países no mesmo tempo de trabalho, têm, portanto, valores internacionais desiguais, que se expressam em preços diferentes, isto é, em quantias diferentes de dinheiro de acordo com os valores internacionais. O valor relativo do dinheiro será, portanto, menor na nação com modo de produção capitalista mais desenvolvido do que naquela em que é menos desenvolvido. Disso concluímos, portanto, que o salário nominal, o equivalente da força do trabalho expresso em dinheiro, será também mais alto na primeira nação que na segunda, o que não quer dizer em absoluto que isso também valha para o salário efetivo, isto é, para

os meios de subsistência postos à disposição do trabalhador.

Capítulo 19

O processo de acumulação do capital

1. Chamamos de acumulação de capital o ato de empregar mais valor como capital e reconverte-lo em capital

2. Cada capital individual é uma concentração maior ou menor de meios de produção e dotada de comando correspondente sobre um exército maior ou menor de trabalhadores

3. Chamamos de centralização (atração do capital pelo capital) ao processo de conversão de muitos capitais menores em poucos capitais maiores

Noutra altura examinarei este capítulo com mais atenção

Capítulo 20

A assim chamada acumulação primitiva

Vimos como o dinheiro é transformado em capital, como por meio do capital é produzido mais-valor e do mais-valor se obtém mais capital. Porém, a acumulação do capital pressupõe o mais-valor, o mais-valor, a produção capitalista, e esta, por sua vez, a existência de massas relativamente grandes de capital e de força de trabalho nas mãos de produtores de mercadorias. Todo esse movimento parece, portanto, girar num círculo vicioso, do qual só podemos escapar supondo uma acumulação “primitiva” (“previous accumulation”, em Adam Smith), prévia à acumulação capitalista, uma acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista, mas seu ponto de partida. Essa acumulação primitiva desempenha na economia política aproximadamente o mesmo papel do pecado original na teologia. Adão mordeu a maçã e, com isso, o pecado se abateu sobre o gênero humano. Sua origem nos é explicada com uma anedota do passado. Numa época muito remota, havia, por um lado, uma elite laboriosa, inteligente e sobretudo parcimoniosa, e, por outro, uma súcia de vadios a dissipar tudo o que tinham e ainda mais. De fato, a lenda do pecado original teológico nos conta como o homem foi condenado a comer seu pão com o suor de seu rosto; mas é a história do pecado original econômico que nos revela como pode haver gente que não tem nenhuma necessidade disso. Seja como for. Deu-se, assim, que os primeiros acumularam riquezas e os últimos acabaram sem ter nada para vender, a não ser sua própria pele. E desse pecado original datam a pobreza da grande massa, que ainda hoje, apesar de todo seu trabalho,

continua a não possuir nada para vender a não ser a si mesma, e a riqueza dos poucos, que cresce continuamente, embora há muito tenham deixado de trabalhar. São trivialidades como essas que, por exemplo, o sr. Thiers, com a solenidade de um estadista, continua a ruminar aos franceses, outrora tão sagazes, como apologia da proprietária. Mas tão logo entra em jogo a questão da propriedade, torna-se dever sagrado sustentar o ponto de vista da cartilha infantil como o único válido para todas as faixas etárias e graus de desenvolvimento. Na história real, como se sabe, o papel principal é desempenhado pela conquista, a subjugação, o assassinio para roubar, em suma, a violência. Já na economia política, tão branda, imperou sempre o idílio. Direito e “trabalho” foram, desde tempos imemoriais, os únicos meios de enriquecimento, excetuando-se sempre, é claro, “este ano”. Na realidade, os métodos da acumulação primitiva podem ser qualquer coisa, menos idílicos. Num primeiro momento, dinheiro e mercadoria são tão pouco capital quanto os meios de produção e de subsistência. Eles precisam ser transformados em capital. Mas essa transformação só pode operar-se em determinadas circunstâncias, que contribuem para a mesma finalidade: é preciso que duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias se defrontem e estabeleçam contato; de um lado, possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que buscam valorizar a quantia de valor de que dispõem por meio da compra de força de trabalho alheia; de outro, trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, por conseguinte, vendedores de trabalho. Trabalhadores livres no duplo sentido de que nem integram diretamente os meios de produção, como os escravos, servos etc., nem lhes pertencem os meios de produção, como no caso, por exemplo, do camponês que trabalha por sua própria conta etc., mas estão, antes, livres e desvinculados desses meios de produção. Com essa polarização do mercado estão dadas as condições fundamentais da produção capitalista. A relação capitalista pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista esteja de pé, ela não apenas conserva essa separação, mas a reproduz em escala cada vez maior. O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ela aparece como “primi-

tiva” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde. A estrutura econômica da sociedade capitalista surgiu da estrutura econômica da sociedade feudal. A dissolução desta última liberou os elementos daquela. O produtor direto, o trabalhador, só pôde dispor de sua pessoa depois que deixou de estar acorrentado à gleba e de ser servo ou vassalo de outra pessoa. Para converter-se em livre vendedor de força de trabalho, que leva sua mercadoria a qualquer lugar onde haja mercado para ela, ele tinha, além disso, de emancipar-se do jugo das corporações, de seus regulamentos relativos a aprendizes e oficiais e das prescrições restritivas do trabalho. Com isso, o movimento histórico que transforma os produtores em trabalhadores assalariados aparece, por um lado, como a libertação desses trabalhadores da servidão e da coação corporativa, e esse é único aspecto que existe para nossos historiadores burgueses. Por outro lado, no entanto, esses recém-libertados só se convertem em vendedores de si mesmos depois de lhes terem sido roubados todos os seus meios de produção, assim como todas as garantias de sua existência que as velhas instituições feudais lhes ofereciam. E a história dessa expropriação está gravada nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo. Os capitalistas industriais, esses novos potentados, tiveram, por sua vez, de deslocar não apenas os mestres-artesãos corporativos, mas também os senhores feudais, que detinham as fontes de riquezas. Sob esse aspecto, sua ascensão se apresenta como o fruto de uma luta vitoriosa contra o poder feudal e seus privilégios revoltantes, assim como contra as corporações e os entraves que estas colocavam ao livre desenvolvimento da produção e à livre exploração do homem pelo homem. Mas se os cavaleiros da indústria desalojaram os cavaleiros da espada, isso só foi possível porque os primeiros exploraram acontecimentos nos quais eles não tinham a menor culpa. Sua ascensão se deu por meios tão vis quanto os que outrora permitiram ao liberto romano converter-se em senhor de seu patronus [patrono]. O ponto de partida do desenvolvimento que deu origem tanto ao trabalhador assalariado como ao capitalista foi a subjugação do trabalhador. O estágio seguinte consistiu numa mudança de forma dessa subjugação, na transformação da exploração feudal em exploração capitalista. Para compreendermos sua marcha, não precisamos remontar a um passado tão remoto. Embora os primórdios da produção capitalista já se nos apresentem esporadicamente, nos séculos XIV e XV, em algumas cidades do Mediterrâneo, a era capitalista só tem início no século XVI. Nos lugares onde ela surge, a supressão da servidão já está há muito consumada, e o aspecto mais brilhante da Idade Média, a existência de cidades sobera-

nas, há muito já empalideceu. Na história da acumulação primitiva, o que faz época são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação, mas, acima de tudo, os momentos em que grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres. A expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo. Sua história assume tonalidades distintas nos diversos países e percorre as várias fases em sucessão diversa e em diferentes épocas históricas. Apenas na Inglaterra, e por isso tomamos esse país como exemplo, tal expropriação se apresenta em sua forma clássica.”

No que resulta a acumulação primitiva do capital, isto é, sua gênese histórica? Na medida em que não é transformação direta de escravos e servos em trabalhadores assalariados, ou seja, mera mudança de forma, ela não significa mais do que a expropriação dos produtores diretos, isto é, a dissolução da propriedade privada fundada no próprio trabalho. A propriedade privada, como antítese da propriedade social, coletiva, só existe onde os meios e as condições externas do trabalho pertencem a pessoas privadas. Mas, conforme essas pessoas sejam os trabalhadores ou os não trabalhadores, a propriedade privada tem também outro caráter. Os infinitos matizes que ela exhibe à primeira vista refletem apenas os estágios intermediários que existem entre esses dois extremos. A propriedade privada do trabalhador sobre seus meios de produção é o fundamento da pequena empresa, e esta última é uma condição necessária para o desenvolvimento da produção social e da livre individualidade do próprio trabalhador. É verdade que esse modo de produção existe também no interior da escravidão, da servidão e de outras relações de dependência, mas ele só floresce, só libera toda a sua energia, só conquista a forma clássica adequada onde o trabalhador é livre proprietário privado de suas condições de trabalho, manejadas por ele mesmo: o camponês, da terra que cultiva; o artesão, dos instrumentos que manuseia como um virtuoso. Esse modo de produção pressupõe o parcelamento do solo e dos demais meios de produção. Assim como a concentração destes últimos, ele também exclui a cooperação, a divisão do trabalho no interior dos mesmos processos de produção, a dominação e a regulação sociais da natureza, o livre desenvolvimento das forças produtivas sociais. Ele só é compatível com os estreitos limites, naturais-espontâneos, da produção e da

sociedade. *Querer eternizá-lo significaria, como diz Pecqueur com razão, “decretar a mediocridade geral”. Ao atingir certo nível de desenvolvimento, ele engendra os meios materiais de sua própria destruição. A partir desse momento, agitam-se no seio da sociedade forças e paixões que se sentem travadas por esse modo de produção. Ele tem de ser destruído, e é destruído. Sua destruição, a transformação dos meios de produção individuais e dispersos em meios de produção socialmente concentrados e, por conseguinte, a transformação da propriedade nanica de muitos em propriedade gigantesca de poucos, portanto, a expropriação que despoja grande massa da população de sua própria terra e de seus próprios meios de subsistência e instrumentos de trabalho, essa terrível e dificultosa expropriação das massas populares, tudo isso constitui a pré-história do capital. Esta compreende uma série de métodos violentos, dos quais passamos em revista somente aqueles que marcaram época como métodos da acumulação primitiva do capital. A expropriação dos produtores diretos é consumada com o mais implacável vandalismo e sob o impulso das paixões mais infames, abjetas e mesquinhamente execráveis. A propriedade privada constituída por meio do trabalho próprio, fundada, por assim dizer, na fusão do indivíduo trabalhador isolado, independente, com suas condições de trabalho, cede lugar à propriedade privada capitalista, que repousa na exploração de trabalho alheio, mas formalmente livre. Tão logo esse processo de transformação tenha decomposto suficientemente, em profundidade e extensão, a velha sociedade; tão logo os trabalhadores se tenham convertido em proletários, e suas condições de trabalho em capital; tão logo o modo de produção capitalista tenha condições de caminhar com suas próprias pernas, a socialização ulterior do trabalho e a transformação ulterior da terra e de outros meios de produção em meios de produção socialmente explorados – e, por conseguinte, em meios de produção coletivos –, assim como a expropriação ulterior dos proprietários privados assumem uma nova forma. Quem será expropriado, agora, não é mais o trabalhador que trabalha para si próprio, mas o capitalista que explora muitos trabalhadores. Essa expropriação se consuma por meio do jogo das leis imanentes da própria produção capitalista, por meio da centralização dos capitais. Cada capitalista liquida muitos outros. Paralelamente a essa centralização, ou à expropriação de muitos capitalistas por poucos, desenvolve-se a forma cooperativa do processo de trabalho em escala cada vez maior, a aplicação técnica consciente da ciência, a exploração planejada da terra, a transformação dos meios de trabalho em meios de trabalho que só podem ser utilizados coletivamente, a economia de*

todos os meios de produção graças a seu uso como meios de produção do trabalho social e combinado, o entrelaçamento de todos os povos na rede do mercado mundial e, com isso, o caráter internacional do regime capitalista. Com a diminuição constante do número de magnatas do capital, que usurpam e monopolizam todas as vantagens desse processo de transformação, aumenta a massa da miséria, da opressão, da servidão, da degeneração, da exploração, mas também a revolta da classe trabalhadora, que, cada vez mais numerosa, é instruída, unida e organizada pelo próprio mecanismo do processo de produção capitalista. O monopólio do capital se converte num entrave para o modo de produção que floresceu com ele e sob ele. A centralização dos meios de produção e a socialização do trabalho atingem um grau em que se tornam incompatíveis com seu invólucro capitalista. O entrave é arrebatado. Soa a hora derradeira da propriedade privada capitalista, e os expropriadores são expropriados. O modo de apropriação capitalista, que deriva do modo de produção capitalista, ou seja, a propriedade privada capitalista, é a primeira negação da propriedade privada individual, fundada no trabalho próprio. Todavia, a produção capitalista produz, com a mesma necessidade de um processo natural, sua própria negação. É a negação da negação. Ela não restabelece a propriedade privada, mas a propriedade individual sobre a base daquilo que foi conquistado na era capitalista, isto é, sobre a base da cooperação e da posse comum da terra e dos meios de produção produzidos pelo próprio trabalho. A transformação da propriedade privada fragmentária, baseada no trabalho próprio dos indivíduos, em propriedade capitalista, é, naturalmente, um processo incomparavelmente mais prolongado, duro e difícil do que a transformação da propriedade capitalista – já fundada, de fato, na organização social da produção – em propriedade social. Lá, tratava-se da expropriação da massa do povo por poucos usurpadores; aqui, trata-se da expropriação de poucos usurpadores pela massa do povo.